

# THESIS

REVISTA DA ANPARQ | 2023 | 2024 | ISSN 2447-8679

07

Os direitos de publicação desta revista são da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - ANPARQ.

Os textos publicados na revista são de inteira responsabilidade de seus autores. Bem como as imagens vinculadas a eles.

*Projeto Gráfico e diagramação:*

Mônica Luce Bohrer

*Capa:*

Juliano Caldas de Vasconcellos

*Imagem da capa:*

Juliano Caldas de Vasconcellos

### **ANPARQ - Diretoria executiva gestão 2017/2018**

#### **Presidente**

Carlos Eduardo Comas (UFRGS)

#### **Secretária Executiva**

Cláudia Piantá Costa Cabral (UFRGS)

#### **Tesoureira**

Marta Peixoto (UFRGS)

#### **Diretores**

Rachel Coutinho Marques da Silva (UFRJ)

Angela Maria Gordilho Souza (UFBA)

Eduardo Pierrotti Rossetti (UNB)

Suplente: Maria Angela Dias (UFRJ)

#### **Conselho Fiscal**

Angélica T. Benatti Alvim (Mackenzie)

Maria de Lourdes Zuquim (USP)

Francisco Costa (UFPB)

Suplente: Renato Luiz Sobral Anelli (USP)

THESIS, revista semestral online da ANPARQ – Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, é um periódico científico que tem por objetivo a divulgação dos trabalhos de pesquisa, análises teóricas, documentos, textos fundamentais e resenhas bibliográficas na área de arquitetura e urbanismo. Seu conteúdo é acessado online através do endereço eletrônico [[www.thesis.anparq.org.br](http://www.thesis.anparq.org.br)].

© ANPARQ 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

Thesis / n.7 (2019) – Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2019.

Semestral

ISSN 2447-8679

1. Arquitetura. 2. Urbanismo. 3. Pesquisa. I. ANPARQ.

CDD 720

---

## **CORPO EDITORIAL**

### **EDITORES BIÊNIO 2018 | 2019**

*Responsáveis pelos números 5, 6, 7 e 8*

Ana Carolina Santos Pellegrini (UFRGS)

Carlos Alberto Ferreira Martins (USP)

Juliano Caldas de Vasconcellos (UFRGS)

Sylvia Ficher (UNB)

### **CONSELHO EDITORIAL**

**Akemi Ino** | Universidade de São Paulo - São Carlos | Brasil

**Ana Carolina Bierrenbach** | Universidade Federal da Bahia | Brasil

**Ana Luiza Nobre** | Pontifícia Universidade Católica - RJ | Brasil

**Ana Rita Sá Carneiro** | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

**Anália Amorim** | Universidade de São Paulo | Brasil

**Angélica Benatti Alvim** | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Brasil

**Anthony Vidler** | Brown University | Estados Unidos da América

**Carlos Martins** | Universidade de São Paulo – São Carlos | Brasil

**Carlos Eduardo Dias Comas** | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Brasil

**Cristiane Rose Duarte** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

**Eneida Maria Souza Mendonça** | Universidade Federal do Espírito Santo | Brasil

**Fernando Alvarez Prozorovich** | Universitat Politècnica de Catalunya | Espanha

**Frederico de Holanda** | Universidade de Brasília | Brasil

**Luiz Amorim** | Universidade Federal de Pernambuco | Brasil

**Marcio Cotrim** | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

**Maria Gabriela Celani** | Universidade Estadual de Campinas | Brasil

**Gustavo Rocha-Peixoto** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

**Jorge Moscato** | Universidad de Buenos Aires | Argentina

**Maisa Veloso** | Universidade Federal do Rio Grande do Norte | Brasil

**Maria Cristina Cabral** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

**Nelci Tinem** | Universidade Federal da Paraíba | Brasil

**Rachel Coutinho** | Universidade Federal do Rio de Janeiro | Brasil

**Renato Saboya** | Universidade Federal de Santa Catarina | Brasil

**Sophia Psarra** | University College London | Reino Unido

**Teresa Heitor** | Instituto Superior Técnico | Portugal

**Yasser Elsheshtawy** | United Arab Emirates University | Emirados Árabes



# SUMÁRIO

OFICINAS COLABORATIVAS: DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO E PESQUISA EM PROJETOS ACESSÍVEIS <i>Angelina Dias Leão Costa e Gleice Azambuja Elali</i>	7
ARQUIGRAFIA E ARCHITEXT MINING: O APOIO À PESQUISA EM ARQUITETURA A PARTIR DE IMAGENS E TEXTOS <i>Artur Rozestraten e Ana Esteban Maluenda</i>	16
PRESENÇA ESTRANGEIRA: NOTAS SOBRE A VISUALIZAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS <i>Rodrigo Cury Paraizo e Maria Cristina Nascentes Cabral</i>	38
A TRANSIÇÃO DA FACHADA: DO ECLÉTICO AO ART DECÓ <i>Luciana Nemer Diniz</i>	51
FACHADA E RETÓRICA: FACHADAS EFÊMERAS NAS FESTAS REAIS PORTUGUESAS DOS SÉC. XVIII–XIX NA AMÉRICA <i>Nelson Porto Ribeiro</i>	63
A RESILIÊNCIA E AS CIDADES NA AMAZÔNIA ORIENTAL: QUESTÕES PARA DEBATE <i>José Júlio Ferreira Lima</i>	76
PROJETO REGENERATIVO PARA CAMPUS UNIVERSITÁRIO <i>Marila Filártiga e José Ripper Kós</i>	90
O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO <i>Gabriel Rodrigues da Cunha</i>	105
HABITAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: REVELANDO MODOS DE MORAR MODERNO NA METRÓPOLE PAULISTANA <i>Sabrina Studart Fontenele Costa</i>	124
PRECARIEDADE HABITACIONAL NO CENTRO DE SÃO PAULO <i>Débora Sanches e Marcos Virgílio da Silva</i>	140
O FENÔMENO DOS COLETIVOS URBANOS: UM DESAFIO À LÓGICA PRODUTIVISTA? <i>Priscila Gonçalves Santos</i>	156

VIDAS QUE IMPORTAM: POR UMA AGENDA DE CIDADANIA E DE NÃO VIOLÊNCIA NAS FAVELAS CARIOCAS <i>Rachel Coutinho M. da Silva e Thaisa Comelli</i>	178
DINÂMICAS URBANAS RECENTES NO EIXO OESTE DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA <i>Beatriz Helena Nogueira Diógenes e José Almir Farias</i>	193
APLICATIVO DE UM GUIA VIRTUAL DE ACESSIBILIDADE: UMA PONTE ENTRE A ACADEMIA E A SOCIEDADE <i>Cristiane Rose de S. Duarte e Regina Cohen</i>	212
PROJETOS ACESSÍVEIS: UM PROCESSO CENTRADO NO USUÁRIO <i>Vanessa Goulart Dorneles e Isabela Fernandes Andrade</i>	223
MORFOLOGIA URBANA E REGULAÇÃO URBANÍSTICA: O CASO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ICOARACI EM BELÉM, PA <i>Alberto P. Cassiano Lima, José Júlio F. Lima e Roberta M. Rodrigues</i>	240
A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE <i>Lucinda Oliveira Caetano, José Luís Crespo e Rodrigo Cury Paráizo</i>	257
NÃO SOMOS ARQUITETAS FÁCEIS <i>Ana Gabriela Godinho Lima e Ruth Verde Zein</i>	276

# OFICINAS COLABORATIVAS: DESENVOLVIMENTO DE UMA ESTRATÉGIA DE ENSINO E PESQUISA EM PROJETOS ACESSÍVEIS <sup>1</sup>

*Angelina Dias Leão Costa  
Gleice Azambuja Elali*

## Resumo

A abordagem interdisciplinar é uma estratégia fundamental ao ensino e pesquisa de questões ambientais ligadas à inclusão de pessoas com dificuldade de uso do espaço, como crianças, idosos, pessoas com deficiência, entre outros. Esse artigo relata uma experiência ocorrida na pós-graduação, que utilizou Oficinas Colaborativas para facilitar o reconhecimento das relações pessoa-ambiente, tomadas como base para a elaboração de propostas arquitetônicas. Discute-se como a perspectiva interdisciplinar influencia a inserção da problemática da acessibilidade no processo projetual, entendendo-se por acessível o local que, além de possibilitar o ir-e-vir, convida as pessoas a usufruírem dos espaços e de suas potencialidades. A atividade teve cunho experimental, atendeu aos preceitos da ética na pesquisa e envolveu profissionais de diversas formações. Explana-se a metodologia adotada, exemplificando-a com apresentação de duas Oficinas realizadas.

**Palavras-chave:** oficinas colaborativas, acessibilidade, processo projetual, relações pessoa-ambiente.

## Abstract

The interdisciplinary approach is a fundamental strategy for teaching and researching environmental issues related to the inclusion of people with difficult space use, as (children, the elderly, people with disabilities, and others). This article reports an experience that occurred at the graduate level, which used Collaborative Workshops to facilitate the recognition of the person-environment relations, taken as basis for the elaboration of architectural proposals. We discuss how the interdisciplinary perspective influences the insertion of the problematic of accessibility in the design process, being understood as accessible the place that, in addition to enabling the coming and going, invites people to enjoy the spaces and their potentialities. The activity was experimental, met the precepts of research ethics and involved professionals from various backgrounds. Explanation of the adopted methodology, exemplifying it with presentation of two Workshop.

**Keywords:** collaborative workshops, accessibility, design process, person-environment relations.

## Resumen

El enfoque interdisciplinario es una estrategia fundamental para la enseñanza e investigación de cuestiones medioambientales relacionadas con la inclusión de personas con dificultades para el uso del espacio, como niños, ancianos, personas con discapacidad, entre otros. Este artículo relata una experiencia ocurrida en el posgrado,

<sup>1</sup> Trabalho originalmente apresentado no V ENANPARQ, Salvador, 2018, ajustado e ampliado para publicação na revista *Thésis*.

que utilizó Talleres Colaborativos para facilitar el reconocimiento de las relaciones persona-ambiente, tomadas como base para la elaboración de propuestas arquitectónicas. Se discute como la perspectiva interdisciplinaria influye en la inserción de la problemática de la accesibilidad en el proceso proyectual, entendiéndose por accesible el local que, además de posibilitar el ir y venir, invita a las personas a usufructuar de los espacios e de sus potencialidades. La actividad tuvo un carácter experimental, atendió a los preceptos de la ética en la investigación e involucró a profesionales de diversas formaciones. Se explora la metodología adoptada, ejemplificándola con presentación de dois Talleres.

**Palabras-clave:** talleres colaborativos, accesibilidad, proceso proyectual, relaciones persona-ambiente.

## CONTEXTUALIZAÇÃO E MÉTODO

No campo da acessibilidade ambiental, o trabalho colaborativo entre profissionais de diversas formações é essencial, pois promove compatibilização entre seus diversos saberes e fazeres. Sob esse ponto de vista, o bom desempenho de um projeto depende da(s) maneira(s) como ele reflete os ideais mantidos e/ou compartilhados pelo grupo que o gerou (LAWSON, 2011) e responde aos anseios e necessidades de seus usuários (VOORDT, WEGEN, 2013).

Complementando tal argumentação, Duarte (2015) salienta a necessidade de haver “empatia espacial” entre pessoas e lugares, de modo que os ambientes possibilitem o alargamento do ‘Eu’ para além do corpo, o que pode atuar no sentido de ampliar o auto-reconhecimento individual. Ou seja, para elaborarem projetos que promovam espaços empáticos aos usuários, os projetistas precisam ‘colocar-se no lugar do outro’ e compreender seus anseios.

Partindo desse entendimento geral, em 2017 foi estruturado um experimento em curso de pós-graduação na área da Arquitetura e Urbanismo visando a elaboração de projetos colaborativos que ampliassem a acessibilidade do ambiente construído. A atividade envolveu 18 pós-graduandos, sendo: 1 administrador, 1 advogado, 1 gestor público, 1 terapeuta ocupacional, 2 designers industriais, 2 psicólogos e 13 arquitetos-urbanistas (dos quais 3 possuem dupla formação).

Para criar uma linguagem comum à turma, inicialmente aconteceram aulas versando sobre temas ligados ao campo das relações pessoa-ambiente, com destaque para: comportamento socioespacial humano, apropriação do espaço, estresse ambiental, percepção e cognição ambientais. Em um segundo momento os estudantes foram subdivididos em 04 grupos, cada um dos quais teve 04 horas para realizar uma Oficina visando a elaboração de uma proposta projetual colaborativa (estudo preliminar) a ser confeccionada pelos colegas durante o tempo de aula. Assim, a cada semana um grupo assumiu a liderança e coordenação da turma, enquanto os demais participavam das atividades propostas e aos professores era reservado o papel de observadores/mediadores. As Oficinas focalizaram como público alvo das ações: Crianças, Idosos, Pessoas com deficiência e Jovens sob stress.

## A METODOLOGIA, SINTETIZADA NA FIGURA 1, CONTEMPLA TRÊS FASES:

- Pré-projetual: correspondeu ao estudo bibliográfico sobre o tema, escolha do ambiente a intervir, visita/vivência do local pelo grupo responsável.
- Projetual: envolveu a atividade propositiva com estrutura livre que contivesse parte teórica, dinâmica de sensibilização, prática projetual colaborativa e apresentação das propostas coletivamente.



Figura 1: Esquema metodológico.  
Fonte: Elaboração própria.

- Pós-projetual: abrangeu discussão da atividade com a turma, elaboração e apresentação de Diagrama-síntese da experiência.

As quatro oficinas foram significativamente diversas entre si. De modo geral elas indicaram claramente a importância do reconhecimento aprofundado do público alvo como base para a elaboração das propostas, além de indicarem as múltiplas formas como a discussão interdisciplinar pode contribuir para a atividade. Para ilustrar o trabalho realizado este artigo apresenta a atividade de Oficina realizada por dois grupos: “Crianças” e “Pessoas com deficiência”.

#### A OFICINA “CRIANÇAS”

Sinteticamente a oficina ‘crianças’ pode ser caracterizada por:

- a. Promover o debate do tema ‘ambiente e desenvolvimento infantil’, seguido por vídeo. A atividade ressaltou a importância do brincar, das *affordances* proporcionadas pelo meio e do contato com a

natureza para: restauração da atividade cognitiva; conhecimento sobre a ecologia dos lugares; desenvolvimento de afetos, atitudes e comportamentos pró-ambientais (DEPEAU, 2017; LUZ, KUHNEN, 2013; MACHADO et al., 2016). Assim, crianças que convivem cotidianamente com a natureza têm maior autonomia no uso do espaço e são mais ativas em suas interações com ele.

- b. Tomar como área de intervenção uma praça localizada em bairro residencial (Figuras 3 e 4), constituindo área arborizada defendida pela população local.
- c. Determinar como atividade propositiva (Figura 2): apresentação do local a intervir; dinâmica de sensibilização; jogo de memória; desenvolvimento de proposta; apresentações.
- d. Integrar as propostas desenvolvidas ao *habitat* natural (Figura 5), com destaque para: manutenção de espaços livres; respeito à vegetação pré-existente; criação de brinquedos diferenciados e

caminhos seguros para articular diferentes espaços; delimitação de zonas para diferentes atividades (não segregadas entre si), a fim de permitir brincadeiras turbulentas, construtivas e faz-de-conta. Nas propostas foram trabalhados diferentes escalas e níveis de detalhamento, envolvendo desde brinquedos/mobiliário até elementos de macrozoneamento.

e. Envolver a turma em um forte debate sobre a “real necessidade” de intervir em espaços “naturais”,

sendo consenso que, sua urbanização é fundamental para garantir acessibilidade, mas que deve ser cuidadosa a fim de proporcionar docilidade ambiental ao conjunto mas sem descaracterizar sua ambiência original.

f. Resumir a atividade do grupo por meio de um diagrama que assumiu a forma de jogo (Figura 6), valorizando a sistemática de escolha dos elementos trabalhados e os diferentes modos de participação dos estudantes.

IMAGEM	DESCRIÇÃO
	Meditação guiada objetivando “despertar a criança dentro de cada um dos participantes”.
	Brincadeira com o jogo de memória criado pelo grupo para conhecer melhor os usuários alvo do projeto. (Com direito a pipoca!)
	Discussão projetual, com auxílio de smartphone
	Resultado em planta: croqui com macrozoneamento do terreno proposto por um grupo.

Figura 2: Atividades da Oficina. Fonte: Elaboração própria. Imagens cedidas pelos participantes. Figuras 3 e 4: Fotografias da área de intervenção. Fonte: Medeiros et al, 2017.



12

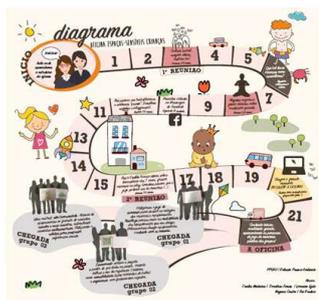
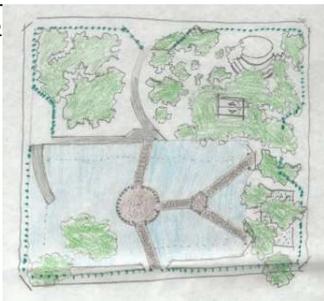


Figura 5: Exemplo de proposta desenvolvida pelos grupos. Fonte: Medeiros et al, 2017.

Figura 6: Diagrama-síntese. Fonte: Medeiros et al, 2017.

### A OFICINA “PESSOAS COM DEFICIÊNCIA”

Por sua vez, a oficina ‘pessoas com deficiência’ caracterizou-se por:

- a. Promover vivência simulada de “pessoas com deficiência” com os presentes, seguida por dinâmica de sensibilização e debate do tema. Além de propiciar aos participantes a oportunidade de “se colocar no lugar de um ...” (cadeirante, cego, ...) a atividade ressaltou a segregação na vida cotidiana e o fato de, diante dos muitos tipos de segregação propiciado pela sociedade atual, pessoas comuns também se sentirem alvo de discriminação em função de suas características (como gênero, grupos social, etnia, nível de educação, poder financeiro, entre outros).
- b. Tomar como tema de intervenção o acesso à praia de Ponta Negra (zona sul de Natal) por cadeirantes (Figura 7), o que significou pensar o percurso entre o calçadão e o mar, constituído por faixa de área e desnível aproximado de 1,5 m.
- c. Determinar como atividade propositiva: apresentação do local a intervir (Figura 8); dinâmica de sensibilização; discussão do problema a ser enfrentado, desenvolvimento de proposta; apresentações.
- d. Valorizar a integração das propostas desenvolvidas ao local em questão (Figura 9), com destaque para: manutenção de rotas

de fuga; definição de caminhos seguros entre o calçadão e o mar; garantir a reversibilidade de qualquer intervenção, de modo a não subdividir por longos períodos a faixa de areia. Também nessa situação as propostas foram trabalhadas e, diferentes escalas e níveis de detalhamento, havendo maior preocupação com questões técnicas ligadas ao modo de executar a proposta.

- e. Envolver a turma em debate sobre a “importância de promover o acesso de todos à praia, sem que isso signifique compartimentalizar a área de areia”.
- f. Resumir a atividade do grupo por meio de um diagrama (Figura 10), que valorizou os diferentes modos de participação dos estudantes.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como aspectos advindos da atividade colaborativa multidisciplinar as Oficinas mostraram que:

- a. O desenvolvimento de linguagem comum é fundamental para as atividades que se seguem, atuando como facilitadora das atividades.
- b. A liberdade dada aos grupos para criação/desenvolvimento das Oficinas, inicialmente gerou dúvidas/insegurança, mas depois mostrou-se condizente com o desenvolvimento de atividades mais criativas,

- pois, embora uma abordagem tradicional pudesse ter facilitado o planejamento do trabalho, também poderia ter reduzido a riqueza do processo vivenciado.
- c. Os participantes desenvolveram bom aproveitamento dos conteúdos teóricos na atividade projetual e se entusiasmaram com as atividades propostas em função de sua diversidade e dos novos desafios a cada semana.
- d. A presença de participantes com formações distintas influenciaram as propostas, acrescentando mais diversidade à seleção de conteúdos e modalidades de trabalho.
- e. A grande quantidade de arquitetos-urbanistas e sua experiência pessoal/profissional influenciou o produto solicitado aos grupos, quanto à escala trabalhada e modo de tornar espaços sensíveis aos usuários,
- f. Nas atividades presenciais e virtuais, a dinâmica de trabalho dos grupos envolveu as tecnologias presentes no seu dia-a-dia, como *e-mail* e *whats-app*.

- g. Nos grupos a liderança foi compartilhada e, independentemente de sua formação, todos opinaram na intervenção, incitando a “competência” e o “compartilhar” como qualificadores do processo projetual colaborativo (COSTA, 2018), e indicando que respeito e liberdade são fundamentais à construção coletiva.

É importante ressaltar que os bons resultados obtidos indicam a pertinência de repetir-se o experimento acadêmico a fim de observar o tipo de resposta advindas de novas turmas e temas; em novas iniciativas, no entanto, o “tempo” para desenvolvimento do produto pode ser ampliado a fim de incluir uma etapa para os grupos revisarem/melhorarem as propostas.

Também é essencial destacar que a pós-graduação é um *locus* especialmente adequado ao desenvolvimento desse tipo de experimento, uma vez que há maior probabilidade de se obter a participação de estudantes com formações distintas (arquitetos, engenheiros, gestores, psicólogos, designers, educadores, entre



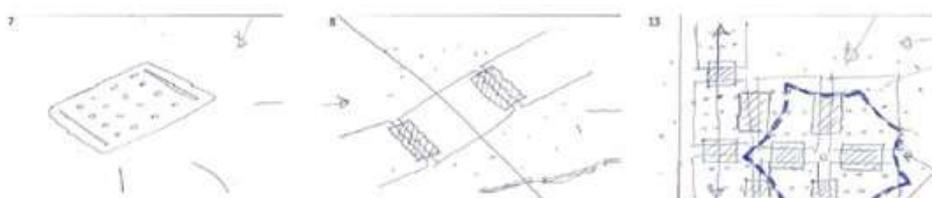
13



Figuras 7 e 8: Fotografias da área de intervenção. Fonte: DE SOUZA et al, 2017.

Figura 9: Croquis com proposta desenvolvida pelo grupo. Fonte: DE SOUZA et al, 2017.

Figura 10: Diagrama-síntese. Fonte: DE SOUZA, A. et al, 2017.



outros), o que possibilita o desenvolvimento do almejado olhar multidisciplinar com relação a temas necessariamente transdisciplinares (ELALI, PELUSO, 2008; GUNTHER, ELALI, PINHEIRO, 2011).

Além disso, no tocante à acessibilidade ambiental, mostra-se essencial difundir um conceito ampliado nesse campo (voltado para a acessibilidade integral e inclusão), entendendo-se como acessível o local que, além de possibilitar o ir-e-vir, convida as pessoas a usufruírem plenamente das potencialidades dos espaços disponíveis. Sob essa perspectiva, as informações a respeito das necessidades e aspirações dos usuários

finais precisam ser captadas e divulgadas de uma maneira que envolva sensível, afetiva e tecnicamente os projetistas e os demais profissionais interessados na temática, encorajando-os e capacitando-os a compreender e a respeitar a diversidade naturalmente existente em nossa sociedade.

Estes últimos pontos foram especialmente destacados no debate durante a sessão do V ENANPARQ (ocorrido em Salvador, 2018), numa clara referencia ao papel da pós-graduação como foco e fontes de debates e de inovação, com reflexo tanto na formação acadêmica continuada quanto na prática profissional na área de Arquitetura e Urbanismo.

## REFERENCIAS

- COSTA, A., Experiências acadêmicas de projeto colaborativo e acessibilidade na pós-graduação: a opinião dos profissionais. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, v.3 (1), 2018. Disponível em: <http://www.revistaprojetar.ct.ufrn.br/index.php/revprojetar/issue/view/10/showToc>.
- DEPEAU, S. Children in cities: the delicate issue of well-being and quality of urban life. In: BAHÍ-FLEURY, G.; NAVARRO-CARRASCAL, O.; POL, E. (Orgs.). *Handbook of environmental psychology and Quality of Life research* (Chap 19). Springer, 2017, pp. 345 - 368.
- DUARTE, C. R. S., A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. **Revista Projetar – Projeto e Percepção do Ambiente**, v.1 (1), 2015, p. 68-74.
- ELALI, G. A.; PELUSO, M. . Interdisciplinaridade. In: Sylvia CAVALCANTE; Gleice Azambuja ELALI. (Org.). **Temas básicos em Psicologia Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2011, p. 227-238.
- GÜNTHER, H ; ELALI, G. A. ; PINHEIRO, J. Q. . *A abordagem multimétodos em Estudos Pessoa-Ambiente: características, definições e implicações*. In: J. Q. PINHEIRO.; H. GÜNTHER. (Org.). **Métodos de pesquisa nos estudos pessoa-ambiente**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008, p. 369-380.
- LAWSON. B. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LUZ, G. M.; KUHNEN, A. O uso dos espaços urbanos pelas crianças: explorando o comportamento do brincar em praças públicas. **Psicologia Reflexão e Crítica** [online]. 2013, v. 26 (3), pp.552-560.
- MACHADO, Y. S., PERES, P. M. S., ALBUQUERQUE, D. S., KUHNEN, A. Nature and Children's Play: Investigation of Child-Nature Interaction in Urban Green Parks. **Trends in Psychology / Temas em Psicologia**, v. 24 (2), 2016, 669-680.
- MEDEIROS, C. et al. Relatório da Oficina **Espaços Sensíveis para Crianças**. Disciplina Relações Pessoa-Ambiente, PPGAU-UFRN, Natal, 2017.
- DE SOUZA, A. et al. Relatório da Oficina **A pessoa com deficiência e o espaço**. Disciplina Relações Pessoa-Ambiente, PPGAU-UFRN, Natal, 2017.
- VOORDT, T. J. M.; WEGEN, H. B. R. **Arquitetura sob o olhar do usuário**. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

---

ANGELINA DIAS LEÃO COSTA é doutora em Engenharia Civil; Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo (UFRN), professora do DAU/UFPB e do PPGAU UFPB - [angelinadlcosta@yahoo.com.br](mailto:angelinadlcosta@yahoo.com.br).

GLEICE AZAMBUJA ELALI é doutora em Arquitetura e Urbanismo, pós-doutora em Arquitetura (Universidade de Lisboa), professora do CAU, PPGAU e PPAPMA/UFRN - [gleiceae@gmail.com](mailto:gleiceae@gmail.com).

# ARQUIGRAFIA E ARCHITEXT MINING: O APOIO À PESQUISA EM ARQUITETURA A PARTIR DE IMAGENS E TEXTOS

*Artur Rozestraten*  
*Ana Esteban Maluenda*

## Resumo

Este trabalho revisa duas ferramentas digitais pensadas como apoio à pesquisa em arquitetura e urbanismo apoiadas em dois formatos de informação distintos: imagens (Arquigrafia) e textos (ArchiteXt Mining). O “Arquigrafia” é um projeto iconográfico temático Web 2.0, centrado na área de arquitetura e urbanismo, que se caracteriza por uma natureza híbrida – ao congrega usuários institucionais e usuários particulares cooperando na constituição de uma mesma constelação de imagens digitais em crescimento contínuo online desde 2010 – como plataforma pública, gratuita e aberta. O “ArchiteXt Mining” (que é um acrônimo de Architectural Text Mining) é um projeto de pesquisa subvencionado pelo Governo da Espanha que propõe o uso das mais avançadas técnicas de análise de dados para a criação de uma nova ferramenta. Sua função é facilitar o trabalho de pesquisadores que se valem de revistas de arquitetura como fonte de informação. As possibilidades atuais da ciência da computação nos permitem pretender algo impossível até então: realizar uma análise geral dos conteúdos de publicações periódicas especializadas. Esta comunicação irá apresentar aspectos da trajetória e dos propósitos motivadores destes dois projetos, suas interações complementares e seus desafios atuais e futuros.

**Palavras-chave:** plataforma digital; imagens; textos; fotografia; revistas.

## Abstract

This paper presents two digital tools designed as a support for research in architecture and urbanism and supported in two different formats of information: the images (Arquigrafia) and the texts (ArchiteXt Mining). ‘Arquigrafia’ is a Web 2.0 thematic iconographic project, focused on the area of architecture and urbanism, which is characterized by its hybrid nature - it brings together institutional and private users who cooperate in the construction of a constellation of digital images in continuous online growth since 2010- as a public platform, free and open. ‘ArchiteXt Mining’ (which is the acronym of Architectural Text Mining) is a research project funded by the Government of Spain that proposes the use of the most advanced data analysis techniques for the creation of a new tool. Its aim is to facilitate the work of researchers who use architectural journals as a source of information. The current possibilities of computer science allow us to pretend something impossible to date: perform a general analysis of the contents of specialized periodicals. This communication presents different aspects of the trajectory and purposes of motivation of both projects, their complementary interactions and their current and future challenges.

**Keywords:** digital platform; images; texts; photography; journals.

## Resumen

Este trabajo revisa dos herramientas digitales ideadas como un apoyo a la investigación en arquitectura y urbanismo y soportadas en dos formatos de información distintos: las imágenes (Arquigrafia) y los textos (ArchiteXt Mining). ‘Arquigrafia’ es un proyecto iconográfico temático Web 2.0, centrado en el área de arquitectura y urbanismo, que se caracteriza por poseer una naturaleza híbrida –congrega usuarios institucionales y particulares que cooperan en la construcción de una constelación de imágenes digitales en crecimiento continuo online desde 2010– como plataforma pública, gratuita y abierta. ‘ArchiteXt Mining’ (que es el acrónimo de Architectural Text Mining) es un proyecto de investigación subvencionado por el Gobierno de España que propone el uso de las más avanzadas técnicas de análisis de datos para la creación de una nueva herramienta. Su función es facilitar el trabajo de los investigadores que utilizan las revistas de arquitectura como fuente de información. Las posibilidades actuales de la ciencia de la computación nos permiten pretender algo imposible hasta la fecha: realizar un análisis general de los contenidos de las publicaciones periódicas especializadas. Esta comunicación presenta distintos aspectos de la trayectoria y los propósitos de motivación de ambos proyectos, sus interacciones complementarias y sus desafíos actuales y futuros.

**Palabras-Clave:** plataforma digital, imágenes, textos, fotografía, revistas.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho revisa duas ferramentas digitais pensadas como apoio à pesquisa em arquitetura e urbanismo apoiadas em dois formatos de informação distintos: imagens (Arquigrafia) e textos (Architext Mining).

O Arquigrafia é um projeto iconográfico temático Web 2.0, centrado na área de Arquitetura e Urbanismo, que se caracteriza por uma natureza híbrida – que congrega usuários institucionais e usuários particulares cooperando na constituição de uma mesma constelação de imagens digitais em crescimento contínuo online desde 2010 – como plataforma pública, gratuita e aberta, cujo percurso formativo construiu conhecimento em um amplo espectro de ações conceituais e técnicas, que envolvem desde a conservação de material fotográfico original, passando pela digitalização de 42.000 imagens, incluindo um processo de constituição de um “beta perpétuo” pautado pelo Design Centrado no Usuário (DCU) até o desenvolvimento de procedimentos metodológicos e soluções de software com código aberto (+GRAFIA) e aplicativo Android que podem ser empregadas em outras áreas de conhecimento. Três referenciais históricos são fundamentais na compreensão da natureza do Arquigrafia: o Museu de Crescimento Ilimitado de Le Corbusier (1939), o Museu Imaginário de André Malraux (1947) e o esforço colaborativo de alunos, docentes e profissionais na constituição do acervo fotográfico da

Biblioteca da FAUUSP, desde os anos 1960, com a produção coletiva e a doação de originais para fins educacionais.

O Arquigrafia pode ser compreendido como um projeto com várias camadas (*layers*) integradas.

A mais visível destas camadas é o Website <[www.arquigrafia.org.br](http://www.arquigrafia.org.br)> assim como também seu desdobramento como aplicativo Android e sua versão com um redesenho responsivo finalizada entre fins de agosto e início de setembro de 2018. Nesta plataforma iconográfica colaborativa convivem, interagem e complementam-se usuários institucionais e usuários particulares.

Esta camada Web mais visível se apoia e depende de uma camada mais profunda que é um Laboratório experimental, multidisciplinar, científico-tecnológico que congrega docentes-pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação de diferentes institutos da Universidade de São Paulo. Como laboratório, o ARQUIGRAFIA possibilita abordagens experimentais, testes e interações formativas em distintos níveis de formação, da graduação à pós-graduação.

Em uma camada ainda mais profunda, tais interações acadêmicas se integram e estimulam as dinâmicas do Grupo de Pesquisa CNPq “Representações: Imaginário e Tecnologia” (RITE) que articula o diálogo interno e externo ao projeto, por meio de comunicações em eventos científicos, publicações e organização de encontros que estimulam a produção e a difusão de conhecimento no âmbito das Humanidades Digitais.

Desde fins de 2016, com a primeira versão do aplicativo Android e a abertura de acesso ao código fonte do sistema como um template denominado +GRAFIA, o projeto constitui uma camada acima de todas as mencionadas onde se desenvolvem projetos piloto, como atualmente o Open-Air Museum (OAM), que pretende acrescentar ao sistema informações em áudio georreferenciadas.

Parte dos desafios atuais do projeto Arquigrafia diz respeito ao esforço para situá-lo comparativamente junto a outras iniciativas iconográficas na Web 2.0, o que demanda, de início um esforço para o delineamento de critérios elementares para caracterizar tais iniciativas.

Outra parte destes desafios contempla a identificação e a análise das possibilidades técnicas de integração de fontes de textos confiáveis que venham complementar a indexação das imagens, evitando assim a produção editorial própria de textos redundantes. Além disso, o Arquigrafia pretende hoje definir um Guia de Estilos capaz de balizar tanto o redesenho e a programação responsiva atuais quanto o desenvolvimento colaborativo de futuras versões.

O “ArchiteXt Mining. Análise da arquitetura moderna espanhola através de seus textos (1939-1975)” é um projeto de pesquisa subvencionado pelo Governo da Espanha através da convocatória 2015 de “Projetos de Excelência do Ministério da Economia e Competitividade”.

Apesar do êxito do desenvolvimento de análise de dados como ferramenta em distintas disciplinas, a pesquisa em teoria

da arquitetura não fez até o momento um uso eficiente de tais tecnologias. Este é o momento de propor novas investigações aprofundadas baseadas em dados objetivos. Para tanto, se propõe a aplicação de técnicas de Text Mining (Mineração de textos) para tirar partido da melhor base de dados à disposição da disciplina: as revistas de arquitetura. O objetivo principal é oferecer uma nova perspectiva da transformação da produção arquitetônica e de como foi divulgada através de textos publicados nestes meios.

ArchiteXt Mining (que é um acrônimo de Architectural Text Mining) propõe o uso das mais avançadas técnicas de análise de dados para a criação de uma nova ferramenta. Sua função é facilitar o trabalho de pesquisadores que se valem de revistas de arquitetura como fonte de informação. As possibilidades atuais da ciência da computação nos permitem pretender algo impossível até então: realizar uma análise geral dos conteúdos de publicações periódicas especializadas. Estamos criando uma poderosa base de dados que vamos hospedar em uma plataforma web pública, acessível a toda a comunidade científica. Esta base de dados conterà não apenas campos bibliográficos clássicos, mas também muitos outros dados relevantes para os pesquisadores, como o tipo de texto, o tema de que trata, a seção em que está incluído, dados sobre o edifício, as personalidades ou eventos a que se dedica, etc. O acesso a toda esta informação é um grande passo adiante e proporciona aos pesquisadores uma poderosa ferramenta

para realizar análises quantitativas dos conteúdos dos textos e buscas que os ajudem no início de seus estudos. Entretanto, ademais, outros tipos de valores serão somados. Mediante a aplicação de diferentes técnicas estatísticas próprias do *text mining* sobre os textos completos dos artigos armazenados na base de dados, como estudos de semelhanças entre textos, correlações entre palavras ou estudos da frequência global ou linear de determinadas palavras em um texto.

Em uma primeira etapa, este projeto se dedica ao caso espanhol como uma espécie de piloto de uma investigação muito maior em escala mundial. Em particular, esta fase contemplará as revistas de arquitetura espanholas publicadas durante a ditadura franquista (1939-1975), um momento de máxima dificuldade quanto às relações internacionais. Assim poderemos comparar os temas importantes para os arquitetos espanhóis com outras matérias de interesse em revistas europeias, americanas e asiáticas que proporcionarão uma nova interpretação da arquitetura espanhola no panorama mundial.

A seguir serão apresentados aspectos gerais dos dois projetos aqui em pauta, considerando seus propósitos, suas trajetórias, suas interações complementares e seus desafios atuais e futuros.

### ASPECTOS DO ARQUIGRAFIA

Idealizado em 2008 e desenvolvido desde 2010 e das por uma equipe multidisciplinar de docentes e discentes USP (FAU,

IME, ECA, FD) – com recursos da FAPESP (2009-18342-0 e 2012/24409-2), das Pró-reitorias de Pesquisa e Cultura e Extensão da Universidade de São Paulo e do INCT InterSCity – o projeto Arquigrafia segue em seu propósito de constituir uma abordagem iconográfica da arquitetura brasileira que ampare a pesquisa, a construção contínua de conhecimento, a crítica e também o projeto de arquitetura. Desde sua idealização, há 10 anos, o Arquigrafia se propunha a ser um projeto digital eminentemente visual, de cunho educacional, complementar a outras iniciativas editoriais e educacionais contemporâneas, direcionado, em primeiro lugar, aos estudantes de arquitetura e, por extensão, aos professores, pesquisadores, profissionais da área, fotógrafos e demais interessados no tema.

Em 2008, o projeto já evidenciava o desejo de constituição de uma plataforma Web para o amparo ao estudo da arquitetura brasileira a partir de imagens. A opção de foco sobre o Brasil nunca teve a intenção de ser restritiva, mas sim, de definir um ponto de partida para um processo de conhecimento que se estende, de início à comunidade lusófona e é indissociável da arquitetura mundial. Tratando-se de um projeto essencialmente visual, sua base são fotografias (aéreas, externas, internas e de detalhes), predominantemente, mas também desenhos (croquis, plantas, cortes, elevações e perspectivas), além da possibilidade já testada de integrar vídeos. Esta desejada constelação de imagens vem complementar o material visual publicado a respeito da arquitetura

brasileira, e interage diretamente com a comunidade dedicada ao estudo, à pesquisa e a iniciativas várias relacionadas às questões urbanas, patrimoniais, ambientais, paisagísticas, em um amplo espectro de interesses e formações para além da Arquitetura e do Urbanismo.

Pretendia-se a construção de uma plataforma na qual fosse possível navegar sobre conjuntos temáticos de imagens de arquiteturas de diferentes períodos históricos, e diferentes contextos geográficos do Brasil. O acervo digital de imagens seria constituído por duas vertentes integradas e complementares: o upload de imagens enviadas pelos usuários e a inserção de imagens de arquivo, provenientes de instituições como a Biblioteca da FAU, o IPHAN, o CONDEPHAAT, etc.

A fundamentação teórica do Arquigrafia encontrava então apoio nos procedimentos metodológicos de Aby Warburg (2003) e na conceituação de Alois Riegl (1959) e Henri Focillon (1939). De Warburg, apreendia-se, em especial, sua proposta de uma história visual da arte – no extremo, uma história da arte sem palavras –, mas também seu questionamento da fragmentação da história em períodos, e a revisão da noção de permanência, transmissão e transformação de conteúdos artísticos ao longo do tempo. De Riegl, retinha-se o entendimento da arquitetura como a interação artística que conforma matéria e espaço, e a noção de que o estudo das concepções espaciais deve ser feito diretamente sobre os aspectos sensíveis das arquiteturas. Já de Focillon advinha a noção central

de que, assim como o conteúdo fundamental da obra de arte é essencialmente formal, o da arquitetura é essencialmente construtivo-plástico-espacial.

A contribuição complementar que o Arquigrafia poderia oferecer a outras iniciativas já existentes apresentava-se então como:

- A ênfase na imagem que assume e reforça a importância da apreensão visual no processo de conhecimento e na comunicação de conteúdos arquitetônicos. Esse enfoque iconográfico é especialmente importante para o público leigo – que encontra dificuldades para adentrar os textos sobre arquitetura e seus jargões – e para os estudantes de graduação que começam a sistematizar conhecimentos teóricos específicos sobre um fenômeno com o qual se relacionavam intuitivamente, a partir da vivência direta e do contato sensorial;
- O texto passa a ter um papel secundário, apenas como indicativo do tema visualmente exposto. Ao invés da função convencional do texto, que antecede as imagens e lança interpretações e explicações que “preparam” o olhar do leitor, a proposta é que a apresentação das imagens, sem preâmbulos, estimule associações de ideias e interpretações originais enraizadas na “pura” percepção visual;

- O entendimento da imagem da arquitetura – gráfica ou fotográfica – como metalinguagem (distinta e indissociável da arquitetura real), sugerindo que sua construção (assim como a arquitetura real) também expressa ideias de um determinado grupo de indivíduos sobre o fenômeno arquitetônico. Cassirer (2001), Panofsky (2002) e Francastel (1987, 1990) – direta e indiretamente relacionados às ideias de Warburg – há muito apontaram o comprometimento cultural e simbólico das representações do espaço arquitetônico;
- O questionamento da periodização tradicional da história das artes e da arquitetura – moderna, colonial, neocolonial, etc. – propondo, ao invés, a reunião de imagens de diferentes períodos históricos, e diferentes procedências geográficas, sob um mesmo tema sugerindo continuidades, rupturas e ressignificações;
- A edição temática – que cria um eixo trans-histórico e trans-geográfico – e trata com o mesmo padrão visual expressões arquitetônicas do período colonial, do séc. XX e do mundo contemporâneo, advindas das várias regiões do país, e abertas a relações com expressões arquitetônicas de outras épocas e lugares;
- O enfoque poligráfico ou multigráfico como alternativa ao formato monográfico que predomina nas iniciativas editoriais. A proposta é reunir exemplos diversos – anônimos, muitas vezes – produzidos em períodos e lugares distintos, para usos diferentes, com sistemas construtivos distintos, mas alinhavados por um mesmo tema ligado ao aspecto plástico da arquitetura;
- A apresentação simultânea de imagens como prioritária ao invés da apresentação isolada figura a figura. Essa condição visual *sui generis*, de uma imagem-síntese expõe, necessariamente, tensões entre as imagens – contrastes, semelhanças e diferenças – e sugere novas percepções e interpretações das qualidades plásticas (matéria e espaço) das arquiteturas apresentadas. Os recursos digitais Web também possibilitam uma aproximação conceitualmente mais coerente com a fundamentação teórica desse projeto, ou seja, com a apresentação simultânea e não-linear de imagens, diferente do que geralmente ocorre no formato de folhas em sequência em livros ou revistas convencionais;
- A intenção de se construir um enfoque sobre a arquitetura dentro da especificidade desta arte, isto é, não simplesmente como história dos edifícios, ou história dos arquitetos, mas principalmente como história das formas de con-

cepção e composição do diálogo entre matéria e vazio, ou como história das configurações plástico-espaciais de edifícios e espaços urbanos.

Tais objetivos iniciais convergiram para esforços de interpretação individual e coletiva de imagens na plataforma Arquigrafia com base nos “conceitos fundamentais” de Wölfflin (1945) e na técnica dos diferenciais semânticos desenvolvida pelo psicólogo norte-americano Charles E. Osgood (1990).

Em síntese, Osgood (1990, p.189) propõe que o processo de juízo ou interpretação (de um fenômeno plástico-espacial, como é o caso) pode ser representado por meio da atribuição de uma posição específica sobre uma escala experimental definida entre um par de termos opostos, como aqueles definidos por Wölfflin, por exemplo. Logo, frente a uma determinada imagem fotográfica que representa um certo aspecto de uma arquitetura ou espaço urbano é possível construir interpretações/juízos estéticos sobre a arquitetura representada na fotografia com base em diferenciais semânticos. A questão que a equipe do projeto Arquigrafia formulou então foi: Como esta possibilidade poderia ser explorada na Internet, valendo-se da noção de inteligência coletiva em um ambiente colaborativo de compartilhamento temático de imagens para o qual convergem, contribuem e interagem vários usuários?

Depois de vários testes realizados entre 2010 e 2014 definiu-se um conjunto

de diferenciais semânticos propostos aos usuários como um primeiro referencial experimental para a análise e organização de relações de semelhanças formais entre imagens. São 6 pares de qualidades, binômios plástico-espaciais, sendo 3 com relação à interação entre espaços internos e externos (aberta/fechada; interna/externa; translúcida/opaca) e 3 com relação à conformação plástica de superfícies e volumes (complexa/simples; simétrica/assimétrica; horizontal/vertical).

A conjugação de tais propósitos posicionou gradualmente o projeto no âmbito das Humanidades Digitais, mais precisamente relacionando-o ao escopo desejável de projetos Web 2.0 no âmbito cultural-educacional (O'REILLY, 2009; SHELLY & FRYDENBERG, 2011; ANTOUN, 2014).

Parte do problema que move as investigações atuais do Arquigrafia atualmente é que não há um consenso absoluto sobre quais seriam esses parâmetros Web 2.0, o que caracteriza justamente o campo contemporâneo de debates, aberto a proposições conceituais e experimentações no qual entende-se que se coloca a experiência de uma década do Arquigrafia.

Muito embora existam divergências sobre o tema, alguns critérios elementares podem ser tomados como ponto de partida para a caracterização da natureza de projetos Web 2.0. São eles:

- O entendimento do ambiente Web como uma plataforma onde é possível tanto “colher” quanto “semear” informações;

- A comunidade de usuários assume o controle sobre as informações inseridas, aferindo continuamente sua confiabilidade;
- Desenvolvimento participativo/colaborativo da Arquitetura do sistema;
- Software próprio com desenvolvimento contínuo de funcionalidades específicas como “beta perpétuo”;
- Acessibilidade responsiva em dispositivos variados;
- Escalabilidade sustentável;
- Fontes de informação remixáveis com possibilidades de alterações de informações a partir das licenças conferidas pelos autores;
- Dinâmicas de aproveitamento da Inteligência Coletiva.

Cabe, de início, considerar a afirmação de que, muito embora a Web 2.0 tenha apresentado condições crescentes de participação, colaboração e intercâmbio social, o impacto de tais possibilidades nas GLAMS está bem aquém do esperado (LÓPEZ et al., 2010; GARIBALDI, 2015; FOSTER & RAFFERTY, 2016; RIDGE, 2016), prevalecendo ainda parâmetros da Web 1.0 na constituição de bancos de imagens fechados, com várias restrições de acesso às informações e arquivos, e uma produção curatorial/editorial de conteúdos iconográficos e textuais.

Considerando que hoje existem várias fontes Web que já produzem informações

textuais confiáveis, a centralização da produção de conteúdo em texto em um núcleo editorial tende a ser redundante, abre margem para erros e imprecisões, e se torna financeiramente insustentável a médio, longo prazo. Nesse cenário, os parâmetros Web 2.0 de convergência de informações fundamentadas já existentes; de aferição contínua de sua confiabilidade por meio de uma comunidade crítica ativa que modera conteúdos; e de abertura a interações entre plataformas (APIs) explorando a “hackeabilidade” e a “remixabilidade” dentro dos limites de respeito aos direitos autorais; indicam claramente um caminho a ser investigado de maneira sistemática e criteriosa em prol da sustentabilidade de projetos iconográficos que dependem da interação com textos de qualidade.

O principal problema que então se coloca é: como identificar na profusão de textos disponíveis na Web as fontes confiáveis de informação textuais?

As questões apresentadas até aqui evidenciam e reiteram a necessidade de uma atualização contínua dos ambientes colaborativos entendidos como “beta perpétuos” no contexto Web 2.0.

Ao longo desses 10 anos do projeto Arquigrafia foram produzidas 4 versões do sistema online: a primeira versão da plataforma foi concluída em 2010, a segunda em 2012, a terceira em 2015 e a quarta está prevista para meados de 2018. A experiência desse processo de produção, acrescido pelas exigências de manutenção e atualização contínua de funcionalidades, tarefas realizadas por

equipes distintas que se sucederam no tempo, evidenciou um problema metodológico-projetual: a necessidade de uma sistematização de parâmetros de integração entre WebDesign e programação conjugados em uma única base referencial estruturada como um Guia de Estilos (LYNCH & HORTON, 2016; ANDERSON, 2016).

Coloca-se então como meta atual do projeto a construção de um Guia de Estilos, conforme os parâmetros Web 2.0, que organize parâmetros capazes de orientar e coordenar as inevitáveis ações futuras de manutenção/produção características de um “beta perpétuo”, facultando ainda – na medida em que torna acessíveis e didáticas as interações entre programação e WebDesign –, a participação de programadores externos a equipe em tais atividades. Essa almejada participação de programadores voluntários na produção/manutenção do Arquigrafia só poderá ser feita, de fato, a partir da conclusão de um Guia de Estilos.

Depreende-se do que foi exposto até aqui a relevância científica e tecnológica do percurso metodológico proposto para o enfrentamento de problemas interdisciplinares e multifacetados a serem enfrentados hoje para o futuro do projeto Arquigrafia.

Tais problemas são sintetizados assim:

- A análise crítico-comparativa – com perspectiva histórica (desde 2010) e com visada sobre a condição atual – da posição relativa e da

contribuição científica, tecnológica e cultural do Arquigrafia no cenário contemporâneo de plataformas iconográficas dedicadas à arquitetura e a espaços urbanos na Web 2.0 o que irá auxiliar no delineamento de diretrizes de desenvolvimento do projeto para os próximos anos;

- A reunião de parâmetros, diretrizes, linhas-guia e frameworks de WebDesign definidos como um Guia de Estilos que balize tanto o redesenho e a programação atual quanto o desenvolvimento de uma primeira versão responsiva (Website+App) do Arquigrafia (e do +GRAFIA) por ele pautada a ser concluída no final do primeiro semestre de 2019;
- Aperfeiçoamento do sistema de moderação que, valendo-se de dinâmicas de gamificação, promove um maior engajamento dos usuários na medida em que cria uma hierarquia progressiva de revisores, editores, moderadores e curadores, reconhecendo as contribuições indispensáveis das ações de tais usuários na qualificação das informações visuais e textuais disponíveis no sistema;
- Aperfeiçoamento de um vocabulário controlado específico para Arquitetura e Urbanismo, com base no Vocabulário Controlado SIBI/USP e em mapas conceituais experimentais que investiguem

estruturas de hierarquia, relação e vinculação entre termos/*tags* valendo-se de metáforas como árvores de termos e constelações de termos;

- A identificação e a análise das possibilidades técnicas de integração de fontes de dados confiáveis, tais como o IPHAN, CONDEPHAAT, DPH, Vitruvius, ArcoWeb, Getty Center, Wikipedia, World Digital Library e outras plataformas temáticas, que possam “fornecer” textos e *tags* que venham complementar a indexação das imagens, evitando assim a produção editorial própria de textos redundantes considerando o que já existe, com boa qualidade, na Internet;
- A experimentação do potencial que o piloto *Open-Air Museum* indica hoje considerando que a conjugação de dispositivos móveis e Internet sem fio torna possível acrescentar à vivência direta do espaço arquitetônico – preconizado por Zevi como protagonista da experiência da arquitetura –, a vivência simultânea de suas representações – desenhos, fotografia, filmes – *in loco*, promovendo assim uma ampliação imaginativa das interações com edifícios e cidades como realidades aumentadas por várias camadas de representações “*in loco*” ou “*in situ*”. Essa sobreposição de

camadas de informações visuais e textuais tem ainda o potencial de ir além das seleções e juízos consagrados pela historiografia, pois os recursos *wireless* possibilitam conjugar em plataformas colaborativas híbridas, juízos/opiniões/interpretações e acervos iconográficos oriundos de instituições (públicas e/ou privadas) a juízos/opiniões/interpretações e coleções iconográficas particulares construídas por leigos interessados no assunto ou por profissionais, especialistas e/ou pesquisadores especialistas. Tais sobreposições, interações, conjugações e convergências recentes, características das Humanidades Digitais, tem um potencial formativo, educacional, patrimonial, cultural ainda por explorar e é justamente nesse campo tecnológico a demandar pesquisa que se insere a investigação aqui proposta alinhada ao Programa eScience FAPESP.

Os resultados esperados dos esforços a serem realizados nos próximos meses, e que configuram a FASE III do projeto, contemplam aportes científicos e tecnológicos em duas frentes integradas e complementares entre si: contribuições metodológico-conceituais e contribuições propositivas-projetuais, ambas aplicadas diretamente no ambiente colaborativo Arquigrafia e +GRAFIA, com o piloto *Open-Air Museum* integrado.

O projeto piloto *Open-Air Museum* (Museu a Céu Aberto) promove um aporte experimental ao Arquigrafia do projeto *Smart Audio City Guide* < <https://vimeo.com/77111941> >, ambos desenvolvidos pela mesma equipe multidisciplinar de pesquisadores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), do Instituto de Matemática e Estatística (IME), da Escola Politécnica (POLI), da Escola de Comunicações e Artes (ECA) e da Faculdade de Direito (FD) da Universidade de São Paulo (USP). O *Smart Audio City Guide* foi desenvolvido entre 2011 e 2013 como uma rede social e um ambiente colaborativo para *smartphones* com informações em áudio georreferenciadas, eminentemente não visuais, com o intuito de estimular interações de seus usuários com os ambientes urbanos e também entre si, considerando prioritariamente – mas não exclusivamente – o público com deficiências visuais, da baixa visão à cegueira.

O conceito de Museu a Céu Aberto, nesse piloto, considera que a interação com paisagens, espaços e objetos urbanos e a experiência sensorial direta de tais fenômenos pode ser intensificada e enriquecida com a presença *in loco* de representações – em imagens, textos e áudios – que estimulam ressignificações, reposicionamentos e revisões contínuas dos conhecimentos construídos a respeito de temas pertinentes às cidades, suas dinâmicas e transformações. Tal conceito contribui tanto à compreensão e ao reconhecimento da dimensão artística histórica que constitui a

materialidade presente nas cidades, quanto também colabora com o entendimento da transitoriedade das configurações urbanas e as decorrentes questões patrimoniais contemporâneas. Compreende-se a cidade como a grande obra de arte humana constituída por uma multiplicidade de obras de arte em diferentes escalas, dos objetos aos edifícios, dos grandes espaços públicos à sua região geográfica transformada.

Outro sentido de Museu a Céu Aberto deriva do fato de que dispositivos móveis podem trazer à luz e tornar presentes e visíveis, audíveis, sensíveis aos usuários, diretamente nos espaços urbanos, reproduções digitais de documentos que habitualmente estão restritos às reservas técnicas de Galerias, Bibliotecas, Arquivos e Museus (GLAMs). Desse modo, a associação entre processos de digitalização, plataformas Web e Internet abundante podem levar para as ruas, para as mãos e olhos do público que transita pelas cidades, documentos que ressignificam as interações com tais espaços como obras de arte. Todos esses conceitos trazem inúmeros desafios em sua implementação. Por exemplo, os sistemas de GPS podem não possuir precisão suficiente para definir a localização de um usuário entre duas obras vizinhas, o que exigirá a implementação de algoritmos que considerem outros parâmetros para reduzir tais imprecisões. Adicionalmente, por se tratar de um ambiente colaborativo, o sistema precisa ser capaz de suportar um alto fluxo de dados sem prejudicar a experiência do usuário. Pois, ao mesmo tempo que a diversidade de conteúdo permite a absorção variada de informações, ela

pode tornar o uso confuso e burocrático, o que implica a necessidade de apresentar a informação adequada ao contexto em que o usuário se encontra. Uma boa experiência de acesso ao conteúdo pode resultar em maior interesse dos usuários em engajarem-se e compartilharem suas impressões. Em uma escala mais ampla, é por meio do engajamento de usuários que se torna possível um amplo acervo de um Museu a Céu Aberto de tantas e tão distintas arquiteturas e realidades urbanas atuais. O intercâmbio de impressões distintas sobre lugares que se transformam no tempo e são percebidos de maneiras singulares por usuários diferentes entre si favorece a compreensão do relativismo de juízos formulados sobre experiências sensíveis e estimula a construção de perspectivas comparativas entre as várias possíveis narrativas relacionadas a edifícios e espaços urbanos. Para alcançar esses objetivos, o projeto está sendo desenvolvido por meio de uma pesquisa-ação que se vale de experimentos em campo para a análise de dados em sua configuração real. (ROZESTRATEN, A. et al. 2017)

Com relação às contribuições metodológico-conceituais da conclusão da Fase III do projeto Arquigrafia, espera-se a produção do necessário aprofundamento quanto aos modos de realizar processos comparativos – tão característicos da antropologia cultural, por exemplo (LAPLANTINE, 2001; LÉVY, 2002) – entre projetos Web, partindo, evidentemente, de uma revisão crítica do “Estado da Arte” quanto ao que seriam critérios fundamentais para a Web 2.0 e seus des-

dobramentos futuros. Espera-se também que essa contribuição metodológica-conceitual abarque os procedimentos de moderação promovendo uma aferição contínua da qualidade das informações em plataformas colaborativas nas suas interações online.

Espera-se, para concluir esse delineamento de horizontes e desafios, que tais investigações venham corroborar a hipótese de que o projeto ARQUIGRAFIA é hoje, de fato, uma referência internacional de inovação, tanto do ponto de vista tecnológico, considerando sua plataforma iconográfica digital responsiva aberta e funcional, quanto do ponto de vista científico, na medida de sua contribuição na construção de conhecimento em todo o espectro de ações técnicas necessárias a projetos nas mais variadas áreas de conhecimento que lidem com desafios que envolvem desde a conservação de originais até a difusão Web/App de imagens digitais devidamente georreferenciadas e indexadas.

## ASPECTOS DO ARCHITEXT MINING

Em pleno século XXI é impossível pensar em pesquisa científica sem considerar aspectos digitais. O mundo em que vivemos está cada vez mais interessado em dados. Algumas ferramentas como o *data warehousing* (armazenamento de dados) ou o *data mining* (mineração de dados) têm obtido resultados muito relevantes em termos de tratamento massivo da informação. O *text mining* (mineração de textos)

é uma técnica ainda mais específica que busca padrões e tendências nos textos e permite construir conhecimento, respondendo questões previamente formuladas ou apresentando padrões ocultos em conjuntos de textos. Esta classe de processos analíticos está sendo utilizada há alguns anos em várias disciplinas científicas e humanísticas com resultados positivos.

Por exemplo, em 1946 o sacerdote italiano Roberto Busa iniciou a construção do *Index Thomisticus*,<sup>1</sup> uma ferramenta para facilitar buscas de textos no conjunto da obra de São Tomás de Aquino. A princípio Busa utilizava técnicas digitais muito rudimentares, como cartões perfurados, para empreender suas análises. Entretanto, graças ao espetacular desenvolvimento da metodologia de trabalho nestas disciplinas, o projeto pode obter seus maiores resultados ao final do século XX.

Mais recentemente muitos outros projetos aplicaram ferramentas de *text mining*. São bastante conhecidos trabalhos de identificação de autores em peças literárias (SALLIS, SHANMUGATHAN, 2008). Concretamente, foram amplamente divulgadas as análises das obras de William Shakespeare que colocam em questão a autoria de alguns de seus textos.

Em arquitetura também existem alguns pioneiros na análise de dados, como Juan Pablo Bonta, autor de uma extensa pesquisa publicada no livro *American Architects and Texts* de 1996 (BONTA, 1996). Em seu trabalho, Bonta compilou dados citados em 380 textos sobre arquitetura americana

desde 1815. Hoje, o trabalho árduo de Bonta quantificando as aparições de certos arquitetos nos livros foi superado por ferramentas como o *Ngram Viewer* do *Google Books*,<sup>2</sup> que permite visualizar em poucos segundos a totalidade de citações de um determinado arquiteto existentes em todos os livros considerados no projeto. Por exemplo, se forem introduzidos os nomes de vários arquitetos bem conhecidos do século XX (Le Corbusier, Frank Lloyd Wright, Mies van der Rohe, Walter Gropius e Alvar Aalto), em questão de segundos é gerado um gráfico mostrando o número de citações que tais mestres obtiveram ao longo do tempo na literatura digitalizada pelo *Google Books*. Neste gráfico, pode-se observar que as citações de todos eles têm uma tendência crescente no tempo, entre outras coisas, devido ao fato de que a indústria editorial tem crescido continuamente ao longo dos últimos anos. Percebe-se então que essa ferramenta não gera diretamente dados sobre o interesse real a respeito de certas figuras em um determinado momento, ou seja, o desenvolvimento da indústria editorial contamina a qualificação de citações e invalida esse tipo de resultados. Considerando tal distorção, como poderíamos obter informação sobre a evolução da arquitetura moderna sem acumular esse tipo de erro? Dito de outra forma: é possível utilizar bases de dados que proporcionem informação sobre o desenvolvimento da arquitetura moderna em um momento específico? A resposta é sim.

<sup>1</sup> Ver <http://www.corpusthomisticum.org/it/index.age>.

<sup>2</sup> Ver <http://Books.google.com/ngrams>.

A arquitetura dos séculos XX e XXI tem uma base de dados extraordinária na qual os principais conceitos, eventos e edifícios foram registrados: os periódicos de arquitetura. A maioria dos pesquisadores especializados em arquitetura moderna os utilizam como fonte. No entanto, a pesquisa sobre periódicos continua a ser feita como há 50 anos, ou seja, diretamente nos acervos físicos das bibliotecas, conferindo exemplares, página por página. Evidentemente, nas últimas décadas, foram preparados índices para o seu conteúdo, mas em geral são incompletos e não incluem registros de textos menores, como seções de notícias. Nos últimos anos também proliferaram as digitalizações disponíveis online de revistas importantes. Mas tudo isso não é suficiente. A grande quantidade de informações contidas em periódicos arquitetônicos excede a capacidade dos pesquisadores. É necessário o emprego de recursos computacionais que sejam capazes de transformar esse enorme banco de dados em um formato legível que possa ser analisado por máquinas.

ArchiteXt Mining propõe o uso de técnicas avançadas de análise de dados para construir ferramentas para os investigadores que utilizam os periódicos de arquitetura em seu trabalho. De outro lado, ArchiteXt Mining pretende ser uma ferramenta colaborativa que proporcione informação à medida que a receba de pesquisadores e usuários. Outro aspecto a se destacar é que se trata de um projeto piloto que pretende explorar novas metodologias de pesquisa.

O projeto foi concebido na Espanha, com foco específico sobre a arquitetura moderna espanhola, mas aspira converter-se em algo muito maior. Contudo, antes de tudo, suas possibilidades estão sendo testadas sobre uma amostra bastante conhecida e controlada pela equipe de trabalho: as publicações periódicas de arquitetura espanhola entre 1939 y 1975, período da ditadura franquista. As mudanças políticas e culturais transcorridas no país nesses anos proporcionam um amplo leque de possibilidades a explorar.

O projeto inicial pretendia incluir cinco revistas de arquitetura espanholas da época (*Revista Nacional de Arquitectura y Arquitectura*, *Cuadernos de Arquitectura*, *Hogar y Arquitectura*, *Nueva Forma* e *Informes de la Construcción*) e cinco revistas europeias bastante conhecidas pertencentes aos principais núcleos de difusão de notícias da época: Inglaterra (*The Architectural Review* y *Architectural Design*), França (*L'Architecture d'Aujourd'hui*) e Itália (*Domus* y *Casabella*). Entretanto, devido à drástica redução de recursos concedidos, muito aquém do solicitado, a pesquisa se restringiu às duas revistas publicadas pelos “*colegios de arquitectos*” mais importantes da Espanha, o de Madri e o de Barcelona, deixando a inclusão de outros títulos e a comparação com periódicos estrangeiros para etapas futuras.

É importante salientar, de início, que este projeto não é uma digitalização de revistas. Os projetos de digitalização são muito importantes – sobretudo se incluem OCR (*Optical Character Recognition*) – o que permite localizar termos

específicos no conteúdo das revistas. Na Espanha, recentemente, foi concluída a digitalização da revista *Arquitectura* del Colegio de Arquitectos de Madrid (<http://www.coam.org/es/fundacion/biblioteca/revista-arquitectura-100-anios>) o que possibilitou realizar buscas por autor, arquiteto ou palavra-chave incluída no título e referências bibliográficas principais. No Brasil, a Universidade de São Paulo divulgou na Web a digitalização da revista *Acrópole* (<http://www.acropole.fau.usp.br>) tornando possível buscar termos nos textos digitalizados. Comparativamente, a digitalização da *Acrópole* é mais útil do que a da *Arquitectura* por permitir que o pesquisador defina o conceito/termo que deseja localizar sem se restringir a uma pré-definição de termos nos campos de busca.

ArchiteXt Mining deseja proporcionar algo mais. Não apenas pretende ajudar os pesquisadores a economizar tempo, como pretende, de certo modo, converter-se em uma fonte de inspiração para os mesmos. Para tanto, o que se propõe é a criação de uma base de dados sobre arquitetura publicada nos meios especializados aberta ao mundo acadêmico que ultrapasse a informação habitualmente contida nos índices disponíveis. A ferramenta proporcionará a possibilidade de realizar análises profundas de conteúdo dos artigos aplicando as metodologias de mineração de textos. A intenção é estabelecer padrões de semelhança e diferença não apenas entre revistas, mas também entre a arquitetura espanhola e a estrangeira. A análise quantitativa

das tendências será fundamental para a localização dos principais núcleos de recepção e emissão de notícias.

Outro objetivo do projeto é proporcionar uma lista objetiva dos textos que iniciaram tendências e daqueles que, ao contrário, foram meros reflexos ou continuação dos primeiros. De outro lado, pretendemos estabelecer *rankings* que indiquem a importância de arquitetos, edifícios, críticos, além de um número considerável de variáveis de interesse para os pesquisadores. Um dos aspectos mais consistentes do projeto é sua capacidade de crescimento. Pretendemos iniciar um projeto de alcance internacional que construa uma ferramenta analítica de grande potencial.

Para tanto, a primeira grande tarefa realizada foi o desenvolvimento de uma base de dados biblio-temática. Tal base é uma classificação inicial feita de modo tradicional pelos membros da equipe de trabalho. No entanto, já proporciona uma quantidade de informação para além dos índices tradicionais. A criação dessa base de dados, por si só, já justificaria o projeto. Contudo, o ArchiteXt Mining pretende proporcionar valores adicionais valendo-se de técnicas estatísticas da mineração de textos.

Enquanto se estava construindo a base de dados em questão, a equipe preparava as digitalizações dos textos com OCR. Com a tradução dos textos para linguagem de máquina entra em cena a equipe de informática que realiza a mineração de textos. Os textos se convertem em matrizes e são

eliminadas todas as palavras que não contribuem com significados específicos. Tais *stop-words* são artigos, preposições, conjunções e todas aquelas palavras que são irrelevantes para o propósito de nossa análise. Todas elas são importantes para conectar palavras, sentenças e parágrafos, mas têm um impacto irrelevante na análise de significado dos textos. Com isso são obtidas as matrizes (TDM, *Text Matrix Document*) que constituem o autêntico DNA dos textos e a unidade de análise dos mesmos. Com essa informação podemos estabelecer buscas e comparações em grande escala, o que é impossível para o cérebro humano. A tarefa mais básica é calcular a relação de palavras mais frequentes. Trata-se de um exercício interessante em si mesmo, já que proporciona perceber os termos mais frequentes e, assim, as diversas chaves em torno do significado e sentido do texto. No entanto a relação de frequências não serve apenas para que se obtenha uma compreensão geral do conteúdo do texto. Podemos armazená-la em nossa base de dados e utilizá-la no tratamento automatizado de informação para estabelecer distintos estudos comparativos.

### Estudos de frequência de palavras

Os estudos de frequência de palavras são comuns hoje para expor a informação contida em determinados conjuntos de dados aos usuários. São frequentemente utilizados para mostrar a frequência de determinados dados em uma mostra selecionada. Nos referimos às conhecidas

nuvens de palavras ou *word-clouds*. Como é bastante conhecido, quanto maior o tamanho de uma palavra em uma nuvem maior sua frequência em uma certa base de dados. É um conceito muito simples, mas que não invalida a eficácia da ferramenta na interpretação do conteúdo dos dados. Se, à frequência global de uma determinada palavra no texto adicionarmos o fator tempo, podemos desenhar um gráfico de frequência de palavras que mostra sua presença em um determinado momento do discurso. Se fizermos isso com várias palavras e estabelecermos paralelos, é fácil detectar conceitos que se apresentem nas três partes habituais de um texto: a introdução, o desenvolvimento e a conclusão. Entende-se que este passo é ainda mais eficaz que uma simples nuvem de palavras.

### Estudos de correlações entre palavras

Com uma série de análises de correlação entre palavras é possível saber que palavras costumam apresentar-se associadas a outras em um texto. Tais tendências de associação dão pistas sobre dados ou circunstâncias ocultas que não tem motivo para figurar de forma explícita.

### Estudos de semelhanças entre textos

Por último, propomos criar índices de semelhança entre textos. Una vez completado o processo de elaboração do DNA de todos os textos, podemos compará-los dois a dois e calcular o percentual de semelhança entre eles (SIM).

Tal percentual nos proporciona critérios objetivos para localizar séries de textos relacionados entre si, antes mesmo de iniciarmos uma leitura. Cabe dizer que não se trata de uma ciência exata, pois erros podem ser produzidos e acumulados. De todo modo, é uma técnica que auxilia a reduzir drasticamente o panorama de buscas.

Experimentamos diferentes métodos estatísticos para selecionar o que melhor se adapta às nossas necessidades. Tais métodos estão perfeitamente definidos na literatura estatística<sup>3</sup>. O primeiro é a somatória *de produtos de intervalo de frequências ponderadas*, que são termos baseados no produto escalar da frequência de palavras comuns entre dois textos ( $d1$  e  $d2$ ). Tal somatória deve ser ponderada com o número total de palavras do texto.

$$SIM(d1, d2) = \sum x_i y_i = x_1 y_1 + x_2 y_2 + x_3 y_3 + \dots + x_n y_n$$

Na fórmula anterior, são as frequências ponderadas da *i-word* () nos documentos, respectivamente. A frequência ponderada de certa palavra () em um texto é obtida mediante um quociente entre a frequência dessa palavra ( $c(w_i, d1)$ ) e o número total de palavras do documento.

$$x_i = c(w_i, d1) / |d1|$$

$$y_i = c(w_i, d2) / |d2|$$

O segundo indicador é o *produto de somatórias de intervalos de frequências ponderadas*. Esses dois indicadores são bastante similares em termos de cálculo e utilizam as mesmas frequências

ponderadas. É muito importante ponderar os resultados. Nesse caso, as palavras frequentes em ambos os textos têm um peso considerável no cálculo.

$$SIM(d1, d2) = \sum x_i \sum y_i = (x_1 + x_2 + x_3 + \dots + x_n) \times (y_1 + y_2 + y_3 + \dots + y_m)$$

Ao contrário, o Índice *Jaccard* trabalha com a simples aparição de palavras, em atribuir ênfase a quantas vezes comparece no texto. Esse índice mostra a cardinalidade da interseção entre dois textos () dividida pela cardinalidade de sua união. No *Jaccard* não importa a frequência de certos termos, apenas sua presença.

$$SIM(d1, d2) = \frac{|d1 \cap d2|}{|d1 \cup d2|}$$

Após calcular esses três índices para um número significativo de pares de textos, nossa conclusão é de que o índice *Jaccard* é o que melhor se adapta às nossas necessidades. Em primeiro lugar porque normalmente seus valores permanecem na metade dos três índices. Em segundo lugar porque utiliza apenas os conceitos de união e interseção, o que é de fácil compreensão inclusive para principiantes nas técnicas estatísticas, como é o caso da maior parte da equipe de pesquisa. Finalmente, preferimos esse índice porque não favorece as altas frequências de palavras frente às baixas.

Os valores obtidos mediante tal método foram comparados por analistas de dados da equipe que estabeleceram um critério que conclui que quando dois textos mostram um índice de similitude em

<sup>3</sup> Entre outros: (FELDMAN, SANGER, 2007) e (COLAS, BRAZDIL, 2006).

torno de 20% a 25% podemos considerar que tratam de temas parecidos.

Isto posto, colocam-se uma série de questões que temos tentado resolver em 2018. A primeira diz respeito às possíveis dificuldades que poderíamos encontrar ao tentar ir além das fronteiras espanholas e compara textos escritos em diferentes idiomas. Ainda que este não seja o objetivo primordial desta fase do projeto, fizemos testes de similitude entre textos escritos originalmente em espanhol e sua tradução em inglês. Mediante o uso de tradutores automáticos (Google tradutor ou similares), os resultados de similitude que obtivemos reproduzem o mesmo padrão: o índice SIM aumenta nos textos traduzidos para o inglês com relação aquele entre esses dois textos escritos em seu idioma original. O mesmo ocorre quando são utilizados os três métodos descritos anteriormente.

Nossa teoria para explicar este aumento do índice de similitude entre dois textos ao traduzi-los para outro idioma considera que os tradutores automáticos tendem a simplificar a coleção de palavras utilizadas nos textos e se valem de linguagem mais ou menos standard para expressar a mesma ideia. Provavelmente nos textos originais a presença de sinônimos, palavras polissêmicas e outros aspectos da linguagem proporcionam uma qualidade maior aos mesmos termos, enquanto que a tradução simplifica e utiliza as mesmas palavras para termos similares, o que explicaria o aumento do índice de similitude entre eles. Há que se considerar, portanto, que quando se comparam textos

traduzidos a outro idioma o índice de similitude pode sofrer um acréscimo que hoje estimamos em 10 a 15%. Este é um trabalho em andamento que ainda tem um longo caminho a percorrer.

Outra questão que nos preocupa bastante atualmente diz respeito a quais parâmetros e de que maneira queremos mostrar aos usuários da página web onde estará a ferramenta, de maneira que, em primeiro lugar, seja possível realizar buscas booleanas na base de dados bibliotemática. A ferramenta proporcionará os dados de registros bibliográficos que contêm os critérios introduzidos pelos usuários, que poderão buscar por palavra, por grupo de palavras o por sintagmas, e que poderão ainda combinar tais parâmetros com os operadores clássicos para produzir resultados mais relevantes.

De outro lado, pretende-se que a página gere uma série de gráficos que ajudem o usuário a compreender os resultados de suas buscas, desde gráficos de barras que mostrem a palavra (ou grupo de palavras) y sua distribuição no tempo, a quantidade de artigos por ano e a aparição de certos termos em um dado momento. Se os usuários acessam um artigo em particular, além da informação bibliográfica poderá obter una nuvem de palavras de seu conteúdo ou um gráfico de pontos linear com as palavras mais frequentes.

Em nossa opinião, o resultado mais relevante que os usuários poderão obter será com o índice de similitude entre textos já que será possível obter um número determinado de artigos mais “similares” a um dado e, portanto, os

pesquisadores poderão partir de um número determinado de entradas muito mais reduzido que aquele obtido sem o uso dessa ferramenta.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base em imagens e textos, o Arquigrafia e o ArchiteXt Mining abordam a arquitetura a partir de seus documentos, de suas representações com o intuito de apresentarem contribuições complementares ao esforço dos pesquisadores da área de Arquitetura e Urbanismo. Ambos consideram que os recursos computacionais são auxiliares, mas não substituem a

imaginação, o trabalho, o critério e a sensibilidade dos pesquisadores. A condição complementar de tais plataformas pretende auxiliar, inspirar, servir de apoio ao trabalho, análise e interpretação de grandes quantidades de informação para além das possibilidades individuais. Os aspectos da trajetória, dos propósitos motivadores, das interações complementares e dos desafios atuais e futuros do Arquigrafia e do ArchiteXt Mining apresentados aqui pretendem embasar as comunicações e os diálogos a serem conduzidos no Simpósio Temático proposto e intitulado: Ferramentas e Plataformas Digitais para a documentação e a construção de conhecimento em Arte e Arquitetura.

---

ARTUR ROZESTRATEN é doutor em Estruturas Ambientais Urbanas e professor associado da Universidade de São Paulo | [artur.rozestraten@usp.br](mailto:artur.rozestraten@usp.br)  
ANA ESTEBAN MALUENDA é doutora em Teoria e História da Arquitetura e professora da Universidad Politécnica de Madrid | [ana.esteban.maluenda@upm.es](mailto:ana.esteban.maluenda@upm.es)

## REFERÊNCIAS

- ANDERSON, Paul. **Web 2.0 and Beyond: Principles and Technologies**. Boca Raton: CRC Press, 2016.
- ANTOUN, Henrique (Org.). **Web 2.0 – participação e vigilância na era da comunicação distribuída**. Rio de Janeiro: Mauad Editora Ltda., 2014.
- BONTA, Juan Pablo. **American Architects and Texts: A Computer-Aided Analysis of the Literature**. Cambridge (Mass.): The MIT Press, 1996.
- CASSIRER, E. **A Filosofia das formas simbólicas**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- CHARTIER, Roger. **El mundo como representación**. Historia cultural: entre práctica y representación. Barcelona: Gedisa, 1992.
- COLAS, Fabrice; BRAZDIL, Pavel. On the Behavior of SVM and Some Older Algorithms in Binary Text Classification Tasks. In: SOJKA, Petr; KOPEČEK, Ivan; PALA, Karel. (eds.) **Text, Speech and Dialogue** [9th International Conference, TSD 2006, Brno, Czech Republic, September 11-15, 2006. Proceedings]. Part of the Lecture Notes in Computer Science Book Series, vol 4188. Berlín, Heidelberg: Springer, 2006, 45-52.
- ESTEBAN MALUENDA, Ana; SAN PABLO MORENO, Luis. “ArchiteXt Minig: Taking advantage of Periodicals as an Architectural Data Base”. **CIRAS Discussion Paper**. Kyoto: Center for Information Resources or Area Studies, Kyoto University, N. 81, 2018, pp. 24-30.
- ESTEBAN MALUENDA, Ana; SAN PABLO MORENO, Luis; FERNÁNDEZ RODRIGUEZ, Francisco. “ArchiteXt Minig Project: Developments and Adjustments since the 2017 Symposium in Kyoto”. **CIRAS Discussion Paper**. Kyoto: Center for Information Resources or Area Studies, Kyoto University, N. 81, 2018, pp. 80-85.
- FELDMAN, Ronen; SANGER, James. **The Text Mining Handbook: Advanced Approaches in Analyzing Unstructured Data**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- FOCILLON, Henri. **La vie des formes**. Paris: Alcan, 1939.
- FOSTER, Allen; RAFFERTY, Pauline. **Managing Digital Cultural Objects: Analysis, discovery and retrieval**. London: Facet Publishing, 2016.
- FRANCASTEL, P. **Imagem, visão e imaginação**. São Paulo: Martins Fontes, 1987.
- \_\_\_\_\_. **Pintura e sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.
- GARIBALDI, Roberta. **The use of Web 2.0 tools by Italian contemporary art museums**. Museum Management and Curatorship, volume 30, Issue 3, 2015.
- LAPLANTINE, François. **L'Anthropologie**. Paris: Payot, 2001.
- LÉVY, J.J. **Entretiens avec François Laplantine – Anthropologies latérales**. Montreal: Liber, 2002.
- LÓPEZ et al. **The presence of Web 2.0 tools on museum websites: a comparative study between England, France, Spain, Italy, and the USA**. Museum Management and Curatorship, volume 25, Issue 2, 2010.
- LYNCH, Patrick J.; HORTON, Sarah. **Web Style Guide – Foundations of User Experience Design**. New Haven: Yale University Press, 2016.

- MALRAUX, André. **Le Musée Imaginaire: psychologie de l'art**. Paris: Skira, 1947.
- O'REILLY, Tim. **What is the Web 2.0 – Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software**. Sebastopol: O'Reilly Media Inc., 2009.
- OSGOOD, C.E. The Nature and Measurement of Meaning. In: **Language, Meaning and Culture: the selected papers of C.E. Osgood** / edited by Charles E. Osgood and Oliver C.S. Tzeng. New York: Praeger Publishers, 1990.
- PANOFSKY, E. **Significado nas artes visuais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- RIDGE, Mia (Ed.). **Crowdsourcing our Cultural Heritage**. NY: Routledge, 2016.
- RIEGL, A. **Arte tardoromana**. Torino: Giulio Einaudi editore, 1959.
- ROZESTRATEN, Artur; PEREIRA, Diogo A. M. (Orgs.) **Arquigrafia entre 2009 e 2014**. São Paulo: FAUUSP, 2015.
- ROZESTRATEN, Artur; DE ANDRADE, Beatriz M.; GASTAL, Fernanda. **Manual de Procedimentos Técnicos do Projeto Arquigrafia**. 2ª Edição. São Paulo: FAUUSP, 2018.
- ROZESTRATEN, Artur S.; BERTHOLDO, Ana Paula O.; KERSUL FARIA, João Henrique; CORRÊA DA SILVA, Flávio Soares. Projeto Piloto Arquigrafia – Open-Air Museum. **Computação Brasil** - Revista da Sociedade Brasileira de Computação (SBC). Porto Alegre: SBC, n.35, ed. 3, 2017.
- SALLIS, Philip; SHANMUGANATHAN, Subana. A Blended Text Mining Method for Authorship Authentication. In: Analysis, Modelling & Simulation, 2008. AICMS 08. Second Asia International Conference. On: IEEE Explore Digital Library (<https://ieeexplore.ieee.org/document/4530518/>, search data: 05/08/2018)
- SHELLY, Garry B.; FRYDENBERG, Mark. **Web 2.0: Concepts and applications**. Shelly Cashman Series. Boston: Bentley University, 2011.
- WARBURG, Aby. **Der Bilderatlas Mnemosyne**. Berlin: Akademie Verlag, 2003.
- WÖLFFLIN, E. **Conceptos fundamentales de la Historia del Arte**. Madrid: Espasa-Calpe S.A., 1945.

# PRESENÇA ESTRANGEIRA: NOTAS SOBRE A VISUALIZAÇÃO DE DADOS HISTÓRICOS

*Rodrigo Cury Paraizo*

*Maria Cristina Nascentes Cabral*

## Resumo

Este artigo examina a construção teórica e metodológica subjacente ao gerenciamento e visualização da informação histórica no site “Arquitetos Estrangeiros no Rio de Janeiro no Século XX” e no livro “Presença Estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro 1905-1942”, ambos frutos da pesquisa sobre arquitetos estrangeiros e trocas culturais no Rio de Janeiro coordenada pelos autores no âmbito do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ.

**Palavras-chave:** banco de dados; história urbana; modernidade.

## Abstract

This paper examines the underlying theoretical and methodological approaches for information management and visualization concerning the website “Foreign Architects in Rio de Janeiro in the 20<sup>th</sup> Century” and the related book “Foreign Presence: Architecture in Rio de Janeiro 1905-1942”. Both works originate from the same research about foreign architects and cultural exchanges in Rio de Janeiro, coordinated by the authors in the Laboratory of Urban Analysis and Digital Representation of the Graduate Program in Urbanism of FAU-UFRJ.

**Keywords:** databases; urban history; modernity.

## Resumen

Éste artículo examina la construcción teórica y metodológica subyacente al gerenciamento y visualización del sitio web “Arquitectos Extranjeros en Rio de Janeiro en el siglo XX” y del libro relacionado “Presencia Extranjera: Arquitectura en Rio de Janeiro 1905-1942”, ambos frutos de la investigación acerca de los arquitectos extranjeros y las trocas culturales en Rio de Janeiro coordinada por los autores en el Laboratorio de Análisis Urbana y Representación Digital del Programa de Posgrado en Urbanismo de la FAU-UFRJ.

**Palabras-clave:** bases de datos; historia urbana; modernidad.

## INTRODUÇÃO

Em “A vertigem das listas” (2010), Umberto Eco traça um panorama histórico da necessidade humana de ordenar o conhecimento. Se a estrutura poética foi um dispositivo mnemônico importante para listas essencialmente orais, é com o advento e disseminação da escrita, e posteriormente da impressão, que as listas afloraram em sua plenitude, se transformando em taxonomias até alcançarem, na forma digital, as ontologias como modo de organização e classificação do mundo.

A partir da nossa experiência de construção, gerenciamento e visualização da informação no site “Arquitetos Estrangeiros no Rio de Janeiro no Século XX” e no livro oriundo da mesma pesquisa, “Presença Estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro 1905-1942”, frutos de nossa pesquisa sobre arquitetos estrangeiros e trocas culturais no Rio de Janeiro no âmbito do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ, elaboramos algumas reflexões teóricas e metodológicas sobre modos de produção historiográfica baseados nos bancos de dados digitais.

## UM SONHO DE BORGES

Borges (2011) materializa esse empreendimento de concentração última do conhecimento em alguns de seus contos: em “O Aleph”, de 1949, um único ponto, “de dois ou três centímetros” de diâmetro, condensa todos os outros pontos do

Universo, sem sobreposição, em uma espécie de eterno presente imediatamente acessível. Curiosamente, em um momento anterior do conto, o interlocutor do protagonista menciona que o século XX havia tornado o ato de viajar inútil, diante da profusão de telefones, telégrafos, jornais, boletins e outros meios de comunicação e informação – em suas palavras, “as montanhas, agora, convergiam sobre Maomé”.

Em outro conto, “A Biblioteca de Babel”, escrito em 1941, já não são os lugares que se condensam em uma esfera, mas todo o conhecimento escrito ou por escrever que se encontra em uma mítica biblioteca, que Borges, na verdade, iguala ao próprio universo. O conto, no entanto, acaba apontando para a angústia de um conhecimento desordenado, em livros espalhados por infinitas salas, sempre por serem descobertos, sempre em vias de serem contrariados por outros livros.

Essa angústia enciclopedista trazida por Borges está incorporada de algum modo no projeto do computador pessoal e da própria Internet – inclusive conforme a proposição de 1994 de Berners-Lee et al (2003) –, quer pela abundância de informações disponíveis online, quer pela necessidade de mecanismos de classificação e recuperação da informação, desde os pioneiros Altavista e Yahoo até o onipresente e hoje indispensável Google. Em 1945, no entanto, Vannevar Bush (2003) propunha, no artigo “As We May Think”, uma espécie de escrivãzinha multimídia chamada Memex composta por coleções de textos

microfilmados, filmes, fotografias e gravações de áudio, todos indexados em um sistema central acessível por um teclado, que antecipou em algumas décadas – e inspirou, segundo Isaacson (2014, p. 288) – a criação dos computadores pessoais. Jamais construído, o engenho tinha como uma de suas características mais importantes a possibilidade de criar relações simbólicas estáveis entre as diferentes fontes de informação – antecipando tanto os documentos multimídia quanto os hyperlinks. Bush chega a contemplar como essas “trilhas”, como ele chama os documentos compostos por um conjunto ordenado de links, poderiam ser trocadas entre diferentes proprietários de Memex, e como poderia surgir uma nova profissão, os “trail blazers”, responsável pela criação de trilhas significativas em meio ao enorme conjunto de registros.

Caracteriza-se, portanto, o deslocamento do problema de construir um corpo de conhecimentos para o de construir conhecimento a partir de um conjunto existente. As relações entre as informações assumem um papel preponderante para que se possa fazer uso das informações em si. Podemos dizer que Argan (1993) coloca esse problema do ponto de vista da historiografia ao caracterizar que ao historiador caberia construir diferentes narrativas a partir da seleção e composição de documentos, uma *grille de travail* de todo o conjunto de informações históricas sobre arquitetura.

Como comenta Engelbart em 1962 (2003, p. 98), a extensão do intelecto hu-

mano pelo computador beneficiaria todos os que trabalham com conceitos simbolizados, “seja na forma da língua inglesa, pictogramas, lógica formal ou matemática”, ao permitir que a intuição humana se aliasse à capacidade de processamento da máquina. Trata-se também de pensar o computador como máquina de manipulação simbólica, portanto, capaz de ajudar no ordenamento e operação de conceitos. Nelson (2003a), em 1965, no artigo “A File Structure for the Complex, the Changing, and Indeterminate”, usa pela primeira vez os termos “hipertexto”, “hiperfilme” e “hipermídia”, ao descrever um sistema de links originalmente desenvolvido para auxiliar “escritores e cientistas” na elaboração de suas ideias, baseado na noção de recombinação de elementos – a proposição foi posteriormente refinada em 1981 (NELSON, 2003b), reforçando os conceitos de recombinação, de compartilhamento de arquivos e de um estado de eterna revisão do documento principal. É especialmente importante notar sua preocupação desde o início com as categorias e classificações que usamos para os dados; Nelson considera que é ilusório buscar categorizações verdadeiras, ideais ou permanentes, mas que “As categorias são quiméricas (ou temporárias) e nossos sistemas de categorização deveriam evoluir com elas. Sistemas de informação devem ser *equipados* com a capacidade de aceitar os novos sistemas de categorização enquanto estes evoluem a partir do quadro referencial anterior – ou externamente a ele” (2003a, p. 144, grifos no original).

Manovich (2001) descreve os bancos de dados como uma das formas características das novas mídias digitais, junto com os espaços navegáveis. Com isso, não pretende que sejam exclusivas do meio digital, mas que, com o computador, elas se tornam mais facilmente distribuíveis e especialmente expressivas. Subjacente ao banco de dados, em que os objetos correspondem a registros que os descrevem em seus campos, está a noção de relacionamentos entre os diferentes objetos, desde a mais simples noção de agrupamento por campos de conteúdo semelhante (mesmo ano, mesmo autor) até complexas operações de concatenação de diferentes tabelas que permitem identificar coautorias, estabelecer referência cruzadas e construir nuvens de tags.

Entretanto, mais de cinquenta anos depois da formulação do Memex e após o advento e popularização dos computadores pessoais, várias das formulações originais de Bush e Nelson permanecem pouco exploradas, no que se refere à criação das redes de relações. A ideia original dos links, por exemplo, era de uma ligação bidirecional, enquanto sua implantação na web e em diversos sistemas permaneceu de mão única. Além disso, o processo de construção de bancos de dados, de inserção de dados, e de recuperação de informações ainda permanece basicamente restrito aos modelos de ficha e tabela – em que pesem as representações visuais de relações entre campos e tabelas em programas populares como Microsoft Access ou SQL Workbench, esse tipo de manipulação

visual raramente alcança bancos de dados online, por exemplo.

Do mesmo modo que a promessa do hyperlink foi apenas parcialmente realizada – nas especificações originais, previa-se a possibilidade de links bidirecionais e links múltiplos, por exemplo –, e a própria linguagem HTML, apesar de padrão para a visualização, possui ferramentas de escrita muito menos avançadas que os editores de texto que se dedicam a produzir as versões impressas.

Ainda assim, boa parte dos sites dos dias de hoje se baseiam na separação de forma e conteúdo, através dos chamados CMS (de “content management systems”, sistemas de gerenciamento de conteúdo) e assemelhados, como Wordpress, Joomla e Drupal, pelo quais estruturas de diagramação são preenchidas por campos de bancos de dados. As páginas dos sites, na verdade, são montadas em tempo real, a partir de *templates* de estruturas gráficas, o que ajuda a garantir a integridade de layout e da estrutura das informações do site, além de melhorar o processo correção e atualização da programação. “Forma”, nesse caso específico, se refere tanto à disposição visual dos elementos estruturantes de cada página quanto à descrição da lógica interna de funcionamento do site – a sua programação, que é também responsável pelas capacidades de manipulação da própria estrutura visual. A partir desses sistemas, é possível fazer alterações no conteúdo – as informações publicadas – e na diagramação com o mínimo de conhecimento da programação subjacente, composta

por milhares de linhas de código e requisições de tabelas de um banco de dados interno de razoável complexidade.

### CONSTRUINDO CONSTELAÇÕES

Para a ciência da informação, um dado é um fato não organizado, sem processamento algum. Ao ser processado, estruturado ou contextualizado, passa a se tornar informação. Ao longo deste texto, usaremos os termos dados e informação como intercambiáveis, por entender que a própria inserção de um dado em um banco de dados de objetos culturais já pode ser considerada uma interpretação – em contraposição a dados adquiridos de sensores, por exemplo, ou de uma transcrição de valores, como as notas de uma prova. É possível, com isso, pensar em informações de primeira e segunda ordens, por exemplo, quando elaboramos interpretações a partir da interface com essas interpretações inseridas no banco de dados.

Se, como argumenta Manovich (2013) as interfaces, em tanto que objeto cultural e expressão de seu tempo, são instrumentos capazes de influenciar os modos de pensar de uma sociedade, a multiplicidade de representações de bancos de dados e suas operações seria um caminho importante de popularização – de modo semelhante às linguagens visuais de programação como o Grasshopper em relação à arquitetura paramétrica –, ajudando a profissionais que não são programadores por formação a construir

protótipos funcionais para expressar suas ideias – conforme o exemplo descrito por Tosello e Carrara (2014).

Desse modo, os CMS conseguem tornar a publicação de dados estruturados mais simples, servindo como interface amigável da programação. É possível usar o Wordpress, por exemplo, com plugins como Pods ou Toolset Types para criar campos personalizados e diferentes fichas que podem ser agrupadas de diferentes maneiras. Um sistema de classificação usual dos bancos de dados eletrônicos são as tags, palavras-chave de vocabulário normalmente ampliável, apesar de tabelado *a posteriori*, o que facilita o controle e evita a criação de demasiados termos semelhantes sem limitar a proposição de novos termos. Ao contrário do conceito mais hierárquico de categorias, que normalmente exprime uma ontologia prévia, no sentido de uma organização deliberada do tema, as tags acabam revelando essa organização de modo emergente.

Baseadas em princípios semelhantes, há variadas ferramentas para a criação de coleções de dados, como o Dspace, cuja primeira versão data de 2002, uma parceria entre o MIT e o HP Labs para criação de repositórios institucionais online. As principais características do software residem no gerenciamento das diversas permissões de grupos de usuários para criar e editar registros e classificações, na possibilidade de catalogação de diversos tipos de mídia e na obediência a padrões internacionais de catalogação, como o Dublin Core.

O ambiente digital Omeka, do Roy Rosenzweig Center for History and New Media, por sua vez, foi criado com o objetivo de produzir exposições de coleções online, do mesmo modo que o neozelandês Greenstone, da Universidade de Waikato, que também permite a distribuição de versões *offline*. Em ambos os casos, temos o foco na visualização dos dados por parte do usuário final, com uma interface administrativa para facilitar a entrada dos dados por parte daqueles que vão alimentar o sistema, usando *templates* específicos por mídia e reforçando os padrões de catalogação por meio de controles de interface interligados a tabelas internas de controle de vocabulário.

Podemos entender esses sistemas a partir de três níveis principais de interação: o nível do usuário final, visitante do site, que irá ver os registros de diferentes modos – ordenados e agrupados segundo diferentes sistemas, ou recuperados por diferentes buscas –; o nível de alimentação dos dados, composto pelos especialistas nos elementos sendo registrados, mas não na programação do sistema. O terceiro nível, portanto, é o da programação interna do sistema e das estruturas de suas tabelas de base, que determina aquilo que é possível fazer com o sistema nos outros níveis. Cada um desses níveis, naturalmente, admite subdivisões: há usuários finais que podem interferir nos registros (criando coleções ou sugerindo e efetuando edições e classificações de registros já existentes, por exemplo); há diferentes níveis de administração do sistema, e mesmo os programadores

podem interferir em subsistemas mais nucleares ou periféricos, que exigem mais ou menos proficiência técnica. No último nível reside, portanto, a determinação das regras que irão moldar as possibilidades de interação com os dados: no caso do banco de dados, as formas de recuperação da informação.

A questão da recuperação da informação, em geral, é tratada a partir da construção de buscas textuais que requerem mais ou menos caracteres e recursos de autocompletar, auxiliadas por elementos de interface como listas drop-down, caixas de seleção e combinação, entre outros dispositivos de interface mais ou menos consagrados pelo uso. Estes últimos, por sua vez, constituem uma espécie de “gramática geral” de seleção e buscas comum a diversas interfaces, e que constituem uma prática cultural, conforme Manovich (2013). Em que pese o grande desenvolvimento de infográficos dos últimos anos, e do próprio campo de visualização da informação, há relativamente poucos avanços nos mecanismos acessíveis aos usuários finais e intermediários para visualização do conteúdo de bancos de dados. Se, para o usuário programador estão disponíveis soluções como a linguagem R, Luna ou Gephi, as saídas são bastante mais restritas nos outros níveis.

Já é relativamente comum a plotagem dinâmica espacializada de dados em mapas do Google e afins, por exemplo, além da ocasional nuvem de dados. Mecanismos assim nos levam a pensar nessa visualização da informação não

apenas como algo que se dá *a posteriori* da sua elaboração em conhecimento, mas justamente como forma de alcançar essa elaboração, e como parte intrínseca do discurso de difusão desse conhecimento – conforme discutido por Tufte em diversas obras (1997, 2001). A possibilidade de uma retórica visual – e, mais do que isso, de uma efetiva argumentação visual (BLAIR, 2008) – acarreta tanto a atenção para os aspectos visuais do discurso pela comunicação imediata e emocionalmente forte, quanto para a clarificação da lógica argumentativa. Isso significa que a visualização é capaz de informar, mais do que passiva e meramente ilustrar aquilo que já está contido em um discurso textual, por exemplo. A própria lista é um exemplo disso: conforme vemos em Eco (2010), até a consolidação da escrita, as listas existiam a partir de dispositivos mnemônicos, e a organização bidimensional da página permitiu identificar seus elementos e sua organização interna com mais clareza, desenvolvendo esse mecanismo de formas até então impensáveis – como as tabelas, por exemplo.

A possibilidade de visualizar graficamente o conjunto – ou um subconjunto – de dados de um banco, portanto, pode acarretar em novas interpretações até então simplesmente imprevisíveis, que podem alterar a forma de coletar ou os próprios dados coletados, além da própria estrutura desses dados.

O pensamento diagramático, com isso, assume grande importância, ao permitir lidar com maiores volumes de

informação de modo simplificado, bem como representar processos – e, por conseguinte, pensar sobre eles. A historiografia tem na construção de linhas do tempo o exemplo mais comum, apesar de estar longe de ser trivial a sua construção, como atestam a linha do tempo de movimentos arquitetônicos de Charles Jencks, de 1973, e mapa de Charles Minard apresentando as perdas sucessivas dos exércitos franceses na campanha contra a Rússia em 1812. E, no entanto, há poucas ferramentas realmente acessíveis, em termos de proficiência de programação, para a construção dinâmica de linhas do tempo a partir de bancos de dados. O “Rio-H” desenvolvido por Kós (2003), por sua vez, tratava, já em meio digital, da relação entre os documentos históricos e a sua espacialização na cidade do Rio de Janeiro, de modo análogo ao que foi posteriormente desenvolvido pelo ImagineRio, projeto lançado pela Rice University em 2016.

É preciso, no entanto, que as ciências humanas assumam papel mais ativo na definição das ferramentas digitais, levando os programadores a desenvolver interfaces capazes de um diálogo mais próximo dos modos de pensar desejados por historiadores, por exemplo, e que não necessariamente fazem parte da agenda ou da compreensão da computação como praticada hoje. Sem isso, ao apenas aceitar as interfaces passivamente, corre-se o risco de se deixar moldar por suas possibilidades intrínsecas, sem acrescentar aspectos de criatividade ou expressividade necessários para a prática dessas ciências.

De acordo com Hartley (2017), as ciências humanas são necessárias para fazer com que a revolução digital seja direcionada para a construção de uma inteligência aumentada, aliando as capacidades de processamento da máquina às percepções e instintos humanos. Os exemplos por ele analisados indicam que, mais do que a substituição da inteligência humana pela inteligência artificial, os melhores resultados aparecem quando esta se apoia no poder computacional, deixando a capacidade de reconhecer padrões e a intuição baseada na experiência agirem mais livremente. Seria interessante, por exemplo, ver uma implementação digital da escrita historiográfica para o ensino de arquitetura denominada por Rocha-Peixoto como “estratégia da aranha” (2013), pela qual parte-se de uma ideia central e vão sendo buscadas as situações históricas correspondentes que ajudem a compreender um objeto do presente.

O site “Cronologia do Pensamento Urbanístico”, iniciado em 2003 pelo Laboratório de Estudos Urbanos - PROURB/FAU-UFRJ e pelo Laboratório Urbano do PPG-AU/FAUFBA, por exemplo, trabalha com a construção dinâmica de diagramas a partir das relações descritas no banco de dados. Na sua seção de linha do tempo, por sua vez, permite ao usuário final selecionar anos da linha principal para criar recortes temporais específicos, que podem ser posteriormente recuperados. Também trabalhando com diagramas, mas fortemente influenciado pela “Linguagem de Padrões” de Christopher Alexander, Silva (2006) reconstrói

graficamente, também alimentado diretamente pelo banco de dados subjacente, as relações conceituais entre diferentes partes de projetos do Favela-Bairro. Em ambos os casos, temos a apresentação de visões diagramáticas para o usuário final, e é de se pensar na possibilidade e conveniência de estender tais possibilidades aos usuários responsáveis pela alimentação de tais bancos de dados, provendo uma visão mais dinâmica da estrutura dos dados, além de uma noção mais abrangente do conteúdo disponível.

## PRESEÇA ESTRANGEIRA

Nesta seção, examinaremos, construção do gerenciamento e visualização da informação histórica no site “Arquitetos Estrangeiros no Rio de Janeiro no Século XX”. Em paralelo, abordaremos alguns dos diagramas elaborados para o livro oriundo da mesma pesquisa, “Presença Estrangeira: Arquitetura no Rio de Janeiro 1905-1942”. Ambos são frutos da pesquisa sobre arquitetos estrangeiros e trocas culturais no Rio de Janeiro coordenada pelos autores no âmbito do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ.

Uma descrição do funcionamento do site foi publicada anteriormente (CABRAL, PARAIZO e SILVA, 2014), sendo aqui retomadas e atualizadas. Afirmamos, então, a dificuldade de categorização dos objetos culturais, sejam as

edificações ou a própria biografia de cada arquiteto, no que se refere às estruturas de dados, difícil categorização. Muitas vezes, as categorias mais úteis para identificar e definir uma obra podem ser muito específicas, e, com isso, pouco relevantes para outras obras. A individualidade do objeto estará sempre sujeita à tensão entre a estrutura geral de dados e suas características individuais. Além disso, o preenchimento dos dados pode ser subjetivo, por se tratarem de interpretação de características da obra. Ao invés da interdição ou desestímulo ao uso de uma estrutura de dados, percebemos que se trata de um ponto limite do desenvolvimento da própria linguagem de banco de dados, uma expansão que permite acomodar usos e leituras mais criativos.

O objetivo do site, cujos trabalhos se iniciam em 2012, e da própria pesquisa, era diminuir a notável escassez e dispersão de informações, pela elaboração de um inventário textual e iconográfico de obras arquitetônicas e de seus autores estrangeiros disponibilizado em banco de dados digital para pesquisadores e interessados, buscando articular uma visão de conjunto da contribuição dos fluxos criativos desses imigrantes e das redes culturais e sociais envolvidas nesses fluxos.

A metodologia de pesquisa opera no âmbito da História da Cultura, procurando compreender os processos de interlocuções destes estrangeiros, predominantemente europeus, com a cidade do Rio de Janeiro, contribuindo com o desenvolvimento de uma estratégia de análise, catalogação e apresentação das

obras em questão. Mais do que a ascendência de uma cultura sobre a outra, em que a importação se imporia sobre a produção local, entendemos que o fenômeno se dá como interlocução, ou seja, pela influência mútua entre as culturas, pelas trocas culturais e a circulação de ideias.

A presença de arquitetos estrangeiros na cidade do Rio de Janeiro, em um período de expansão e crescimento urbano, foi estudada visando compreender as transformações operadas no espaço construído e na morfologia urbana; a circulação de ideias; o caminho das redes sociais, das trocas econômicas; e os processos de aculturação advindos da presença estrangeira. Além da presença física na paisagem, cada edificação foi uma oportunidade de intercâmbio entre profissionais estrangeiros e cariocas, servindo de ponte entre arquitetos e clientes, e reforçando laços de afinidade social, religiosa, intelectual e cultural.

A pesquisa tem por objetivo evidenciar essas delicadas e muitas vezes efêmeras relações entre arquitetos, clientes e edificações, assim como sua contribuição para a configuração da modernidade urbana carioca, na primeira metade do século XX. Estão cadastrados no site 86 arquitetos e 113 edificações, o que está longe de corresponder à totalidade de arquitetos estrangeiros ou de suas obras no Rio de Janeiro no período pesquisado; o objetivo, no entanto, é ampliar o conhecimento existente sobre a biografia profissional e a produção dos arquitetos estudados, em geral pouco contemplados pela historiografia da arquitetura. Pelo

estudo e cruzamento dessas informações, deve ser possível uma melhor compreensão das trocas culturais realizadas – incluindo-se obras, clientela, construtoras, e demais profissionais envolvidos.

A estrutura dos registros, bem como as categorias para sua classificação, foi pensada de modo a ajudar a esclarecer questões como o tempo de permanência dos autores das obras na cidade, especificidade dos programas arquitetônicos criados, as relações e formação de clientela, participação em grupos e instituições sociais, entre outras relações. Foi necessário refinar os próprios campos de registro, com o andamento da pesquisa, para, entre outras razões, acomodar as imprecisões e incompletudes inerentes aos registros históricos disponíveis (ou a serem descobertos): o campo “ano”, que se poderia pensar, a princípio, como claramente objetivo, foi desdobrado em três outros (ano de projeto, de início da obra, de término), de acordo com os documentos disponíveis. Posteriormente, seguiram-se outras discussões sobre como construir uma linha do tempo a partir desses desdobramentos, que resultaram em um quarto campo ano, de valor arbitrado para o ordenamento na lista, visto que não dispúnhamos de dados suficientes para preencher totalmente nenhum dos três primeiros. A própria identificação das edificações foi por vezes problemática: edificações conhecidas por determinados nomes consagrados pela história possuem denominação oficial distinta na atualidade; por outro, edificações já registradas tiveram seu

nome oficial alterado no decorrer do levantamento.

A abordagem estritamente quantitativa, ou estatística, provavelmente a retórica mais comum associada às pesquisas com bancos de dados, foi descartada logo de início por considerarmos seus resultados pouco relevantes para a amostragem, tanto pelos números quanto pela completude dos dados. A recuperação de uma informação ou registro específico também não foi o principal elemento de configuração da interação, em que pese a presença de mecanismos de busca. O foco principal foi posto em duas outras possibilidades expressivas importantes dos bancos de dados: a primeira é a própria estrutura dos dados, para acomodar as peculiaridades dos objetos registrados sem comprometer demasiado a possibilidade de agrupamentos, listagens e, em menor grau, comparações. A segunda é o inter-relacionamento entre os registros, permitindo essas visões de conjunto assim como as conexões entre registros construídas de modo emergente, ou seja, sem intenção específica no momento da alimentação dos dados, e permitindo que a consolidação dos dados, de certo modo, surpreenda o responsável pela inserção.

Conforme mencionamos anteriormente, o sistema pode ser descrito como composto por três camadas de visualização e manipulação da informação. A camada de programação interna, ou de estruturação, é composta em parte pelo próprio `mySQL`; embora permita grande liberdade na construção de consultas, exige o domínio da linguagem

de construção de consultas SQL. Em paralelo, temos a linguagem de programação das páginas, em HTML5, PHP e Javascript. A camada intermediária, de manipulação dos dados, é composta pelos formulários de preenchimento e pesquisa interna de dados foi desenvolvida primeiramente em vFront e posteriormente reformulada em jQuery e HTML 5, gerando uma interface mais amigável e com formulários mais complexos, associando múltiplas tabelas.

A interface pública do site, ou camada de visualização, possui, por sua vez, algumas consultas pré-programadas e uma busca simples. Também teve uma versão inicial, de desenvolvimento mais rápido, que funcionou como laboratório de organização e visualização dos dados; e serviu para aprimorar também a estrutura de dados e a interface de alimentação. A versão atual da interface privilegia o exaustivo levantamento fotográfico realizado, assim como a exibição dos links automáticos dentro das fichas de edificação e de arquitetos, ajudando a identificar obras do mesmo autor, ou realizadas pelas mesmas construtoras, ou ainda aquelas em um mesmo bairro; além de plotar essas obras em um mapa via API do aplicativo Google Maps.

A publicação impressa enfoca um subconjunto de 14 arquitetos e 27 edifícios, e permitiu experimentar de modo mais eficiente com a visualização das informações, constituindo uma espécie de situação ideal ainda a ser alcançada pela programação dinâmica do site, ao mesmo tempo que refinam soluções já ali adotadas. A

primeira parte do livro traz as biografias profissionais dos arquitetos, em ordem alfabética. Na segunda parte, os edifícios aparecem em ordem cronológica, dando preferência à data de projeto (quando verificada). Cada edifício é acompanhado de um mapa com a sua implantação, planta e fotografias históricas e atuais, para que seja possível compreender não apenas o entorno atual como o contexto original.

O modelo de ficha, presente no banco de dados, permaneceu, mas os campos foram adaptados para cada caso, evitando campos vazios ou inadequados; respeitando, com isso, a especificidade de cada registro. Para o livro, por exemplo, os sumários, com os arquitetos em ordem alfabética e as edificações em ordem cronológica, foram acrescidos das nacionalidades dos arquitetos no primeiro caso e das autorias dos projetos, no segundo. Além disso, cada bairro ganhou um mapa marcando suas edificações listadas no livro, e foi feito um mapa geral da cidade com todas as edificações. A biografia de cada arquiteto apresenta um diagrama-síntese de sua trajetória geográfica desde seu nascimento até a chegada ao Rio de Janeiro, passando pelo local de sua formação quando necessário. As diferentes trajetórias estão ainda resumidas em um único diagrama, que apresenta a seção das biografias. Finalmente, na abertura da seção dos edifícios, um diagrama relaciona autores, suas nacionalidades e suas obras, ajudando a mapear influências; e, na página seguinte, um complexo diagrama relaciona os autores e obras às construtoras e programas arquitetônicos.

## CONCLUSÕES E PERSPECTIVAS

Examinamos aqui o conceito de banco de dados como um tipo específico de mídia digital, traçando um pequeno histórico desse empreendimento intelectual e incluindo o exame de alguns de seus dispositivos retóricos. De modo mais específico, foram analisados alguns exemplos de bancos de dados de objetos culturais e de ferramentas para sua criação e publicação. Finalmente, foram apresentadas a estrutura de dados e interface do site sobre a presença estrangeira na produção arquitetônica das primeiras décadas do século XX no Rio de Janeiro, assim como sua contrapartida impressa.

Nesse processo, entendemos que o desenvolvimento de instrumentos digitais mais intuitivos e interfaces mais transparentes para criação, manipulação e publicação de bancos de dados ainda tem um longo caminho a percorrer. Os exemplos sugerem que o fichamento dos objetos culturais deve seguir uma lógica capaz de dar suporte à imprecisão e ambiguidade inerentes a esse tipo de registro. Nem todo banco de dados está composto por registros imutáveis e derivados de uma taxonomia cristalizada – há lugar para conjuntos de dados provisórios, em mutação, e subjetivos, mas ainda assim capazes de contribuir para o avanço do conhecimento.

## AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer aos colegas, orientandos, pesquisadores e alunos de graduação que fazem parte do Laboratório de Análise Urbana e Representação Digital do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da FAU-UFRJ – em especial aos que colaboraram diretamente com as pesquisas aqui mencionadas e aos colegas orientadores Naylor Vilas Boas, Thiago Leitão de Souza e José Barki –; assim como ao PROURB, à FAPERJ, à CAPES e ao CNPq.

## REFERÊNCIAS

- ARGAN, Giulio Carlo. A história da arte. *In: História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, p. 13–72.
- BERNERS-LEE, Tim; CAILLAU, Robert; LUOTONEN, Ari; *et al.* The World-Wide Web. *In: WARDRIP-FRUIN, Noah; MONTFORT, Nick (Orgs.). The New Media Reader*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 792–798.
- BLAIR, J. Anthony. The Rhetoric of Visual Arguments. *In: HILL, Charles A.; HELMERS, Marguerite (Orgs.). Defining Visual Rhetorics*. New Jersey: Taylor & Francis, 2008, p. 41–62.
- BORGES, Jorge Luis. **Cuentos completos**. Barcelona: Lumen, 2011.
- BUSH, Vannevar. As we may think. *In: WARDRIP-FRUIN, Noah; MONTFORT, Nick (Orgs.). The New Media Reader*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 35–48.
- ECO, Umberto. **A vertigem das listas**. Rio: Record, 2010.
- HARTLEY, Scott. **The Fuzzy and the Techie: Why the Liberal Arts Will Rule the Digital World**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2017.
- ISAACSON, Walter. **Os Inovadores**. Edição: 1. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2014.
- MANOVICH, Lev. **Software Takes Command**. 1 edition. New York: Bloomsbury Academic, 2013.
- MANOVICH, Lev. **The Language of New Media**. Cambridge: MIT Press, 2001.
- NELSON, Theodor N. A File Structure for The Complex, The Changing, and the Indeterminate. *In: WARDRIP-FRUIN, Noah; MONTFORT, Nick (Orgs.). The New Media Reader*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 133–146.
- NELSON, Theodor N. Proposal for a Universal Electronic Publishing System and Archive. *In: WARDRIP-FRUIN, Noah; MONTFORT, Nick (Orgs.). The New Media Reader*. Cambridge: MIT Press, 2003, p. 443–461.
- ROCHA-PEIXOTO, Gustavo. **A Estratégia da Aranha / The Spider's Stratagem**. Rio de Janeiro: Rio Books, 2013.
- TOSELLO, Maria Elena; CARRARA, Luis Enrique. Colmena post-digital. Sistema de acceso abierto para aportes y visualización de bases de datos colaborativas. *In: Sigradi 2014 - Design in Freedom*. Montevideu: Facultad de Arquitectura / Udelar, 2014, p. 577–581.
- TUFTE, Edward R. **The Visual Display of Quantitative Information**. 2nd. ed. [s.l.]: Graphics Pr, 2001.
- TUFTE, Edward R. **Visual Explanations: Images and Quantities, Evidence and Narrative**. [s.l.]: Graphics Press, 1997.

---

RODRIGO CURY PARAIZO é doutor em Urbanismo e professor da FAU-UFRJ e do PROURB/FAU/UFRJ | rparaizo@fau.ufrj.br  
MARIA CRISTINA NASCENTES CABRAL é doutora em História Social da Cultura e professora da FAU-UFRJ e do PROURB/FAU/UFRJ | mariacristinacabral3@gmail.com

# A TRANSIÇÃO DA FACHADA: DO ECLÉTICO AO ART DECÓ

*Luciana Nemer Diniz*

## Resumo

As fachadas que serão abordadas no presente artigo se referem ao período do final do século XIX aos anos 30 do século passado, fase da transição da economia rural para a urbana, do agrário para o industrial e da monarquia para a república. Ao observar a iconografia da época, a mudança ocorre através de elementos da arquitetura que alteram a linguagem e a tipologia das construções sem, no entanto, alterar o ritmo visto que nos centros históricos a herança urbana dos lotes estreitos do período colonial o fazia permanecer. Como as fachadas fecham o espaço urbano da mesma forma que as paredes delimitam internamente os ambientes, essas o fecham em um ritmo constante gerando espaços onde é usual perceber efeitos compositivos como a repetição, a translação, a simetria e o espelhamento de elementos. Nas ruas e avenidas as alterações de fachadas se darão mais pelas esquadrias e adornos do que pela escala e proporção das mesmas.

**Palavras-Chave:** arquitetura; Art Decó; Eclético; fachada; tipologia.

## Abstract

The facades that will be discussed in this article refer to the period from the late nineteenth century to the thirties of the last century, the transition from rural to urban, from agrarian to industrial, and from monarchy to republic. In observing the iconography of the time, the change occurs through architectural elements that alter the language and the typology of the constructions without, however, changing the rhythm since in the historical centers the urban inheritance of the narrow batches of the colonial period made it remain. As the facades close the urban space in the same way that the walls internally delimit the surroundings, they close it in a constant rhythm generating spaces where it is usual to perceive compositive effects as the repetition, the translation, the symmetry and the mirroring of elements. In the streets and avenues the changes of facades will give more for the frames and adornments than for the scale and proportion of them.

**Keywords:** architecture; Art Deco; Eclectic; facade; typology.

## Resumen

Las fachadas que serán abordadas en el presente artículo se refieren al período del final del siglo XIX a los años 30 del siglo pasado, fase de la transición de la economía rural a la urbana, del agrario para el industrial y de la monarquía para la república. Al observar la iconografía de la época, el cambio ocurre a través de elementos de la arquitectura que alteran el lenguaje y la tipología de los edificios sin, sin embargo, cambiar el ritmo ya que en los centros históricos el patrimonio urbano de las parcelas estrechas

del período colonial lo mantuvo. Como las fachadas cierran el espacio urbano de la misma forma que las paredes delimitan internamente los ambientes, éstas lo cierran a un ritmo constante generando espacios donde es usual percibir efectos compositivos como la repetición, la traslación, la simetría y el reflejo de elementos. En las calles y avenidas las alteraciones de fachadas se darán más por las escuadras y adornos que por la escala y proporción de las mismas.

**Palabras-Clave:** arquitectura; Art Decó; Eclético; fachada; tipología.

## INTRODUÇÃO

Na linguagem coloquial a palavra fachada é utilizada em referência à vista principal de um edifício, supostamente a voltada para o logradouro. Sendo um plano de um volume, a fachada corresponde a uma das faces de uma obra arquitetônica. A desvinculação da mesma a volumetria da construção levou a alguns estilos a tratarem de forma independente, acrescentando mais elementos, adornos e informações no sentido de qualificá-la. Este recurso foi combatido pelo movimento moderno, nomeadamente pelos arquitetos ligados ao estilo internacional, no entanto, não completamente eliminado sendo recorrente até os dias atuais.

A conceituação do termo fachada é variada e cabe a interpretação de vários autores que definem termos arquitetônicos. Fachada segundo Pedreira é cada uma das faces de qualquer construção (PEDREIRA, 1996, p. 36), conceito confirmado por Ching ao definir fachada como a frente de um edifício ou qualquer uma de suas laterais para uma via ou espaço público, especialmente aquelas que se distinguem por seu tratamento arquitetônico. (CHING, 1999, p. 83)

Albernaz vai mais além ao afirmar que o caráter da edificação é em grande parte devido as suas fachadas. Lembra a autora que o projeto arquitetônico sempre contém o desenho de todas as fachadas do prédio (ALBERNAZ, 1998, p. 247). No desenho do projeto de arquitetura, o termo também é usado para se referir à vista ortogonal da própria

fachada e mais esporadicamente as faces internas da volumetria e seus elementos, no caso os termos mais adequados são: vistas e elevações. Conforme Pinhal uma fachada, também denominada alçado ou vista, corresponde a cada uma das faces de qualquer construção arquitetônica. (PINHAL, 2018)

Associado ao conceito de fachada está o de fachada livre surgido com o movimento moderno que valorizou todas as vistas externas da edificação apoiado em afastamentos que o permitiam a tecnologia do concreto armado. Albernaz descreve fachada livre como a que apresenta elementos estruturais capazes de atender a qualquer intenção plástica e funcional. Sua utilização se tornou possível com o uso de estrutura independente onde elementos estruturais não constituem elementos de vedação. (ALBERNAZ, 1998, p. 248)

O recorte temporal deste trabalho não abrange o período da arquitetura moderna, logo se utiliza ainda do termo frente. Para Albernaz fachada principal é a da frente do edifício, em geral voltada para a via pública, com tratamento diferenciado e os acessos principais. Quando o prédio possui mais de uma fachada voltada para via pública, a principal é a que dá frente para o logradouro de maior importância. É também chamada de frente e, particularmente em edificações antigas, frontaria ou frontispício. (ALBERNAZ, 1998, p. 248)

Pela visão do desenho arquitetônico a fachada é a representação gráfica de planos externos da edificação. Vista que

exibe o aspecto externo do prédio. Presentes em todas as fases de um projeto, do estudo preliminar ao projeto executivo o desenho da fachada vai crescendo em complexidade. Dos primeiros riscos a mão livre as mais elaboradas instruções para construção do edifício. Os desenhos de fachada definem as especificidades dos materiais externos, o funcionamento das esquadrias, as texturas e as cores.

De acordo com a NBR 6492 uma representação de fachada em nível de projeto executivo deve apresentar: “simbologias de representação gráfica; eixos do projeto; indicação de cotas de nível acabado; indicação de convenção gráfica dos materiais; marcação e detalhes; escalas; notas gerais, desenho de referência e carimbo e marcação dos cortes longitudinais ou transversais.” (ABNT, 1994, p. 9)

Na linha da composição formal as fachadas passam a gerar planos. O plano é por sua vez constituído pela união de linhas, sendo desprovido de volume, possuindo apenas largura e comprimento, é a representação terminal para formas bidimensionais. Logo, ao analisar a fachada arquitetônica, se analisa também o limite entre o bidimensional e o tridimensional, a linha que ora contrasta com o espaço não cerrado pelo volume - o fundo e ora com volumes adicionados ou retirados do volume principal (quando a fachada deixa de ser um plano contínuo e passa a apresentar recortes nesse plano).

Efeitos de luz e sombra são realçados quando ao plano são acrescentados ou deduzidos volumes, é o que Ching nomeia de adição ou subtração. De

acordo com o autor o volume sofre uma transformação ao se adicionar elementos ao mesmo ou subtrair uma porção. A natureza do processo, a extensão, o número de elementos acrescentados ou retirados determinam se a identidade da forma inicial será alterada ou mantida. (CHING, 2013, p. 48)

No momento em que ocorrem transformações volumétricas também são alterados os planos – as fachadas. “Em determinadas circunstâncias, a forma volumétrica assume papel de maior relevância em comparação com outros sistemas da arquitetura tomados em conta no projeto”. (COLIN, 2000, p.55) A forma comparada a estrutura e a função passa a ser primordial aos temas arquitetônicos voltados para edifícios institucionais e marcos comemorativos, dessa forma exigindo uma volumétrica marcante dada entre outros recursos por um espaço conveniente no entorno para observação da mesma.

O pensamento de Colin também se estende as fachadas uma vez que são partes integrantes da volumetria. Acrescenta o autor que na ocorrência de implantação do edifício num contexto fraco, ou seja, pouco construído ou sem elementos naturais marcantes torna-se mais importante o realce da forma volumétrica. (COLIN, 2000, p.55)

A fachada do edifício carrega a responsabilidade de ser marcante e não apenas um elemento de fechamento do espaço interno. A frente de um prédio pode então ser lida como o plano de uma parede externa que define pátios, praças,

ruas e locais de agrupamento considerando-se que durante séculos as fachadas urbanas eram erguidas nas testadas dos lotes. Nos períodos históricos do Eclétismo e do Art Decó é visível esta solução seja por exigências das posturas municipais ou pela baixa oferta de terra em áreas centrais urbanizadas.

### FACHADAS NO ECLETISMO

O eclétismo iniciado no fim dos XIX avançou pelas primeiras décadas do XX e popularizou propostas européias. A sociedade brasileira passava por um período de transformações econômicas, políticas e sociais que levaram a mudanças nos padrões de construção. As cidades do Rio de Janeiro e de São Paulo refletiam em suas fachadas e no urbanismo influências francesas.

O neoclassicismo e o Romantismo, comuns a todo o Ocidente, fundiram-se na segunda metade do século XIX numa mescla estilisticamente múltipla e morfologicamente indefinível: o Eclétismo Internacional, produto do intercâmbio de influências – nos usos e costumes, na literatura, nas artes em geral, na arquitetura, provocados pelos novos meios de comunicação introduzidos pela Revolução Industrial: barcos a vapor (que começaram a trafegar regularmente entre a Europa e o Rio de Janeiro na década 1850-60), telégrafo submarino (inaugurado entre aquele continente e a mesma cidade em 1874) mais tarde, cinema, etc. -, intercâmbio ainda intensificado pelo hábito das viagens, cada vez mais

frequentes e seguras, e pelo gosto e melhores meios de divulgação dos estudos históricos, de que a Revolução Industrial foi paradoxalmente uma das causas. (SANTOS, 1981, p. 69)

Era necessário trazer as comodidades da vida urbana que as elites já conheciam e, na Europa, caracterizavam a vida civilizada e moderna. No Brasil a modernização revelava-se um novo campo de investimento e um mercado promissor. Fábricas foram construídas e se constituíram empresas de serviços urbanos com subscrição de capital de acionistas nacionais ou estrangeiros, o comércio expandia-se com o fluxo de capitais e mercadorias importadas.

Para os edifícios produtos industrializados em escala crescente e novos métodos e processos de construção, que independentemente de questões de estilo, foram impondo sua presença refletindo a nova era, a Industrial. No Eclétismo os arquitetos iniciam o pensamento de soluções funcionais baseadas em organogramas e o aprimoramento da composição estilista através da melhoria dos elementos construtivos dentre eles esquadrias e gradis refletindo numa diversificação nas fachadas como apresentado na figura 1.

Afirma Reis Filho que as transformações eram tão importantes, em faces das tradições, que em certos lugares foi necessário alterar o código municipal que de acordo com as tendências do urbanismo colonial obrigava as construções a serem edificadas sobre o alinhamento das vias. (REIS FILHO, 1970, p. 45-46)

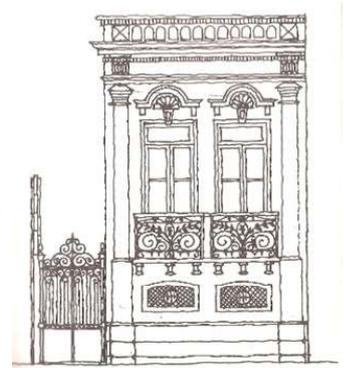


Figura 1: Fachada Eclética. Fonte: REIS FILHO (1970, p. 47)

O ecletismo, influenciado pelo romantismo (corrente anterior), pela doutrina positivista e pela visão historicista fazia uso de ornamentação para melhoramento dos prédios dentro de uma preocupação formal com os detalhes da fachada e um verdadeiro “apego” pelo ornamento.

As casas geminadas, como a da figura 1 tornam-se comuns. Santos destaca que as mesmas são quase sempre deslocadas de um e outro lado ficando as escadas ao centro. (SANTOS, 1981, p. 71) Muitas vezes o acesso lateral era coberto por vidro apoiado em armação de ferro sobre uma escada com degraus de mármore ou nas soluções mais simples de granito ou alvenaria.

“O imóvel caracterizado como “do início do século” pelo Instituto Municipal de Arte e Cultura do Rio de Janeiro apresenta fachadas ricamente adornadas com azulejos, cantaria, colunas, pilastras, gradis e ornatos distribuídos por entre embasamento, corpo e coroamento. (IMAC, 1985, p.6) Esses elementos adornam a fachada plana do edifício eclético, que como na figura 2, se espalham por entre efeitos de repetição, translação, simetria e espelhamento.

A riqueza de detalhes influenciava diretamente no custo o que levou inicialmente as obras ecléticas pertencerem à elite que contratava arquitetos formados pela Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios bem como qualificados mestres de obras. O estilo Eclético demandava conhecimentos de história, geografia, desenho e técnicas construtivas.

As classes mais abastadas iniciaram o processo de desvinculação habitacional em relação aos antigos centros e as classes proletárias também, estas, seguindo na direção da oferta de transportes, os subúrbios. Porém até mesmo nos subúrbios detalhes do estilo Eclético eram encontrados nas fachadas assim como nas vilas higiênicas (figura 2) e vilas operárias.

“Começam a se delinear planos diferentes, ornamentos nas fachadas, novas soluções de telhados, escadas, varandas, sacadas, entre outros. Neste processo de emburguesamento, as casas das vilas das classes médias, ao receberem tratamento de casas isoladas, também apresentam as mesmas soluções plásticas das casas unifamiliares. A partir de então podem ser identificados alguns detalhes de diferentes estilos arquitetônicos, desde o Neoclássico até o Eclético e o *Art Nouveau*.” (VAZ, 2002, p.117)

Nos centros urbanos eram comuns os conjuntos de casas com entrada pela lateral. Nos lotes estreitos da herança colonial, as residências eram alongadas na profundidade devido a pouca frente o que transformava uma quadra numa repetição constante de fachadas simétricas gerando um ritmo regular. As aberturas voltam-se na sua maioria para as laterais tendo a fachada principal duas janelas ou portas balcão, logo as residências se abriam para três fachadas: a principal ricamente adornada, a lateral muitas vezes agraciada com um jardim e a dos fundos, do serviço.



Figura 2: Vila Rui Barbosa – acesso Rua dos Inválidos. Fonte: BACKHAUSER, (1985, p. 185)

As residências maiores se implantavam afastadas dos vizinhos e os jardins passaram a constituir um novo elemento na arquitetura residencial melhorando as condições ambientais no que se refere à iluminação e à ventilação. As casas das famílias mais abastadas ocupavam o centro do terreno e se elevavam sobre um porão alto aumentando o conforto ambiental. De acordo com Reis Filho estas ofereciam aos arquitetos a possibilidade de composições relativamente complexas e a oportunidade para uma complicada ornamentação, onde se mesclavam os mais variados motivos da linguagem arquitetônica sancionada pela Academia. (REIS FILHO, 1970, p. 174)

O Ecletismo se populariza em suas propostas e as fachadas cobertas por adornos e detalhes apresentam referências históricas em compoteiras nas cimalhas, monogramas nas portas de entrada, pilares e jarros, flores e arco da construção na platibanda criando efeitos de beleza.

Segundo Colin o ecletismo misturou num mesmo edifício elementos de procedências diversas, seja de tradição clássica, do Oriente Próximo (arquitetura mourisca ou bizantina), ou do Extremo Oriente (Índia, China, Japão) na busca de relações formais. (COLIN, 2000, p. 87)

Conforme Reis Filho o Ecletismo propôs a conciliação de estilos sendo um veículo estético eficiente para a assimilação de inovações tecnológicas de importância. Ao mesmo tempo recobria as paredes com decorações de massa inspiradas no barroco francês e italiano o

que revelava uma licença formal. (REIS FILHO, 1970, p. 169 - 178)

Também a cobertura, elemento que influencia diretamente a fachada sofre grande alteração, deixa a solução de duas águas do período colonial para ser resolvida em quatro águas escondida por platibanda e beiral ao menos na fachada frontal e na lateral, uma vez que eram vistas pelos transeuntes.

Na década de 20 a crise do ecletismo, pelo edifício capitalista passa a exigir uma abordagem tecnológica, e faz surgir o movimento neocolonial nos anos 30 com objetivo de busca pelas raízes e identidades que se refletiram no partido plástico.

A fachada da casa Neocolonial (estilo missões espanhola e luso-brasileira) assim como o estilo Californiano exigiu um novo desenho em planta. No primeiro pela existência de varandas, nichos e balcões com muxarabis. No segundo devido à presença da varanda, uma subtração no corpo do edifício com abertura em arco, assim como de torres cilíndricas e sacadas. Ambos os estilos movimentaram a fachada plana do ecletismo.

## FACHADAS NO ART DECÓ

A crise econômica de 1929, com sua dimensão mundial, foi no Brasil a catalisadora de mudanças e da revolução de 30 que levou Getúlio Vargas ao poder e encerrou a República Velha. Com o quadro de intervenção governamental nas questões econômicas, a habitação passou a ter uma força inédita no projeto nacional

desenvolvimentista do novo regime, por ser fundamental para a reprodução da força de trabalho e na formação ideológica dos trabalhadores como já ocorrido na formação das vilas operárias das fábricas, no entanto, neste momento com financiamento estatal e o envolvimento de um maior leque de profissionais. Nesta nova fase a moradia tornou-se um tema de reflexão multidisciplinar; a produção e locação de moradias passam a ser objeto de intervenção governamental e de amplo debate nos meios intelectuais.

Diversas propostas de arquitetos e engenheiros surgiram neste período para reduzir o custo da habitação. Diferentemente dos discursos higienistas, as propostas giravam em torno de simplificação dos materiais de acabamento e diminuição dos pés direitos. A normatização, a racionalização da construção promovendo a estandardização das unidades e simplificação dos sistemas permitiu a produção em série da habitação.

A residência Neocolonial bem como a Californiana apresentava uma riqueza de adornos e recortes nas fachadas com a adição e a subtração de elementos, como descrito anteriormente por Ching que não atendia aos passos da modernidade, da produção em série e da máquina de morar Corbusiana. Para Stott o conceito da casa como “máquina de morar” começou a ser explorado por Le Corbusier após mudar-se para Paris, na década de 1910, quando abriu seu escritório em conjunto com seu primo Pierre Jeanneret. (STOTT, 2017), ou seja, anterior ao período em questão.

Nos anos 30 e 40 vários edifícios de apartamentos foram construídos a partir da síntese formal do Art Decó para serem destinados à moradia dos segmentos da classe média em expansão. Nestes as varandas estariam presentes embora convivessem com terraços descobertos, menos adequados ao clima brasileiro.

**De acordo com Albernaz o estilo arquitetônico caracterizado por formas geométricas simples, predomínio da linha reta, adornos com animais e figuras humanas estilizadas, vitrais coloridos, uso de pedra e ferro nos elementos construtivos surgiu na Europa em 1925 como arte decorativa, sendo em seguida incorporado pela arquitetura. O Art Decó buscava compatibilizar técnicas e formalismos do passado com industrialização crescente do momento. No Brasil foi introduzido poucos anos depois e se manteve predominante até final dos anos 40. (ALBERNAZ, 1998, p. 73).**

O estilo se fez presente em conjuntos de casas retornando às fachadas planas. Muito empregado nos primeiros prédios construídos nas grandes cidades foi também largamente utilizado em avenidas e vilas operárias, como o ecletismo. O estilo da “fachada lavada”, sem proteção contra sol e chuva incorporou os princípios da nova arquitetura numa versão nativa da “máquina de morar”. A figura 3 – Fachadas das Casas para Operários da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna exemplifica a descrição.

Correia vai mais além ao analisar as Vilas Operárias e Núcleos Residenciais de Empresas no Brasil: no que se refere à configuração arquitetônica destes assentamentos, observa-se a existência de uma variedade de estilos, correlatos aos momentos nos quais as construções foram erguidas. Tais estilos vão de modelos tributários da linguagem clássica e da arquitetura do período colonial até a arquitetura moderna, passando pelo Eclétismo, pelo Art Decó e pelos estilos pitorescos que florescem em fins do século XIX e nas primeiras décadas do XX. (CORREIA, 2008, p. 11)

De acabamento geometrizado, o estilo Art Decó é muitas vezes interpretado como uma reciclagem da casa clássica, haja vista que permanecem os mesmos efeitos de repetição, translação, simetria e espelhamento, porém numa versão “mais limpa” de adornos. A parede recebe pó de pedra e a cor cinza torna-se predominante, no entanto, encontra-se o verde, o amarelo, o azul e o rosa em nuances claras, tendendo ao tom pastel.

Para Colin duas importantes tendências irão sombrear o desenvolvimento do modernismo arquitetônico, a primeira ligada a forte influência do classicismo e a segunda contrária ao modernismo, o Art Decó, como solução de compromisso entre as simplificações geometrizadas das vanguardas e a sensualidade do Art Nouveau e o fausto do classicismo. (COLIN, 2000, p. 129-130)

O Brasil (anos 20 e 30) convive com dicotomias: ideias de esquerda versus

de direita, internacionalismo versus nacionalismo e estado versus mercado. Estão sendo erguidos os pilares da modernidade: surge o rádio, o disco e o cinema falado. Afirmo Santos que a linha moderna iniciada com a literatura, a pintura e a escultura só depois ganhou a arquitetura, em que tudo não passou no Rio de Janeiro, durante a década 20-30 de artigos polêmicos nos jornais e de tímidos ensaios. (SANTOS, 1981, p.88)

A busca da identidade nacional refletida no estilo Neocolonial trazia perguntas: Quem somos? De onde viemos (raízes)? Para onde vamos? Em 1917 foi gravado o primeiro samba: *Pelo Telefone*, e entre 1923 e 1932 surgem as primeiras escolas de samba. Nos anos 20 foi fundada a Universidade do Brasil, em 1922 ocorreu a Semana de Arte Moderna em São Paulo e em 1935 é inaugurada Goiânia, projeto de Attilio Corrêa Lima. A figura 3 apresenta casas para operários nesta cidade onde muitos edifícios foram construídos utilizando-se o estilo Art Decó.

A clara apresentação da identidade nacional se dá na literatura pelas obras: *Casa Grande e Senzala* (1933) de Gilberto Freyre e *Raízes do Brasil* (1936) do historiador brasileiro Sérgio Buarque de Holanda. Na mesma década surge a figura de Carmen Miranda, artista que atuou no Brasil e Estados Unidos até 1950 divulgando a imagem nacionalista no rádio, no teatro de revista, no cinema e na televisão.

O *Teatro Goiânia* é um exemplo paradigmático do período. No corrente



Figura 3: Fachadas das Casas para Operários da Companhia Industrial Fiação e Tecidos Goyanna. Fonte: PHILIP GUNN, (2000)

ano se tornou palco do evento referência no estilo Art Déco: *Goiânia Art Déco Festival*. O teatro, projetado pelo arquiteto Jorge Félix foi inaugurado em 1942. Santos apresenta em sua obra outro exemplo do estilo: o *Teatro João Caetano*, terceira construção teatral no terreno, projeto de Baldassi, Dourado e Gusmão, de 1928, e que segue o estilo *Art Déco* com sua volumetria purista. (SANTOS, 1981, p.98) A figura 4 apresenta o *Cinema Icarai*, sediado em Niterói construído entre as décadas de 1930 e 1940 também em estilo *Art Decó*.

O cinema passa ser a diversão de massa e os construídos no período carregam em sua fachada as linhas do estilo. Ocorre uma espécie de carnavalização da cultura brasileira. Entre os anos de 1925 e 1950 viu-se os pioneiros, o apogeu e os tardios da arte decorativa – o *Art Decó*.

Albernaz afirma que além dos cinemas o *Art Decó* tem também presença marcante em estabelecimentos comerciais e se expressa através do volume geométrico rígido dos edifícios e na ornamentação, em molduras longitudinais retilíneas envolvendo portas, janelas, escadas de caracol e luminárias. (ALBERNAZ, 1998, p. 73)

Descreve Colin que o *Art Decó* é um nome extraído da *Exposition Internationale des Arts Décoratifs et Industriels Moderns* ocorrida em Paris em 1925 e que designa a tendência internacional equidistante das simplificações formais modernistas e da faustosa decoração tradicional. (COLIN, 2000, p. 170)

Santos confirma a afirmação de Albernaz, para ele o *Decorativo* em lugar do *Estrutural* preconizado por Le Corbusier, teve influência particularmente grande nas decorações das lojas e interiores parisienses, de onde se irradiou para todo o Ocidente, inclusive para o Rio. Muitas das lojas cariocas – principalmente as lojas – sala de espera dos cinemas, cafés, sorveterias do centro da cidade, passaram a ser decorados à moda parisiense. (SANTOS, 1981, p. 98)

De fato a arte decorativa migra para Miami (*Art Decó Tropical*), para Pueblo (EUA) e para o Brasil em três linhas dentro da tecnologia do concreto armado e de uma visão cosmopolita que dialoga com a modernidade através da moda, do feminismo e dos transportes (transatlântico e avião). A linha zigzague é escalonada, seca, limpa e geometrizada, baseada no racionalismo. A segunda possui aparência aerodinâmica ou naval dentro da linha do *Streamline* que foi um movimento ligado à morfologia própria das novas tecnologias, apresentando a parte projetiva dos mecanismos internos, ou seja, mais do que encontrar inspiração numa linha de gosto, era ligada a velocidade como afirmação de potência e valor de modernidade. Este estilo passa a se apresentar não somente na arquitetura pelas esquadrias que lembram escotilhas de navio e guarda-corpos tubulares como também em eletrodomésticos. A terceira linha, mais afrancesada, pode ser vista na fachada do edifício Biarritz no Rio de Janeiro (figura 5) que carrega resquícios



Figura 4: Fachada Art Decó do Cinema Icarai. Fonte: opolifônico.wordpress.com (2018)



Figura 5: Fachada Edifício Biarritz. Fonte: Pinterest (2018)

acadêmicos por uma ênfase decorativa e remete ao *Art Nouveau* inglês e austríaco.

A arquitetura de tendências *Art Decó* adotou, com frequência, princípios de hierarquização, expressos em formas escalonadas e na ênfase ao acesso principal. A construção muitas vezes, estrutura-se através de uma composição volumétrica integrando formas geométricas – prismas regulares, elementos cilíndricos, volumes arredondados ou planos, verticais ou horizontais. Entre os recursos que integraram o repertório formal do *Art Decó* na arquitetura encontram-se marquises; balcões em balanço; colunas, frontões, capitéis, pilastras, platabandas e volutas de formas esquemáticas; gradis e caixilhos de metal, inclusive do tipo basculante; ornatos em alto ou baixo relevo, representando formas geométricas, temas florais simplificados, linhas retas, em zig-zague, ou linhas espirais. Os vãos surgem retangulares, circulares, escalonados ou acompanhando as superfícies curvas das quinas nas fachadas. (CORREIA, 2008, p. 51)

É possível afirmar que o *Art Decó* se situou temporariamente entre o Tardo Eclético e o Proto Modernismo alterando completamente a linguagem das fachadas dos edifícios residenciais, comerciais e institucionais.

## CONCLUSÃO

A conceituação do termo fachada colaborou neste trabalho no sentido interpretativo do elemento arquitetônico

responsável pela transição entre o público e o privado. O que de fato é uma fachada, seja pela significação precisa, pelo viés do desenho de arquitetura ou da composição formal (puramente pela interpretação compositiva do plano com o fundo e do plano em relação ao volume a que pertence).

As fachadas do Eclétismo trouxeram uma reflexão a respeito do adorno, da composição simétrica, repetitiva, espelhada e transladada altamente influenciada por referências francesas que se instalou na arquitetura da virada do século XIX para o XX em palacetes, residências de famílias abastadas, conjuntos de casas e vilas operárias, em cada qual dentro dos limites físicos e orçamentários.

O *Art Decó* nas fachadas apresenta a simplificação dos adornos sobre o mesmo plano do Eclético, o mesmo tamanho e proporção de fachada, no idêntico lote de herança colonial, tendo em vista que a técnica construtiva do concreto armado ainda se encaminhava nacionalmente. O geometrismo e a redução dos detalhes permitiram a produção da habitação em larga escala. O *Art Decó* também se tornou o estilo adotado pelas casas comerciais.

Independentes do desenho da fachada todas refletiram o período histórico pela arquitetura. O desejo de exibir ao público ares de modernidade valorizou as propostas visuais em função do comportamento da sociedade, no entanto, em termos funcionais, as mudanças só se concretizaram em planta com a chegada do modernismo.

A planta da casa ou do edifício é praticamente a mesma do Eclético ao Art Decó, meio século de arquitetura a caminho da modernidade que se concretiza de fato com a chegada do movimento do mesmo nome, que trazia a planta livre, o teto-terraço, os pilotis, as esquadrias livres e as grandes aberturas modificando

o projeto e interferindo na linguagem plástica das fachadas, permitindo um grande avanço em termos formais.

Do Eclético ao Art Decó é a transição do gosto do aristocrático e do popular, dos materiais importados e aos nacionais e a transição entre o “arcaico” do Colonial ao “inovador” do Movimento Moderno.

#### REFERÊNCIAS

- ALBERNAZ, Maria Paula. **Dicionário Ilustrado de Arquitetura**. São Paulo: ProEditores, 1997-1998.
- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6492: Representação de Projetos de Arquitetura: Procedimento**. Rio de Janeiro, p. 27. 1994.
- CHING, Francis D. K. **Arquitetura: Forma, Espaço e Ordem**. 3ª edição, Editora Bookman, 2013.
- CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- COLIN, Silvio. **Uma Introdução à Arquitetura**. Rio de Janeiro: UAPÊ, 2000.
- CORREIA, Telma de Barros Org. **Forma Urbana e Arquitetura de Vilas Operárias e Núcleos Residenciais de Empresas no Brasil**. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2011.
- IMAC – INSTITUTO MUNICIPAL DE ARTE E CULTURA. **Corredor Cultural: como recuperar, reformar ou construir seu Imóvel**. Rio de Janeiro: RIOARTE / IPLANRIO, 1985.
- PEDREIRA, Lúvia. **Dicionário da Construção**. São Paulo: Editora Abril, 1996.
- PINHAL, P. **O que é Fachada? – Terminologias Arquitetônicas**. Colégio de Arquitetos. Disponível em < <http://www.colegiodearquitetos.com.br> > Acesso em: 11 maio 2018.
- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da Arquitetura no Brasil**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- SANTOS, Paulo F. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: IAB, 1981.
- STOTT, Rory. **Em foco: Le Corbusier**. Disponível em: < <https://www.archdaily.com.br> > Acesso em: 14 ago. 2018.
- VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e Moradia – Habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2002.

---

Luciana Nemer Diniz é doutora em Engenharia de Produção e professora da EAU e do PPGAU UFF | [luciana\\_nemer@ig.com.br](mailto:luciana_nemer@ig.com.br)

# FACHADA E RETÓRICA: FACHADAS EFÊMERAS NAS FESTAS REAIS PORTUGUESAS DOS SÉC. XVIII-XIX NA AMÉRICA

*Nelson Porto Ribeiro*

## Resumo

Desde a Antiguidade oriental que grandes conjuntos arquitetônicos compostos a partir de painéis fachadísticos grandiosos compõem e ordenam o espaço da cidade. A fachada assim, estrutura a cenografia da cidade do déspota divino criando um espaço ideal para as grandes cerimônias e rituais em que a figura do déspota se apresenta para adoração dos súditos. Na cidade Romana, surge a 'fachada de aparato' por excelência, a fachada independente, desconectada da edificação, que é a do Arco de Triunfo, fachada vinculada às Entradas Triunfais de Generais e Imperadores vitoriosos. A fachada de aparato romana - o Arco do Triunfo - está presente na tradição portuguesa da Entrada Real ao menos desde o século XVI. O propósito desse artigo é o de examinar as relações simbólicas entre essas fachadas e a ideologia do antigo regime, da relação entre a cidade vassala e o monarca absoluto.

**Palavras-chave:** arquitetura efêmera; antigo regime; alegoria barroca.

## Abstract

Since Eastern Antiquity, large architectural ensembles composed of grand facades make up and order the city's space. The façade thus structures the scenery of the city of the divine despot creating an ideal space for the great ceremonies and rituals in which the figure of the despot presents himself for the worship of his vassals. In the Roman city, the 'façade of apparatus' emerges par excellence, the independent façade, disconnected from the building, which is that of the Arc de Triomphe, a façade linked to the triumphal entrances of generals and victorious emperors. The façade of Roman apparatus - the Arc of Triumph - is present in the Portuguese tradition of the Royal Entrance at least since the 16th century. The purpose of this article is to examine the symbolic relations between these facades and the ideology of the old Portuguese regime, the relationship between the vassal citizen and the absolute monarch.

**Keywords:** ephemeral architecture; ancient regime; baroque allegory

## Resumen

Desde la antigüedad oriental que grandes conjuntos arquitectónicos compuestos a partir de paneles fachadísticos grandiosos componen y ordenan el espacio de la ciudad. La fachada así, estructura la escenografía de la ciudad del déspota divino creando un espacio ideal para las grandes ceremonias y rituales en que la figura del déspota se presenta para adoración de los súbditos. En la ciudad romana, surge la fachada de aparato por excelencia, la fachada independiente, desconectada de la edificación, que es la del Arco de Triunfo, fachada vinculada a las Entradas Triunfales de Generales y Emperadores vitoriosos. La fachada de aparato Romano - Arco de Triunfo - está presente en la tradición portuguesa de la entrada real al menos desde el siglo XVI.

El propósito de este artículo es el de examinar las relaciones simbólicas entre esas fachadas y la ideología del antiguo régimen, de la relación entre la ciudad vassala y el monarca absoluto.

**Palabras-clave:** arquitectura efímera; antiguo régimen; alegoría barroca

## 1. INTRODUÇÃO: FACHADA DE APARATO E FACHADA SAGRADA

Desde a Antiguidade oriental que grandes conjuntos arquitetônicos compostos a partir de painéis fachadísticos grandiosos compõem e ordenam o espaço da cidade – ou, inicialmente, da necrópole, a cidade dos mortos. A fachada assim estruturava a cenografia da cidade do déspota divino criando um espaço ideal para as grandes cerimônias e rituais em que a figura do déspota se apresentava para adoração dos súditos.

Já na Antiguidade clássica, onde a cidade era o espaço da democracia e a casa de Péricles não se diferenciava das demais cidadãs, a grande construção arquitetônica, o templo, explorava a fachada como cenário para o ritual religioso que ocorria à sua frente, incrementando assim o que denominaríamos a ‘fachada sagrada’. No barroco hispano, de acordo com alguns autores, essa ‘fachada sagrada’ se consubstancia em um altar externo, a ‘fachada retábulo’.

Enquanto a ‘fachada de aparato’ inscreve o monumento no contexto da cidade, muitas vezes fazendo dela não mais do que um pano de fundo na ordem cenográfica, a ‘fachada sagrada’ individualiza o monumento, transformando-o em parte integrante do ritual (um verdadeiro retábulo-altar) e constituindo-se ao mesmo tempo no portal para o recinto sagrado, interdito ao não iniciado.

Na cidade Romana, nas suas festas civis, surge a ‘fachada de aparato’ por excelência, a fachada independente, aquela que é desconectada de qualquer edificação,

o Arco de Triunfo, fachada vinculada às Entradas triunfais de Generais e Imperadores vitoriosos.

Contudo, essa fronteira aparente entre ‘fachada de aparato’ e ‘fachada sagrada’ é mais tênue do que pode parecer à primeira vista. Nas grandes culturas urbanas do oriente é evidente que as fachadas de aparato dos espaços processionais de Luxor, por exemplo, são também fachadas sagradas e mesmo o Arco do Triunfo Romano - na medida em que incorporava a representação de antigos imperadores divinizados - tinha um caráter de culto religioso também, além disso, acredita-se que ele tinha função sagrada de repurificar o guerreiro que vinha maculado de sangue da batalha. É possível que a fachada de aparato totalmente laica no contexto urbano tenha surgido apenas no âmbito das intervenções barrocas francesas; na Place Dauphine, e, posteriormente, nas Praças Reais de Luís XIV.

Junto com a fachada de aparato laica surge também a fachada de aparato efêmera, aquela das Entradas do Renascimento que eram construídas para os dias de festividade e depois demolidas: eram em geral em madeira pintada ornada de panos e tapeçarias, obtendo efeitos estéticos mais impressionantes do que a dos mármore perenes dos Arcos de Triunfo romano.

## 2. A FACHADA DE APARATO NO CONTEXTO DO BARROCO PORTUGUÊS

A fachada de aparato romana - o Arco do Triunfo - está presente na tradição

portuguesa da Entrada ao menos desde o século XVI. Kubler afirma que a primeira tentativa portuguesa de uma festa do tipo flamenga, com Arcos de Triunfo e arquitetura efêmera diversificada foi uma Entrada preparada em 1581 em Lisboa para receber Felipe II, e que o sentido destas festas era o de renovar o compromisso entre a cidade e o absolutismo monárquico, em especial na manutenção dos privilégios da primeira, arduamente conquistados frente ao segundo. Festas estas que, de acordo com o autor, seriam desconhecidas na própria Espanha e refletem ‘*um estado de espírito em Lisboa semelhante ao dos Países Baixos, onde, durante muito mais gerações do que em Portugal, o povo sofreu a injúria de herdar alianças dinásticas de países estrangeiros ou Governos distantes*’ (KUBLER. 2005. p.133).

A coleção Diogo Barbosa Machado, na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, contudo, menciona ao menos três Entradas realizadas no século XVI antes das dos Felipes em Lisboa, sendo duas relativas a D. Sebastião; uma em 1569 em Évora e outra em 1570 em Coimbra (ABN. vol. 92-I. p.103 e 106). Fica-nos faltando uma avaliação mais cuidada desses documentos para podermos evidenciar a presença de arquitetura efêmera nestas festividades.

O que não é o caso das Entradas Filipinas onde o Arco do Triunfo era presença obrigatória. Na de 1581 menciona-se que num dos Arcos do Triunfo erigido, em um alto painel, aparecia ‘*parte do círculo Zodiaco com alguns signos,*

*e por entre umas nuvens a Lua eclipsada, e um cometa resplandecente, que lançava grandes raios*” o que o autor da alegoria propunha entrelaçar enquanto prognósticos divinos “*do cometa que apareceu antes del Rey D. Sebastião ser desbaratado & morto, & do eclipse em que el Rey D. Felipe ficou universal senhor dos Reinos de Espanha, & Portugal*” (GUERREIRO. 1581. s/p.): uma concepção de natureza instrumentalizada a serviço do homem e de Deus, onde os desígnios divinos podiam ser lidos e onde cada um dos fenômenos naturais era assumido como uma graça ou um desígnio dos céus; “*uma natureza vista como um mar de símbolos a serem interpretados*” (RIBEIRO : 2016, p.66).

Independente da questão de Kubler da Entrada como um compromisso entre o povo e um monarca quase sempre ausente porque estrangeiro, o certo é que a Entrada Real vai se perpetuar na tradição portuguesa mesmo depois da Restauração na qual essa questão a rigor, desaparece. A presença desta festa específica é evidenciada por uma prolífica publicação documental dos panegíricos destas cerimônias. De acordo com um autor do século XVIII a ‘*Nação Portuguesa sempre dedicou festejos públicos a seus gloriosos Monarcas*’ e a Entrada realizar-se-ia sempre em duas situações precisas, quando o rei visitava alguma província de seu reino ou quando recebia pela primeira vez, na sua capital, a sua nova consorte (FERREIRA. 1709. p.4).

A maior concentração de Entradas em Portugal - ou pelo menos de documentos deixados a este respeito - situa-se

no século XVII, tendo destaque para as magníficas festas que fizeram, em Lisboa, os Felipes. A grande Entrada do séc. XVIII foi a de D. Marianna d'Austria, em 1708, consorte de D. João V recebida em Lisboa onde foram construídos vários arcos alegóricos mandados executar pelas mais diversas associações. Depois disso, os documentos referentes a este tipo de festa foram diminuindo, ao correr do século XVIII, embora saibamos de Entradas praticamente pelo séc. XIX adentro, em especial quando recebeu-se no Rio de Janeiro, capital do império à época, a arquiduchessa Leopoldina para ser a consorte do Príncipe Real.

O grande conjunto fachadístico de aparato da cultura barroca portuguesa foi a da Praça do Comércio de Pombal em Lisboa, configurando uma grande Praça Real com a estátua equestre do rei ao centro. Ali, contudo, a intenção era justamente a de perenizar em pedra o efêmero das arquiteturas festivas, embora quando da inauguração da praça a construção do conjunto estava metade por acabar, obrigando o governo a complementar a outra metade com arquitetura cenográfica. Curiosamente a tradição da Praça Real que na França havia surgido no século XVI, em Portugal só vai se instalar a partir de Pombal, nem por isso vai deixar de ter repercussão; estava presente por exemplo nos projetos não executados de Grandjean de Montigny para o urbanismo do Rio de Janeiro, assim como numa das últimas festas efêmeras do Império.

### 3. AS FACHADAS DE APARATO NO CONTEXTO DA CAPITAL DA AMÉRICA PORTUGUESA

Na América portuguesa, onde a Entrada Real, evidentemente não tinha como ter curso, as festas laicas resumiram-se a Entradas de Bispos ou ocasiões gratulatórias de fatos acontecidos no Reino; como o nascimento e o casamento de príncipes. Desafortunadamente os poucos documentos do período descrevendo estas Entradas não incluem iconografia, como faziam a maior parte dos documentos da metrópole. Uma exceção é as festas que se realizaram no Passeio Público do Rio de Janeiro em 1786 para festejar os desposórios do futuro D. João VI com a Infanta de Espanha Carlota Joaquina, o documento que relata esta festa ilustra fartamente os carros alegóricos dos cortejos processionais, menciona também os fogos de artifício usuais no 3º dia das festas lusas, mas não se refere a arquiteturas efêmeras motivo pelo qual não vamos examiná-lo aqui.

Abaixo vamos discorrer rapidamente sobre quatro momentos significativos de festas na capital da América portuguesa que se utilizaram de fachadas de aparato efêmeras e onde a alegoria estava presente não apenas como elemento artístico mas também como elemento ideológico de suporte ao absolutismo monárquico.

#### 3.1. A Entrada do Bispo Frei Antônio do Desterro – 1747.

Uma das poucas festas barrocas realizadas no Rio de Janeiro no século

XVIII da qual nos ficou uma descrição pormenorizada, mas nenhuma iconografia, mostra uma elaborada sofisticação na construção alegórica de um dos sete Arcos de Triunfo construídos para a Entrada na cidade do Bispo Frei Antônio do Desterro, e que associa aquela tendência fortemente presente na cultura barroca pela nostalgia do Paraíso Perdido com a grandiosidade da ‘*máquina arquitetônica*’ construída para as ocasiões festivas; o Arco era tão alto que o autor do relato sugere que dos seus “70 palmos de altura, queria elevar-se ao mesmo empíreo, levando do centro da terra, esta fabrica a mesma habitação da Deusa Astrea, que nos seus capiteis, com o Imperador Justiniano, estavam como de cadeira ditando os dogmas mais puros, governo de um tão preclaro Prelado” (CUNHA, 1747, p. 17). Astrea aqui, veio instituir o reino da equidade e da justiça associada à Justiniano que revestia a divindade pagã com o manto sagrado da cristandade, alegoria que podia assim, piamente, ser associada à nova direção episcopal a ser exercida pelo recém-chegado religioso, que simbolicamente instituiria na cidade portuguesa na América um retorno à mitológica Idade do Ouro.

### 3.2. As bodas do Infante de Espanha e da Princesa Maria Teresa - 1810.

Em 1810 realizaram-se as bodas da princesa portuguesa D. Maria Teresa primogênita do príncipe regente, com o infante espanhol D. Pedro Carlos. Foram as primeiras festas organizadas pela casa

de Bragança em território americano após a chegada da Corte.

Não foi encontrado um documento específico dessa festa, mas o conhecido padre Perereca em sua obra menciona meticulosamente a cerimônia que aconteceu durante três dias e para a qual foi construída “*uma grande máquina de arquitetura, para servir a iluminação, e ao fogos*”. Infelizmente não temos iconografia desta construção fachadística grandiosa, falta, contudo que é parcialmente suprida pela descrição deste autor:

Construiu-se no lado da Praça fronteiro ao mar, com a extensão de quatrocentos e vinte palmos ( $\pm 92m$ ), uma soberba fachada de arquitetura rustica, que representava o fundo de um jardim (...) No centro se via um grande painel bem moldurado, e nele se representava no alto um Gênio, que com os braços abertos tocava com a mão direita uma elipse em que estava retratado o Príncipe Regente (...) e com a esquerda outra, que representava a Princesa Nossa Senhora: estes dois Retratos eram unidos por uma faixa, que dos lados extremos das elipses sustentavam dois gênios, e no liso da faixa se lia: ‘*Et nova Progenies coelo dimittitur alto*’. No plano do quadro se via em estatura ordinária o Himeneu, tendo nas mãos o seu emblema distintivo, isto é, um arco-te, e coroado de rosas, aos seus lados haviam dois pedestais de bem fingida pedra: sustentava o da direita uma elipse com o Retrato do Sereníssimo Noivo (...) e o escudo da casa dos Bourbons (...) O da esquerda também sustentava outra elipse, com o Retrato da (...) Princesa Desposada, tendo

ao seu lado outro escudo (...) com as quinas Portuguesas (SANTOS : 1825 : Tomo I : p.171).

A composição 'alegórica' não podia ser mais direta, nada das intrincadas 'continuac translationes' da definição de Alegoria de Bluteau. Aqui, o significado do conjunto não ia além da benção aos nubentes e da evocação sagrada da progênie. A prática artística da alegoria Barroca e do Renascimento, que se constituía numa sucessão de representações interligadas, que afastavam cada vez mais significante e significado, e que necessitavam de um polímata para ser elaborada, desaparecia lentamente ao longo do século XIX.

### 3.3. Recepção da Arquiduquesa da Áustria – 1817

Tal como para a festa anterior, também não foi encontrado um documento específico da Entrada de D. Leopoldina no Rio de Janeiro em novembro de 1817 quando chegou na capital do Reino Unido de Brasil e Portugal após ter-se casado em Viena por procuração com o Príncipe Real. Mas não apenas Debret como o padre Perereca (Luís Gonçalves dos Santos) deixaram descrições minuciosas em suas obras, como também existe iconografia sobre o evento.

Sabe-se que foi construído no local do desembarque da Princesa uma arquitetura efêmera de madeira composta de cais e pavilhão ricamente decorado, este último apoiado em seis colunas dóricas

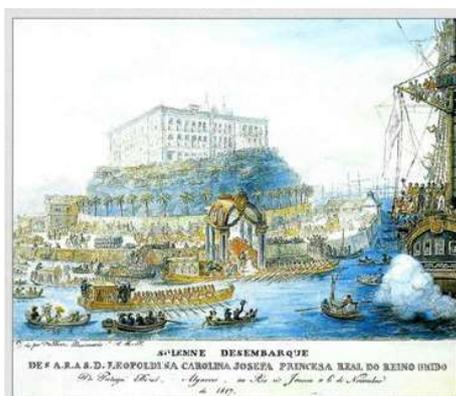


Figura 01: J. B. Debret (baseado em). Desembarque de S.A.R.A.S.D Leopoldina Carolina Josefa Princesa Real do Reino Unido (...) a 6 de novembro de 1817 (Acervo particular).

e arrematado pelas armas dos príncipes nubentes.

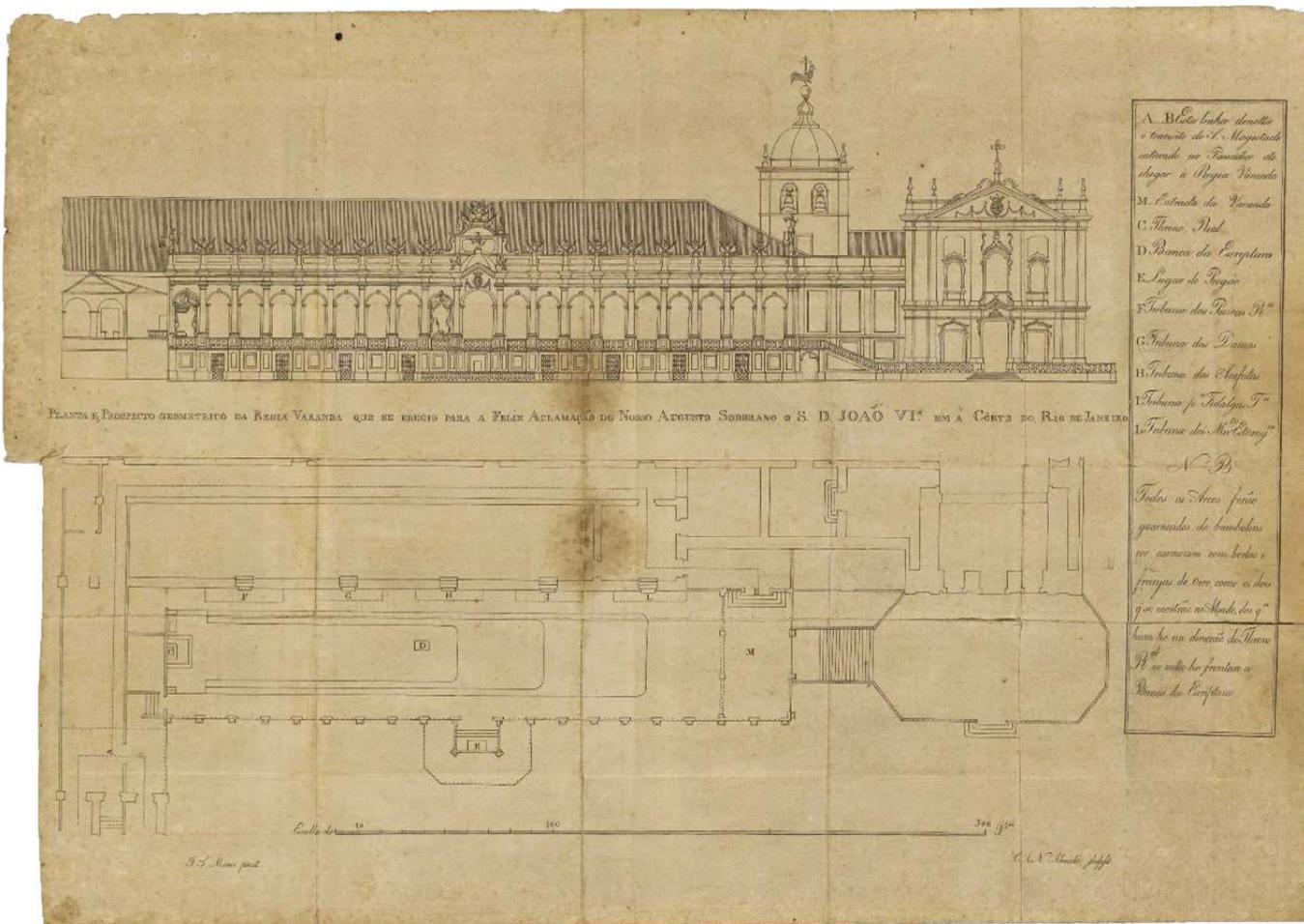
Em seguida ao desembarque, o cortejo dos Príncipes Reais seguiu trajeto que passava pela Rua Direita onde havia sido construído três arcos triunfais monumentais, até a Capela Real no Terreiro do Paço, onde os esposos tomariam a benção do capelão do reino.

É Bernardo Avellino de Souza em documento relativo à festa seguinte, que nos revela acerca destas fachadas de aparato: 'Dois dos magníficos arcos triunfais, eretos para receber a Sereníssima Senhora Princesa Real, achavam-se também iluminados' - quando da festa de Aclamação de D. João VI, alguns meses depois, já no ano seguinte; 'o da rua do Sabão (...) e o dos Pescadores'. O primeiro era 'risco de Luiz Xavier Pereira, Maquinista do Real Teatro de S. João; tinha 40 palmos de largo e 80 de alto (...) apareciam figuradas as quatro partes do Mundo; e por cima (...) outras tantas figuras; a saber, a Fama, a União e a Gloria (...) Para o da rua dos Pescadores deu o risco Mr. de Montigny' (SOUZA. 1818. p.6 e 7).

**Figura 02:** Thomas Ender. Arcos do Triunfo na Rua Direita. Entrada de D. Leopoldina no Rio de Janeiro, 1817. (Acervo particular).



**Figura 03:** J. Silva Moniz (Arquiteto do Rei). Planta e prospecto da regia varanda que se erigiu para a feliz aclamação do nosso augusto soberano o S. D. João VI em a Corte do Rio de Janeiro. (Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. icon551673).



Havia ainda um terceiro arco em frente da igreja da Santa Cruz dos Militares, de acordo com as informações do já citado padre Perereca – a Fig. 02 abaixo mostra exatamente este arco, vendo-se aos fundos o arco da rua do Sabão.

Seguindo-se mais adiante pela mesma rua Direita, se via defronte da Igreja da Cruz um Triunfo Romano (como se expressou o seu Arquitecto Francês); [...] a nobre folhagem de palmas se espalha por toda a parte, e coroa todo este artefato. Em vez do General Romano festeja-se uma filha dos Césares: a Águia de duas cabeças [dos Habsburgos] faz as vezes de Águia Romana. Os medalhões dos estandartes não trazem à memória vitórias sanguinolentas, mas sim as graças, e os talentos de uma Princesa adorável (SANTOS : 1825 : Tomo II, p. 177)

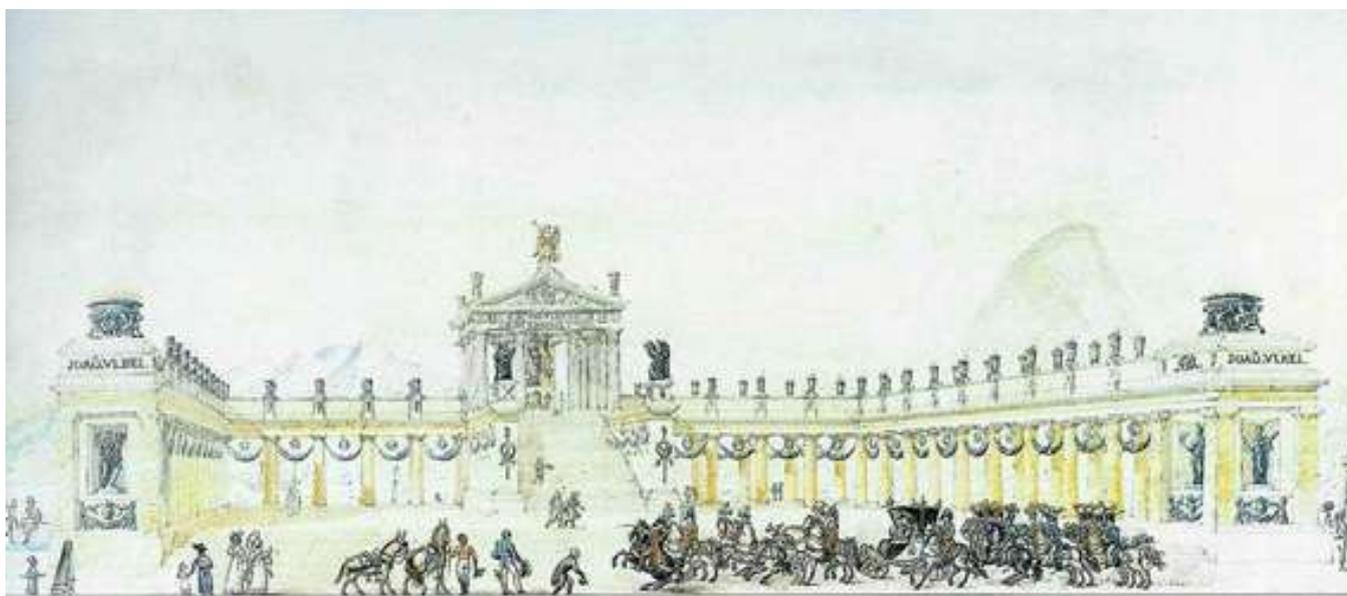
#### 3.4. A Aclamação de D. João VI – 1818

A grande festa da monarquia portuguesa na América foi decerto a aclamação de D. João VI em 1818. Dela, Oliveira Lima sempre tão crítico às festas da coroa em solo americano, não tem o que detratar (Cf. HERMANN. 2007. p.143). Esta festa nos lega algumas fachadas efêmeras relacionadas às grandes fachadas de aparato do passado, em especial a magnífica varanda porticada projetada e construída por J. Silva Moniz (pinxit - desenhou) e Caetano A. N. Almeida (sculptit – construiu) para o Terreiro do Paço, que ocupava toda a frente do Palácio Real (antigo Convento do Carmo) e da Capela Real

vizinha. Varanda onde discorreu a parte mais importante da cerimônia; a entrega do cetro - insígnia máxima da monarquia portuguesa - ao Rei majestaticamente entronizado, seguido pelo juramento diante do representante da Igreja e em seguida pelo juramento de vassalagem dos príncipes e da nobreza presente e, por fim, a aclamação popular com o Rei e familiares acenando da tribuna.

A existência de uma aquarela de Thomas Ender retratando a Entrada de D. Leopoldina com D. Pedro no Terreiro do Paço e onde a mesma varanda aparece aos fundos, nos poderia fazer supor que também esta fachada efêmera tivesse sido construída para a Festa de 1817 sendo reaproveitada na de 1818, contudo, não podemos ter dúvidas do propósito da mesma não apenas pelo título do projeto original (Fig. 03) como também pelo programa da planta baixa que posicionava o local do trono real assim como também o local do juramento (banca da escritura sagrada) esta última situada no arco imediatamente ao lado do arco central da varanda, que era a passagem para a tribuna aberta, voltada para o Largo e donde se fez o pregão pelo alferes-mor do Reino que bradou: “Real, Real, Real, pelo Muito Alto, e Muito Poderoso Senhor Rei D. João VI Nosso Senhor’, repetido por todos ao mesmo tempo em que soavam os instrumentos” (HERMANN. 2007. p.146).

De acordo com o padre Perereca, a disposição das arquiteturas efêmeras no grande largo do Terreiro do Paço, nesta festa, era a seguinte:



**Figura 04:** Anônimo. Templo de Minerva. (Acervo particular).



**Figura 05:** Anônimo. (Inauguração do monumento à D. Pedro I em 1862).

No meio da Praça se elevava um obelisco à imitação das Agulhetas do Egito, que se vêm eretos hoje nas principais praças de Roma; tinha este obelisco mais de cem palmos de altura, e fingia ser de granito: na frente do chafariz no lado do mar se via erigido um soberbo Arco de Triunfo à Romana: mais adiante (...) estava ereto um lindo Templo Grego, consagrado à Minerva (SANTOS : 1825 : Tomo II, p. 217).

Segundo Avellino, além dos Arcos remanescentes da Entrada da Arquiduquesa, a Junta do Comercio da Cidade teria encomendado a Grandjean de Montigny:

Um grande arco triunfal de 60 palmos de alto, e 70 de largo (...) Cada face do arco continha quatro colunas da ordem Coríntia, e entre estas as estatuas de Minerva e Ceres. Ao lado direito entre a imposta, e a cimalha se representava em baixo relevo Sua Majestade na ocasião de desembarcar; a Cidade do Rio de Janeiro entregando-lhe as chaves, e sustentada pela América, e mais Capitania; e à esquerda o mesmo Augusto Monarca acolhendo as homenagens das Artes, e Comercio. Na cimalha do meio se mostraram os Rios Tejo, e Janeiro com as Armas do Reino Unido, sustentadas em uma Coroa, e no friso esta Inscrição: 'Ao Libertador do Comercio' (SOUZA. 1818. p.4).

Aos fundos deste grande largo, próximo à baía, havia sido construído '*hum majestoso Templo consagrado a Minerva, no centro do qual estava a estatua desta*

*Deusa, abrigando com a Égide o busto de Sua Majestade*'. O templo, magnífico, era edificado acima de '*uma grande escada com dois pedestais, sobre que apareciam as Figuras da Historia e Poezia. Doze colunas da Ordem Dórica sustentavam este elegante artefato, que tinha oitenta palmos de alto e duzentos e noventa de fachada*' (SOUZA. 1818. p.3). Passa por ter sido obra de Grandjean de Montigny e existe uma aquarela anônima que testifica a grandiosidade desta arquitetura efêmera.

O que talvez Kubler não tenha se dado conta é de que estas Festas não representavam apenas um acordo tácito válido entre súditos oprimidos e um monarca estrangeiro condescendente, mas também um renovar de votos no início de um novo período entre o monarca e seus súditos, entre o dever de vassalagem e o dever do Príncipe de zelar pela *Publica Salus* de seus povos.

#### 4. CONCLUSÃO.

A festa alegórica do Antigo Regime vai ter continuidade no mundo Republicano. A festa civil da República apropriou-se do Arco de Triunfo, da alegoria esculpida, das significâncias diretas. "A prática das metáforas provenientes da história natural, assim como o recurso minucioso às fontes históricas, exigia dos autores (barrocos) uma erudição excepcional" (BENJAMIN. 1984. p.114). Os autores do iluminismo, por sua vez, não demonstrariam a mesma habilidade, ou, se tinham conhecimento dessas

histórias, guardavam-no para si, o que já é bastante significativo.

A função narrativa do texto de Avellino, por exemplo, é meramente descritiva, relata de forma sucinta os jogos e divertimentos executados durante as comemorações e, um pouco mais detalhadamente, as decorações e os ornatos construídos. Em nenhum momento a sua publicação pretende nos esclarecer acerca dos significados simbólicos ocultos das alegorias, de forma que podemos muito bem nos questionar se eles existiam: sabe-se que no mundo cultural do barroco as fábulas clássicas tinham três níveis de significância que se sobrepunham: “o literal, o simbólico e o alegórico” (RIBEIRO. 2016. p.107); no mundo pós iluminismo a alegoria vai perder os seus significados alegóricos e simbólicos para ficar apenas com o significado literal.

Com a predominância do pensamento iluminista e racional e a extinção do pensamento religioso e simbólico no cotidiano, ainda que, não de imediato, a prática da fachada de aparato efêmera com as suas representações alegóricas vai paulatinamente desaparecer. A festa revolucionária vai ter procissão laica e Arco do Triunfo também, mas com o final do pensamento alegórico esse tipo de representação imagética acaba perdendo o sentido e a atração, de forma em seguida a cair em desuso.

No mundo português na América é possível se encontrar vestígios desta tradição vetusta e aparatosa ainda no final do século XIX, na recepção de Pedro II em Vitória, na Província do Espírito Santo, por volta de 1860, ou na inauguração da estátua equestre de Pedro I no contexto efêmero de uma ‘praça real barroca’ em plena Rio de Janeiro de 1862.

## AGRADECIMENTOS

O autor agradece ao Prof e pesquisador José S. B. Pessoa por ter lhe informado da existência do projeto original da varanda da Aclamação no acervo da BNRJ. Agradece também às agências de fomento que o vêm constantemente apoiando, seja com apoio a pesquisas específicas, seja com a concessão de bolsas: FAPES (Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico).

## REFERÊNCIAS

- ABN. **Anais da Biblioteca Nacional**. Vol. 92. 1972. Tomo 1. Rio de Janeiro.
- BENJAMIN, Walter. **Origem do drama barroco alemão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CUNHA, Luiz Antônio Rosado da. **Relação da Entrada que fez o Exmo. e Revmo. Sr. Fr. Antonio do Desterro Malheyro...** Rio de Janeiro : Oficina de Antonio Isidoro da Fonseca : 1747.
- FERREIRA, Francisco Leitam. **Idea Poetica, Epithalamica, Panegyrica, que servio no Arco Triunfal, que a Nação Italiana mandou levantar na occafião em que as Mageftades dos Sereniffimos Reys de Portugal Dom Joam V & D. Marianna de Austria foram à cathedral de Lisboa no dia de Sabbado 22 de Dezembro de 1708**. Lisboa : Oficina de Valentim da Costa Deslandes : 1709.
- GUERREIRO, Affonfo. **Das festas que fe fizeram na Cidade de Lisboa, na entrada del Rey D. Philippe primeiro de Portugal**. Lisboa : Cafa de Francifco Correa : 1581.
- HERMANN, Jacqueline. O rei da América: notas sobre a aclamação tardia de d. João VI no Brasil In: **Topoi**, v. 8, n. 15, jul.-dez. 2007, p. 124-158.
- KUBLER, George. **A arquitectura portuguesa chã: entre as especiarias e os diamantes (1521-1706)**. 2ª edição. Lisboa : Nova Veja : 2005.
- RIBEIRO, Nelson Pôrto. **Espaço e iconologia na arte de Mestre Valentim: aspectos da cultura barroca na arquitetura da América portuguesa do século XVIII**. Saarbrücken (Deutschland) : Novas Edições Acadêmicas, 2016.
- SANCTOS, Pe. Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir a história do reino do Brasil, divididas em tres épocas da Felicidade, Honra e Gloria; escriptas na corte do Rio de Janeiro no anno de 1821 e ofereciadas a Sua Magestade el Rei Nosso Senhor o Senhor D. João VI**. Lisboa : na Impressão Regia : 1825. 02 Tomos.
- SOUZA, Bernardo Avellino Ferreira e. **Relação dos festejos que a feliz aclamação do muito alto, muito poderoso e fidelissimo Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves na noite do indelével e faustíssimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subseqentes, com tanta cordialidade, como respeito votárão os habitantes do Rio de Janeiro (...)**. Rio de Janeiro : Typographia Real : 1818.

# A RESILIÊNCIA E AS CIDADES NA AMAZÔNIA ORIENTAL: QUESTÕES PARA DEBATE

*José Júlio Ferreira Lima*

## Resumo

Este artigo é componente do Simpósio “Ecologia, um panorama global e local”, consiste de uma abordagem crítica acerca de resiliência das cidade na Amazônia Oriental Brasileira, trata de desafios envolvidos na “tradução” do conceito da teoria para as práticas relacionadas à implementação de políticas urbanas. Enfoca o papel do planejamento no debate da resiliência no contexto de mudanças climáticas na Amazônia. Vincula-se ao Projeto CARE financiado pela Comunidade Europeia no Programa Erasmus +, o qual conceitua resiliência com a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações de fenômenos climáticos, mantendo a mesma estrutura básica, a capacidade de auto-organização e de adaptação ao estresse e à mudança. Debate que sua operacionalização dependente da aceitação de metas e padrões impostos por contextos externos que não são suficientes para garantir a operacionalização de práticas preexistentes, bem como a rejeição do discurso hegemônico através da valorização de medidas preexistentes de conhecimento da sociedade.

**Palavras-Chave:** resiliência urbana, mudanças climáticas, risco, Amazônia Oriental.

## Abstract

This article is a component of the Symposium “Ecology, a Global and Local Overview,” which consists of a critical approach to city resilience in the Brazilian Amazon, addresses the challenges involved in translating the concept of theory into practices related to the implementation of urban policies. It focuses on the role of planning in the resilience debate in the context of climate change in the Amazon. It is linked to the CARE Project funded by the European Community in the Erasmus + Program, which conceptualizes resilience with the ability of a social or ecological system to absorb disturbances of climatic phenomena while maintaining the same basic structure, self-organizing and adaptive capacity stress and change. Debate that its operationalization dependent on the acceptance of goals and standards imposed by external contexts are not sufficient to guarantee the operationalization of preexisting practices, as well as the rejection of hegemonic discourse through the valorization of preexisting measures of knowledge of society.

**Keywords:** urban resilience, climate change, risk, Eastern Amazonia.

## Resumen

Este artículo es componente del Simposio “Ecología, un panorama global y local”, trata consiste de un enfoque crítico sobre la resiliencia de las ciudades en la Amazonia Oriental Brasileña, trata de desafíos involucrados en la “traducción” del concepto de la teoría para las prácticas relacionadas a la implementación de políticas urbanas. Enfoca

el papel de la planificación en el debate de la resiliencia en el contexto del cambio climático en la Amazonia. Se vincula al proyecto CARE financiado por la Comunidad Europea en el programa Erasmus +, que resalta la capacidad de un sistema social o ecológico para absorber perturbaciones de fenómenos climáticos, manteniendo la misma estructura básica, la capacidad de autoorganización y de adaptación al estrés y al cambio. Debate su operacionalización dependiente de la aceptación de metas y patrones impuestos por contextos externos no son suficientes para garantizar la operacionalización de prácticas preexistentes, así como el rechazo del discurso hegemónico mediante la valorización de medidas preexistentes de conocimiento de la sociedad.

**Palabras-Clave:** resiliencia urbana, cambios climáticos, riesgo, Amazonia Oriental.

## INTRODUÇÃO

Ao longo das duas últimas décadas, o conceito de “resiliência”, e mais especificamente “resiliência urbana”, ganhou cada vez mais atenção na pesquisa, política e prática de planejamento urbano. No entanto, a busca da resiliência encontra uma série de desafios no campo do planejamento urbano e do ambiente construído relacionado. Entre os desafios mais citados está a natureza “flácida” do conceito de resiliência ou a falta de clareza conceitual (NELSON, et al, 2016). De fato, a “resiliência” tem sido empregada em uma variedade de campos diversos de diferentes maneiras. Como tal, há cada vez mais aclamações acadêmicas para uma compreensão mais completa da migração do termo sobre a prática de planejamento urbano (BARTON E IRARRÁZAL, 2016).

Tendo como referência a discussão acerca da Resiliência urbana, este artigo é uma contribuição ao Simpósio temático contido na programação do V Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, ocorrido em 2018. Ele busca explorar o conceito através de uma abordagem crítica a partir do contexto da cidade na Amazônia Oriental Brasileira, descrevendo os principais desafios envolvidos na “tradução” do conceito da teoria para as práticas relacionadas à implementação de políticas setoriais no espaço intra-urbano (SOUZA E SILVA; TRAVASSOS, 2008; ROZALE, 2017). Especificamente, busca enfatizar o papel

do planejamento no debate da resiliência urbana no contexto das modificações nas cidades da região, seja do ponto de vista da ocorrência da resiliência quando da ocorrência de desastres, ou na discussão acerca das condições de existência dos próprios assentamentos urbanos em relação às mudanças climáticas dentro do debate maior.

Parece nos central ao debate da resiliência a questão distributiva diferenciada a grupos sociais com poder político e estruturas econômicas distintas. Esse reconhecimento ocorre em meio ao pragmatismo em que o risco vem sendo tratado, o foco nos desastres traz como marca o ocorrido nas sociedades industriais, onde as metodologias de prevenção de desastres foram associadas a uma forte experiência de planejamento e regulação dos agentes produtores do espaço urbano, e ao reconhecimento do risco da natureza como intrínseco à economia capitalista, uma vez decorrentes do uso exacerbado de recursos naturais e o crescimento econômico. Dada a limitada capacidade do Brasil em articular processos ambientais, produtivos e padrões de urbanização, levou a aceitação de posicionamentos internacionais marcados pelo viés técnico e reativo, afastando-se de aspectos sociais relevantes para a definição de situações de risco e vulnerabilidade. Tal processo ocorre em meio a ampliação do debate ambiental iniciado nos anos 1980. Em um ambiente neoliberal, a solução proposta volta-se a modernização tecnológica como solução para que a produção industrial se mantivesse em detrimento

de considerações ao problema distributivo. (CARDOSO, et al, 2018).

Essa questão reflete-se na proposição e aprovação legal da Política Nacional de Mudanças Climáticas (Lei Federal n.12.187) de 2009, ainda sob a vigência do Protocolo de Quioto. Sugere-se que tem como foco a “consolidação de uma economia de baixo consumo de carbono”, e, portanto, suas diretrizes estão relacionadas principalmente aos setores produtivos: geração e distribuição de energia elétrica, transporte público urbano e transporte interestadual de cargas e passageiros, bem como os vários setores industriais, de serviços de saúde e agropecuária, sem considerar a especificidade brasileira com relação à distribuição desigual das consequências das mudanças climáticas. No âmbito do Acordo de Paris, em 2015, o país lançou as bases para sua Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC), construído em projeto apoiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O documento trata das ações de mitigação e visa, para além dos setores acima apontados, a produção de biocombustíveis, a recuperação florestal e a redução do desmatamento.

Em 2016, foi publicado o Plano Nacional de Adaptação à Mudança do Clima (MMA, 2016), mais amplo em seus objetivos do que os documentos anteriores sobre as Mudanças Climáticas, tem como objetivos a identificação e proposição de medidas para promover a adaptação e a redução do risco climático em povos e população vulnerável. Embora a ideia de resiliência apareça de

forma superficial, em geral vinculada à manutenção das atividades dos setores produtivos ou à biodiversidade e ecossistemas, também é considerada no capítulo relativo às estratégias para as cidades, que reconhece a construção histórica das vulnerabilidades socioambientais das cidades brasileiras e seu recrudescimento frente à mudança do clima. Nesse contexto, vincula a resiliência à necessidade de planejamento para a redução da vulnerabilidade. De maneira geral tais temas têm sido tratados institucionalmente relacionados à identificação e minoração de riscos geológico-geotécnicos, hidrológicos e redução de desastres.

O contexto político brasileiro dos anos 2000 favoreceu um comprometimento com as agendas internacionais definidas no âmbito das Nações Unidas – passando pela “Estratégia Internacional de Redução de Desastres” (EIRD), criada como parte do Sistema das Nações Unidas e Organizações Regionais em torno da Redução de Desastres e atividades em campos Socioeconômicos e Humanitários (UNISRD, 2018), e pelas I, II e III Conferências Mundiais sobre Redução de Risco de Desastres, realizadas em cidades japonesas com histórico de terremotos, nos anos de 1994 (Yokohama), 2005 (Kobe - Marco de Hyogo) e 2015 (Sendai - Marco de Sendai). A II conferência internacional produziu o Marco de Ação de Hyogo, considerado o instrumento mais importante para a implementação da “Redução do Risco de Desastres” no âmbito dos Estados membros das Nações Unidas. A

III Conferência Mundial sobre Redução de Risco de Desastres que gerou novo protocolo em 2015, o Marco de Sendai, mais focado no planejamento, prevenção, redução dos riscos e desastres.

### RESILIÊNCIA E AS CIDADES AMAZÔNICAS: A CONSTRUÇÃO DE UM MAPA CONCEITUAL

Os esforços voltados à recuperação após a ocorrência de desastres naturais (terremotos, tsunamis, inundações, etc.) já desde o final do século XX, levou em 1999, a criação da “Estratégia Internacional de Redução de Desastres” (EIRD) bem como a realização de conferências mundiais sobre o tema. A II conferência internacional produziu o Marco de Ação de Hyogo (2005-2015), considerado o instrumento mais importante para a implementação da “Redução do Risco de Desastres” no âmbito dos Estados membros das Nações Unidas. Em 2015 foi realizada a III Conferência Mundial sobre Redução de Risco de Desastres que gerou novo protocolo, o Marco de Sendai, mais focado no planejamento, prevenção, redução dos riscos e desastres.

O conceito de Resiliência do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (conhecido pela sigla IPCC) adaptado pelo Projeto CARE, sugere que resiliência é “a capacidade de um sistema social ou ecológico de absorver perturbações derivadas de fenômenos climáticos, mantendo a mesma estrutura básica e modos de funcionamento,

a capacidade de auto-organização e a capacidade de se adaptar ao estresse e à mudança” (Projeto CARE, 2017). O Projeto CARE financiado pela Comunidade Europeia no Programa Erasmus +, a qual este trabalho está vinculado, propõe o desenvolvimento de atividades de capacitação acadêmica em 9 universidades latino americanas em conjunto com 11 parceiros europeus incluindo entidades de pesquisa e universidades. O exame do conceito, mesmo que adaptado do IPCC 2007 vem sendo conduzido em conjunto pelos parceiros brasileiros da UFPA e da UFABC em duas frentes, a primeira em função da necessidade de um exame da capacidade instalada de atendimento em ocasiões de desastres em áreas urbanas e outro mais reflexivo na relação entre os componentes do conceito a articulação com o planejamento urbano por meio de mapas conceituais por cada uma das universidades com a participação de discentes. A metodologia utilizada parte da construção de mapas conceituais voltados a sistematização de conhecimento (COOK, 2017).

O questionamento das palavras chave do conceito de resiliência impõe ao debate sobre as cidades amazônicas uma discussão sobre o que compõe o sistema social ou ecológico na absorção das perturbações derivadas de fenômenos climáticos. As cidades da Amazônia Brasileira são caracterizadas pela forte relação entre o meio natural e a sociedade (CASTRO, 2008). A ocorrência de modificações causadas pelas mudanças climáticas na forma de desastres esteve

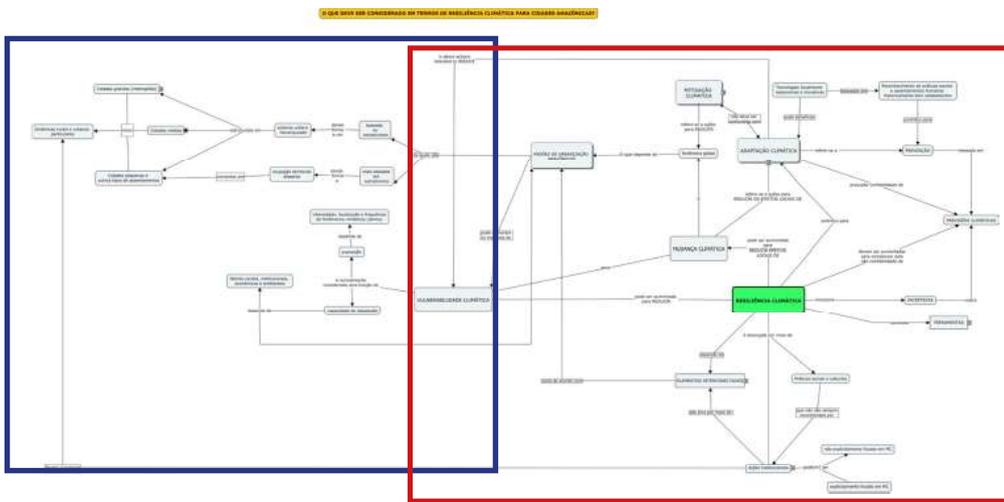


Figura 1: Mapa conceitual Resiliência climática para cidades amazônicas. Fonte: UFPA, 2018a.

presente na vida das comunidades. O que hoje é chamado de adaptação se constitui em prática social há centenas de anos. Na Amazônia, estratégias territoriais tradicionais não são reconhecidas como de baixo impacto ou abrangentes por instrumentos institucionalizados de planejamento o que leva a necessidade de reconhecer, codificar e aplicar o conhecimento tradicional em instrumentos de planejamento, para o que contribui a concentração de terras estabelecida pelas elites, a despeito da agenda da Reforma Urbana e Reforma Agrária ainda por ser aplicada.

O posicionamento sobre instrumentos e medidas visando alcançar resiliência perpassa a discussão do risco, da adaptação e do planejamento urbano, bem como a vulnerabilidade relacionada a padrões de urbanização existentes na Amazônia Oriental. O que levou a construção do mapa conceitual no âmbito do Projeto CARE mostrado acima

O mapa conceitual mostrado na figura 1 contém as relações entre o conceito de resiliência climática, suas relações com os fatores motivadores e os elementos mitigadores para o caso das cidades na Amazônia Oriental. O conceito e a operacionalização de resiliência urbana dependem de um entendimento das metas de recuperação após a ocorrência de desastres. A Aceitação de metas e padrões impostos por contextos externos não são suficientes para garantir a operacionalização de práticas preexistentes.

A atenção ao “jogo” de interesses políticos, econômicos que ao mesmo tempo em que se sugere um conjunto de medidas de recuperação, há situações de desastres que dependem quase exclusivamente de conhecimentos e práticas pré-existentes, as quais associam resiliência climática a ser alcançada por meio de elementos interconectados e práticas sociais e culturais (Figura 2). O extrato do mapa conceitual da figura 1 mostra

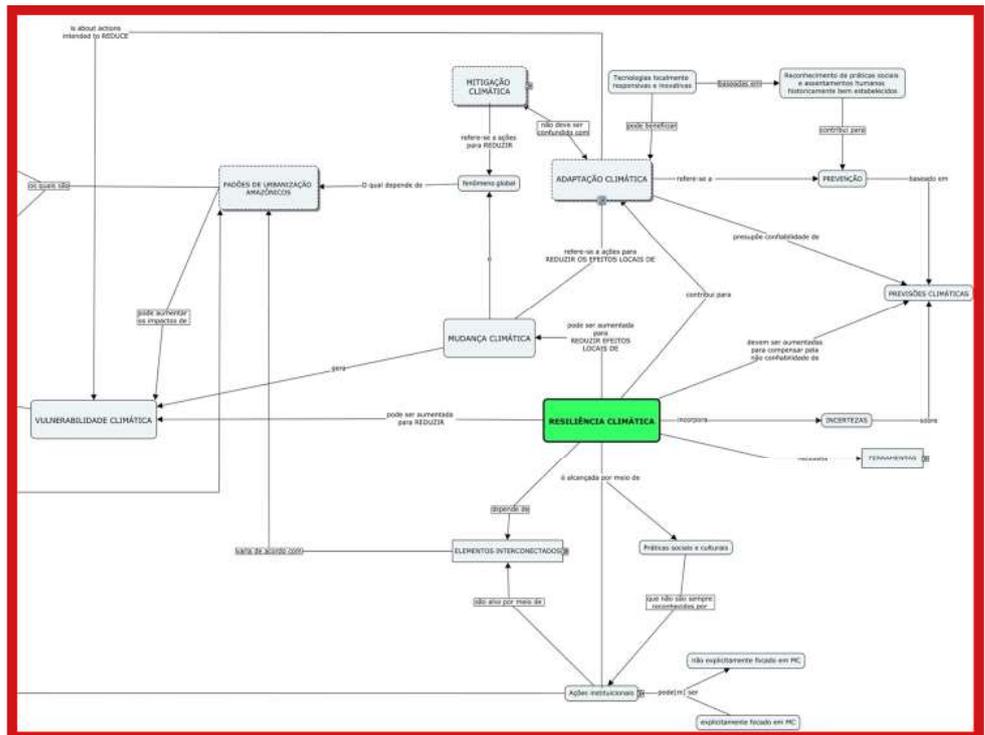


Figura 2: Extrato do mapa conceitual medidas voltadas a resiliência climática na Amazônia Oriental. Fonte: UFPA, 2018a.

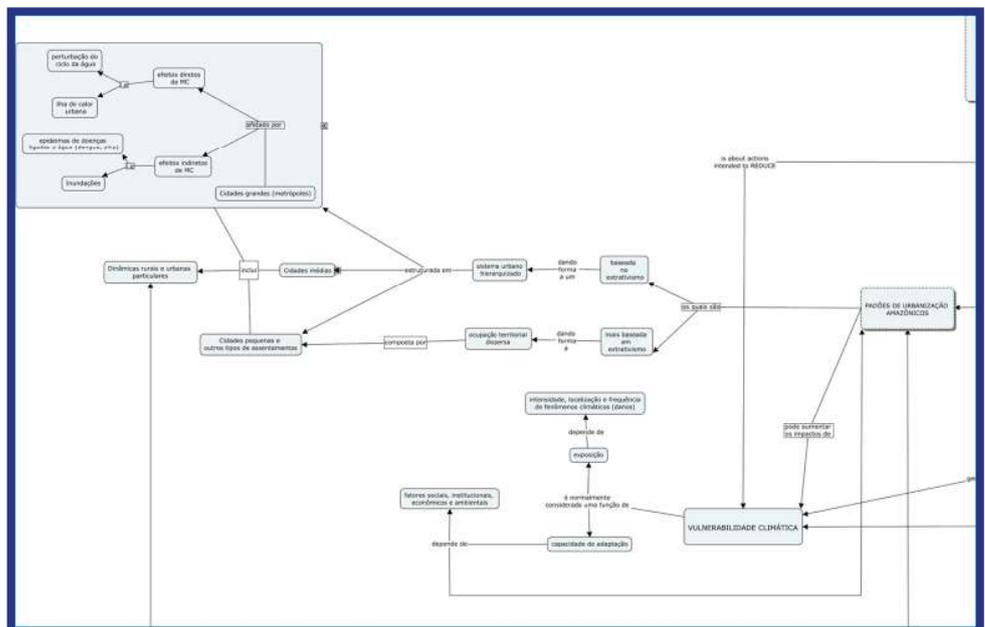


Figura 3: Extrato do mapa conceitual Resiliência e padrões de urbanização na Amazônia Oriental. Fonte: UFPA, 2018a.

os conceitos ligados a ocorrência de mudanças climáticas, mitigação, adaptação, necessárias para o entendimento de medidas voltadas a resiliência climática na Amazônia Oriental.

O mapa conceitual da figura 3 mostra a relação e a rejeição do discurso hegemônico por meio da valorização de medidas preexistentes de conhecimento da sociedade está associado aos padrões de urbanização existentes na Amazônia Oriental.

### **O caso de Belém, maior cidade da Amazônia oriental**

Belém é a maior cidade na Amazônia oriental. A situação estuarina em sítio de várzea amazônica é muito relevante para o processo de planejamento urbano, devido às determinações do regime hídrico de marés diárias que afetam as antigas várzeas, que após ocupação e aterro constituíram os bairros populares do centro metropolitano, e a forma de operação do mercado de terras pelo setor imobiliário. Belém é cercada por rios e entrecortada por furos e igarapés em 14 microbacias de drenagem típicas de várzea, possui predominância de terrenos com altimetria até 14 metros, estendendo-se até 30 metros nas áreas de conurbação com o município de Ananindeua. O comprometimento ambiental é maior no entorno dos corpos d'água que funcionavam como drenagem natural, terrenos com altimetria de até 4 metros, na medida em que foram modificados em sua maioria para servir como infraestrutura para lançamentos de

efluentes domésticos e industriais, além de lixo, assoreamento e aterramento de córregos. Assim, a presença significativa de áreas de várzea e igapós nas bacias urbanizadas evidencia a vulnerabilidade de diversas áreas a eventos como enchentes ou alagamentos.

Segundo o IBGE, aproximadamente 55 % da população de Belém reside em Aglomerados Subnormais (IBGE, 2010), que se caracterizam e localizam da seguinte forma: 2.784 domicílios estão localizados em margem de córregos, rios ou lagos/lagoas, dos quais 331 são palafitas de acordo com o censo demográfico de 2010 (IBGE, 2010). Estudos dos anos 1960 (PENTEADO, 1968), registram que a cota de alagamento em Belém variava entre 4 e 4,5 metros. Estudos mais recentes apontam alagamentos em áreas de cota de até 6 metros em função de fatores como impermeabilização do solo, manutenção precária das redes de drenagem, presença de lixo nos córregos da cidade, estreitamentos de cursos d'água em função de aterramentos responsáveis por alterações no fluxo das águas (PINHEIRO, 2015).

A mancha de alagamento de Belém, considerando a cota até 6 metros, é de 27,05 km<sup>2</sup>, o que representa aproximadamente 10% da área urbana municipal e 45,39% do conjunto de Aglomerados Subnormais concentrados na zona que corresponde ao Centro Metropolitano e no seu entorno imediato, em áreas de baixadas que foram ocupadas entre 1930 e 1980. Projetos estatais de macrodrenagem trouxeram modificações profundas no funcionamento hídrico com

comprometimento da drenagem natural e a agravamento de pontos de alagamento; 77,10% da população dos Aglomerados Subnormais, encontra-se em situação de vulnerabilidade em relação ao risco de alagamento e eventuais inundações. Contudo, Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM) em estudo para a Defesa Civil do Estado do Pará identificam alagamentos fora da “área de risco”, associados à convergência das chuvas e à baixa declividade, que funcionam como vales em relação à massa edificada (PINHEIRO, 2015).

Em Belém, verifica-se uma clara desarticulação entre a prevenção ao risco de desastres e política de planejamento urbano. A regulação do uso e ocupação do solo em Belém é altamente comprometida com os interesses imobiliários, a tal ponto que não há indicadores que incorporam desdobramentos da política de gestão de risco e resposta a desastres naturais. Mantém-se o *status quo* nas áreas de baixa renda, submetidas a alagamentos constantes, que tratados como habituais pelo governo local e recebem ações pontuais no caso de desastres. Por outro lado, nas áreas de interesse do capital imobiliário, o regramento de uso e ocupação do solo sofre interferências do mercado e permite o aumento indiscriminado da impermeabilidade do solo intensificando os alagamentos no decorrer dos últimos anos. De uma maneira geral as cartas de suscetibilidade da CPRM indicam a possibilidade de ocorrência de problemas, mas não são incorporadas aos instrumentos de controle urbanístico.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), ligado ao Ministério da Defesa é hoje o principal fornecedor de informações para as estruturas de defesa civil instaladas na Amazônia. Atua na previsão de ocorrência de enchentes e inundações causadas pelas marés, e de alagamentos e inundações ocasionadas pelas chuvas intensas. Nas bacias urbanas também monitora a formação de nuvens e tempestades, inclusive com previsões a curto prazo. Já a estrutura defesa civil existente no Estado do Pará é de responsabilidade conjunta do Corpo de Bombeiros e da Defesa Civil Estadual e Municipal. As ações das estruturas estaduais e municipais são voltadas a ações de prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, destinada a minimizar desastres. As ameaças são definidas a partir de um raio de ação dentro do qual podem ocorrer danos e transtornos. Representante do Corpo de Bombeiros em evento promovido pelo grupo CARE da UFPA em maio 2018 (UFPA, 2018b) conceituou a vulnerabilidade como exposição, fragilidade, e baixa capacidade de resposta. O desastre é medido pela intensidade dos danos humanos ambientais, materiais e financeiros, enquanto o desastre só existe quando há elementos expostos a vulnerabilidade, notadamente na região Norte: incêndios, estiagens, inundações. Já a situação de emergência é vista como uma situação anormal provocada por desastres, que implique a perda da capacidade de resposta do poder público e por último a situação de

calamidade pública: perda de capacidade substancial. Neste ponto, o estado passa a dar apoio para o município.

A Defesa Civil municipal criada em 1984, funciona em uma coordenadoria da Prefeitura Municipal de Belém e tem objetivos que coincidem com a visão do Corpo de Bombeiros quanto a prevenção, mitigação, preparação, resposta e reconstrução (UFPA, 2018), a saber: realizar estudos das ameaças, estabelecer as vulnerabilidades, classificar e hierarquizar os riscos, manter os moradores das áreas em alerta visando manter apoio à Defesa Civil estadual - CEDEC, criada em 1984. O foco de resposta é a reconstrução imediata das perdas no caso de até 30 famílias atingidas, que depende da avaliação da ocorrência e realização dos primeiros procedimentos de atendimento, levantamento das famílias e residências afetadas, levantamento das necessidades alimentares e de higiene pessoal, acionamento dos órgãos envolvidos no processo. Em eventos de maior porte a estrutura administrativa estadual é acionada. Segundo seu acervo, as causas mais recorrentes de desastres são a impermeabilização do solo, corte de árvores, áreas da margem dos rios ocupadas, desmatamento excessivo e o aumento da concentração das chuvas.

A exploração de recursos naturais na Amazônia Brasileira por iniciativa pública e privada, provocou grandes impactos ambientais e sociais, que tornaram a gestão de riscos e desastres a que estão submetidas as populações urbanas um desafio para formuladores de políticas

públicas. Há décadas o extrativismo de madeira, minério de ferro e a produção agropecuária reduzem a floresta tropical, desestruturam populações tradicionais, e causando grandes deslocamentos populacionais para as cidades.

Em Belém, fluxos de migrantes não capacitados para ingresso no mercado urbano levaram à ocupação e gradual consolidação, a partir de aterramentos em áreas originalmente alagáveis quando estas ainda não interessavam ao mercado. Ciclos de ocupação, consolidação e absorção de terras pelo mercado configuram a periferia metropolitana, modificando ecossistemas e o metabolismo urbano, ao mesmo tempo que expõem a população mais pobre para periferias mais distantes. A partir de então, tais áreas consideradas desprezadas pelo mercado imobiliário urbano formal e por serem ambientalmente frágeis do ponto de vista do meio físico (áreas de morros, com problemas geológico-geotécnicos, suscetíveis a deslizamentos, córregos e planícies fluviais sujeitos a inundação e erosão de margens), do meio biótico (áreas com porções significativas de cobertura vegetal que atendem à manutenção dos serviços ecossistêmicos), e do meio socioeconômico, que apresentam alta vulnerabilidade, passaram por um processo de adensamento e precarização, que passaram a desafiar o governo na busca por soluções.

As variáveis relevantes para a compreensão da natureza do risco incluem crescimento demográfico, fisiografia e precariedade nos assentamentos. Ob-

serva-se que na estrutura proposta para operação da Defesa Civil, os eventos de risco são tratados como estado de excepcionalidade, quando na verdade acontecem ciclicamente. É necessário considerar o risco em uma abordagem diferente daquela do discurso dos peritos, que reconheça a construção social da desigualdade como origem das vulnerabilidades. O risco costumava ser visto como algo probabilístico, associado a eventos naturais, e, portanto, imutável. Alternativamente, a perspectiva da construção social do risco tem como pauta desconstruir essa característica probabilística e considerar a formação histórica da ocupação dos lugares. O discurso meramente probabilístico favorece a crença de que a elaboração de parâmetros e modelos de previsibilidade poderá solucionar o problema. Parte da proibição da ocupação de certas áreas, sem considerar as razões que levaram a tais ocupações.

Não há considerações nos planos diretores e legislação urbanística de Belém (BELÉM, 1999 e 2008) acerca de riscos e desastres ocasionados pelas ocupações em áreas identificadas como aglomerações subnormais ou em associação com alterações causadas por modificações por obras de engenharia de drenagem. A maneira de ver a várzea e a prática de conversão desse tipo de ecossistema por aterro e canalização desde o século XVII transformaram esse fator de construção do risco em um ponto cego para o planejamento oficial, que aceita como “natural” a transformação desses espaços, a princípio pela ação de famílias e comunidades

em aglomerações de pequeno porte, mas mais recentemente, por ação do grande capital nas cidades, notadamente pelo setor imobiliário, e no meio rural, onde grandes transformações são promovidas pelo agronegócio, pecuária e mineração.

Em Belém, observa-se claramente que a inadequação da ocupação de área de várzea já ocupadas é seletiva; o risco é enfatizado para quando se trata de população de baixa renda, que inicia os processos de conversão de áreas que posteriormente são absorvidas pelo mercado e oferecidas a outros extratos sociais da população, após grandes investimentos públicos e privados e alterações significativas na sua localização relativa dentro do espaço metropolitano. Desse modo ocupar áreas vulneráveis, desmatar, e impermeabilizar são negócios muito lucrativos que são mantidos fora do alcance de regulações limitantes, e não por acaso durante os anos 1980 Belém ficou conhecida no país como a capital das invasões, e atualmente é a única capital que conta com mais de 50% do seu território ocupado de forma improvisada ou informal (TRINDADE JR, 1998; CEM, 2011).

## A GUIA DE CONCLUSÃO

A fraca atuação institucional no enfrentamento dos impactos das mudanças climáticas em Belém, associada a falta de conexão consistente entre políticas urbanas e ambientais em questões específicas sobre resiliência, está relacionada notadamente a necessidade de que

projetos de drenagem sejam condizentes com a intensidade pluviométrica e o comportamento natural dos corpos hídricos abundantes na região. Os desafios colocados estão relacionados a necessidade de maior integração entre políticas setoriais e relação mais profunda entre planejamento do uso da terra, políticas fundiárias, projeto ambiental e políticas de ordenamento territorial.

Especificamente no reconhecimento das condições de vida nas áreas periféricas, observa-se a falta de diretivas para urbanização de favelas, por exemplo. O fato de existir maioria dos domicílios em situação de favela (inadequados e improvisados) na Região Metropolitana de Belém, apesar do contexto socioambiental, indica a importância do planejamento de uso e ocupação do solo. Em Belém, há problemas da gestão de recursos hídricos nos canais institucionais ligados ao fato por exemplo, de que comitês regionais de bacias raramente se reúnem e não deliberam na política ambiental do estado do Pará. Associar territórios técnicos a jurisdições políticas seria um grande passo para a democratização dos problemas da água, regionalmente. Neste aspecto, há de se destacar ainda que os Planos Diretores, instrumentos básicos e em algumas municipalidades, únicos existentes, não lidam adequadamente com a modelagem do ambiente construído, e não procuram melhorar o desempenho ambiental. Há necessidade de revisão e detalhamento de instrumentos urbanísticos para alcançar melhores resultados de projeto urbano, tanto em termos físicos quanto socio-

econômicos.

Na Amazônia, estratégias territoriais tradicionais começam a ser reconhecidas como de baixo impacto, mas isso não foi assimilado por instrumentos institucionalizados de planejamento. Por isso, há necessidade de reconhecer, codificar e aplicar o conhecimento tradicional em instrumentos de planejamento, o que certamente gerará incômodo para os agentes sociais acostumados a se beneficiar pela concentração de terras, estabelecida como parte do *modus operandi* de elites, a despeito das agendas de Reforma Urbana e Reforma Agrária sustentadas pelos movimentos sociais brasileiros, ainda por serem reestruturadas para melhor aderência às condições híbridas, por superposição de lógicas, da Amazônia.

A resistência dos grupos humanos a forças exógenas que trazem padrões de urbanização contrários à ocupação das várzeas e dos cursos d'água. A diversidade de sistemas, como é o caso da Amazônia tem potencialidade para contribuir para uma maior resiliência. A recuperação após impactos incute no conceito de resiliência a atuação de grupos que executam diferentes funções e respondem de maneiras diferentes à mesma mudança ambiental. A resiliência na Amazônia deve ser desconsiderada do ponto de vista da realidade local. Intervir tendo consciência dos conflitos de interesses em torno da maneira de pensar sobre o planejamento, a distribuição de recursos e as diferenças sociais e espaciais que existem na região.

## REFERÊNCIAS

- BARTON, Jonathan e IRARRÁZAL, Felipe. Adaptación ao cambio climático y gestión de riesgos naturales: buscando síntesis en la planificación urbana. **Revista de Geografía Norte Grande**, 63. p. 87-110, 2016
- BELÉM. Lei Complementar de Controle Urbanístico. Lei n. 02/1999. Dispõe sobre o uso e a ocupação do solo. Belém: Diário Oficial do Município de Belém, 1999
- BELÉM. Lei do Plano Diretor. Lei n. 8.655 de 30/07/2008. Belém: **Diário Oficial do Município de Belém**, 2008.
- BRASIL Lei Federal nº 12.608, de 10 de abril de 2012. Institui a Política Nacional de Proteção e Defesa Civil - PNPDEC; dispõe sobre o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil - SINPDEC e o Conselho Nacional de Proteção e Defesa Civil - CONPDEC; autoriza a criação de sistema de informações e monitoramento de desastres; altera as Leis nºs 12.340, de 1º de dezembro de 2010, 10.257, de 10 de julho de 2001, 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.239, de 4 de outubro de 1991, e 9.394, de 20 de dezembro de 1996; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 abr. 2012.
- CARDOSO, Ana Claudia; LIMA, José Júlio; PINHO, Carolina, TRAVASSOS, Luciana, CANIL, Katia. Ana Case Studies: Belém and São Paulo. Livro do Projeto CARE, no prelo, 2018.
- CASTRO, Edna. (Org.). **Cidades na Floresta**. São Paulo: ANABLUME, 2008.
- COOK, Leah. **Using concept maps to monitor knowledge structure changes in a science classroom**. Tese de doutorado. Michigan: Western Michigan University, 2017.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estimativa Populacional 2017**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017
- NELSON, Donald; LEMOS, Maria Carmen; EAKIN, Hallie e LO, Yun-Jia. The limits of poverty reduction in support of climate change adaptation. **Environ. Res. Letter**, 11, 2016.
- PENTEADO, A. R. **Estudo de Geografia Urbana**. Belém: Editora da UFPA, 1968.
- PINHEIRO, Andrea **AGLOMERADOS SUBNORMAIS EM BELÉM: risco e vulnerabilidade socioambiental**. Dissertação de Mestrado. Belém: Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Federal do Pará. 2015;
- PROJETO CARE, Empowering climate resilience. **Deliverable 1.2 Shared Knowledge Basis Report**, Relatório de pesquisa. Sevilha: não publicado, 2017.
- ROZALE, Natalie. How can an ecological perspective be used to enrich cities planning and management? **URBE**. Revista Brasileira de Gestão Urbana (*Brazilian Journal of Urban Management*), 9(2), 314-326 maio/ago, 2017

- SOUZA E SILVA, Lucia; TRAVASSOS, Luciana. **Problemas ambientais urbanos: desafios para a elaboração de políticas públicas integradas**. Cadernos MetrÓpole 19 pp. 27-47 10 sem. 2008
- TRINDADE JUNIOR, Saint Clair, **A cidade dispersa: os novos espaços de assentamentos em Belém e a reestruturação metropolitana**. Tese de Doutorado: USP, 1998.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ UFPA. **Relatório do Seminário realizado em maio de 2018 no âmbito do projeto CARE**. Não publicado. 2018.

# PROJETO REGENERATIVO PARA CAMPUS UNIVERSITÁRIO

*Marila Filártiga  
José Ripper Kós*

## Resumo

O crescente campo de projeto regenerativo, emergiu da visão de que não devemos apenas impactar menos, mas redefinir o que o ambiente abrange e qual o seu papel. Acredita-se como único caminho para promover resultados mais eficazes, que o impacto e a intenção deverão ser positivos, o que significa estar e se sentir conectado com o mundo natural, coevoluindo com os sistemas do meio ambiente. Para isso entende-se que os profissionais deverão ir em direção a um modelo regenerativo baseado nas relações entre sistemas naturais e culturais, e uma profunda compreensão das características regionais, reconhecendo a interdependência entre humanos e a natureza. Um caminho em busca de impactos mais positivos na natureza é compreender que as universidades têm um papel fundamental nesse processo e responsabilidade social com o desenvolvimento da sociedade, particularmente através da educação de futuros profissionais e do seu exemplo na propagação da conscientização pública sobre as questões ambientais. Diversas universidades têm buscado promover a sustentabilidade nos seus sistemas elementares, como o ensino, pesquisa, extensão comunitária, autoavaliação, relatórios, além das operações do campus, que dizem respeito às atividades que envolvem consumo de energia e água, emissão de gases de efeito estufa, geração de resíduos sólidos, compra de alimentos, transporte, entre outros. Mas são soluções pontuais, e a realidade percebida nas áreas das universidades aponta uma direção contrária. Desde 2016, esses temas formam a base de experiências acadêmicas relacionadas ao campus principal da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), tendo como ponto de partida a universidade como parte de um ecossistema delicado e importante para todas as redes naturais da região. Se os acadêmicos concordam que nosso planeta possui sistemas complexos que funcionam mal e são insustentáveis, as universidades possuem o potencial e a responsabilidade de liderar uma mudança significativa. Nesse sentido, as experiências acadêmicas têm como objetivo o projeto regenerativo transdisciplinar baseado na investigação do papel dos principais cursos d'água do campus para o futuro da universidade. O artigo descreve as experiências apresentando o potencial do ateliê de projeto multidisciplinar como uma abordagem de aprendizagem para outras áreas de estudo.

**Palavras-chave:** projeto regenerativo, ateliê de projeto, campus universitário.

## Abstract

The growing field of regenerative design has emerged from the view that we must not only impact less but redefine what the environment encompasses and what its role is. It is believed as the only way to promote more effective results, that the impact and intention must be positive, which means being and feeling connected with the natural world, co-evolving with the systems of the environment. For this, it is understood that

professionals should move towards a regenerative model based on the relationships between natural and cultural systems, and a deep understanding of regional characteristics, recognizing the interdependence between humans and nature. A path in search of more positive impacts on nature is to understand that universities have a fundamental role in this process and social responsibility with the development of society, particularly through the education of future professionals and their example in the spread of public awareness about environmental issues. Several universities have sought to promote sustainability in their elementary systems, such as teaching, research, community outreach, self-assessment, reports, in addition to campus operations, which concern activities involving energy and water consumption, emission of greenhouse gases, generation of solid waste, purchase of food, transportation, among others. But they are one-off solutions, and the reality perceived in the university areas points in the opposite direction. Since 2016, these themes have formed the basis of academic experiences related to the main campus of the Federal University of Santa Catarina (UFSC), taking as a starting point the university as part of a delicate and important ecosystem for all the natural networks in the region. If academics agree that our planet holds malfunctioning and unsustainable complex systems, universities have a potential and responsibility to lead a significant shift. Therefore, the course has a transdisciplinary regenerative design goal based on the inquiry of the role of the main campus water streams for the future of the university. The paper describes the academic experiences presenting the potential of multidisciplinary design studio as a learning approach to other areas of study.

**Keywords:** regenerative design, design studio, university campus.

## Resumen

El creciente campo del diseño regenerativo ha surgido de la opinión de que no solo debemos impactar menos, sino que también debemos redefinir lo que abarca el medio ambiente y cuál es su función. Se cree como única forma de promover resultados más efectivos, que el impacto y la intención deben ser positivos, lo que significa estar y sentirse conectados con el mundo natural, co-evolucionando con los sistemas del entorno. Para ello, se entiende que los profesionales deben avanzar hacia un modelo regenerativo basado en las relaciones entre los sistemas naturales y culturales, y un conocimiento profundo de las características regionales, reconociendo la interdependencia entre el ser humano y la naturaleza. Un camino en busca de impactos más positivos sobre la naturaleza es entender que las universidades tienen un papel fundamental en este proceso y la responsabilidad social con el desarrollo de la sociedad, particularmente a través de la formación de los futuros profesionales y su ejemplo en la difusión de la conciencia pública sobre temas ambientales. . Varias universidades han buscado

promover la sustentabilidad en sus sistemas elementales, tales como docencia, investigación, divulgación comunitaria, autoevaluación, informes, además de las operaciones del campus, que se refieren a actividades de consumo de energía y agua, emisión de gases de efecto invernadero, generación de sólidos, desperdicio, compra de alimentos, transporte, entre otros. Pero son soluciones puntuales, y la realidad percibida en las áreas universitarias apunta en sentido contrario. Desde 2016, estos temas han formado la base de experiencias académicas relacionadas con el campus principal de la Universidad Federal de Santa Catarina (UFSC), comenzando por la universidad como parte de un ecosistema delicado e importante para todas las redes naturales de la región. Si los académicos están de acuerdo en que nuestro planeta tiene sistemas complejos que funcionan mal y son insostenibles, las universidades tienen el potencial y la responsabilidad de liderar cambios significativos. En este sentido, las experiencias académicas tienen como objetivo el proyecto regenerativo transdisciplinario basado en la investigación del papel de los principales cursos de agua del campus para el futuro de la universidad. El artículo describe las experiencias que presentan el potencial del estudio de proyectos multidisciplinario como un enfoque de aprendizaje para otras áreas de estudio.

**Palabras-clave:** proyecto regenerativo, estudio de diseño, campus universitario.

## INTRODUÇÃO

Integrantes de diversas áreas do conhecimento discutem os impactos ambientais sobre o planeta na busca de equilíbrio na relação entre seres humanos com o ambiente natural na busca de mitigar as alterações que as atividades humanas provocaram, porém, percebe-se que as soluções apresentadas para esses impactos não apresentam mudanças significativas. Esses problemas complexos precisam reconhecer a capacidade de compreender padrões, conectar e pensar soluções reconectando os fluxos naturais com os seres vivos através da recuperação de situações de degradação. As universidades estão presentes nas discussões sobre os impactos ambientais pelo ser humano e têm responsabilidade social no desenvolvimento da sociedade, particularmente na educação de futuros profissionais e na propagação da conscientização pública sobre as questões ambientais. Diante do conhecimento produzido e aprendido nas universidades, e dos desafios ambientais atuais dos campi, questiona-se quais os aspectos que impedem um impacto ambiental positivo nas soluções materializadas no seu espaço físico universitário. As universidades possuem um papel importante para antecipar essas possíveis mudanças da relação dos seres humanos com o meio ambiente. Segundo Orr (2004) o problema não é apenas que muitos edifícios nas universidades são antiestéticos, não funcionam muito bem ou não se encaixam em seu lugar ou região, o problema mais profundo é

que os edifícios não são fatores neutros no processo de aprendizagem. O espaço físico universitário influencia no aprendizado dos seus usuários como exemplo negativo. Acredita-se que o único caminho para promover resultados mais eficazes é através de um impacto e intenção positivos, o que significa estar e se sentir conectado com o mundo natural, coevoluindo com os sistemas do meio ambiente. Os profissionais deverão ir em direção a um modelo regenerativo baseado nas relações entre sistemas naturais e culturais, e uma profunda compreensão das características regionais, reconhecendo a interdependência entre humanos e a natureza.

Nesse contexto os espaços físicos das universidades devem dar o exemplo, em vez de promover isoladas e limitadas iniciativas de redução do impacto ambiental. Para isso, os projetos para o espaço físico da universidade devem incorporar conceitos de interdependência, o que significa a integração do desenvolvimento humano com os sistemas naturais em que ambos são sustentados, nutridos e aprimorados. Para isso, é necessária uma nova forma de pensar e discutir esses problemas complexos. Para Hodgkin (2008), as ferramentas atuais que auxiliam os profissionais a se preocuparem com a sustentabilidade, não abordam adequadamente a interconexão entre desenvolvimento humano e o mundo natural, nem consideram aspectos de equidade social, como educação, estética, envolvimento da comunidade e diversidade socioeconômica. O problema é visto

de forma fragmentada. E essa fragmentação também ocorre no ambiente universitário, fragmentado em áreas isoladas ou departamentos, dificultando a implementação dessas mudanças relevantes nas universidades. Em uma realidade em que os sistemas são cada vez mais complexos, onde seus limites são muitas vezes difíceis de identificar e onde as questões sociais e não técnicas desempenham papéis cada vez mais relevantes, os problemas não podem ser resolvidos aplicando apenas uma solução técnica. Introduzir e integrar esses aspectos nas discussões sobre o espaço físico da universidade requer abordagens inovadoras.

Desde 2016, o projeto no campus universitário da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) constitui a base da pesquisa atuando como um instrumento para renovar formatos de aprendizagem para toda a comunidade acadêmica sobre os impactos no meio ambiente. Esse artigo trata da importância de incentivar discussões de diferentes áreas do conhecimento para abordar problemas complexos com uma visão mais ampla. As discussões foram promovidas durante módulos de ensino como disciplinas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina e utilizaram os cursos d'água como ponto de partida para um estudo sobre o futuro do Campus da Trindade da UFSC. A experiência apresentada é discutida nesse artigo com base no conceito de projeto regenerativo.

## A UNIVERSIDADE COMO EXEMPLO

Diversos currículos acadêmicos incluem o aprendizado de responsabilidade ambiental, eficiência energética, ciclo de vida dos materiais, entre outros temas, em diversas áreas do conhecimento, que incluem uma abordagem sobre a relação do ser humano com a natureza. Além disso, os estudantes observam nas suas vivências do campus, questões sobre mobilidade, meio ambiente, a relação com a comunidade, entre outros temas.

As universidades têm papel fundamental na compreensão e solução desses problemas. Para David Orr (2004), toda escola, colégio ou universidade, além de seu currículo explícito descrito em seu catálogo, possui outro, um currículo implícito através dos seus edifícios, terrenos e operações. O currículo incorporado em qualquer edifício instrui tanto quanto qualquer curso ensinado nele. A infraestrutura urbana repercute em seus usuários, assim como a infraestrutura que os estudantes observam nos campi e suas vivências nos espaços da universidade influenciam sua capacidade de imaginar melhores alternativas para problemas futuros. Seguindo esse pensamento, para Morin (2000), a vida intelectual é inseparável da vida de experiências.

A Universidade Federal de Santa Catarina se caracteriza por uma grande extensão territorial e o conhecimento produzido e aprendido sobre as relações do ser humano com a natureza não é evidenciado nesses espaços. Ao invés de promover formas inovadoras de relação

com o meio ambiente, demonstram que seus estudantes não fazem efetivamente parte de um meio natural em constante processo de regeneração compatíveis com o desenvolvimento adequado da fauna, flora, cursos d'água, solo, etc. E ainda, embora, grande parte da comunidade acadêmica aborde em seus cursos e pesquisas questões relacionadas ao meio ambiente, na maior parte das vezes, as abordam como problemas que exigem respostas específicas e os estudam de forma isolada. As soluções possuem o objetivo de redução do impacto e não são voltadas para possibilidades de impactos positivos nas situações de degradação existentes.

Como exemplo, na educação de futuros líderes, as universidades deveriam abordar as várias necessidades das sociedades locais e não esquecer do seu importante papel na produção de conhecimento e aprendizagem reforçado por sua responsabilidade social no desenvolvimento da sociedade e na proliferação da conscientização pública sobre as questões dos seus impactos na natureza.

Acredita-se que os valores ambientais são introduzidos por diferentes meios, não só por processos educativos formais, mas pela experiência vivida pelas pessoas nos lugares. Assim se o campus não reflete em seu espaço físico as discussões sobre a questão ambiental, elaboradas pelos processos formais em sala de aula, entende-se que a aprendizagem será prejudicada. Assim, o espaço físico da UFSC tem especial participação e influência no processo de aprendizagem dos seus alunos. A universidade possui a responsabilidade de

fornecer modelos, exemplos, tangíveis, que irão calibrar os valores aprendidos pelos seus estudantes, pesquisadores e docentes, através do ato de vivenciar seus espaços de aprendizagem.

## PROJETO REGENERATIVO

O conceito mais difundido de desenvolvimento sustentável defende que para suprir as necessidades do presente não devemos comprometer as necessidades das gerações futuras (BRUNDTLAND, 1987). A preocupação ambiental surge como um processo de consciencialização do ser humano para uma adaptação de comportamentos e atitudes sociais, políticas e morais capazes de moldar o tipo de relações que se estabelecem entre os seres humanos e a natureza onde eles se inserem.

A questão ambiental é frequentemente tratada sob alguns aspectos que se inter-relacionam, mesmo quando provenientes de movimentos e teorias distintas. De forma ampla podemos citar uma visão antropocêntrica, centralizada no ser humano como um usuário. Essa abordagem normalmente resulta em soluções pontuais e fragmentadas. Em uma visão oposta, que não separa os seres humanos da natureza, os primeiros são parte de todo o sistema do planeta como uma rede de fenômenos que estão interconectados. Embora os resultados da primeira visão estejam em constante evolução, a exemplo dos edifícios considerados “verdes”, o objetivo central é impactar

menos. As construções ecológicas com essa abordagem são orientadas para o aumento da eficiência no uso da energia, água e materiais, reduzindo impactos globais sobre o ambiente natural.

A segunda visão vem sendo discutida por alguns autores como (McHARG, 1969), (LYLE, 1994), (McDOUNOUGH, 2002) e (HES & DU PLESSIS, 2015) que colocam a posição do ser humano não como indivíduo à parte do sistema. A integridade e a sabedoria dos sistemas vivos estão no centro dos processos evolutivos, que, por sua vez, é o centro da prática regenerativa. Em sua essência, através da prática regenerativa devemos entrar em sintonia com a natureza. John Lyle (1994) é considerado como o criador do conceito de projeto regenerativo e um dos primeiros autores a conceber uma metodologia de projeto que permite a substituição, renovação e renascimento contínuos para promover resultados positivos. Em 1999, Berkebile e McLennan propõem uma mudança de paradigma na indústria da construção para que os edifícios e as atividades da construção fossem promotores da saúde dos ecossistemas, de economias estáveis e sociedades igualitárias. Laszlo (2008) também afirmou que precisamos encontrar maneiras para viver na terra sem destruir o mundo natural e a nós mesmos. Através da valorização da vida e dos padrões em sistemas, podemos co-criar novos padrões com o objetivo do bem-estar mútuo.

Nossos ecossistemas globais estão degenerando mais rapidamente do que

podem se reproduzir. O crescente campo de projeto regenerativo, que emergiu da segunda visão comentada anteriormente, não é apenas impactar menos, mas redefinir a abrangência do ambiente e do seu papel. Seus defensores argumentam que é necessária uma abordagem mais ampla e integrada com estratégias que buscam reverter a degradação dos sistemas naturais, incluindo os sistemas humanos, com o objetivo de regenerar a saúde dos lugares como um todo. As práticas regenerativas se concentram no cultivo de relações mutuamente benéficas entre pessoas e lugares. Para alcançar um projeto restaurador e regenerativo, é necessário colocar menos ênfase em um elemento isolado e mais no processo de projeto que se concentra na evolução de todo o sistema.

De acordo com Lyle (1994) o principal ponto é que o modelo linear que estruturam nossos habitats humanos que acabam levando à degeneração dos sistemas que fornecem energia, materiais e outros serviços para nossas cidades. Ele sugere uma intervenção no sistema através da reincorporação dos serviços básicos de apoio à vida da natureza. Reed (2009) sugere que essas abordagens com relação à questão ambiental e sua trajetória são uma progressão e não independentes umas das outras. Segundo ele, todos os níveis são necessários para alcançar uma mudança para a regeneração, que pode ser demonstrado como uma trajetória na busca de um impacto positivo no meio ambiente (Figura 01).

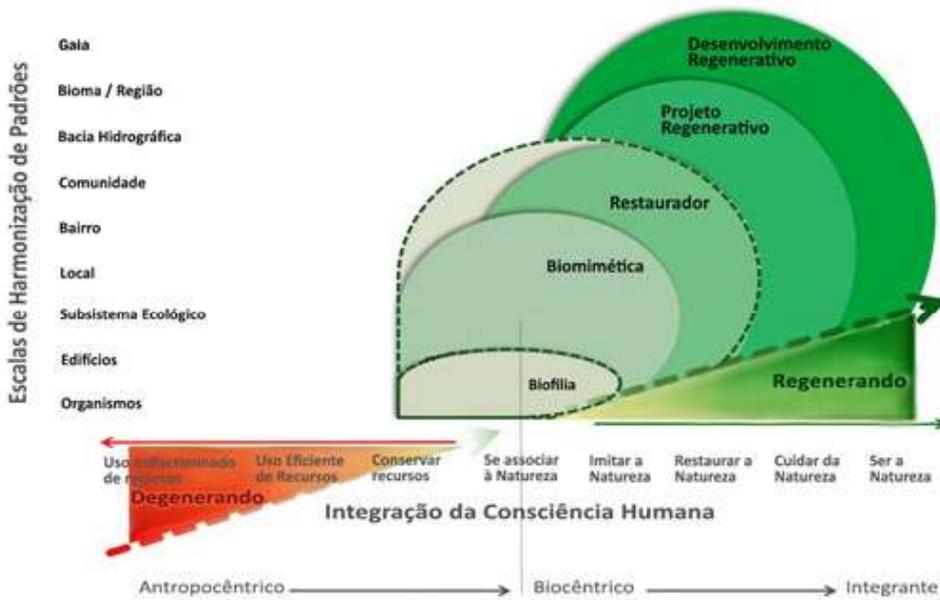


Figura 01: O espectro de práticas de sustentabilidade. Fonte: [www.regenesis.com](http://www.regenesis.com) (acesso 2017)

Nessa trajetória em direção a um impacto positivo no meio ambiente, algumas estratégias foram desenvolvidas com esse compromisso, com o objetivo de integrar estruturas, processos e infraestruturas com os sistemas de vida natural. Segundo Mang e Reed (2012) são quatro categorias de abrangência ao longo do campo de espectro verde, acima da linha neutra na direção da regeneração. A primeira categoria a “Biofilia”, de forma geral, reconhece que os seres humanos respondem positivamente à natureza. A saúde humana é positivamente influenciada em relação à sua conexão com a natureza. Segundo Cavalcante e Elali (2011) o processo evolutivo preparou biologicamente o ser humano para aprender e reter feedbacks positivos à natureza. Isso se reflete em três respostas

adaptativas relacionadas com a paisagem natural: preferência e aproximação, restauração e recuperação de estresse e melhoria das funções cognitivas quando a tarefa não é urgente. Com base nisso algumas pesquisas buscam uma analogia entre essas predisposições do ser humano e sua relação com a natureza. Um primeiro passo para uma visão mais ampla e integrada com a natureza. Um segundo estágio é o conceito da “Biomimética”, termo utilizado para invenções humanas que sejam inspiradas pela natureza. Segundo Benyus (1997) esse conceito busca usar a natureza como modelo, como medida, observando o padrão ecológico para as inovações sem esgotar a fonte de inspiração. Ela defende que é possível aprender a solucionar problemas estudando a natureza, que registra o que

funciona, o que é adequado e o que é durável. A biomimética, observa e estuda a natureza, sem o foco de extrair seus recursos, para poder descobrir soluções para os problemas atuais. Os princípios que orientam o pensamento biomimético são essencialmente derivados de um processo ecológico, compreendendo como a natureza funciona e que esse seja um ponto de partida conceitual para uma mudança regenerativa dos sistemas. No estágio “Restaurador”, a capacidade auto-organizadora e evolutiva dos sistemas naturais é a meta a ser restaurada. É uma abordagem que reconhece que os seres humanos possuem um papel relevante a ser desempenhado. Nessa abordagem os seres humanos estão mais integrados com a natureza se comparados aos estágios anteriores, mas ainda assim intervêm em um sistema ou subsistema específico para reestabelecer a restauração de um ecossistema. O papel do ser humano é concluído uma vez que a capacidade do sistema para se auto organizar é iniciada. Por outro lado, o estágio “Regenerativo” reconhece que os seres humanos são a “natureza”. É uma consciência de que a saúde de um ecossistema depende da saúde humana e a saúde humana é dependente da saúde de toda a ecologia. Por isso sua meta é a coevolução. Para criar uma saúde ecológica sustentada, os seres humanos devem desenvolver uma inter-relação consciente e integral em que os seres humanos e a natureza são mutuamente benéficos.

## A EXPERIÊNCIA

Partindo desses conceitos apresentados, foram criados módulos de ensino oferecidos como disciplinas do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina baseados no modelo de ateliê de projeto. Foram realizadas três experiências entre 2017 e 2018. A primeira ocorreu no terceiro trimestre de 2016, a segunda no terceiro trimestre de 2017, e a terceira no primeiro trimestre de 2018. Para cada módulo foram feitos 12 encontros, organizados para coletar informações por meio das interações em relação ao tópico de projeto regenerativo, a partir da compreensão da possibilidade de impactar positivamente o meio ambiente e do papel da universidade como um exemplo para a comunidade. Para a discussão, além da apresentação dos conceitos, foi enfatizado o sistema hídrico do campus Reitor João David Ferreira Lima, como ponto de partida para um estudo sobre o futuro deste campus. Os módulos se caracterizaram por um grupo heterogêneo com relação às áreas do conhecimento e formação, com participantes de mestrado, doutorado e da graduação. No primeiro módulo, foram 15 participantes, no segundo foram 21 participantes, e no terceiro 19 participantes, com diversidade de áreas do conhecimento. (Figura 02)

“Há 25 anos, o desenvolvimento sustentável é apontado como a solução para os problemas mundiais. Mas, em vez disso, tivemos cada vez mais poluição, perda de biodiversidade e mudanças

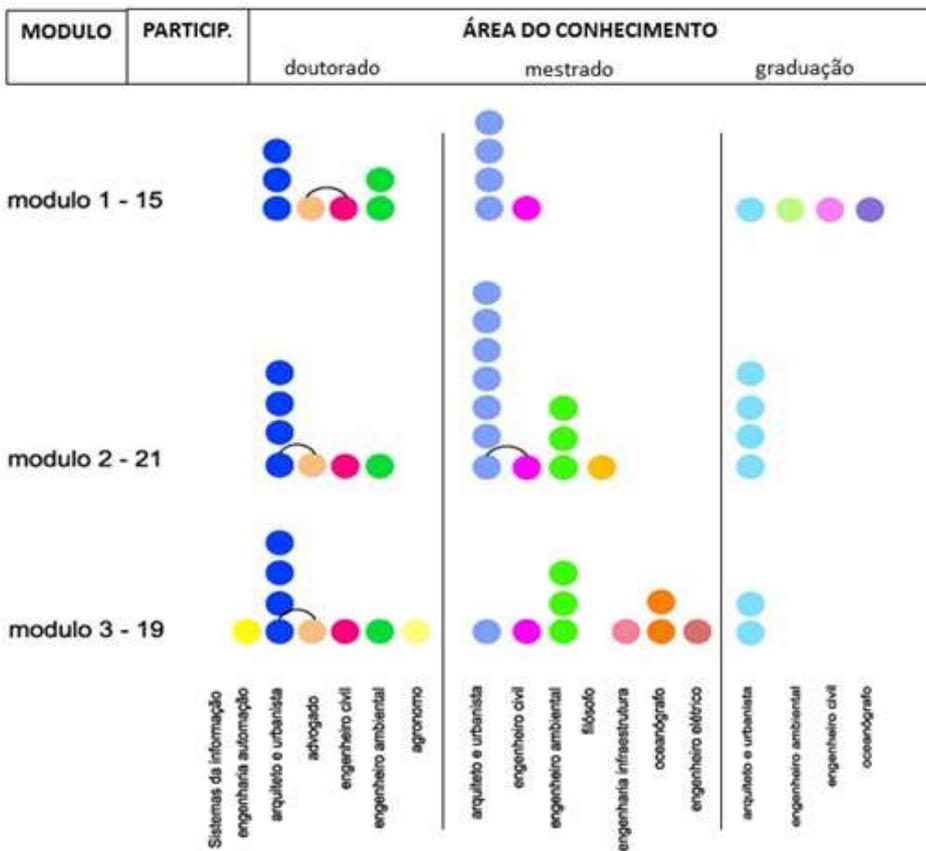


Figura 02: Áreas do conhecimento dos participantes nos módulos. Fonte: Elaborado pelos autores

climáticas. O conceito de sustentabilidade foi abusado como alguns outros termos na história. É hora de pensar não apenas em sustentar os ecossistemas e comunidades humanas gravemente danificados, mas em regenerá-los”. (GIRARDET, 2015) Se os acadêmicos concordam que nosso planeta possui sistemas complexos com mau funcionamento e insustentáveis, as universidades têm o potencial e a responsabilidade de liderar uma mudança significativa. Assim, desde a primeira versão, os cursos tiveram um objetivo de design regenerativo transdisciplinar baseado na

investigação do papel dos cursos de água do campus para o futuro da universidade. O artigo tem como objetivo descrever as experiências para apresentar o potencial do estúdio de design multidisciplinar como uma abordagem de aprendizagem para outras áreas de estudo. Essas edições contaram com pelo menos três professores responsáveis pelo curso e que participaram da maioria dos encontros. No final do curso, os grupos, muitas vezes constituídos por 5 a 6 alunos, apresentaram as suas propostas, ou por vezes argumentando, na forma de um vídeo de 6 minutos.

Estimular processos colaborativos com diferentes áreas do conhecimento é um desafio. A maneira de se comunicar varia muito e pode ser percebida como um obstáculo nessa integração. Por outro lado, a diversidade de conhecimentos contribui para enfrentar a atual crise ambiental, que aponta a necessidade de interferir na dinâmica dos processos que não pode ser feito de forma fragmentada.

Contribuindo para esta discussão, Schon argumenta sobre o potencial do ateliê de projeto para influenciar outras escolas profissionais, abordando a afirmação de Herbert Simon de que “projetar é fundamental para todas as profissões” (SCHON, 1988). Ele também discutiu o lugar da ciência aplicada no ateliê de projeto, sugerindo que ensinar “o que os cientistas fazem, em vez de seus resultados de pesquisa, pode influenciar o ensino das ciências no ateliê. Quando considerados dessa forma, a pesquisa científica e o projeto arquitetônico guardam uma semelhança familiar muito mais próxima entre si”. (SCHON, 1988)

É importante destacar que a principal preocupação de Schon é um ateliê de projeto onde uma relação de tutoria individual ocorre entre o tutor e o estudante de arquitetura. Seus estudos apoiam nosso argumento sobre o potencial do ateliê, embora nossa preocupação seja com o trabalho em grupo, onde a comunicação com o outro é fundamental. A comunicação é um dos principais desafios em tais estúdios interdisciplinares e raramente abordado por uma educação universitária. Estudantes de pós-graduação, com visões

de mundo diferentes, precisam aprender a ouvir as visões dos outros, para construir um argumento holístico abrangente.

Os cursos foram relativamente curtos, com doze encontros, uma vez por semana. O formato do ateliê de projeto é bastante óbvio para o arquiteto, enquanto os não arquitetos, tanto professores como alunos, têm dificuldade em entendê-lo desde o início. As primeiras aulas foram baseadas em palestras e debates tradicionais até a formação de grupos de 5 a 6 alunos. Os grupos foram divididos de acordo com o interesse demonstrado nos debates, bem como para manter uma diversidade de disciplinas dos alunos em cada grupo. Esse processo de agrupamento foi definido por professores e alunos. Professores e alunos não arquitetos exigiram nos primeiros encontros, após o processo de agrupamento, aulas mais estruturadas e mais palestras do que discussões em grupo. Os arquitetos estavam familiarizados com os estúdios de design de grupo e não tiveram dificuldades nessas questões. Para facilitar o processo, algumas diretrizes foram estruturadas junto com as versões do curso. O enquadramento do problema era crítico e deveria estar claro antes que os grupos pudessem prosseguir com as propostas. Devido ao tempo limitado para o desenvolvimento das propostas, os grupos foram solicitados a elaborar seus vídeos com o objetivo de viabilizar a proposta. Essa viabilidade poderia ser orientada no sentido de convencer a administração da universidade, criando uma consciência da comunidade ou

para demonstrar benefícios para partes interessadas externas. Portanto, os grupos não precisavam de uma proposta completa, mas de um plano de ações para apresentá-la e obter apoio para realizá-la. Se o alvo é a administração universitária, por exemplo, a apresentação em vídeo deveria demonstrar a urgência do problema e a flexibilidade para a implementação da proposta. (KINGDON e THURBER, 1984) Considerando a limitação de tempo, o grupo concordou em focar o trabalho no ateliê em tarefas que requerem mais discussões interdisciplinares para estratégias de projeto. O vídeo deveria ter uma abordagem semelhante, pois sua realização requer que das suas estratégias, os grupos apresentem a síntese das propostas. Assim, as aulas no ateliê progrediram por meio de discussões destinadas a enquadrar o problema e as estratégias integrados para apoiar a implementação da proposta.

O modelo de ateliê de projeto reconstrói a objetividade do modelo tradicional de classes e atividades na direção de um resultado permanentemente em construção. Os conhecimentos adquiridos na vivência do curso são eminentemente processuais e de natureza qualitativa, capazes de promover novas sinergias e descobertas, também aos docentes, a cada edição realizada. A delimitação do campus como local de intervenção e seus elementos significativos são os únicos aspectos invariáveis. Embora a incorporação dos rios seja fundamental para cada grupo, as demandas para as propostas finais foram bastante flexíveis.

Nessa direção, a discussão em grupo não é voltada para um produto final. Esta é uma questão crítica que pode diferenciar esses cursos de outras propostas de ensino transdisciplinares ou cursos de Aprendizagem Baseada em Problemas. Os alvos desses vídeos iam desde a administração da universidade, a comunidade acadêmica, as comunidades vizinhas, a administração da cidade e a empresa de abastecimento de água e seu tema central eram enchentes, vagas de estacionamento, qualidade da água, envolvimento da comunidade, excelência em pesquisa, espaço verde, e o papel da universidade. Poucos grupos apresentaram uma proposta de projeto de arquitetura, embora muitas vezes havia uma proposta espacial tácita como seu principal argumento.

Mediante as interações dos grupos definiu-se o conjunto de aspectos a serem considerados nos projetos para que sua materialização no espaço físico universitário possa, de acordo com Lyle (1994), agregar e não isolar, portanto, inserir-se em uma concepção de conhecimento interdisciplinar e em uma perspectiva ecológica, holística e abrangente de projeto. As áreas temáticas definidas nas experiências são descritas no Quadro 01, abaixo.

Percebeu-se que o módulo 3 apresentou maior diversidade de pessoas com relação a suas áreas de conhecimento, e o resultado das propostas também abrangem mais áreas. Observa-se, portanto, a importância dessa diversidade de pessoas com diferentes conhecimentos, integrados, para pensar problemas complexos,

**Quadro 01:** Áreas consideradas nos projetos dos módulos 1, 2 e 3. Fonte: Elaborado pelos autores, 2018.

	M1	M2	M3
Comunidade	X	X	X
Água	X	X	X
Mobilidade	X	X	X
Bem-estar		X	X
Energia			
Estética			
Governança		X	X
Ecossistemas	X	X	X
Segurança		X	
Terra		X	X
Materiais			X
Economia	X	X	X
Ensino	X	X	X
Educação	X	X	X

como os relacionados ao meio ambiente, e como essa integração proporciona questionamentos além da área de cada participante.

As áreas temáticas representam aspectos que estão inter-relacionados de um sistema que compõem o todo. Tem como objetivo identificar pontos e possíveis iniciativas dos projetos com um olhar mais abrangente, discutindo áreas que normalmente não são consideradas nos projetos.

### CONCLUSÕES

As universidades têm proposto várias iniciativas interdisciplinares, especialmente através de bolsas para projetos de pesquisa conjuntos. No entanto, o processo de aprendizagem não mudou muito. A integração dos departamentos é rara em debates sobre mudanças curriculares e muitas vezes restrita a ofertas

de disciplinas eletivas. Reconhecemos nesta experiência, que o modelo de ateliê de projeto baseado em um problema real e amplo mostrou-se adequado para a integração de uma grande variedade de disciplinas. Além disso, houve um claro impacto de disciplinas não arquitetônicas no formato de ateliê tradicional. À medida que avançamos nas diferentes edições dos cursos, o enquadramento do problema concentrou a maior parte das discussões e esforços. Identificamos esta fase em oposição ao detalhamento da proposta, por exemplo, como a mais eficaz para facilitar a integração disciplinar, quando a comunicação é uma questão crítica. Assim, mais tempo tem sido dedicado a esta fase, na apresentação do curso aos alunos.

A elaboração de projetos no espaço físico universitário no Brasil geralmente reproduz a visão reducionista, que relega muitas vezes à natureza a função de apenas nos suprir de alimentos, energia, matéria-prima e belas paisagens, sem a percepção de que somos parte do planeta. Um número crescente de universidades no Brasil busca classificar-se como “verde”, demonstrando a preocupação com o meio ambiente natural. Preocupar-se com algo não significa que os comportamentos serão alterados em relação a isso. Para isso, uma mudança de comportamento é urgente e vai além do reconhecimento da vulnerabilidade da espécie humana. Através da vivência em um espaço que seja intencionalmente educador, o aprendizado será espontâneo, portanto, não podemos subestimar

o exemplo oferecido pelo espaço físico do campus universitário para impactar milhares de estudantes com inestimável potência de multiplicação na sociedade dos valores aprendidos. É essencial para a comunidade universitária construir e reconstruir conhecimentos a partir do que percebe, vive e faz.

A consolidação de um novo modelo de comportamento reconectado à natureza exige que sua difusão seja muito eficiente. Nesse sentido, esta experiência acadêmica foi uma oportunidade para as pessoas desenvolverem outra e detalhada perspectiva dos sistemas que sustentam a vida na Terra e direcionar ações positivas nos espaços projetados. As conexões resultantes das discussões dos módulos têm o potencial de identificar caminhos que resultem em soluções mais amplas, com diferentes olhares sobre um mesmo problema. Trocar um padrão existente por uma nova opção pode ajudar a superar a inércia, e acredita-se que essa transformação tem a probabilidade de ser mais eficaz.

As soluções propostas pelos grupos consideraram como problema mais amplo a degeneração dos cursos d'água do

campus da Universidade Federal de Santa Catarina. As soluções propostas nos módulos buscaram, a partir do potencial dos córregos, examinar as oportunidades de evoluir e restaurar esses relacionamentos para o benefício contínuo e revitalização da comunidade. A experiência aumentou a capacidade das equipes de lidar com problemas difíceis e complexos, incentivando os participantes a impactar positivamente, em vez de se concentrarem nos aspectos negativos existentes. O questionamento a partir do conceito de projeto regenerativo forneceu uma oportunidade para as equipes perceberem outros temas que estavam incorporados no problema mais amplo. Finalmente, as questões abordadas constituem uma base teórica que reconhece o ser humano como parte integrante dos ecossistemas. Isso reflete uma mudança na forma como se projetam os espaços: todos os envolvidos no projeto devem estar cientes da complexidade e inter-relações dos sistemas que projetam em um curto e um longo prazo, assumindo a responsabilidade pela saúde dos sistemas naturais que sustentam a vida na Terra.

## AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para esta pesquisa, aos pesquisadores do Laboratório de Ecologia Urbana (LEUr) e a todos os docentes e discentes que participaram das experiências acadêmicas relatadas no artigo.

## REFERÊNCIAS

- BENYUS, J. *Biomimicry: Innovation Inspired by Nature*, New York: Harper Collins Publishers, Inc. (1997)
- BERKEBILE, B, and MCLENNAN, J. The Living Building, *The World and I Magazine*, Washington, DC. (1999)
- BRUNDTLAND, G. H. *Report of the world Commission on Environment and Development: Our Common Future*. Oxford: Oxford Univ Press. (1987).
- CAVALCANTE, S., & ELALI, G. *Temas básicos em Psicologia Ambiental*. Petrópolis: Vozes. (2011)
- GIRARDET, Herbert. "Sustainability is unhelpful: we need to think about regeneration." *The Guardian* 10 (2013). Visitado em 27 de Junho, 2019. <https://www.theguardian.com/sustainable-business/blog/sustainability-unhelpful-think-regeneration>.
- HES, D, and du Plessis C. *Designing for Hope: Pathways to Regenerative Sustainability*, New York: Routledge. (2015)
- HODGIN, S. *Living built environments: getting to the next generation of green buildings*. Master's of Science thesis, Colorado State University, Fort Collins, CO. (2008)
- LASZLO, E. *Quantum Shift in the Global Brain: How the New Scientific Reality Can Change Us and Our World*. Vermont: Inner Traditions. (2008)
- LYLE, JT. *Regenerative Design for Sustainable Development*, New York: John Wiley & Sons, Inc. (1994)
- MANG, P; REED, B. Regenerative Development and Design. *Encyclopedia Sustainability Science & Technology*, p.p. 1-44. (2012)
- MCDONOUGH, W, and BRAUNGART, M . *Cradle to Cradle: Remaking the Way We Make Things*, New York: North Point Press. (2002)
- McHARG, I. *Design with Nature*. New York: Doubleday. (1969).
- MANG P, and REED, B. 'Regenerative Design and Development: Current Theory and Practice.' *Journal of Building Research and Information*. 40(1), 22-38. (2012)
- MORIN, E. *Meus Demônios*. São Paulo: Bertrand Brasil. (2000).
- ORR, D. *Earth in Mind*. Washington D.C.: Island Press. (2004)
- REED, B., *The integrative design guide to green buildings: Redefining the practice of sustainability*. Vol. 43. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons. (2009)
- SCHÖN, Donald A. "Toward a Marriage of Artistry & Applied Science in the Architectural Design Studio." *Journal of Architectural Education* 41, no. 4 (July 1, 1988): 4–10.

---

MARILA FILÁRTIGA é doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora do CESUSC; marilafilartiga@gmail.com  
JOSÉ RIPPER KÓS é doutor em Arquitetura e professor do PósARQ,UFSC e PROURB.UFRJ; jose.kos@ufsc.br

# O PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: ESTADO, MERCADO, PLANEJAMENTO URBANO E HABITAÇÃO

*Gabriel Rodrigues da Cunha*

## Resumo

O objetivo deste trabalho é descrever e analisar o desenvolvimento do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) tendo como eixo a relação entre Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação. O foco desta análise foi compreender o significado do PMCMV do ponto de vista dos arranjos institucionais e privados (ou o binômio Estado-Mercado) estabelecidos por Ele e que visaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, por meio da valorização imobiliária como uma política planejada de governo.

Ou seja, a valorização imobiliária foi planejada e administrada pelo PMCMV como um dos principais mecanismos de ativação e manutenção do mercado imobiliário residencial para baixa renda, pelo menos entre o início e o auge do Programa, aqui considerado entre 2009 e 2012, respectivamente. Se, por um lado este mecanismo trouxe vitalidade à produção de mercado de moradias, por outro acabou desempenhando papel determinante na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e da democratização das cidades. Este trabalho espera contribuir para problematizar a forma como os arranjos institucionais e a aplicação do fundo público destinado à habitação no âmbito do PMCMV vinham ocorrendo, distanciados do desenvolvimento social e, especialmente, da produção do espaço urbano socioespacialmente mais justo.

**Palavras-Chave:** Política Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Planejamento Urbano; Habitação Social no Brasil.

## Abstract

This work analyse the development of the Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), based on the arrangements between State, Market, urban planning and housing. This analysis focuses on the meaning of the PMCMV from the point of view of the institutional and private arrangements established by the Program and that aimed fundamentally to recompose the profitability of the market and the creation of new businesses for the private initiative, through real estate valuation as a planned government policy. That is, real estate appreciation was planned and managed by the PMCMV as one of the main mechanisms for the activation and maintenance of the low income residential real estate market between 2009 and 2012. This mechanism brought at the same time vitality to the production of the housing market and it played a determining role in the socio-spatial configuration of the city, contrary to the objectives of Urban Reform and the democratization of cities and the housing. This paper hopes to contribute to problematize the institutional arrangements and the application of the public fund for housing under the PMCMV, questioning its distancing

from social development and, especially, from the production of the socio-spatially fairer urban space.

**Keywords:** Housing Policy, Housing Program Minha Casa, Minha Vida, Urban Planning, Social Housing in Brazil.

### Resumen

Este trabajo analiza el desarrollo del Programa Minha Casa, Minha Vida (PM-CMV), basado en los arreglos entre Estado, Mercado, urbanismo y vivienda. Este análisis se centra en el significado del PMCMV desde el punto de vista de los arreglos institucionales y privados establecidos por el Programa y que apunta fundamentalmente a recomponer la rentabilidad del mercado y la creación de nuevos negocios para la iniciativa privada, a través de la valoración inmobiliaria como una política gubernamental planificada. Es decir, la valoración inmobiliaria fue planificada y administrada por el PMCMV como uno de los principales mecanismos para la activación y mantenimiento del mercado inmobiliario residencial económico y popular entre 2009 y 2012. Este mecanismo aportó al mismo tiempo vitalidad a la producción del mercado de la vivienda y jugó un papel determinante en la configuración socioespacial de la ciudad, contrariamente a los objetivos de la Reforma Urbana y la democratización de las ciudades y la vivienda. Este artículo espera contribuir para problematizar los arreglos institucionales y la aplicación del fondo público para la vivienda bajo el PMCMV, cuestionando su distanciamiento del desarrollo social y, especialmente, de la producción del espacio urbano socioespacialmente más justo.

**Palabras-Clave:** Política Habitacional; Programa Minha Casa, Minha Vida; Planificación Urbana; Vivienda Social em Brasil.

## INTRODUÇÃO

Tem se tornado bastante evidente que a política habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) direcionou suas atenções muito mais para a solução econômica anticíclica que enfrentasse a última grande crise capitalista da década de 2000 do que propriamente para a questão urbana e o direito à moradia. A solução econômica do PMCMV com vistas a geração e circulação de capitais privados, a partir de investimentos públicos, se sobrepôs à resposta adequada esperada de um programa habitacional em relação aos desafios urbanos brasileiros e à qualidade das moradias de baixa renda. Os projetos de moradia encampados pelo PMCMV não enfrentaram, por exemplo, a questão fundiária que é central em termos urbanos e habitacionais em nosso país, perpetuando um modelo de ocupação das regiões periféricas das cidades e não contendo – nem se propondo a conter – a especulação imobiliária dos vazios urbanos. Ao mesmo tempo, investiu quase que exclusivamente na solução privada de provisão habitacional, com foco nas empresas construtoras – muitas delas grandes empresas com capital aberto –, em detrimento de formas alternativas baseadas na autoprodução e autoconstrução de moradias, ou de aproveitamento ou incentivo de ocupação de imóveis vazios – que, sabe-se, são mais numerosos do que o déficit habitacional.

Consequentemente, também não alavancaram, como poderiam, a assistência técnica habitacional, regida pela Lei

federal 12.888/2010. Tais afirmações iniciais têm respaldo na linha de outros trabalhos acadêmicos recentes (CUNHA, 2014; FIX, 2011; SHIMBO, 2010; ROYER, 2008) que analisam em seu conjunto as relações entre estado, mercado, planejamento urbano e habitação nos momentos que antecedem o PMCMV e durante sua vigência. É minha intenção, neste artigo, demonstrar o desenho deste Programa a partir da sua relação com os processos de valorização imobiliária que interessam ao mercado imobiliário, em especial as empresas construtoras e proprietários de terras, entendendo como o Programa definiu uma estratégia institucional para viabilizar os empreendimentos habitacionais colocando no centro das operações a valorização imobiliária.

Em outras palavras, visto a demonstrar que os arranjos institucionais e privados – ou o binômio estado-mercado – estabelecidos no PMCMV, que objetivaram fundamentalmente recompor a rentabilidade do mercado e a criação de novos negócios para a iniciativa privada, foram determinantes na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e sua proposta de democratização. Como um dos seus efeitos, o PMCMV gerou um quadro paradoxal no qual houve elevação do custo da moradia alimentado pelo próprio Programa, isto é, não apenas não ofereceu resistência à atividade especulativa imobiliária como acabou dando a ela vazão e estímulo. Se por um lado é indiscutível que os governos de Lula e Dilma

promoveram elevação da renda do trabalhador – por meio do estímulo ao salário mínimo acima dos índices inflacionários e ao crédito, ampliando o consumo das famílias de baixa renda que acessaram bens e serviços –, por outro lado, o custo da moradia sofreu um acréscimo superior, em muitos casos, aos ganhos econômicos dos trabalhadores destas mesmas políticas econômicas, como será demonstrado neste trabalho.

### A CRIAÇÃO DA MÁQUINA DE PRODUZIR MORADIAS: O PMCMV

Já a partir do 1º governo Lula, em especial a partir de 2004, ocorreu uma forte retomada do sistema de financiamento habitacional. No entanto, é um erro interpretar a criação do PMCMV como um projeto do governo Lula estabelecido desde antes da sua chegada ao poder: o Programa teve um caráter conjuntural e um de seus principais objetivos foi dar uma resposta à crise internacional de 2007-8.

Criado pela Medida Provisória nº 459/2009 e instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009, o PMCMV operacionaliza e setoriza investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), ao qual está atrelado. A principal estratégia anticrise implícita no PMCMV é a de mobilizar o setor da construção civil por meio de incentivos à produção de uma grande quantidade de moradias (inicialmente na ordem de um milhão) distribuídas em 3 faixas de renda: a de até 3 salários-mínimos (faixa 1)

e a acima de 3 até 6 salários (faixa 2), totalizando ambas 400 mil moradias cada, e a acima de 6 até 10 salários-mínimos (faixa 3), fechando a conta com 200 mil unidades. Entre 2011 e 2014 o PMCMV entrou em sua segunda fase, conhecida como PMCMV-2, dando continuidade a esta estratégia incrementando a proposta de criar mais dois milhões de UH.

O PMCMV não foi a única resposta anticíclica no campo da construção civil planejada pelo Governo Federal, mas a que acabou prevalecendo diante do conjunto de forças políticas que o pressionaram. Conforme Fix (2011), o Governo chegou a propor antes a Medida Provisória 443, de 2008, que autorizou a Caixa Econômica Federal, a comprar ações de empresas da construção civil. Porém, o setor imobiliário, com grande poder de influência no governo, fez forte oposição à medida e a Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) chegou a acusar o governo de tentar estatizar o setor (FIX, 2011; p. 164). O setor não defendia, portanto, uma intervenção direta deste porte por parte do Estado. Apenas desejava o seu apoio para a produção de habitação de baixo custo, em especial, os recursos orçamentários que alimentariam os sistemas de financiamento à produção. Ainda conforme esta autora, a elaboração do PMCMV não levou em consideração as instâncias de participação direta e indireta: foi excluída a participação popular, a estrutura operacional do Ministério das Cidades e mesmo o Conselho das Cidades, órgão deliberativo do Ministério. O PMCMV foi, portanto, resultado

de uma articulação mais restrita, entre a Casa Civil, que liderou o processo, o Ministério da Fazenda e representantes do setor da construção civil. Tais aspectos revelam que o PMCMV aponta, desde sua origem, para direções opostas as sugeridas em 2009 pelo Plano Nacional de Habitação – PlanHab (BRASIL, 2010), que atribui importância à participação de amplos setores da população na condução da política habitacional.

Portanto, o PMCMV selecionou, no conjunto de experiências de políticas habitacionais formuladas desde o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), aquelas características ou princípios gerais que favorecessem os negócios da iniciativa privada: além da maleabilidade e menor controle social contidos no “modelo de negócio” do Programa de Arrendamento Residencial (PAR), adotou o crédito direto ao consumidor ou a entidades, pertencentes às modalidades anteriormente existentes, do Programa Carta de Crédito Individual e Carta de Crédito Associativo, respectivamente. Persiste também, em menor escala, a possibilidade de opção pela compra de imóveis prontos ou usados, até terrenos e materiais de construção. Por outro lado, foi excluída a promoção estatal, baseada em projetos e licitações comandados por órgãos públicos, com fundos menores e muito concorridos.

Houve também interesse do governo em favorecer a iniciativa privada porque se queria evitar a lentidão na execução do PAC que se observava desde 2007, sobretudo diante da rapidez operacional

exigida pela situação de reversão da crise internacional. Além deste fato, Arantes e Fix acrescentam outro motivo: a dificuldade e morosidade do poder público, sobretudo municipal, na aplicação de recursos habitacionais, o que acabou induzindo o Governo Federal e a Casa Civil a optarem por uma produção diretamente de mercado, que dispensa em grande medida a gestão pública (ARANTES & FIX, 2008; p.02). Outro aspecto interessante observado por estes autores é que o governo federal, em vez de atuar para reverter os entraves existentes na gestão pública, reconhece que a eficiência necessária está do lado das empresas privadas.

O perfil de atendimento previsto pelo programa em relação às faixas de renda revela o quanto o PMCMV foi moldado para atender ao interesse do setor imobiliário, pois favorece claramente uma faixa estreita da demanda que mais lhe interessa, isto é, as faixas 2 e 3. Conforme Arantes e Fix (2008), baseados na Fundação João Pinheiro, estas 2 faixas são consideradas pelo mercado como mais lucrativa e possuem um déficit habitacional urbano de apenas 15,2% do total, mas estava previsto receber 60% das unidades e 53% do subsídio público. Em compensação, para a faixa 1, responsável por 82,5% do déficit habitacional urbano, foi previsto apenas 35% das unidades do PMCMV, o que corresponde a 8% do total do déficit para esta faixa. A entrada na faixa inferior de forma maciça, processo que tem acontecido mais recentemente, só ocorreu porque as empresas

Quadro 1: PMCMV: Sub-programas, linhas, fontes de recursos e metas físicas.			
Fonte: Produção própria do autor			
PMCMV-1 – Maio de 2009 a maio de 2011			
Sub-Programa	Linha	Fonte	Meta (unidades)
PNHR	Grupo 1 (G-I): Renda até R\$ 15 mil/ano	OGU	400.000 – Faixa 1 (40%)
PNHUR	Empresas	FAR	
	Entidades	FDS	
PNHR	Financiamento Habitacional	FGTS	400.000 – Faixa 2 (40%)
	Grupo 2 (G-II) – Renda entre R\$ 15 e R\$ 30 mil/ano	FGTS	200.000 – Faixa 3 (20%)
	Grupo 3 (G-III) – Renda entre R\$30 mil e R\$ 60 mil/ano	FGTS	
Total			1.000.000 (100%)
PMCMV-2 – Junho de 2011 a dezembro de 2014			
Sub-Programa	Linha	Fonte	Meta (unidades)
PNHUR	Empresas	FAR	860.000 – Faixa 1 (43%)
	Entidades	FDS	60.000 – Faixa 1 (3%)
	Oferta pública	Instituições ou agentes financeiros autorizados	220.000 – Faixa 1 (11%)
	Financiamento Habitacional	FGTS	600.000 – Faixa 2 (30%) 200.000 – Faixa 3 (10%)
PNHR	Grupo 1 (G-I) – Renda até R\$ 15 mil/ano	OGU	60.000 (3%)
	Grupo 2 (G-II) – Renda entre R\$ 15 e R\$ 30 mil/ano	FGTS	
	Grupo 3 (G-III) – Renda entre R\$30 mil e R\$ 60 mil/ano	FGTS	
Total			2.000.000 (100%)

pressionaram para torná-la igualmente lucrativa, solicitando ao governo a ampliação dos valores que serão pagos nos financiamentos da produção, melhorando a viabilidade do negócio.

### A VALORIZAÇÃO IMOBILIÁRIA DA MORADIA COMO POLÍTICA DE GOVERNO

Nas páginas a seguir será demonstrado como a valorização imobiliária da moradia econômica e popular se tornou, na vigência do PMCMV, uma política de governo. Defenderei esta hipótese a partir da análise de uma das questões cruciais para o funcionamento econômico do PMCMV: os valores máximos de aquisição

e subsídio permitidos para os financiamentos, estabelecidos pelos diversos dispositivos legais que regem o Programa. É por meio da manipulação destes valores que se operacionalizou a distribuição dos subsídios e, principalmente, atendeu-se aos interesses dos agentes, especialmente os do setor privado, garantindo a rentabilidade dos investimentos. O período analisado corresponde aos PMCMV-1 e PMCMV-2, momento de apogeu do Programa e também porque receberam maior tratamento em minha tese de doutorado (CUNHA, 2014).

Desde o início do PMCMV, em 2009, os valores máximos de aquisição dos imóveis foram estabelecidos de forma diferenciada por estados e regiões brasileiras. No caso dos financiamentos para a faixa 1,

com recursos do FAR, os valores variavam entre 44 mil Reais e 52 mil Reais, enquanto com recursos do FDS entre R\$ 20 mil a R\$ 52 mil, dependendo do local e tipologia arquitetônica, e foram reajustados várias vezes, a primeira em 2011 e a segunda em 2012. Já os financiamentos com Recursos do FGTS, para as faixas 2 e

3, variaram entre R\$ 80 mil e R\$ 130 mil, sofrendo três reajustes, uma vez por ano, entre o PMCMV-1 e PMAMCV-2.

A tabela 1 apresenta evolução percentual dos valores máximos de aquisição para as diferentes localidades indicadas para o FAR a que se referiam nos momentos em que foram alterados:

**Tabela 1:** Percentual de evolução valores máximos de aquisição de UH - FAR  
Fonte: produção própria do autor

UF	Local	Referência - Abril/2009		Acumulado - Jul/2011		Acumulado - ago/2012	
		Apto.	Casa	Apto.	Casa	Apto	Casa
SP e DF	1.	100%	100%	125,00%	131,25%	146,15%	158,33%
	2.	100%	100%	123,91%	135,71%	165,22%	180,95%
	3.	-	-	-	100,00%	-	132,08%
RJ	1.	100% (cap.) 100% (RM)	100%	123,53%	127,66%	147,06%	159,57%
	2.	100%	100%	130,95%	144,74%	178,57%	197,37%
	3.	-	-	-	100,00%	-	135,29%
MG	1.	100%	100%	123,91%	133,33%	141,30%	154,76%
	2.	100%	100%	123,81%	136,84%	154,76%	171,05%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
ES	1.	100%	100%	128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	2.	100%	100%	119,05%	133,33%	138,10%	148,72%
	3.	-	-	-	100,00%	-	120,83%
TO	1.	100%	100%	128,57%	139,47%	147,62%	163,16%
	2.	100%	100%	119,05%	136,84%	142,86%	157,89%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
GO, MS e MT	1.	100%	100%	128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	2.	100%	100%	116,67%	133,33%	135,71%	146,15%
	3.	-	-	-	100,00%	-	118,75%
AC, AM, AP, PA, RO e RR	1.	100%	100%	127,91%	135,90%	144,19%	158,97%
	2.	100%	100%	120,93%	133,33%	139,53%	153,85%
	3.	-	-	-	100,00%	-	125,00%
BA	1.	100%	100%	123,91%	133,33%	139,13%	152,38%
	2.	100%	100%	121,95%	135,14%	156,10%	172,97%

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 1, revela que neste período de três anos a variação foi bastante expressiva, tendo como reajuste mínimo

um percentual de 46,15%, como no caso dos estados de GO, MS e MT, por exemplo, e chegando a 97,37%, no Rio de Janeiro.

A tabela 2 apresenta evolução percentual dos valores máximos de aquisição para as diferentes localidades indicadas

para o FDS a que se referiam nos momentos em que foram alterados:

**Tabela 2:** Evolução percentual dos valores máximos de operação – Recursos FDS (Faixa 1)  
Fonte: Produção própria

UF	Localidade	2009		2011		2012	
		Apto	Casa	Apto*	Casa	Apto	Casa
DF	Distrito Federal	100,00%	100,00%	125,00%	131,25%	146,15%	158,33%
	Munic. RIDE/DF > 50 mil hab.	-	-	-	-	-	-
SP	São Paulo (Capital)					146,15%	158,33%
	RMs SP, Campinas, B. Santista	100,00%	100,00%	125,00%	131,25%		
	Jundiaí, S. J. Campos e Jacareí					134,62%	145,83%
	SP – Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	123,91%	135,71%	152,17%	166,67%
	SP – Munic. 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	240,00%	240,00%
	SP – Municípios até 20 mil	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
RJ	Rio de Janeiro (Capital)	100,00%	100,00%	123,53%	127,66%	147,06%	159,57%
	Rio de Janeiro (RM)	100,00%	100,00%	128,57%	133,33%	153,06%	166,67%
	RJ – Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	130,95%	144,74%	164,29%	181,58%
	RJ – Munic. 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	240,00%	240,00%
	RJ – Municípios até 20 mil	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
MG	Capital e RM	100,00%	100,00%	123,91%	133,33%	141,30%	154,76%
	MG- Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	135,71%	147,37%	142,86%	157,89%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
BA	Capital e RM	100,00%	100,00%	113,04%	123,81%	139,13%	142,86%
	BA - Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	121,95%	135,14%	146,34%	162,16%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	228,00%	228,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
CE e PE	Capitais e respectivas RM			124,44%	131,71%	140,00%	153,66%
	Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	108,89%	119,51%	131,11%	143,90%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	224,00%	224,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
AC, AP, AM, PA, RO, RR	Capitais e respectivas RMs			127,91%	135,90%	144,19%	158,97%
	Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	120,93%	133,33%	139,53%	153,85%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
ES, GO, MT e MS	Capitais e respectivas RM			128,57%	135,90%	142,86%	153,85%
	ES - Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	119,05%	128,21%	138,10%	148,72%
	Demais > 50 mil hab.			116,67%	125,64%	135,71%	146,15%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	144,00%	224,00%	224,00%
TO	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	170,00%	245,00%	245,00%
	Capital e respectiva RM			128,57%	139,47%	147,62%	163,16%
	Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	116,67%	128,95%	142,86%	157,89%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	144,00%	232,00%	232,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	170,00%	245,00%	245,00%

AL, MA, PB, PI, RN e SE	Capitais e respectivas RMs	100,00%	100,00%	129,27%	140,54%	148,78%	164,86%
	Municípios > 50 mil hab.			117,07%	129,73%	139,02%	154,05%
	Municípios 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	148,00%	216,00%	216,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	175,00%	245,00%	245,00%
PR, RS e SC	Capitais e respectivas RMs			124,44%	134,15%	142,22%	156,10%
	Municípios > 50 mil hab.	100,00%	100,00%	115,56%	126,83%	133,33%	146,34%
	Municípios - 20 e 50 mil hab.	100,00%	100,00%	-	152,00%	236,00%	236,00%
	Municípios até 20 mil hab.	100,00%	100,00%	-	180,00%	245,00%	245,00%
<b>Médias</b>		-	-	<b>123,03%</b>	<b>146,75%</b>	<b>186,19%</b>	<b>193,41%</b>

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 2, revela que neste período de três anos a variação foi bastante expressiva, muito similar à ocorrida com o FAR, tendo como reajuste mínimo um percentual de 46,15%, como no caso das Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e chegando 145,00%, em municípios de até 20 mil habitantes.

Com relação aos valores máximos de aquisição do FDS, observa-se também uma evolução ascendente, atingindo pelo menos cerca de 50% de reajuste nas regiões metropolitanas. O alto valor verifi-

cado nos municípios menores, até 20 mil e entre 20 e 50 mil habitantes, em parte se deve provavelmente a uma defasagem verificada nos valores estabelecidos em 2009, mas não se resume apenas a isso. Os valores nominais de reajuste foram equiparáveis aos do FAR, mostrados na Tabela 1, com picos menores que este, a exceção dos municípios menores que no FDS sofreram alto reajuste, conforme já mencionado.

A Tabela 3, por sua vez, mostra a evolução dos valores máximos de aquisição nominais e percentuais para as faixas 2 e 3, financiados com recursos do FGTS:

Perfil da cidade/ habitantes	03/2009	10/2009	02/2011	10/2012
1. RMS SP, RJ e DF (R\$)	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00
(%)	100,00	100,00	130,77	146,15
2. Mais de 1 milhão (R\$)	100.000,00	*130.000,00	150.000,00	170.000,00
(%)	100,00	130,00	150,00	170,00
3. 250 mil a 1 milhão (R\$)	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00
(%)	100,00	125,00	162,50	181,25
4. 50 mil e 250 mil (R\$)	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00
(%)	100,00	100,00	125,00	143,75
5. Demais cidades (R\$)	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00
(%)	-	-	100,00	112,50
<b>Média (%)</b>	-	<b>113,75</b>	<b>133,65</b>	<b>150,73</b>
Dispositivo legal	M. P. nº 459 25/03/2009	Resol. Nº 604 CCFGTS 01/10/2009	Resol. Nº 653 CCFGTS 01/02/2011	Decreto 7.825 11/10/2012

A análise percentual de tais valores, contida na tabela 3, revela que neste período de três anos a variação do valor com recursos do FGTS foi bastante expressiva, muito similar à ocorrida com o FAR, tendo como reajuste mínimo um percentual de 46,15%, como no caso das Regiões metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro e Distrito Federal, e chegando 81,25%, em municípios entre 250 mil e 1 milhão de habitantes.

No primeiro reajuste dos valores máximos do FGTS (2010), observa-se um acréscimo que representou a equiparação dos perfis 1 e 2, com R\$ 130 mil e um reajuste do perfil 3, para R\$ 100 mil. Depois, progressivamente todas as categorias foram reajustadas, com maiores percentuais nas cidades com mais de 1 milhão de habitantes e de 250 mil a um milhão. O maior reajuste foi dado às cidades entre 250 mil e um milhão de habitantes, novamente superando as regiões metropolitanas de São Paulo e Distrito Federal.

Analizados no conjunto, **todas as tabelas evidenciam que houve um alto índice de reajuste independente da modalidade, da faixa de renda ou da fonte de recursos do PMCMV.** Este reajuste certamente é multideterminado e podem-se elencar

alguns dos principais fatores: a valorização dos terrenos, melhoria da rentabilidade na produção das moradias, perdas inflacionárias, aumento dos custos de produção e defasagem entre eles e os valores permitidos e a realidade cotidiana do mercado imobiliário. Todos eles de alguma maneira estão relacionados aos processos envolvidos na acumulação de capital e, por esta razão, os reajustes têm sido tão importantes para o programa, com um efeito direto em seu sucesso ou fracasso.

Em relação às perdas inflacionárias (vide tabelas 4 e 5, e gráfico 1), é possível perceber que, em apenas três anos, o reajuste do valor máximo das unidades no FAR (faixa 1), no FDS (faixa 1) e FGTS (faixas 2 e 3) foi superior, por uma boa margem. Por esta razão, fica evidente que os reajustes contemplam muito mais fatores do que a simples perda inflacionária, abrangendo os interesses do mercado imobiliário como um todo, atrelando-se às possibilidades de ampliação da margem de lucro das empresas de construção e absorvendo os ganhos rentistas com a terra. Os reajustes permitiram também ampliar o horizonte do mercado para a faixa de renda 1, aumentando as possibilidades de lucros, até então mais restritas.

**Tabela 4:** Reajuste Salário Mínimo Federal – Brasil (2009-2012)

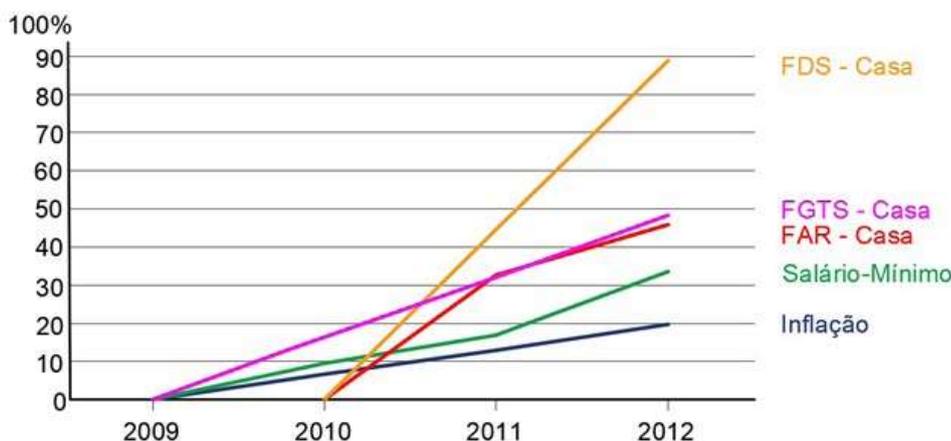
Fonte: Legislação Federal

Período	Fev/2009	Jan/2010	Jan/2011	Mar/2011	Jan/2012
Valor R\$	465,00	510,00	540,00	545,00	622,00
Reajuste %	100,00	109,67	116,13	117,20	133,76
Dispositivo Legal	Lei 11.944 28/05/2009	Lei 12.255 15/06/2010	MP 516/2010 30/12/2010	Lei 12.382 25/02/2011	Decreto 7.655 23/12/2011

**Tabela 5:** Inflação anual – Brasil (2009-2012)

Fonte: IBGE – Produção própria do autor

Período	2009	2010	2011	2012
Reajuste %	100,00	105,91	112,79	119,38



**Gráfico 1:** Comparativo da Evolução da Inflação, SM e Valores Aquisição médios. Fonte: Produção própria do autor a partir das tabelas 1 a 5

Em relação ao aumento do Salário Mínimo, os reajustes também foram muito superiores. Para o trabalhador isto tem uma séria implicação: o ganho real de renda representado pela política federal do Salário Mínimo em relação à inflação oficial não se verifica com relação ao custo de moradia. Isto é, a renda do trabalhador subiu em relação à inflação, mas o preço do reajuste da moradia subiu mais. Ou seja, a julgar por estes dados, os custos de moradia em relação ao salário, histórico problema do capitalismo brasileiro, não foram revistos em favor do trabalhador. **A dinâmica imobiliária tem forçado o PMCMV a subir os valores limites de preço da moradia, contribuindo para um agravamento do acesso a ela e aumentando a dependência do trabalhador em**

**relação ao subsídio habitacional,** já que o salário não tem acompanhado a tendência de subida imobiliária.

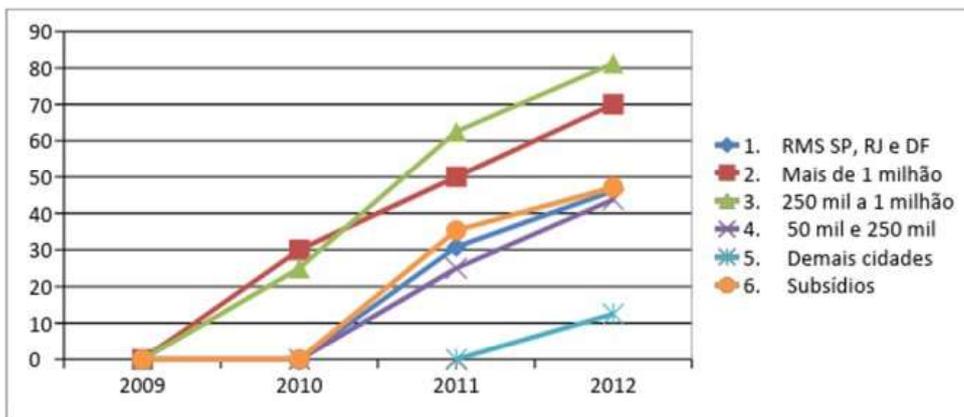
Se a elevação dos preços dos imóveis tende a aumentar a dependência do trabalhador em relação aos subsídios, é necessário verificar como o governo trabalhou o seu reajuste, no mesmo período. No caso da Faixa 1, o subsídio acaba cobrindo a maior parte do custo de moradia. Desta forma, os reajustes do valor do imóvel acabam recaindo sobre o subsídio do que sobre o bolso do beneficiário. Desta forma, o PMCMV define que o beneficiário deve arcar com 120 parcelas com valores referentes a 10% da renda familiar, com valor mínimo de R\$ 50,00, na fase 1 do programa e R\$ 25,00, na fase 2, conforme mostra a tabela 6:

**Tabela 6:** Estrutura dos Financiamentos FAR (Faixa 1)  
 Fonte: Produção própria do autor

Fração a ser paga pelo morador	Quantidade de Parcelas	Valor mínimo da parcela (Renda até 1 SM)		Valor máximo das parcelas (Renda de 3 SMs)	
		Parcela	Total	Parcela	Total
Portaria 139 - 13/04/009	120	R\$ 50,00	R\$ 6.000,00	R\$ 139,00	R\$ 16.680,00
Portaria 435 - 28/08/2012	120	R\$ 25,00	R\$ 3.000,00	R\$ 160,00	R\$ 19.200,00

**Tabela 7: Evolução dos subsídios máximos UH – FGTS (Faixas 2 e 3)**  
 Fonte: Produção própria do autor

Período	2009	2011	2012
Subsídios máximos (R\$)	17.000,00	23.000,00	25.000,00
Evolução (%)	100,00	135,29	147,06
Dispositivo Legal	M. P. nº 459 25/03/2009	Resol. Nº 653 CCFGTS 01/02/2011	Decreto 7.825 11/10/2012



**Gráfico 2:** Comparativo entre a Evolução percentual dos Valores Aquisição e o Subsídio – FGTS. Fonte: Produção própria do autor – Dados tabelas 3 e 7

Já para o caso das faixas 2 e 3 ocorre diferente. Entre 2009 e 2012, o FGTS destinou R\$22,2 bilhões aos subsídios, correspondente a 31,3% dos cerca de R\$ 71,0 bilhões desembolsados por todo o Fundo no período. A tabela 7 organiza os três reajustes dos valores máximos de subsídios do FGTS por Unidade Habitacional e o gráfico 2 mostra a evolução destes em relação à evolução dos valores máximos de aquisição, mostrados na Tabela 3:

A tabela 7 e o gráfico 2 mostram que os reajustes do subsídio, de cerca de 50% em três anos, não acompanharam totalmente a dinâmica de elevação percentual dos valores máximos financeiros das UH em todos os perfis de municípios, ficando atrás dos perfis 3 e 2,

com 81,25% e 70,00%, respectivamente. Isto se deve ao fato de os subsídios não terem sido diferenciados conforme os perfis, ou seja, ele foi único para o Brasil todo. Isto acaba gerando uma situação na qual, em termos percentuais, ficaram prejudicados os compradores residentes em tais municípios, que precisaram recorrer a uma fração maior de seu salário para compensar o acréscimo de valor do imóvel. O subsídio, portanto, não evoluiu de forma a compensar esta perda salarial. Aparentemente, levou vantagem quem adquiriu imóvel nos municípios pequenos (perfil 5).

Analisando agora a evolução nominal dos imóveis em relação ao Salário Mínimo, apresentada na tabela 8 a seguir, a situação revela-se ainda mais problemática:

**Tabela 8:** Evolução do custo da UH em relação ao SM - FGTS (Faixas 2 e 3)  
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Varição
<b>1. RMS SP, RJ e DF (R\$)</b>	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00	+ 60.000,00
Custo da UH em SM	279,57	254,90	311,93	305,47	+25,90
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	243,01	221,57	269,72	265,27	+22,26
<b>2. Mais de 1 milhão (R\$)</b>	100.000,00	130.000,00	150.000,00	170.000,00	+ 70.000,00
Custo da UH em SM	215,05	254,90196	275,23	273,31	+58,26
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	178,49	221,57	233,03	233,12	+54,63
<b>3. 250 mil a 1 milhão (R\$)</b>	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Custo da UH em SM	172,04	196,08	238,53	233,12	+61,08
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	135,48	162,75	196,33	192,93	+57,45
<b>4. 50 mil e 250 mil (R\$)</b>	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00	+35.000,00
Custo da UH em SM	172,04	156,86	183,49	184,89	+12,85
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	135,48	123,53	141,28	144,69	+9,21
<b>5. Demais cidades (R\$)</b>	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00	+10.000,00
Custo da UH em SM	-	-	146,79	144,69	-2,10
Subsídio da UH em SM	36,56	33,33	42,20	40,19	+3,63
Custo Final da UH em SM	-	-	104,59	104,50	-0,09

Obs.: Os percentuais do reajuste salarial correspondem respectivamente: R\$465,00 (2009), R\$ 510,00 (2010), R\$ 545,00 (2011) e R\$ 622,00 (2012). A diferença nos totais da última coluna "variação" ocorre em função dos arredondamentos.

Em todos os perfis municipais, com exceção do perfil 5 que não contempla todo o período, o que se observa é uma **elevação do custo da moradia**, com destaque especial para os perfis 2 e 3, que representaram um aumento maior que 50 salários-mínimos. Esta elevação, cabe frisar, não foi contemplada pelo reajuste do subsídio, **incidindo diretamente no bolso do trabalhador**. Aqui está mais um indício do caráter social e economicamente regressivo também presente no PMCMV.

Para fechar esta conta, deve-se separar a perda inflacionária do acréscimo de

valor da UH, para obter finalmente um valor mais próximo ao da valorização imobiliária, o que é apresentado na tabela 9 a seguir:

A tabela 9 revela que descontada a inflação do período **houve variação positiva nos valores** acima desta, em todos os perfis.

Ainda que não foram levados em conta neste trabalho, separadamente, os dados relativos à elevação de outros custos como o de construção (valor da mão-de-obra e dos materiais, por exemplo), não é plausível supor que estes itens não considerados assimilaram toda esta

**Tabela 9:** Comparativo entre inflação e o valor máximo de aquisição da UH - FGTS (Faixas 2 e 3)  
Fonte: Produção própria do autor

Perfil do município	2009	2010	2011	2012	Varição
<b>1. RMS SP, RJ e DF (R\$)</b>	130.000,00	130.000,00	170.000,00	190.000,00	+ 60.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	137.683,00	146.632,40	155.195,73	+25.195,73
Valorização (diferença)	-	-7.683,00	+23.365,60	+34.804,27	+34.804,27
<b>2. Mais de 1 milhão (R\$)</b>	100.000,00	130.000,00	150.000,00	170.000,00	+ 70.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	105.910,00	112.794,15	119.381,33	+19.381,33
Valorização (diferença)	-	+24.090,00	+37.205,85	+50.618,67	+50.618,67
<b>3. 250 mil a 1 milhão (R\$)</b>	80.000,00	100.000,00	130.000,00	145.000,00	+ 65.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	84.728,00	90.235,32	95.505,06	+15.505,06
Valorização (diferença)	-	+15.272,00	+39.764,68	+49.494,94	+49.494,94
<b>4. 50 mil e 250 mil (R\$)</b>	80.000,00	80.000,00	100.000,00	115.000,00	+35.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	84.728,00	90.235,32	95.505,06	+15.505,06
Valorização (diferença)	-	-4.728,00	+9.764,68	+19.494,94	+19.494,94
<b>5. Demais cidades (R\$)</b>	Não se aplica	Não se aplica	80.000,00	90.000,00	+10.000,00
Reajuste UH - Inflação	-	-	-	85.269,74	+5.269,74
Valorização (diferença)	-	-	-	+4.730,26	+4.730,26

Obs.: Os valores percentuais de inflação correspondem respectivamente: 5,91% (2010), 12,79% (2011), 19,38% (2012).

diferença. Veja-se o caso dos perfis 2 e 3, nos quais a diferença chega à casa dos R\$ 50 mil, uma elevação de cerca de 50% do valor do imóvel em 2009. Como atribuir à elevação do custo da mão de obra e dos materiais todo este valor adicional do imóvel, em apenas 3 anos? É mais crível supor que parte significativa deste excedente tenha sido assimilada na forma de valorização de capital pelo setor imobiliário, proprietários de terras e empresas de construção.

É certo que as faixas 2 e 3, por serem comercializáveis, estão submetidas mais visceralmente às regras de mercado, nada impedindo que o proprietário do imóvel faça dele um negócio e procure recuperar o custo maior que arcou numa

revenda ou no aluguel, por exemplo. No entanto, isto não muda o fato de que, **na vigência do PMCMV aqui estudada o que se verificou é ampliação do custo da moradia**, o que certamente torna o acesso a ela mais difícil e dispendioso, sobretudo num país no qual este tem sido, faz tempo, o principal gargalo para as parcelas de menor renda. A dinâmica imobiliária analisada revela, portanto, um tratamento especulativo do imóvel, que serve tanto ao capital mercantil imobiliário, velho conhecido no Brasil, quanto o capital financeiro, que busca incessantemente formas crescentes de valorização e impulsiona ainda mais a especulação dos preços e a formação das bolhas imobiliárias.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo deste artigo procurei demonstrar que os arranjos institucionais e privados estabelecidos pelo PMCMV encontraram uma solução para viabilizar a rentabilidade do mercado imobiliário de moradia dando segurança aos negócios empreendidos pela iniciativa privada, sobretudo para as empresas construtoras. Esta solução ocorreu, como vimos, por meio do controle e reajuste, por parte do governo, dos valores máximos de aquisição da moradia, em todo o território nacional. Justamente por esta abrangência territorial e pelo fato de os valores serem pré-fixados por meio de dispositivos legais (Portarias, Instruções Normativas, Resoluções e mesmo Decretos), é que considerei que a valorização imobiliária foi incorporada como política de governo. Ou seja, a valorização não foi uma decorrência da política habitacional, mas um pressuposto. Se, por um lado este mecanismo trouxe vitalidade à produção de mercado de moradias (saúdosa vitalidade face às realidades dos governos seguintes de Michel Temer e Jair Messias Bolsonaro), por outro acabou desempenhando papel determinante na configuração socioespacial da cidade, na contramão dos objetivos da Reforma Urbana e da democratização das cidades.

O caráter contraditório desta solução institucional é um ponto chave para compreender o funcionamento da dinâmica territorial, habitacional, institucional e também dos fluxos de capital público e privados atualmente.

Esta estratégia governamental foi digna de nota porque conseguiu perceber um dos nós da questão para o desenvolvimento de uma política habitacional que opere como política anticíclica: em vez de negar os processos de valorização imobiliária (provavelmente tornando a política habitacional de mercado inerte ou desinteressante para o mercado) ou deixá-los ao sabor do mercado (relegando para a “mão invisível” um controle que sabemos ser ilusório), trouxe para dentro do Estado a decisão sobre os patamares de preço e os reajustes dos imóveis. Ao fazê-lo, acabou assimilando para si a contradição de transformar a valorização imobiliária em “política pública” de uma nova maneira. A novidade está menos na assimilação e mais na eficiência de atingir faixas de renda de menor poder aquisitivo: de fato esta é a maior diferença do PMCMV em relação aos programas e mesmo às políticas habitacionais antecessoras, incluso BNH.

O lado negativo, sob o ponto de vista econômico, foi seu caráter regressivo para fração expressiva das classes trabalhadoras (aquelas representadas pelo que o mercado denominou setor econômico, entre 3 e 10 salários mínimos, que possuem capacidade de comprar um imóvel), porque representou elevação do valor da moradia. Esta elevação foi aqui demonstrada pela comparação entre a evolução do valor da moradia e a evolução da inflação e do salário mínimo. Talvez, este caráter regressivo pudesse ter sido revisto ou combatido pelo governo por meio de um maior controle das duas variáveis

(salário e valor da moradia), permitindo que evoluíssem pari passo (algo com alto custo político, para dizer o mínimo). No caso do setor popular (abaixo de 3 salários-mínimos) o alto subsídio impediu que a elevação do valor da moradia fosse repassado para estas famílias. No entanto, o Estado acabou pagando esta conta da valorização, por meio da transferência de fundos públicos para a iniciativa privada.

Estas são questões que merecem ser pensadas, sobretudo, neste período que se sucedeu ao Impeachment da presidente Dilma Roussef, economicamente sem perspectivas por parte dos governos seguintes. As propostas de reativação da economia pela via do investimento na produção e no consumo e não no capital

rentista, certamente passarão pela injeção de recursos públicos no setor da construção civil.

Este trabalho espera contribuir para problematizar a forma como os arranjos institucionais e a aplicação do fundo público destinado à habitação tem ocorrido recentemente, sobretudo porque ao que tudo indica a opção da produção de moradias por meio do mercado permanece no horizonte, especialmente em momentos de crise. Espera-se que estes arranjos institucionais não desconsiderem seu impacto negativo no desenvolvimento social e no valor da moradia, como também na produção do espaço urbano socioespacialmente mais justo.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Pedro Fiori. **Pesquisa sobre o PAR apresenta antecedentes do “minha casa, minha vida”**. São Paulo: Revista Pós v.17 n.28, dezembro, 2010.
- ARANTES, Pedro Fiori.; FIX, Mariana. Eleições municipais: a velha República das empreiteiras e o novo capital imobiliário. **Brasil de Fato**. Brasil, 17 de setembro de 2008.
- BRASIL. DECRETO Nº 7.655, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011. **Regulamenta a Lei no 12.382, de 25 de fevereiro de 2011, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo**, Brasília, DF, dez 2011. Disponível em: <[http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. DECRETO Nº 7.825, DE 11 DE OUTUBRO DE 2012. **Altera o Decreto nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamenta dispositivos da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida.**, Brasília, DF, Out 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/CCIVIL\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7825.htm](http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7825.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. LEI Nº 11.994, DE 28 DE MAIO DE 2009. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de fevereiro de 2009**, Brasília, DF, mai 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11944.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11944.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. LEI Nº 12.255, DE 15 DE JUNHO DE 2010. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2010**, Brasília, DF, jun 2010. Disponível em: <[http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. LEI Nº 12.382, DE 25 DE FEVEREIRO DE 2011. **Dispõe sobre o valor do salário mínimo em 2011 e a sua política de valorização de longo prazo**, Brasília, DF, fev 2011. Disponível em: <[http://www.imprensanacional.gov.br/mp\\_leis/leis\\_texto.asp?ld=LEI%209887](http://www.imprensanacional.gov.br/mp_leis/leis_texto.asp?ld=LEI%209887)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 459, DE 25 DE MARÇO DE 2009. **Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV, a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas, e dá outras providências**, Brasília, DF, Mar 2009. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Mpv/459.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. MEDIDA PROVISÓRIA Nº 516, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010. **Dispõe sobre o salário mínimo a partir de 1º de janeiro de 2011.**, Brasília, DF, Dez 2010. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Mpv/516.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Mpv/516.htm)>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 34, DE 28 DE SETEMBRO DE 2011. **Regulamenta a Resolução nº 182, de 18/08/2011, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, que cria o**

- Programa Minha Casa, Minha Vida - Entidades - MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**, Brasília, DF, Set 2011. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=29/09/2011&jornal=1&pagina=82&totalArquivos=176>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 36, DE 15 DE JULHO DE 2009. **Regulamenta a Resolução nº 141, de 10 de junho de 2009, do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social - CCFDS, que criou o Programa Habitacional Popular - Entidades - Minha Casa, Minha Vida, com a utilização dos recursos da União, previstos no art. 18 da Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009**., Brasília, DF, Jul 2009. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=16/07/2009&jornal=1&pagina=48&totalArquivos=76>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 45, DE 08 DE NOVEMBRO DE 2012. **Regulamenta a Resolução nº 183/2011 do Conselho Curador do Fundo de Desenvolvimento Social CCFDS, que cria o Programa Minha Casa, Minha Vida Entidades MCMV-E, com a utilização dos recursos da União previstos no inciso II do art. 2º da Lei nº 11.977, de 07 de julho de 2009**, Brasília, DF, Nov 2012. Disponível em: <<http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=09/11/2012&jornal=1&pagina=64&totalArquivos=176>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CCFGTS. RESOLUÇÃO Nº 604, DE 01 DE OUTUBRO DE 2009. **Dá nova redação ao subitem 5.1 do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004**. Brasília, DF, Out 2009. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=212569>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CCFGTS. RESOLUÇÃO Nº 653, DE 01 DE FEVEREIRO DE 2011. **Operações de financiamento na área de Habitação Popular. Dá nova redação aos subitens 3.1 e 5.1 do Anexo II da Resolução nº 460, de 14 de dezembro de 2004, e outras providências**. Brasília, DF, Fev 2011. Disponível em: <<https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=216307>>. Acesso em: 15 ago. 2018.
- CUNHA, G.R. **O Programa Minha Casa Minha Vida em São José do Rio Preto: Estado, Mercado, planejamento urbano e habitação**. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2014.
- FIX, M. **Financeirização e transformações recentes no circuito imobiliário no Brasil**. Tese (Doutorado em Economia – Instituto de Economia. Universidade Estadual de Campinas, 2011.
- BRASIL. MINISTÉRIO DAS CIDADES. **Plano Nacional de Habitação. Versão para debates**. Brasília: Ministério das Cidades/ Secretaria Nacional de Habitação. Primeira impressão, Maio de 2010.

ROYER, L.O. **Financeirização da política habitacional**. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2009.

SHIMBO, L.Z. **Habitação social, Habitação de mercado** - a confluência entre Estado, Empresas construtoras e capital. Tese (Doutorado em Teoria e História de Arquitetura e Urbanismo) – Instituto de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Carlos, 2010.

# HABITAÇÃO, PRESERVAÇÃO E MEMÓRIA: REVELANDO MODOS DE MORAR MODERNO NA METRÓPOLE PAULISTANA

*Sabrina Studart Fontenele Costa*

## Resumo

Este trabalho busca compreender os espaços de morar da cidade de São Paulo a partir de seus projetos e da preservação de sua memória. Debruça-se de maneira mais específica sobre os primeiros apartamentos duplex modernos buscando compreender a organização espacial dos conjuntos habitacionais, o perfil de seus moradores e as transformações que sofreram ao longo de décadas de uso, tendo como objetos de estudo específico os edifícios Esther e Eiffel. Para tanto, busca-se aproximar as questões de conservação dos espaços físicos com o cotidiano de seus usuários, a partir das memórias de seus moradores. Assim, a análise dos projetos, o levantamento do perfil de seus moradores e da maneira como ocorre a ocupação dos espaços modernos se colocam como interesse principal. Neste sentido, foram utilizadas fontes de pesquisa diversas, como fotografias, anúncios de jornais e revista, associadas ao trabalho de campo e aos recursos da história oral, de maneira a ampliar a discussão sobre as possibilidades de associar à memória dos moradores à preservação desses bens culturais, realizando uma análise mais ética do que estética do campo do restauro e da historiografia da preservação.

**Palavras-Chave:** habitação; arquitetura moderna; preservação; memória; domesticidade.

## Abstract

This work seeks to understand the living spaces of the city of São Paulo from its projects and the preservation of its memory. It focuses more specifically on the first modern duplex apartments seeking to understand the spatial organization of housing developments, the profile of its residents and the changes they have undergone over decades of use, with Esther and Eiffel. To do so, it seeks to approach the issues of conservation of physical spaces with the daily life of its users, based on the memories of its residents. Thus, the analysis of the projects, the survey of the profile of its inhabitants and the way in which the occupation of modern spaces takes place are the main interest. In this sense, various sources of research were used, such as photographs, newspaper and magazine advertisements, associated with the field work and the resources of oral history, in order to broaden the discussion about the possibilities of associating with the memory of the residents the preservation of these goods cultural studies, performing a more ethical analysis than the aesthetics of the field of restoration and the historiography of preservation.

**Keywords:** housing; modern architecture; preservation; memory; domesticity.

## Resumen

Este trabajo busca comprender los espacios de vivir de la ciudad de São Paulo a partir de sus proyectos y de la preservación de su memoria. Se centra de manera más

específica sobre los primeros apartamentos dúplex modernos buscando comprender la organización espacial de los conjuntos habitacionales, el perfil de sus habitantes y las transformaciones que sufrieron a lo largo de décadas de uso, teniendo como objetos de estudio específico los edificios Esther y Eiffel . Para ello, se busca aproximar las cuestiones de conservación de los espacios físicos con el cotidiano de sus usuarios, a partir de las memorias de sus habitantes. Así, el análisis de los proyectos, el levantamiento del perfil de sus habitantes y de la manera como ocurre la ocupación de los espacios modernos se plantean como interés principal. En este sentido, se utilizaron fuentes de investigación diversas, como fotografías, anuncios de periódicos y revistas, asociadas al trabajo de campo ya los recursos de la historia oral, de manera a ampliar la discusión sobre las posibilidades de asociar a la memoria de los habitantes a la preservación de esos bienes culturales, realizando un análisis más ético que estético del campo de la restauración y de la historiografía de la preservación.

**Palabras-Clave:** alojamiento; arquitectura moderna; preservación; memoria; domesticidad.

## INTRODUÇÃO

A discussão sobre a preservação da arquitetura moderna tem mais de trinta anos, mas a atribuição de valor das obras modernas ainda não está incorporada na discussão cotidiana de seus usuários. Este trabalho busca compreender os espaços de morar da cidade de São Paulo a partir de seus projetos e da preservação de sua memória. Debruça-se de maneira mais específica sobre os primeiros apartamentos duplex modernos buscando compreender a organização espacial dos conjuntos habitacionais, o perfil de seus moradores e as transformações que sofreram ao longo de décadas de uso. Trataremos de exemplares consagrados pela historiografia da arquitetura e reconhecidos como patrimônio oficial da cidade de São Paulo, seja pelo projeto arquitetônico, pela relevância de seus autores e pela localização na área central.

O edifício Esther foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo (Condephaat) em 1990 com a justificativa de “constituir um profundo marco na paisagem e na história da arquitetura paulista por se tratar de um projeto de desenho coeso e consequente de princípios funcionalistas desenvolvidos com profundidade e alto padrão formal, num excelente equacionamento de todos os aspectos do programa” (Resolução 25 de 24/08/1990). Em 1992, ele foi tombado também pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da

Cidade de São Paulo (Conpresp, Resolução 31/1992). Já no caso do edifício Eiffel, o tombamento inicial se deu pela inserção no Perímetro de Tombamento do Anhangabaú e a pesquisa revela que os moradores atuais reconhecem as qualidades da organização espacial e de sua localização, inclusive muitos deles têm a consciência dos cuidados que devem ter em relação a sua conservação.

Tão interessante quanto compreender esta materialidade da obra, é analisar como a questão do morar – tão defendido e propagado pelos primeiros arquitetos vinculados ao movimento moderno – é compreendido e foi transformado nos últimos anos. Assim, este trabalho – fruto de uma pesquisa de pós-doutorado<sup>1</sup> mais ampla sobre os apartamentos duplex – busca estabelecer um diálogo entre desenho, construção e apropriação de espaço que contribua para a preservação dos edifícios e das memórias a ele relacionadas.

Neste sentido, a história oral entra como ferramenta fundamental para esta pesquisa ao trazer experiências e lembranças daqueles que moraram nos edifícios e ao incentivar outras possibilidades de abordar o patrimônio cultural. Para tanto, foram realizadas diversas entrevistas entre junho de 2016 até abril de 2018 tentando levantar o perfil dos moradores, assim como as diferentes formas de ocupação e as transformações dos espaços decorrentes dos padrões contemporâneos de domesticidade. Para melhor sistematizar as respostas e ajudar na comparação dos dados obtidos,

foram elaboradas fichas de entrevista com perguntas específicas aos moradores de cada um dos objetos de estudo. As perguntas foram agrupadas de acordo com três objetivos principais: traçar o perfil dos ocupantes dos apartamentos, entender a relação dos entrevistados com o edifício e com o Centro de São Paulo e melhor compreender as reformas feitas no apartamento ao longo dos anos. Para tanto, registrou-se também em planta as modificações ocorridas nos apartamentos dos entrevistados, comparando-se situação atual dos apartamentos aos desenhos originais.

As entrevistas se colocaram como uma oportunidade de ouvir os moradores dos espaços construídos expressar suas opiniões, julgamentos e pontos de vista a cerca do lugar que habitam, usam e disfrutam diariamente. Ou, como afirma Graciela de Garay:

*Los usuarios, con todas sus experiencias de vida e su sentido común, nunca aparecen citados en las paginas eruditas de la historia del arte, y si alguna vez son incluidos, sus referencias sirven, en la mayoría de los casos, para ilustrar los problemas sociales que señala el académico, ya sea para demostrar las deficiencias intrínsecas del proyecto o la incapacidad de sus habitantes para usar y cuidar la arquitectura. (GARAY, 2002, p. 09).*

Tendo em vista que a história da preservação ainda carece de estudos que aproximem as questões de conservação dos espaços físicos com o cotidiano

de seus usuários, esta proposta busca compreender esses conjuntos multifamiliares a partir das memórias de seus moradores. Tenta ainda entender como se dá a preservação desses espaços físicos, que adaptações foram realizadas de maneira a atender às demandas da vida atual e quem são os moradores desses espaços tão característicos de um modo de vida vinculado a meados do século XX. Assim, a análise dos projetos, o levantamento do perfil de seus moradores e da maneira como ocorre a ocupação dos espaços modernos se colocam como interesse principal. Neste sentido, foram utilizadas fontes de pesquisa diversas, como fotografias, anúncios de jornais e revista, associadas ao trabalho de campo e aos recursos da história oral, de maneira a ampliar a discussão sobre as possibilidades de associar à memória dos moradores à preservação desses bens culturais, realizando uma análise mais ética do que estética do campo do restauro e da historiografia da preservação.

## O ACERVO MODERNO DO CENTRO DE SÃO PAULO: CONSTRUÇÃO E PRESERVAÇÃO

Entre o início da década de 1930 e o final da década de 1950, a cidade de São Paulo sofreu um surto de empreendimentos imobiliários no Centro que se relacionava diretamente com a questão da metrópole em desenvolvimento. As vias abertas e alargadas pelo Plano de Avenidas de Prestes Maia, os terrenos

<sup>1</sup> A realização desta pesquisa conta com o apoio fundamental da Fundação para o Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), vinculado ao processo 2016/08717-0.

<sup>2</sup> Interessante utilizar como referência a tese de doutorado de Maria Lúcia Pinheiro (1997) que pesquisou o material publicado na revista *Acrópole* (fundada em 1938 e publicada até 1971) e identificou os mais diversos estilos na cidade entre os anos de 1938 e 1945.

esvaziados e a mudança na legislação da área central impulsionavam diretamente novos empreendimentos na área central. Os escritórios de arquitetos vinculados ao movimento moderno eram contratados para propor construções que abrigassem novos programas (cinemas, teatros, edifícios garagem, sedes de escritórios, habitação multifamiliar) de maneira econômica e racional, como já demonstrado por tantos autores, entre eles MINDLIN (2000), SEGAWA (1999), ANELLI (2001), LIRA (2011), COSTA (2015).

As experiências com novos desenhos, técnicas construtivas e organização espacial se davam não somente na área central, mas, especialmente na região do entorno da Praça da República, ocorria uma concentração de edifícios modernos. É preciso lembrar que as primeiras experiências com arquitetura moderna de São Paulo – as casas de Gregori Warchavichk na rua Santa Cruz (1928) e na rua Bahia (1930), o edifício Columbus de Rino Levi (1934) – anunciavam novas possibilidades de desenho arquitetônico em meio a uma massa de construções com estilos variados construídas “ao gosto do cliente”. Esta mistura poderia ser visualizada tanto nas ruas quanto nas páginas de revistas do período<sup>2</sup>.

Nos cursos de formação de engenheiro-arquiteto, apesar do ensino tradicional, diversos arquitetos assumiram uma postura vinculada aos princípios da arquitetura moderna em sua trajetória profissional. Ainda na década de 1930, eram recém-formados pela Escola Politécnica Vilanova Artigas, Ícaro de Castro

Mello e Oswaldo Corrêa Gonçalves; e pela Escola de Engenharia do Mackenzie College Eduardo Kneese de Mello, Oswaldo Bratke, Henrique Midlin, entre outros. Profissionais que, apesar de ter no início de suas carreiras obras ecléticas, se consolidaram como arquitetos modernos. Além disso, a chegada e atuação de alguns arquitetos estrangeiros na cidade trouxeram novidades para o mercado da construção civil. Entre eles, podemos destacar Jacques Pilon, Franz Heep, Rino Levi, Lucjan Korngold, Giancarlo Palanti. Além dos estrangeiros, arquitetos cariocas também atuaram com algumas obras modernas em São Paulo: Álvaro Vital Brazil, os irmãos Roberto, Hélio Duarte, entre outros. Já no final da década de 1940, a inauguração dos cursos de arquitetura do Mackenzie (1947) e da Universidade de São Paulo (1948) trouxe novos arquitetos paulistas para o mercado de trabalho.

Depois de décadas de construção, uso e consagração, diversas obras realizadas por estes profissionais foram objetos de estudo e tombamento pelos órgãos de preservação municipal, estadual e federal. No início da década de 1980, foram tombados os primeiros bens modernos em São Paulo a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, de Vilanova Artigas; o Museu de Arte de São Paulo (MASP), de Lina Bo Bardi; e a Casa da Rua Santa Cruz de Gregori Warchavichk (OKSMAN, 2010).

Em março de 2018, o Conpresp (Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e

Ambiental da Cidade de São Paulo) tombou centenas de obras que estavam em estudo há décadas como representativas deste momento de modernização da cidade, dos arrojos tecnológicos, dos novos arranjos espaciais etc. Este processo foi realizado cercado de tensões a respeito da decisão do Conselho que, semanas antes da votação sobre os bens modernos, decidiu pelo não tombamento da vila nos jardins desenhada na década de 1930 pelo arquiteto Flavio de Carvalho levando em consideração os pedidos e manifestações de seus proprietários e pelo entendimento de que a vila estava bastante descaracterizada.

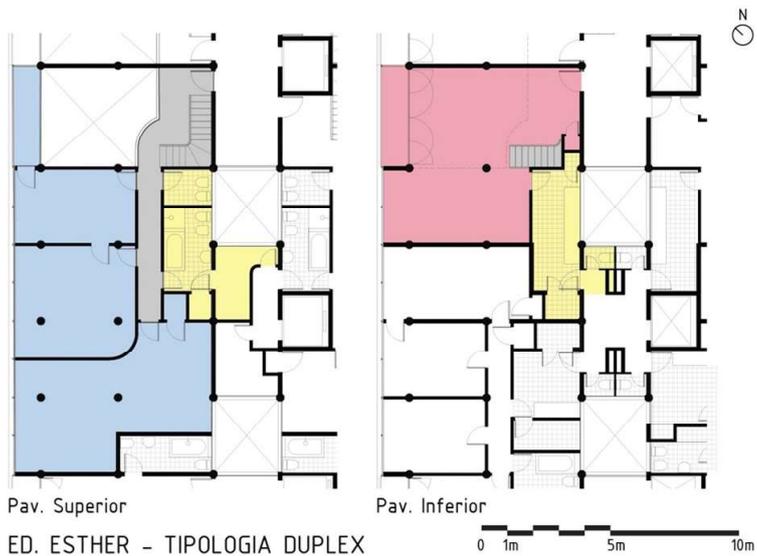
A reivindicação dos moradores da Vila de Flavio de Carvalho revela uma questão séria que precisa ser discutida e profundamente analisada quando se trata da relação entre usuários e bens protegidos. Como é possível habitar um edifício projetado e construído em um outro momento da história e que muitas vezes não atende às práticas domésticas contemporâneas? O tombamento de uma residência refere-se a sua materialidade ou as práticas realizadas e propostas? Como garantir a conservação do imóvel tombado e garantir o conforto e segurança de seus moradores? As questões lançam desafios ao tema do tombamento de imóveis habitacionais e da relação entre órgãos de preservação e de usuários dos bens protegidos. Flavia Brito do Nascimento, em seu livro “Blocos de Memórias”, descreve a trajetória da preservação da arquitetura moderna, especialmente no que se refere

à habitação, e aponta a complexidade da preservação de conjuntos habitacionais de caráter social. Apresenta as questões relacionadas ao conjunto Pedregulho, no Rio de Janeiro, com sua torre sinuosa de apartamento de diferentes tamanhos, dos blocos de apartamentos duplex e dos equipamentos coletivos descrevendo seu processo de construção, usos e o recente restauro (NASCIMENTO, 2017). Neste artigo, foram feitas aproximações com os moradores de dois edifícios modernos consagrados do Centro de São Paulo, buscando compreender suas impressões, expectativas, interesses e práticas cotidianas.

## MODOS DE MORAR NA METRÓPOLE

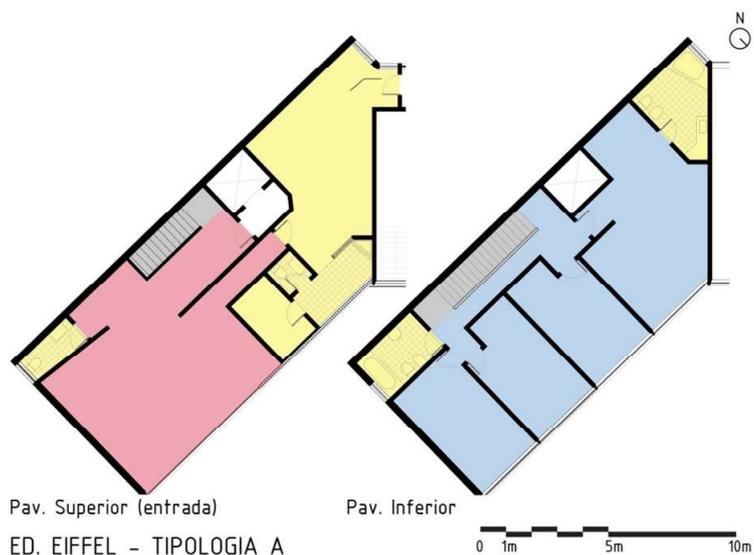
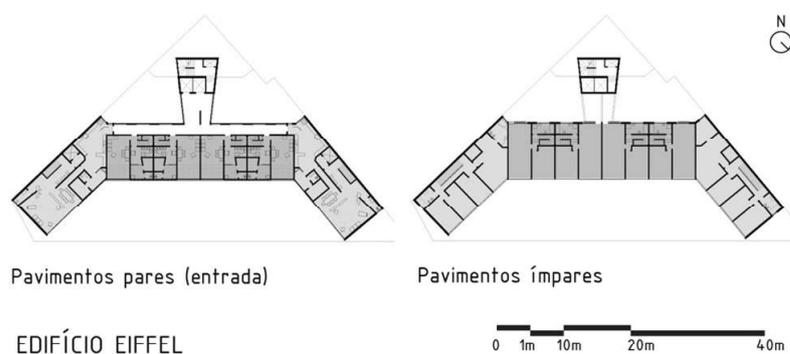
A morada foi objeto de debate e experimentação projetual frequente entre os arquitetos. Entre aqueles vinculados ao movimento moderno de arquitetura, muitas vezes o tema da habitação estimulou tentativas de criar novos arranjos espaciais que incentivassem hábitos para o homem moderno a partir de práticas que garantissem uma vida mais saudável a partir de espaços higiênicos, racionais e estimulante.

Essa questão da habitação coletiva nas metrópoles foi abordada em trabalhos como os de Sampaio (2002), Rossetto (2002), Villa (2002), Bruna (2010), Silva (2013), Bonduki; Kouri (2013), Botas (2017), que demonstraram como a arquitetura moderna buscou construir de maneira racional e eficiente na tentativa



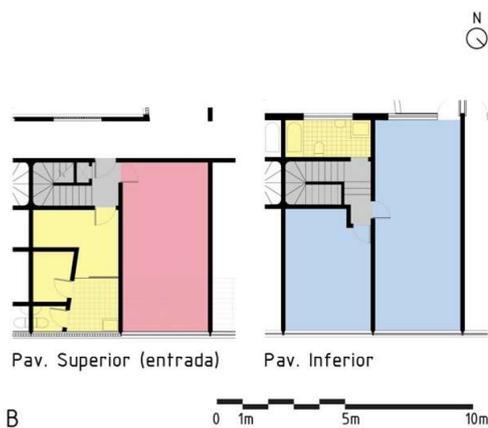
**Figura 01** - Plantas dos apartamentos duplex do Edifício Esther. Legenda: vermelho – áreas sociais; azul – áreas íntimas; amarelo – serviços. Desenhos: Sabrina Costa e Gabriela Piccinini

**Figura 02** - Plantas da torre do edifício Eiffel. Desenhos: Sabrina Costa e Gabriela Piccinini



**Figura 03** - Plantas do apartamento duplex do Edifício Eiffel - tipologia A. Legenda: vermelho – áreas sociais; azul – áreas íntimas; amarelo – serviços. Desenhos: Sabrina Costa e Gabriela Piccinini

**Figura 04** - Plantas do apartamento duplex do Edifício Eiffel - tipologia B. Legenda: vermelho – áreas sociais; azul – áreas íntimas; amarelo – serviços. Desenhos: Sabrina Costa e Gabriela Piccinini



de baixar o custo dos empreendimentos e garantir qualidade de vida aos moradores.

Esta pesquisa insere-se neste grupo de discussão ao estudar os apartamentos duplex, sua proposta de organização de espaços físicos, vida doméstica e seu estado atual. Estes exemplares apresentavam uma organização setorial – íntimo, social e de serviços – que ocorria a partir da distribuição em diferentes pavimentos. O primeiro exemplar conhecido do conjunto de apartamentos duplex modernos é o Narkonfim (1928-1929), projetado pelo arquiteto russo Moisei Guinzburg, coordenador do Comitê de Construções Estatais. Sua proposta inovadora organizava as células habitacionais de 27 a 30 metros quadrados (cujas funções se distribuíam em dois pavimentos), que ao serem agrupadas e somadas aos equipamentos coletivos (creches, cozinhas, lavanderias) formavam *dom komunna* ou residência comunal (COHEN, 2013).

No Brasil, as primeiras iniciativas associadas aos apartamentos duplex vinculavam-se às iniciativas governamentais de produção de moradia. No entanto, outros empreendimentos modernos com esta tipologia foram propostos na cidade de São Paulo, com áreas maiores, em localizações privilegiadas e voltados para um público de alto poder aquisitivo. Aqui, trataremos dos conjuntos Esther (Vital Brazil e Adhemar Marinho, 1937) e Eiffel (Oscar Niemeyer, 1951) para entender sua proposta de habitação, sua preservação e o uso por seus moradores.

O Edifício Esther foi um empreendimento da família Nogueira, dona de

usinas de açúcar no interior do estado, concretizado a partir de um concurso de arquitetura. Os cariocas Vital Brazil e Adhemar Marinho apresentaram soluções inovadoras ao edifício: planta livre, espaços flexíveis e janelas corridas nos andares de escritório, diferentes recursos de proteção à insolação nas diversas fachadas. Com um programa multifuncional – lojas comerciais no pavimento térreo, salas de escritório, apartamentos simples e os duplex – o edifício marcou a paisagem do Centro de São Paulo e foi destaque no catálogo da exposição “Brazil Builds” com a apresentação de Philip Goodwin: “fôra difícil encontrar melhor arranjo para a vida moderna do que o existente neste bonito edifício de apartamentos” (GOODWIN, 1943, p.118). Os duplex – denominados pelo arquiteto Vital Brazil como “apartamentos duplos de luxo” (ATIQUE, 2013, p.201) – eram compostos por uma sala de estar com pé direito duplo, vestíbulo, escada, sala de jantar, cozinha, dispensa e dependências de empregados. O nome dos primeiros moradores – localizadas em listas telefônicas do período – demonstra que o conjunto era procurado por pessoas com alto poder aquisitivo e empreendedores, a exemplo de Ferdinando Matarazzo (sobrinho do Conde Matarazzo) que foi dono da antiga Usina Amália e sócio no banco Intercontinental, Marcel Levy (empresário) e José de Oliveira Pirajá (advogado formado na USP e explorador de carvão mineral em São Paulo).

Já o edifício Eiffel (1953-55) foi projetado por Oscar Niemeyer, com a

colaboração do arquiteto Carlos Lemos, como um empreendimento da Companhia Nacional de Investimentos (CNI), buscando atrair as classes mais ricas. O conjunto arquitetônico reúne 54 apartamentos duplex de 2, 3 e 4 dormitórios, com áreas que variam entre 120 e 200 metros quadrados. Seus anúncios do período ressaltavam sua localização privilegiada e a separação entre partes nobres e de serviço. Em seu térreo, uma galeria com lojas que se implantam em um desenho sinuoso, a exemplo de outras galerias de Oscar Niemeyer (COSTA, 2015).

As entrevistas com moradores, funcionários e síndicas dos dois edifícios revelam que o perfil dos residentes se modificou bastante nas últimas décadas. Enquanto os primeiros moradores estavam interessados em grandes apartamentos, numa bela localização no Centro de São Paulo e tinham condições financeiras bastante favoráveis, na última década, o edifício é procurado por artistas, arquitetos e designers interessados no desenho, na vista e nas facilidades da vida na área central. As entrevistas foram fundamentais para revelar interesses, práticas e gostos.

### **A ESCOLHA POR MORAR NO CENTRO**

Ao longo da pesquisa, a história oral foi usada como ferramenta para analisar a relação dos usuários com a memória de seus lares. Assim, foram realizadas entrevistas com os moradores dos apartamentos duplex para compreender a

apropriação e transformação dos espaços ao longo das décadas.

Entendendo a memória como um processo de reelaboração permanente do passado no presente, onde informações são conservadas e outras apagadas, em processos contínuos e renovados. Essas memórias são individuais e coletivas, ligam-se à vida social e especializam-se, mas ter acesso a elas tem se mostrado um desafio constante nessas histórias. É possível comparar a procura por memórias e narrativas dos moradores ao desafio de acessar as histórias particulares escondidas no cotidiano das famílias e guardadas em seus arquivos familiares. Uma referência forte para esta pesquisa foi o trabalho coordenado por Graciela de Garay (2002) sobre o conjunto habitacional Miguel Aleman, na cidade do México. Sua equipe – formada por historiadores, sociólogos, antropólogos e latinoamericanistas – desenvolveu ao longo de 3 anos (1997-2000) o levantamento de testemunhos dos moradores na relação com os espaços físicos, suas propostas teóricas e os desafios da conservação do conjunto arquitetônico. Inaugurado em 1949, o complexo arquitetônico foi financiado pela Dirección de Pensiones Civiles y de Retiro a partir do projeto de Mario Pani. Apresenta influências diretas das ideias de Le Corbusier, entre elas, a crença do crescimento regular e racional da cidade a partir da concentração ordenada de pessoas e serviços. Assim, o complexo abriga aproximadamente cinco mil pessoas em suas nove torres de apartamentos.

Habrà que hacer entonces la historia del lugar sin perder de vista em los testimonios de sus habitantes tanto sus procesos de apropiación y la dotación de sentidos que comparten a través de sus lecturas del multifamiliar, como la mediación del tempo y la memoria que, a su vez, explica las relaciones de los hombres y las mujeres com sus lugares (GARAY, 2002, p. 14).

A riqueza deste trabalho estimulou o desenvolvimento da pesquisa de pós-doc realizada entre 2016 e 2019 na Unicamp. No entanto, compreende-se que os conjuntos aqui abordados são de outra escala (edifícios uma quantidade bem menor de apartamentos), sem os equipamentos coletivos de apoio e inseridos numa dinâmica urbana específica (o Centro de São Paulo).

A aproximação com os moradores dos edifícios Esther e Eiffel se dava a partir de uma apresentação do projeto para os síndicos dos condomínios e, quando autorizado, o envio de cartas de apresentação e solicitação de uma entrevista e reconhecimento do imóvel.

Uma das questões que permeiou as conversas com os moradores dos dois edifícios inevitavelmente foi a relação com o Centro. A localização na área central, o acesso à infraestrutura de transporte, a comodidade de estar em um bairro tão rico de comércio, serviço e cultura aparece em falas de moradores com perfis bastante diversos.

O fato de eu estar morando no centro, eu estou valorizando uma cidade que é para todo mundo, não é só para

mim que estou pagando imposto, que pago IPTU e tenho que ficar afastada dessa gente. Com o valor que eu desembolsei para comprar esse apartamento, eu poderia muito bem comprar um apartamento de condomínio fechado com piscina, com lazer, com academia, salão de beleza, quadra de tênis... Mas para mim, filosoficamente e politicamente, isso é um ato de amor a cidade (JNS, moradora há 3 anos<sup>3</sup>).

Metrô no meu quintal. Olha o metrô ali, a entrada, na Caetano de Campos! Tudo o que você quer, você encontra aqui. Supermercado, lojas de roupa, sapato ali na Rua do Arouche. Dia de sábado e domingo, feirinha, uns doces... Tem um senhor ali, Damiano, que faz uns bolos maravilhosos! (NN, moradora há 9 anos<sup>4</sup>).

Tudo aqui é muito fácil de ir... Tanto é que as minhas amigas que não moram em São Paulo, quando vem... Tem outras amigas que podem ficar... "Não, queremos ficar na sua casa que é perto de tudo". Quem está sem carro tem facilidade para ir em qualquer lugar, então hoje eu não gostaria de me mudar do Centro (EK, moradora há 22 anos<sup>5</sup>).

A vontade que é botar um neon aí "venham para o centro", porque ainda está muito ocioso. Tem muita unidade de vaga ainda e a facilidade de acesso, de infraestrutura, é absurda (MB, morador há 20 anos<sup>6</sup>).

As pessoas me perguntavam assim "mas você vai para a Praça da República? Mas a Maria tem um ano!". Eu pensava "gente, mas ela vai crescer". Eu não vou precisar da Praça Buenos Aires para ela brincar (CT, moradora há 16 anos<sup>7</sup>).

<sup>3</sup> Entrevista realizada com a senhora JNS no edifício Eiffel, em 07 de abril de 2017.

<sup>4</sup> Entrevista realizada com a senhora NN no edifício Eiffel, em 02 de maio de 2017.

<sup>5</sup> Entrevista realizada com a senhora EK no edifício Eiffel, em 11 de abril de 2017.

<sup>6</sup> Entrevista realizada com o senhor MB no edifício Eiffel, em 11 de abril de 2017.

<sup>7</sup> Entrevista realizada com a senhora CT no edifício Eiffel, em 11 de março de 2017.

**DOMESTICIDADE E MEMÓRIA DOS MORADORES**

Para melhor sistematizar as respostas e ajudar na comparação dos dados obtidos, foram elaboradas fichas de entrevista com perguntas específicas aos moradores de cada um dos objetos de estudo. As perguntas estão agrupadas de acordo com três objetivos principais: traçar o perfil dos ocupantes do apartamento e melhor compreender as reformas feitas no apartamento ao longo dos anos. Registrou-se também em planta as modificações ocorridas nos apartamentos dos entrevistados, comparando-se situação atual dos apartamentos às plantas originais encontradas na FAUUSP.

As conversas tinham uma duração média de uma hora, quando ocorria uma sequência de foto dos interiores. Este momento era especialmente rico porque os entrevistados sentiam-se mais à vontade para explicar suas práticas cotidianas e seus gostos a partir dos objetos expostos, das escolhas dos materiais e das reformas.

Nas entrevistas realizadas com os moradores do edifício Eiffel, foi relatado que os apartamentos se encontravam em estado de abandono e degradação muito grande na hora da compra. Esta informação se refere especialmente aqueles que mudaram para o conjunto nos últimos vinte anos e relatam a necessidade de rever as instalações hidráulicas e elétricas antes de se mudarem para os apartamentos. JN conta que “esse apartamento estava totalmente detonado. Ele estava fechado há mais ou menos oito meses.

Ele não tinha ninguém morando e ele estava absolutamente precário”. O depoimento dela é muito parecido com o de MB e o de tantos outros no Eiffel: “Tudo ferrado. O apartamento... O proprietário me falou que ele estava fechado já há dois anos. Assim, ele estava todo acarpetado, como aquele carpete grosso velho”.

No caso do edifício Esther, é perceptível que o mesmo passa por um processo intenso de transformação de seus usos e espaços físicos. Dos quatro apartamentos duplex do edifício, apenas dois funcionam atualmente como moradia. Um escritório de perícias e contabilidade funciona há 25 anos no apartamento 904 e seu proprietário, o contador SM, relatou que a escolha deste espaço se deu especialmente pela localização, na área central e em frente ao metrô. Seu espaço sofreu uma reforma que se marca especialmente pelo fechamento do pé direito da sala com uma laje e pela divisão interna do pavimento superior para abrigar as áreas de trabalho do escritório. Antes de sua empresa de contabilidade, lá funcionava um escritório de advocacia. SM explica que “precisava reintegrar o apartamento e deixar o escritório funcional e também apresentável para os clientes”<sup>8</sup>.

A senhora RP, moradora de um dos apartamentos duplex do Esther, destaca os atributos modernos do edifício:

**Além de supermoderno, arrojado o projeto, super ventilado, eu me sinto presenteada de ter essa oportunidade. Eu nunca pensei, nem para o meu pai quanto mais para mim, ele era uma superestrela. Para mim, é uma**

<sup>8</sup> Entrevista realizada no escritório de contabilidade no dia 12 de maio de 2017.

jóia muito grande. Infelizmente, por causa da minha idade e problemas pessoais, eu não pude curtir esse apartamento com eu teria gostado. (...) Quando as pessoas vêm aqui, todo mundo adora. Essa arquitetura é maravilhosa, é moderno até hoje, imagina naquela época. É gostoso, as formas, as linhas retas, os materiais... Essa escada, por exemplo, pode ser bonita no canto, onde for, eu nunca teria posto essa escada aqui porque eu adoro as linhas modernas desse prédio. Adoro, não cansa nunca, é uma arquitetura deliciosa para você morar, você pode botar qualquer objeto aqui dentro que fica bonito, decorativo.

O arquiteto BG é o proprietário do apartamento 905 desde 2008. Ele foi morador do Esther, mas no momento da entrevista, estava colocando o imóvel a disposição para aluguel, para tanto, realizou uma pequena reforma que ressaltava as características do espaço original: retirou a laje que fechava o pé-direito duplo, restaurou as janelas em fita e pintou as paredes de branco. BG<sup>9</sup> conta que estava procurando um espaço na região central quando achou o imóvel a venda por um bom preço. Ele, como um admirador da arquitetura moderna, já se interessa pelo edifício. O apartamento era utilizado anteriormente como salão de beleza e estava descaracterizado: “quando eu comprei, isso aqui estava cheio de parede. Entendeu? Estava cheio daquelas divisões que tem em cabelereiro”.

O morador denuncia o descaso com os gestores do edifício tem com as áreas comuns e exemplifica mostrando com

os fossos internos do edifício. “Os fossos nunca foram limpos. O que é que custa chamar uma empresa para chamar isso aí? Dar um trato?” e demonstra a importância do edifício: “foi o primeiro edifício modernista da América Latina”. Ou seja, reconhece o edifício marcante na historiografia da arquitetura moderna brasileira. O apartamento duplex abriga desde outubro de 2017 o Studio Pharus, uma galeria de arte contemporânea, que funciona também como residência artística para desenvolvimento de projetos específicos.

O edifício Esther perde lentamente seu programa habitacional e acolhe funções cada vez mais diversas em seus espaços. Além do salão de cabelereiro que foi instalado no apartamento 905, um dos apartamentos abrigou, entre 2004 e 2012, uma mesquita que recebia muçumanos de origem africana na região central da cidade. As intervenções que foram feitas recentemente deram maior visibilidade ao edifício. Um apartamento da cobertura foi convertido em um restaurante que executou reformas que perturbam a leitura do conjunto, entre elas o fechamento do terraço com uma cobertura provisória e a instalação de um guarda-corpo de vidro. O mesmo empreendedor inaugurou uma padaria no térreo alterando o caixilho e o fechamento do espaço original.

A situação é bem diferente no edifício Eiffel. CT, atual síndica contou que, no início dos anos 2000, ainda era possível encontrar consultórios de psicólogos, escritórios de contabilidade, produtoras e

<sup>9</sup> Entrevista realizada no apartamento do edifício Esther no dia 14 de abril de 2016.

<sup>10</sup> Entrevista realizada com a senhora AAP no edifício Eiffel, em 20 de março de 2017.

outras atividades nos apartamentos. Atualmente todos tem função residencial.

As entrevistas com os moradores deste conjunto apontam que, nos últimos dez anos, uma nova geração de interessados tem ocupado o prédio. É também comum no Eiffel a presença de arquitetos que, de alguma maneira, acabam por intervir no projeto original e por adaptar o apartamento às demandas da vida contemporânea: cozinhas integradas, estrutura aparente e novos acabamentos internos.

O tamanho da cozinha e a presença do quarto de empregada são sempre citadas entre as reformas internas. JNS, moradora de um dos apartamentos do corpo central, mostra-se convencida da necessidade de integração entre a cozinha e a sala: “Eu estava convicta antes de falar com qualquer arquiteto de que este negócio tinha que ser aberto para a sala, que a cozinha tinha que ser aberta para a sala como o apartamento da Renata [outra moradora]. Porque o que existia aqui era tipo um quartinho de empregada e um banheiro que eu olhando daqui, de onde a gente está para lá, achava que era um corpo estranho”. Assim, como afirma a senhora AAP<sup>10</sup> “a cozinha era minúscula então a gente tirou o quarto de empregada e aumentou a cozinha”, e a senhora EK “eu aumentei [a cozinha] porque era bem menor! Porque o original, ele tinha uma área de serviço que vinha até aqui. A minha cozinha era um “L”. Era assim e aqui. Então eu tirei esse quartinho”.

Além disto, alguns moradores informam que adaptaram um dos quartos para acolher um escritório em casa,

também esta é uma reforma que responde a um modo de vida diverso daquele da época do projeto.

No que se refere ao conjunto, é visível problemas como o do deslocamento das pastilhas, infiltrações e a ocupação de áreas comuns, que demonstram a complexidade da conservação física do bem. Além disso, a mudança dos caixilhos de ferro por esquadrias de alumínio é um dos maiores impactos que as reformas do apartamento causam no aspecto geral do prédio. A maioria dos apartamentos visitados tem instalada uma nova esquadria com um desenho muito próximo ao original, mas com diferença de coloração na pintura dos dois materiais e algumas alterações modificam a leitura da fachada. Alguns moradores justificam a mudança, entre eles o senhor AL que explica que “a de ferro, ela é muito mais bonita porque ela é fina. Só que ela não impede o ruído como a de alumínio” e a senhora EK conta: “tirei aquelas janelas de ferro que eram pesadas. Nossa! Quando eu ficar velha eu não vou conseguir mexer nas janelas”. Essas transformações interferem na leitura do bem tombado, como também na qualidade de vida de seus moradores.

Esta é uma questão que se coloca para a questão da preservação de habitação: como adequar as moradias para o cotidiano de moradores sem interferir no bem? Até que ponto o tombamento pode interferir na privacidade e no conforto de seus moradores? Questões como essa tem sido levantadas em casas, edifícios, vilas e conjuntos habitacionais.

Mesmo diante do desafio de morar em um edifício tombado, diversos moradores revelam um certo orgulho desses espaços. As entrevistas revelam a descoberta do conjunto, de seus espaços e de sua autoria.

Eu estava procurando um apartamento para levar minha biblioteca e a ideia era exatamente ao longo da Avenida Paulista, para eu começar a pensar em lazer, cinema, coisas desse tipo. Retornando de um congresso, uma colega da sociologia que morava aqui no prédio, disse “o melhor lugar de São Paulo para morar é onde eu moro”. (...) Sou apaixonada aqui pelo prédio apesar de algumas reclamações mas é realmente aquilo que a minha colega disse, é perto de tudo, é fácil e aqui eu ando! (RR, moradora há 21 anos<sup>11</sup>).

Eu fiquei meio impactada assim pelo espaço que era muito amplo, pela localização, metrô na porta, não é? É tudo à sua mão. Maravilha. (JNS, moradora há 3 anos).

Tem uma coisa interessante que é os quartos ficarem embaixo da sala, você não fica direto no andar dos quartos. O barulho que vem dos quartos é do barulho do seu próprio apartamento (LG, morador há 18 anos<sup>12</sup>).

Tinha a coisa da galeria do térreo que eu acho simpática. Nessa época [de procura por um apartamento para comprar], eu já estava ganhando pela ideia de morar aqui porque eu achei interessante aqui. Uma época que tinha algum projeto da cidade, de convívio das pessoas, que era o mais interessante. Começando a andar nos prédios, você sentia isso. Tem essas coisas base, tinha apartamentos supergrandes, apartamentos médios e apartamentos

pequenos, tudo no mesmo prédio e as pessoas se entendem super bem. (LG, morador há 18 anos).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O artigo buscou aproximar-se dos moradores de dois edifícios modernos oficialmente preservados e localizados no entorno da Praça da República. Sua proposta de moradia remete-se diretamente às experimentações espaciais propostas pelos arquitetos vinculados ao movimento moderno na primeira metade do século XX.

Tanto o Esther quanto o Eiffel apresentam unidades habitacionais em bom estado de conservação. No entanto, os conjuntos estão com as áreas comuns comprometidas. Fachadas, coberturas e acessos precisam de obras de restauro e manutenção que garantam a integridade do bem. As falas dos moradores demonstram a percepção para as questões de conservação, como destaca a moradora do Eiffel a senhora EK: “posteriormente que começamos este trabalho, tentando recuperar o prédio. Na verdade, nosso sonho de moradores era conseguir um patrocínio e restaurar o prédio, mas não sei se vamos conseguir. (...) O ideal seria restaurar todas essas pastilhas que estão hoje desgastadas”. No entanto, essas questões aparecem de maneira mais clara no que se refere aos espaços de uso coletivo do que nos espaços domésticos. As trocas das esquadrias e o fechamento de alguns terraços não é compreendido

<sup>11</sup> Entrevista realizada com a professora RR no edifício Eiffel, em 02 de junho de 2017.

<sup>12</sup> Entrevista realizada com o senhor LG no edifício Eiffel, em 26 de março de 2017.

como ações que possam comprometer a leitura dos bens protegidos.

Nos dois edifícios, as visitas aos apartamentos revelaram alterações constantes nos imóveis. No caso do Eiffel, o hall de entrada foi ampliado pela demolição de uma parede que dividia a entrada, a sala e a escada; os acabamentos originais – granilite, cerâmica preta e pastilhas – foram trocados por outros materiais; o quarto de empregada foi demolido e, em muitos casos, integrado à cozinha, provavelmente porque não é mais tão comum funcionários que dormem na casa de patrões; os dois grandes quartos nos apartamentos da tipologia B foram transformados em três de tamanho médio; e o armário embaixo da escada mudou de função em vários apartamentos, transformando-se em banheiro, closet ou em mais espaço

para o quarto. No caso do Eiffel, além da mudança de uso – um apartamento convertido em escritório de contabilidade e outro em residência artística – era comum o fechamento com uma laje do pé-direito duplo da sala de jantar, e a abertura da cozinha para a sala. Neste edifício, o estado de conservação do conjunto constitui um problema mais grave do que o das unidades habitacionais.

As entrevistas com os proprietários dos apartamentos duplex tiveram como finalidade compreender as diferentes formas de habitar, ocupar e transformar o espaço decorrentes dos modos de morar propostos e os concretizados. Compreendendo a apropriação desses espaços e lançando luz às questões do cotidiano dos moradores em conjuntos habitacionais modernos.

## REFERÊNCIAS

- ANELLI, Renato. **Rino Levi: Arquitetura e cidade**. São Paulo: Romano Guerra Editora, 2001.
- ATIQUÊ, Fernando. **Memória Moderna: a trajetória do Edifício Esther**. 2ª. Edição. São Carlos: RiMa, 2013.
- COHEN, Jean Louis. **O futuro da arquitetura desde 1889**. Uma história mundial. São Paulo, Cosac & Naify, 2013.
- COSTA, Sabrina Studart Fontenele. **Edifícios modernos e traçado urbano no Centro de São Paulo (1938-1960)**. São Paulo: editora Annablume, 2015.
- GARAY, Graciela de (Coord.) **Rumores y retratos de un lugar de la modernidad: historia oral del Multifamiliar Miguel Alemán 1949-1999**. México: Instituto Mora; UNAM/ Facultad de Arquitectura, 2002.

- GOODWIN, Philip L. **Brazil Builds: architecture new and old 1652 – 1942**. Nova York: MoMA, 1943.
- LIRA, José Correia Tavares. **Warchavchik: Fraturas da Vanguarda**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.
- MIDLIN, Henrique E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro, Acroplano/IPHAN, 2000.
- PRUDON, Theodore H. M. **Preervation of modern architecture**. New Jersey: John Wiley & Sons, 2008.
- NASCIMENTO, Flavia Brito. **Blocos de Memórias: Habitação Social, Arquitetura Moderna e Patrimônio Cultural**. São Paulo: Edusp, 2017.
- OKSMAN, Silvio. **Contradições na preservação da arquitetura moderna**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2017. (tese de doutorado).
- PINHEIRO, PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Modernizada ou moderna? A arquitetura em São Paulo, 1938-45**. (Tese de doutoramento). São Paulo, FAUUSP, 1997.
- RIVERA, David. **Dios está em los detalles. La restauración de la arquitectura del Movimiento Moderno**. Valencia: General de Ediciones de Arquitectura, 2012.
- ROSSETTO, Rossella. **Produção imobiliária e tipologias residenciais modernas em São Paulo – 1945/1964**. São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, 2002. (tese de doutorado).
- SAMPAIO, Maria Ruth A. de (org.). **A Promoção Privada da Habitação Econômica e a Arquitetura Moderna (1930-1964)**. São Carlos, RiMa, 2002.
- SEGAUD, Marion. **Antropologia do espaço. Habitar, fundar, distribuir, transformar**. São Paulo, Edições Sesc São Paulo, 2016
- SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil: 1900-1990**. São Paulo: Edusp, 1999.
- VILLA, Simone Barbosa. **Apartamento metropolitano**. Habitações e modos de vida na cidade de São Paulo. São Carlo, Escoa de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo, 2002. (dissertação de metrado).

# PRECARIEDADE HABITACIONAL NO CENTRO DE SÃO PAULO

*Débora Sanches*

*Marcos Virgílio da Silva*

## Resumo

Este artigo apresenta a situação da vulnerabilidade social e o problema das diferentes formas de precariedade de moradia, bem como, as formas de enfrentamento ao problema por parte do poder público no centro de São Paulo. O artigo examina as diversas expressões dessa precariedade habitacional (tais como os cortiços, favelas e ocupações), as respostas a ela dada pelos movimentos sociais de moradia, e como a política habitacional recente, tanto na esfera municipal quanto na estadual, está desvinculada da política urbana.

**Palavras-Chave:** habitação; precariedade; habitação de interesse social; áreas centrais; São Paulo.

## Abstract

This article presents the situation of social vulnerability and the problem of the different forms of precarious housing, as well as ways of coping with the problem by the public power in São Paulo downtown. The article examines the diverse expressions of this housing precariousness (such as slums and favelas), the responses given to it by social housing movements, and how recent housing policy, both at the municipal and state levels, is unrelated to urban politics.

**Keywords:** housing; precariousness; social housing; central areas; São Paulo.

## Resumen

Este artículo presenta la situación de la vulnerabilidad social y el problema de las diferentes formas de precariedad de vivienda, así como las formas de enfrentamiento al problema por parte del poder público, en el centro de São Paulo. El artículo examina las diversas expresiones de esa precariedad habitacional (tales como los cortijos y las favelas), las respuestas a ella dada por los movimientos sociales de vivienda, y cómo la política habitacional reciente, tanto en la esfera municipal y en la estatal, está desvinculada de la política urbana.

**Palabras-Clave:** vivienda; precariedade; vivienda de interés social; áreas centrales; São Paulo.

## INTRODUÇÃO

Este artigo<sup>1</sup> apresenta a situação da vulnerabilidade social e o problema das diferentes formas de precariedade de moradia<sup>2</sup>, bem como as formas de enfrentamento ao problema por parte do poder público, no centro de São Paulo, município mais populoso do Brasil, com 12,1 milhões de habitantes (IBGE, 2017) e a capital do Estado de São Paulo, principal polo da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP)<sup>3</sup>.

Conforme dados do Plano Municipal de Habitação do município de São Paulo de 2016 (ainda em aprovação na Câmara Municipal), são identificados na cidade de São Paulo: 445.112 domicílios em favelas; 385.080 domicílios localizados em loteamentos irregulares; 80.399 domicílios em cortiços; 15.905 pessoas em situação de rua; coabitações são 103.664 domicílios (habitações com mais de uma família); outro sério problema identificado é o ônus excessivo com aluguel, são 187.612 domicílios. Identifica-se mais de 1 milhão de famílias morando de forma precária na cidade de São Paulo.

Diante deste cenário, nota-se que em função da localização e dos altos custos com transporte público, os distritos centrais do município de São Paulo receberam nos últimos anos um aumento populacional de 15,9% nas moradias precárias, segundo os dados do censo 2010 do IBGE, em relação ao mesmo censo de 2000. Uma parcela da população responde às necessidades habitacionais recorrendo a várias formas de moradia,

entre elas, ocupações ilegais em imóveis vazios, favelas, muitas vezes a própria rua e os cortiços (Sanches, 2015).

A proeminência da crise habitacional na região central de São Paulo foi marcada com a tragédia que aconteceu no dia 1º de maio de 2018, com o incêndio seguido do desabamento do edifício Wilton Paes de Almeida, localizado no largo do Paissandu. Dezenas de famílias perderam seus pertences, algumas perderam a vida. Esta lamentável tragédia, demonstra que muitas famílias vivem em transitoriedade permanente, o Observatório das Remoções encontrou histórias de vidas que marcam a forma sistêmica de famílias que passam pelas diferentes moradias precárias na região central. Por exemplo, a história da Deise que saiu há sete anos do incêndio da Favela do Moinho (localizada na Barra Funda), passou a morar em cortiço na avenida Rio Branco e no mês de abril deste ano, foi expulsa pelo governo do Estado em função da futura construção de um hospital no quarteirão inteiro. Agora está acampada no largo do Paissandu, pois perdeu todos os seus pertences no incêndio do edifício Wilton Paes de Almeida sua última moradia (VILLELA, 2018).

Assim, percebe-se que inúmeras famílias percorrem as diferentes formas de moradia precária na região central, muitas vezes, removidas pelo próprio poder público com ações de reintegração de posse de imóveis ocupados (imóveis vazios que não cumprem a função social da propriedade) ou por desapropriações de áreas que são objetos de projetos como

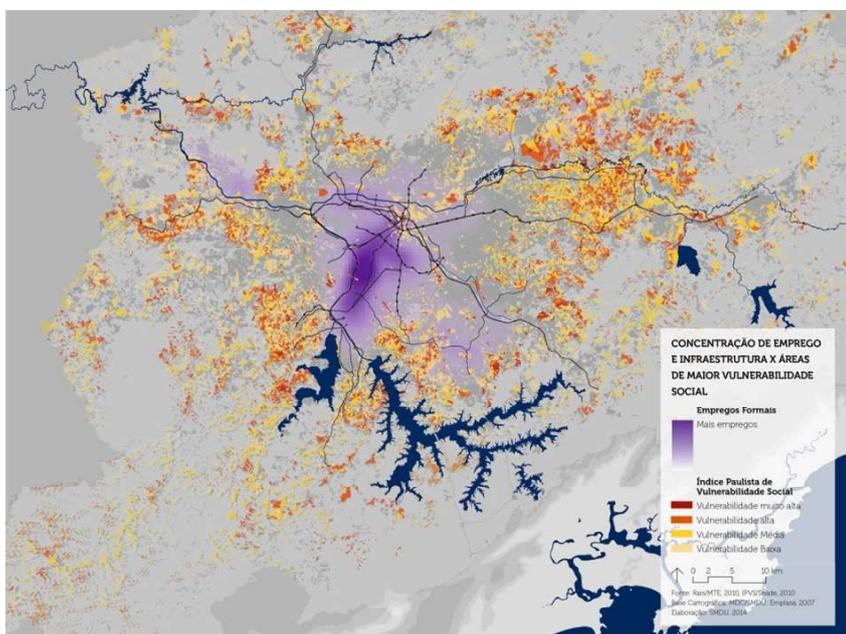
<sup>1</sup> Este artigo é fruto da interlocução entre os grupos de pesquisa Habitat e Apropriações na Cidade Contemporânea, e Documentação e Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo no Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Design do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo.

<sup>2</sup> Habitação em área de risco ou em área de proteção ambiental e dos mananciais, coabitação (várias famílias partilhando um domicílio), alta densidade (mais de três pessoas por divisão) principalmente, nos cortiços (Fundação João Pinheiro a partir das bases do censo do IBGE de 2010).

<sup>3</sup> Conforme dados do IBGE em 2017, a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), composta por 39 municípios, possuía 21,4 milhões de habitantes.

<sup>4</sup> Atualmente, são 30.000 famílias recebendo este valor. O auxílio-aluguel foi desenhado para ajudar famílias que perdem suas moradias em função de obras públicas, ação judicial de reintegração de posse ou desastres naturais até encontrarem a moradia definitiva.

Figura 1: Mapa do Município de São Paulo com a localização das oportunidades de empregos e a vulnerabilidade social. Fonte: SMDU, 2014



o Governo do Estado com a Parceria Público Privado (PPP) para a construção do hospital Pérola Byington na região de Campos Elíseos.

Conforme será exposto adiante, a política habitacional está desvinculada da política urbana: a prefeitura municipal cortou em 2018, em 1/3 do orçamento para habitação em relação ao ano anterior, tendo como ação mitigadora o auxílio-aluguel com valor de R\$ 400,00<sup>4</sup>. A Operação Urbana Centro até a presente data não realizou ações relacionadas à questão habitacional, desde o ano de sua criação em 1997. O Governo do Estado concentra suas ações nos projetos da PPP e o Governo Federal paralisou a produção de novas moradias.

## A QUESTÃO DA PRECARIIDADE HABITACIONAL

A precariedade habitacional da Região Metropolitana de São Paulo atinge proporções gigantescas por inúmeras razões: insuficiência de infraestrutura urbana adequada, que podem causar doenças em função da falta de saneamento básico causando a insalubridade no ambiente de moradia; questões relacionadas às moradias inadequadas em áreas informais, como riscos de incêndio, desmoronamento, inundação, entre outros. Soma-se ainda a localização, a maior parte dos moradores de baixa renda mora nas áreas periféricas da cidade, enfrentam o problema das desigualdades sociais e territoriais, muitas vezes em conjuntos habitacionais massificados produzidos pelo Estado, ou em habitações precárias autoconstruídas, em loteamentos irregulares ou em favelas. Dependem do transporte coletivo que é insuficiente e com alto valor da passagem, mesmo assim, a população se desloca diariamente para utilizar os serviços e trabalhar na região central e sudoeste do município de São Paulo, local que concentram as principais oportunidades de empregos formais. Para ilustrar este cenário, o mapa da figura 1 representa a localização da alta vulnerabilidade social (vermelho até amarelo) e as oportunidades de emprego formal (roxo escuro para o lilás).

O cenário acima destaca a ausência de políticas públicas que propiciem o direito à cidade (LEFEBVRE, 2011 [1968]) entendida pela ausência de equipamentos

de saúde, de educação, de cultura e de lazer, fundamentais à qualidade de vida da população. Em contrapartida, nos distritos centrais do município de São Paulo nos últimos anos houve um aumento populacional de 15,9% nas moradias precárias, conforme os dados do Censo 2010, em relação a 2000. Sendo o principal fator, a moradia próxima do trabalho, conseqüentemente, esta parcela da população responde às necessidades habitacionais recorrendo a várias formas de moradia precária, entre elas, ocupações em imóveis vazios, favelas, muitas vezes a própria rua e nos cortiços.

Os cortiços estão presentes na história da cidade de São Paulo, desde o final do século XIX, abrigavam: imigrantes, trabalhadores da indústria e dos serviços com baixa qualificação, negros alforçados, em geral, a população que recebia baixos rendimentos. As moradias eram subdividas em cômodos ou construídos em série para este fim, refletiram períodos em que não havia moradia suficiente para acolher os trabalhadores da cidade (VÉRAS, 2016). Condenado pelo poder público, pela elite e pela imprensa como local de promiscuidade, o cortiço ao longo da história é sinônimo de disseminação de doenças e desqualificação social, foi considerado ameaça à saúde pública. Para resolver o problema foram desenvolvidas várias políticas higienistas no fim do século XIX e início do século XX Segundo Bonduki (1998), o Higienismo apenas escondia a pobreza. O discurso em fornecer a habitação digna esbarrava na questão do preço da terra e no problema

de distanciar o operário da indústria, uma vez que o transporte coletivo, na época o bonde, era viável em áreas de grande adensamento populacional, ou seja, a concessionária do serviço público (Light and Power) não se interessou em aumentar as linhas de transporte coletivo em áreas com pouca rentabilidade. Desta forma, a estruturação da cidade até os anos 1940 se deu de forma mais concentrada (BONDUKI, 1998; KOWARICK e ANT, 1994). No decorrer das décadas seguintes com a formação da periferia na cidade de São Paulo, o “cortiço de periferia” também se constituiu com os cômodos enfileirados, cada família aluga e mora em cômodo único, realizando as diversas funções do habitar. Banheiros, pias e tanques são compartilhados com outras famílias com condições precárias de habitabilidade e a relação exploratória na cobrança do aluguel.

A realidade velada da situação dos cortiços no município reflete na falta de informação e dados, em 1983, a Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão (SEMPLA) estimou o número em 2,58 milhões de habitantes morando em cortiços, representando 29,3% da população do município daquela época. Na sequência em 1993, a Fundação Instituto de Pesquisa Econômica (FIPE) realizou pesquisa amostral, que apontou uma população de aproximadamente 595.110 pessoas, moravam em 23.688 cortiços nas 20 administrações regionais de São Paulo. Já em 2001, a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE) efetivou

outra pesquisa em área menor da cidade, abrangendo setores da Barra Funda, Bom Retiro, Bela Vista, Belém, Brás, Cambuçí, Liberdade, Mooca, Santa Cecília e Pari, correspondendo a uma estimativa de 38.512 habitantes, (CARICARI; KOHARA, 2006).

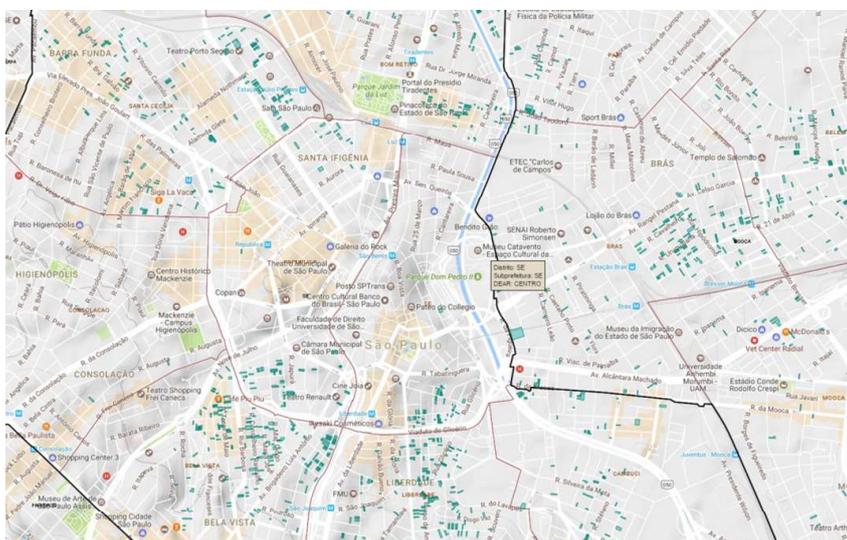
No Plano Municipal de Habitação de São Paulo de 2011 a estimativa é de 80.389 domicílios encortiçados. Verifica-se a ausência do poder público em relação ao diagnóstico desta precariedade habitacional e conseqüentemente, as ações com políticas públicas para programas habitacionais para melhorar as condições de vida dos moradores, no passado são verificadas ações pontuais (ver SANCHES, 2015). Em 2017, o Conselho Executivo da Operação Urbana Centro aprovou verba para a execução do censo de cortiços, mas até este momento da elaboração deste artigo a Secretaria Municipal de Habitação aguarda definição jurídica para

contratar a empresa que será responsável pela execução do censo. Na figura 2 em verde estão localizados os cortiços cadastrados, mas os dados estão desatualizados.

As favelas na cidade de São Paulo estão presentes desde o início do século XX, conforme relata Pasternak (2016), porém, apenas em 1980, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) contabilizam os dados dos moradores das favelas. A autora faz uma síntese das décadas sobre o assunto, a partir de textos escritos nas décadas a seguir: Entre os anos de 1940 até 1960, as favelas são consideradas como “doenças” e os favelados “grupo marginal” a remover (TASCHNER, 1984). Em meados dos anos 1970, realiza-se o cadastro da população favelada, onde é verificado que morar na favela é opção de moradia da população trabalhadora com baixos salários. Nos anos 1980, a percepção que a favela era uma marca da urbanização periférica e o poder público tem como ações: a colocação de infraestrutura e a instalação de moradias sociais com parcerias privadas. Anos 1990 são marcados pela redemocratização das instituições públicas com a municipalização das intervenções, nas ações a predominância são as intervenções pontuais e projetos de urbanização. A partir dos anos 2000, é marcado pelo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que realiza intervenções em favelas e melhorais na infraestrutura urbana, porém, atualmente, com problemas na continuidade em função da gestão federal.

Na Região Metropolitana de São

**Figura 2:** localização de cortiços nos distritos centrais. Fonte: Geosampa, 2017



Paulo são 600 mil domicílios favelados (18,50% em relação aos domicílios favelados brasileiros), segundo os dados do IBGE de 2010. Na cidade de São Paulo são 1.280.400 de habitantes morando em favelas em 2010, destacam-se principalmente, nos distritos que integram a áreas de preservação ambiental, conforme o mapa da figura 1. Porém, nos distritos centrais também, existem favelas, um exemplo é a favela do moinho.

Localizada entre os trilhos das duas linhas férreas operadas pela Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), entre as estações Barra Funda e Júlio Prestes, e área remanescente das indústrias Reunidas Matarazzo, a favela do moinho recebeu o aumento de população a partir dos anos 2000, em razão da migração da precariedade habitacional na própria área central, como: incêndio

na favela do gato (localizada na avenida do estado); incêndio do viaduto Orlando Murgel; expulsão de cortiços da região. Em 2005, a subprefeitura da Sé realizou levantamento cadastral e encontrou número aproximado de 400 famílias, em torno de 1600 moradores. Em 2007, a Associação da Comunidade do Moinho encontrou 600 famílias morando no local. Passou por vários incêndios, entre eles, 2011 e 2012, em 2017, a estimativa é de 1900 moradores, conforme informações do Movimento Moinho Vivo (organização composta por moradores e parceiros da comunidade), são cerca de 1.900 pessoas vivem na favela. Até o momento deste artigo, as promessas de muitos políticos para a conquista da moradia digna não foram cumpridas.

Gohn (1991) e Kowarick (1994), afirmam que os movimentos sociais de



**Figura 3:** favela do moinho. Fonte: Débora Sanches, 2014

**Figura 4:** ocupação Mauá. Fonte: Débora Sanches, 2018

<sup>5</sup> Neuhold (2009): no ano de 1997 foram realizadas onze ocupações em imóveis vazios na área central de São Paulo.

<sup>6</sup> Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano do Município de São Paulo

<sup>7</sup> Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado.

moradia, reivindicam políticas públicas para a habitação social na área central de São Paulo, desde o final da década de 1970. A formação dos movimentos sociais se iniciou com a organização dos moradores de cortiços contra os abusos sofridos, reivindicações para infraestrutura básica nas áreas informais, entre outros aspectos. Neste sentido da luta pelo direito à cidade e à habitação (LEFEBVRE, 2011 [1968]) as reivindicações são materializadas em 1997, através das ocupações<sup>5</sup> de imóveis vazios. Em função dos anos de debates e propostas para a atuação em cortiços com a SEHAB<sup>6</sup> e CDHU<sup>7</sup>, entre 1997 e 2018 os movimentos de moradia realizaram mais de 100 ocupações na área central (SANCHES, 2015).

Na pesquisa sobre a produção de habitação social realizada na área central pelo poder público no período entre 1990 a 2012, Sanches (2015) constatou que os movimentos de moradia contaram com o apoio técnico de Assessorias Técnicas que forneceram estudos de viabilidade técnica, principalmente para os imóveis vazios para serem reabilitados em habitação social, exerceram também papel fundamental na interlocução e no diálogo técnico entre a população e os funcionários do setor público. O inventário demonstrou a produção de 38 empreendimentos, realizados no âmbito de quatro programas governamentais, com 3734 unidades habitacionais, sendo 2673 de unidades habitacionais para construção nova e 1061 de unidades *Retrofit*. Porém, com a descontinuidade

administrativa do poder público, nas diferentes instancias governamental, houve interrupção no processo participativo de produção de habitação social na área central. Atualmente, são iniciativas através das Parcerias Público Privado (PPP) desenvolvidas pelos Governos do Estado e do Município que estão atuando na área central com pouca efetividade para a população moradora do local.

Muitas famílias vivem na área central de forma transitória, se deslocam nas diferentes formas de moradia (cortiço, favela e ocupações). No dia 1 de maio de 2018, com o incêndio seguido de um desabamento do prédio Wilton Paes de Almeida localizado no Largo do Paisandu demonstrou a invisibilidade das famílias que vivem nesta precariedade, tornando evidente nas notícias veiculada na imprensa, porém, as declarações dos representantes do poder público nas diferentes esferas foram de buscar culpados e não de encontrar soluções.

A tragédia é o reflexo da crise habitacional que assola o país, a moradia é tratada como mercadoria. Devemos entender que o direito à moradia digna é um bem de primeira necessidade, conforme aponta a Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e na Constituição Federal Brasileira de 1988. Conforme Lefebvre (2011[1968]), o entendimento do que vem a ser moradia digna passa pelo entendimento do direito à cidade, neste sentido é importante destacar que os movimentos sociais de moradia, lutam pelo por estes direitos desde a década de 1970 em São Paulo.

## PROGRAMAS PÚBLICOS PARA HABITAÇÃO NA ÁREA CENTRAL

O atendimento às necessidades habitacionais e o enfrentamento dos déficits caracterizados acima não têm ocorrido na escala e velocidade necessárias. Desde 2016 espera-se pela aprovação, pela Câmara Municipal, de um Plano Municipal de Habitação (PMH). O Projeto de Lei 619/16 está atualmente na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, e tem tido poucos avanços, o que já vem causando reações por parte da sociedade civil organizada. O plano foi elaborado de forma participativa com envolvimento da população paulistana desde a publicação de um caderno para discussão pública, em junho de 2016.

Antes desse plano, em 2009, a Secretaria de Habitação havia publicado uma versão do PMH, em atendimento à exigência do Sistema Nacional de Habitação Social, vigente à época e que foi “colocado na geladeira depois que o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) foi lançado pelo governo federal” (ROLNIK, 2016). Esta proposta, entretanto, teve que ser revista já no ano seguinte, seja em função dos novos dados censitários divulgados pelo IBGE quanto pela necessidade de adequação em função da aprovação do novo Plano Diretor Estratégico, em 2014, que determinava expressamente a revisão através de um processo participativo (Lei 16.050/14, art. 293, I) (SANTORO, 2016).

A proposta de PMH de 2016 foi logo saudada por pesquisadores e ativistas

da área como um marco nos processos de elaboração de planos habitacionais.

Dentre as principais inovações apontadas nessa proposta, destacam-se: a incorporação de políticas de “aluguel social”, tanto na forma de um aluguel subsidiado que sirva como alternativa à propriedade de um imóvel para grupos específicos, quanto na introdução do Serviço Social de Moradia, opção de apoio à população em situação de vulnerabilidade e emergência extrema (como a população de rua ou as vítimas de desastres).

Outro ponto de destaque da proposta foi a incorporação da política fundiária para habitação no seio da própria política habitacional. A implementação de tal política já vinha ocorrendo desde a delimitação das primeiras Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), instrumento consagrado pelo Estatuto da Cidade. Além disso, na gestão do prefeito Fernando Haddad (2012-2016) foram aplicados, pela primeira vez, os instrumentos de indução da ocupação através da notificação de imóveis para Parcelamento, Edificação ou Ocupação Compulsórios (PEUC) e o IPTU progressivo no tempo. Desde então, mais de mil imóveis vazios ou subutilizados já foram notificados na cidade (ROLNIK, 2016)<sup>8</sup>.

A mudança de gestão do município, com a posse do prefeito João Dória Jr. e seu vice Mário Covas Neto, que posteriormente assumiu a prefeitura, marcou a interrupção tanto das notificações e cobrança do IPTU progressivo no tempo quanto da própria discussão do PMH entre os vereadores. A morosidade dessa

<sup>8</sup> De acordo com levantamento do jornal Folha de São Paulo, publicado em 15 de maio de 2018, 1.294 imóveis foram notificados até dezembro de 2017. Somente em 15% dos imóveis os proprietários responderam à notificação e atenderam, total ou parcialmente, às obrigações (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/05/1098-imoveis-ociosos-em-sp-ignoram-alerta-e- ficam-sujeitos-a-iptu-mais-caros.html>). Acesso em 05/08/18).

<sup>9</sup> Villaça (1998), entre outros autores, questiona o caráter ideológico de termos como este e afins (requalificação, reabilitação, recuperação e outros “re’s”).

tramitação foi lembrada após a tragédia de 1º de maio, quando uma Nota Pública foi divulgada cobrando a imediata aprovação do plano. A nota, assinada por mais de 80 entidades (entre associações civis, entidades de classe, organizações não-governamentais e instituições de pesquisa), declara que:

**Tramita desde dezembro de 2016 na Câmara Municipal de São Paulo o PL 619/16, que institui o Plano Municipal de Habitação (PMH). Esse documento foi elaborado com participação da população paulistana e constitui uma política de Estado, e não de governo, para a área habitacional do município para os próximos 16 anos. O Plano Municipal de Habitação é um marco para as políticas de moradia, e um avanço do ponto de vista da gestão pública, pois aponta para diretrizes e metas mínimas de produção de moradia na cidade, bem como garante a gestão participativa e organiza os instrumentos e fontes de financiamento habitacional em São Paulo, conforme determina o Plano Diretor Estratégico (PDE) da cidade. Atualmente na Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara Municipal de São Paulo, o PL 619/16 encontra-se tramitando a passos lentos, demonstrando o desinteresse e desconhecimento de sua importância por parte dos vereadores e a falta de prioridade do executivo em propor a aprovação. A tragédia ocorrida no último 1 de maio é extremamente grave e exige das autoridades públicas respostas rápidas e estruturais para a política habitacional em São Paulo, e não investigações**

**seletivas que caracterizam uma verdadeira “caça às bruxas” aos movimentos de moradia. As entidades signatárias deste documento vêm a público manifestar o entendimento de que o Plano Municipal de Habitação (PL 619/16) deve ser analisado e aprovado pela Câmara de Vereadores com a devida URGÊNCIA que o caso requer. (NOTA PÚBLICA, 2018).**

Das ações governamentais tratadas neste trabalho, a OUC é a mais antiga. Criada com o objetivo de promover melhorias e revalorização da área central e, assim, atrair investimentos imobiliários, turísticos e culturais, a Operação Urbana foi uma das primeiras tentativas de “revitalização” do Centro. O termo, atualmente questionado (já que se contesta o diagnóstico de que faltaria “vida” ao Centro<sup>9</sup>), foi definido numa delimitação que abrange não apenas os chamados Centro Velho e Centro Novo, mas também parte de bairros históricos do entorno desse núcleo, como é o caso do Glicério, Brás, Bexiga, Vila Buarque e Santa Ifigênia.

Os primórdios da OUC remontam ao Plano Diretor da Cidade (Lei 10.676/88), que instituiu uma Comissão Normativa de Legislação Urbanística (CNLU) cujas competências incluíam “aprovar projetos de Operação Urbana” (SP URBANISMO, 2016, p. 7). Em 1991 foi instituída a Operação Urbana Anhangabaú (Lei 11.090/91), a qual foi seguida das Operações Urbanas Faria Lima e Água Branca – estas já abrigadas pela nova Lei Orgânica municipal, aprovada em 1992. A Operação Urbana

Centro, propriamente dita, foi definida na Lei 12.349/97, estabelecendo diversas formas de contrapartida financeira como incentivos à produção de novas edificações ou reconstrução, reforma e readequação das existentes, regularização de imóveis, e ainda definiu as condições para transferência de potencial construtivo de imóveis de interesse histórico. Na prática, essas Operações Urbanas inauguravam a prática que veio a ser conhecida como “parceria público-privada” para gestão do espaço urbano<sup>10</sup>.

A OUC acabou sendo incorporada pelos Planos Diretores Estratégicos posteriores, e o de 2014 inscreveu seu perímetro dentro da Macroárea de Estruturação Metropolitana (MEM). No seu §2º do art. 382, determinou a revisão da Lei da Operação Urbana Centro, adequando-a ao novo arcabouço jurídico estabelecido com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001). Nessa revisão devem ser incluídas diretrizes como a elaboração de EIA-RIMA e previsão de solução habitacional para a área e seu entorno, além de definições relativas à transferência de potencial construtivo e definições quanto às intervenções públicas.

Além da necessidade de adequação da Lei da OUC à nova legislação (além do Estatuto da Cidade, é necessário compatibilizar suas diretrizes com o novo Plano Diretor, de 2014, e Lei de Parcelamento e Uso e Ocupação do Solo, de 2016), a revisão se justifica também pela falta de definições mais claras e objetivas. De acordo com a SP Urbanismo (2016), a lei de 1997 não definia claramente um

programa de obras/serviços, e a aplicação dos recursos arrecadados seria decidida pela Comissão Executiva da Operação Urbana Centro. Entre os principais pontos a serem considerados nessa nova versão, espera-se incluir os parâmetros para regularização das edificações (só permitidas para imóveis irregulares antes de 1997), a redefinição de incentivos e gratuidades; o redesenho do modelo participativo de gestão dos espaços públicos; mobilidade urbana em diversas escalas; maior prioridade ao pedestre e à acessibilidade universal. Em relação à questão da moradia, espera-se regulamentar a questão dos imóveis ociosos e a aplicação do Parcelamento Edificação e Utilização Compulsórios – PEUC, e definir mais claramente o programa de investimentos em Habitação de Interesse Social (HIS).

O Projeto de Intervenção Urbana (PIU) constitui um desdobramento do Plano Diretor Estratégico – PDE, e foi disciplinado pelo Decreto nº 56.901 de 29 de março de 2016. Nele são definidos conteúdos associados a sucessivas etapas de desenvolvimento de determinada região, e se determina a participação dos cidadãos através de consultas e audiências públicas. A prefeitura espera que esse instrumento se torne uma importante ferramenta de estruturação de projetos de interesse público.

Na região central de São Paulo, o PIU atende à determinação do PDE de realizar a revisão da Lei da Operação Urbana Centro, ampliando seus limites para incluir, além da área da OU Centro, trechos limítrofes dos distritos da Conso-

<sup>10</sup> As Operações Urbanas Consorciadas têm sido objeto de estudos sistemáticos por pesquisadores ligados ao Laboratório de Habitação (LabHab), da FAUUSP. Como exemplos de uma outra avaliação deste instrumento de gestão urbana, vide FIX (2004) e MARICATO e FERREIRA (2002).

<sup>11</sup> <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/estruturacao-territorial/piu/piu-setor-central/>

<sup>12</sup> “Bancado pelo setor imobiliário, plano de Dória para o centro é criticado”. Carta Capital, 30/09/2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/bancado-pelo-setor-imobiliario-plano-de-doria-para-o-centro-e-criticado>. Acesso em 07/08/18.

lação, Liberdade, Belém e Mooca. Além da ampliação de perímetro, o PIU Setor Central representa, na visão da Prefeitura, uma outra inovação de conteúdo se comparado com a OU Centro: de acordo com a chamada para consulta pública<sup>11</sup>, o PIU supre a ausência de um projeto estruturante para a área central, ausente da OU Centro. Os principais pontos da “hipótese urbanística” que norteia o PIU Central são:

1. Incremento populacional nos distritos do Anel Central, suportado pela oferta de emprego e serviços existentes na região;
2. Redução da Vulnerabilidade Social e qualificação da moradia;
3. Preservação dos imóveis de interesse histórico;
4. Desenvolvimento Orientado pelo Transporte Sustentável – DOTS: adensamento populacional e construtivo junto aos meios de transporte público de média e alta capacidade;
5. Melhoria da mobilidade veicular e da acessibilidade a pé;
6. Fortalecimento dos polos econômicos;
7. Qualificação dos espaços públicos.

Em relação aos dois últimos itens, o PIU incorpora e inclui na consulta pública o polêmico projeto do escritório Jaime Lerner, estudo apresentado à Prefeitura

de São Paulo ainda na curta gestão Dória. O projeto propõe a implantação de uma Linha Circular Centro, conectando diversos pontos de interesse na região central através de um “veículo inovador e amigável ao pedestre” – supostamente, um Veículo Leve sobre Pneus (VLP). Na época de seu lançamento, o assim chamado projeto *Centro Novo* foi recebido com desconfiança por ter se tratado de uma iniciativa privada, com o projeto bancado pelo Secovi (sindicato das empresas do setor imobiliário), caracterizando claro conflito de interesses. Além disso, o projeto foi questionado por ter sido apresentado sem maior debate (a inclusão de suas propostas no PIU parece, aliás, responder a esses questionamentos), e pelo grande favorecimento aos investimentos privados que ele previa<sup>12</sup>.

Duas das principais diretrizes do PIU repercutem na questão habitacional. Em relação a “orientar o adensamento construtivo e populacional”, as propostas se expressam mais em termos quantitativos (densidade de referência de 200 hab/ha, proporção de usos residenciais em relação ao total de imóveis dos distritos envolvidos) e a compatibilização das diretrizes com os projetos estratégicos e outras propostas do PDE (como as Zonas de Desenvolvimento Econômico). Interessa mais, aos objetivos deste artigo, observar as propostas relativas à diretriz “Garantir a moradia digna”.

Com relação à diretriz de *garantir a moradia digna*, o PIU propõe seis linhas de ação: Manutenção dos vetores em atividade (isto é, a continuidade da

tendência atual de adensamento dos distritos de Sé e República); incentivos ao *retrofit* de edifícios; aproveitamento de imóveis públicos; integração dos perímetros de ZEIS 3 e a concepção de um “anel habitacional popular qualificado” em torno dos distritos centrais; diversificação das tipologias habitacionais e das modalidades de atendimento (de forma semelhante ao que é previsto no PMH); e o subsídio a programas públicos de atendimento à população moradora de rua.

Considerando que esta é apenas uma das diretrizes urbanísticas (extrapola os objetivos deste artigo detalhar a questão do adensamento, a preservação do patrimônio arquitetônico e ambiental, o fortalecimento da base econômica local, as melhorias de mobilidade e acessibilidade, entre outros), é fácil observar como se trata de um projeto de grande porte e bastante ambicioso. Para a realização de suas propostas, o PIU prevê e pressupõe a participação dos agentes privados, em especial dos investidores imobiliários, além da articulação intergovernamental com as esferas estadual e federal. Nesse sentido, há que se levar em conta o cenário político-partidário atual para qualquer avaliação da viabilidade dessas diretrizes, considerando as hipóteses de continuidade do alinhamento entre as esferas governamentais ou sua interrupção.

A primeira consulta pública do PIU foi aberta em 10 de julho, com prazo até 24 de agosto de 2018, em meio virtual (página *Gestão Urbana* da Prefeitura). Espera-se nesta consulta reunir comen-

tários a respeito dos estudos divulgados, e manifestações de expectativas com relação aos bairros abrangidos pela proposta. De acordo com o cronograma divulgado pela chamada pública, a consulta atual corresponde apenas à primeira fase de contribuições: encerrado este ciclo de manifestações em meio virtual, está prevista a incorporação de contribuições da Comissão Executiva da OUC, diálogos setoriais com a sociedade civil organizada (associações, ONG’s, coletivos), além do trabalho intersecretarial interno à Prefeitura Municipal. Como resultado, prevê-se a consolidação de uma versão completa do PIU em dezembro de 2018, a qual será levada a discussões em audiências públicas marcadas para fevereiro de 2019. A versão final do projeto está prevista, enfim, para o segundo semestre de 2019. O estágio incipiente do projeto não permite avaliar resultados, mas é possível vislumbrar numerosos pontos de disputas entre interesses privados e as demandas públicas e sociais contidas na proposta.

Em setembro de 2011, a Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo apresentou uma proposta preliminar de PPP relativa à construção de 50 mil unidades habitacionais nas regiões metropolitanas do estado, incluindo 10 mil na área central da cidade de São Paulo, totalizando R\$ 7,3 bilhões em investimentos privados. No âmbito do novo contexto nacional de financiamento à produção habitacional com o Programa Minha Casa Minha Vida, o governo estadual criou a Agência Paulista de Habitação

de Interesse Social (Casa Paulista), no mesmo mês de 2011.

De acordo com Sombini (2016), a criação da agência era parte da estratégia de reorientação da política habitacional estadual: em lugar da produção direta de unidades habitacionais, o governo se tornaria articulador e regulador do setor, abrindo espaço para que o mercado se tornasse o agente principal na produção das unidades de habitação de interesse social. As ações de planejamento e implementação da política habitacional passariam a ser realizadas gradualmente por empresas privadas e organizações sociais. Desta maneira, o mercado é tido como a esfera mais eficiente de resolução dos problemas da habitação social. Supõe-se que a criação de um “ambiente favorável”, as empresas podem obter terrenos, aprovar projetos, produzir e comercializar as habitações de forma mais rápida e eficiente que o Estado. Por outro lado, o Estado atuaria, por meio de subsídios públicos e garantias financeiras, assegurando a “segurança” para as empresas, que não assumem os riscos dessa modalidade de produção. Essa é a “fórmula mágica” a que se refere Mariana Fix (2004), na qual o Estado garante a rentabilidade dos empreendimentos privados, ao mesmo tempo em que se exime de regular a ação das empresas em área de interesse público.

A modelagem da PPP foi elaborada pelo Instituto de Urbanismo e Estudos para a Metrópole (URBEM), fundado 1 ano antes do lançamento da licitação que levou à sua contratação (SOMBINI,

2016, p. 6). No modelo desenvolvido pela Urbem, as faixas de renda atendidas pelas unidades habitacionais alcançaram o limite de 16 salários mínimos, sendo que à faixa de renda de 1 a 3 salários mínimos (que soma quase 80% do déficit habitacional metropolitano), corresponderia um total de 32% das unidades habitacionais produzidas, ao passo que os beneficiários com renda mensal de 5 a 16 salários mínimos necessitariam mais de 35% das unidades (SOMBINI, 2016, p. 8-9). Além dessa incongruência, a PPP tem tido como desafios equacionar a questão das aquisições de terras e promover uma efetiva participação pública na discussão e tomada de decisões sobre o projeto, já que, desde o malfadado projeto “Nova Luz”, as tentativas de se conceder à iniciativa privada a prerrogativa de promover as desapropriações e a falta de transparência nas discussões sobre os projetos encontram forte resistência da sociedade civil (SOMBINI, 2016, *passim*).

## CONCLUSÕES

A precariedade habitacional na área central marca a transitoriedade de muitas famílias nas diferentes formas de moradia (cortiço, favela e ocupações). A tragédia do desabamento do prédio Wilton Paes de Almeida, localizado no Largo do Paissandu colocou na mídia a invisibilidade das famílias que vivem nestas condições, tornando evidente a necessidade de ações pelo poder público,

resgatando o conceito de que a moradia é um direito de primeira necessidade.

A produção governamental de habitação social na região do Centro de São Paulo tem sido inconsistente e sujeita às flutuações do panorama político-eleitoral. Por um lado, a Prefeitura tem tido dificuldade de manter a continuidade de uma política habitacional, em meio a mudanças de gestão e a intermitência de ações mais sistemáticas na organização de um arcabouço legal. Algumas realizações têm sido verificadas, graças a certa continuidade nas linhas mestras de tal política – o Plano Diretor e a legislação federal (em particular o Estatuto da Cidade) ainda são capazes de garantir, ao menos formalmente, um conteúdo coerente entre as diretrizes gerais definidas no PDE em 2014 e seus desdobramentos posteriores. Ainda assim, é notável que a

alternância entre gestões progressistas e outras mais alinhadas aos ditames do “livre mercado” e às práticas do urbanismo neoliberal tem causado a constante desaceleração de ações diretas de provisão da moradia, em favor de projetos e programas mais favoráveis à iniciativa privada. Enquanto isso, no âmbito estadual, onde a continuidade administrativa tem sido muito maior, a opção pelo favorecimento aos agentes privados é ainda mais nítida. Assim, é possível afirmar que, mesmo admitindo-se que o poder público tem demonstrado sensibilidade para a necessidade de produzir moradias – e atender a uma população de baixo poder aquisitivo nesta região – as prioridades no momento da tomada de decisões e da ação efetiva demonstram ser completamente alheias às necessidades mais prementes da população real ali residente.

## REFERÊNCIAS

- BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil*. São Paulo: Estação Liberdade, 1998.
- CARICARI, Ana Maria; KOHARA, Luiz Tozuki. *Cortiços em São Paulo: soluções viáveis para habitação social no centro da cidade e legislação de proteção à moradia*. Salvador: CESE, 2006
- CARVALHO, Cleide. Prédio que desabou revela precariedade da habitação em São Paulo. *O Globo*, 01/05/2018. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/predio-que-desabou-revela-precariade-da-habitacao-em-sao-paulo-22642915>. Acesso em 12/08/18.
- FIX, Mariana. A “fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo. *Urbanismo: dossiê São Paulo-Rio de Janeiro. Campinas, PUCCAMP/PROURB*, p. 185-198, 2004.

- GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais e lutas pela moradia. São Paulo: Edições Loyola, 1991.
- KOHARA, Luiz. Entrevista jornal El País Brasil. Disponível em [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/politica/1525727928\\_782991.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/07/politica/1525727928_782991.html). Acesso em 09/06/2018.
- KOWARICK, Lúcio. *Trabalho e vadiagem: a origem do trabalho livre no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 1994.
- KOWARICK, Lucio; ANT, Clara. Cem anos de promiscuidade: o cortiço na cidade de São Paulo. In: KOWARICK, Lúcio (org.). *As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente*. 2 ed. São Paulo, Paz e Terra, 1994.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo, Centauro, 2011[1968].
- MARICATO, Erminia; FERREIRA, João Sette Whitaker. Operação urbana consorciada: diversificação urbanística participativa ou aprofundamento da desigualdade. In: *Estatuto da Cidade e Reforma Urbana, novas perspectivas para as cidades brasileiras*. Porto Alegre: Sergio Fabris Editora, 2002.
- MERELES, Carla. Pessoas em situação de rua: a complexidade da vida nas ruas. *Politize!* 21 de setembro de 2017. Disponível em: <http://www.politize.com.br/pessoas-em-situacao-de-rua/>. Acesso em 12/08/18.
- NEUHOLD, Roberta dos Reis. Os movimentos de moradia e sem-teto e as ocupações de imóveis ociosos: a luta por políticas públicas habitacionais na área central da cidade de São Paulo. 2009. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.
- NOTA PÚBLICA pela aprovação do Plano Municipal de Habitação de São Paulo (PL 619/16). São Paulo, 07 de maio de 2018. Disponível em: [https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/nota\\_publica\\_pmh.pdf](https://www.nossasaopaulo.org.br/portal/arquivos/nota_publica_pmh.pdf). Acesso em 05/08/2018.
- PASTERNAK, Suzana. Habitação e saúde. **Estudos avançados**. São Paulo, v. 30, n. 86, p. 51-66, Abr. 2016. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-40142016000100051&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142016000100051&lng=en&nrm=iso). Acesso em 13 /08/18.
- PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO PAULO. Disponível em [http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/08/20161221\\_PMH\\_PL\\_bxa.pdf](http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wpcontent/uploads/2014/08/20161221_PMH_PL_bxa.pdf). Acesso em 09/06/2018.
- ROLNIK, Raquel. *Guerra dos Lugares: A Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.
- \_\_\_\_\_. Um Plano para enfrentar de vez a questão da moradia em São Paulo? Blog da Raquel Rolnik, 05/07/16. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/2016/07/05/um-plano-para-enfrentar-de-vez-a-questao-da-moradia-em-sao-paulo/>. Acesso em 05/08/18.
- SANCHES, Débora. Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990 – 2012). Tese (Doutorado).

- Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo, 2015.
- SANTORO, Paula. Plano Municipal de Habitação é aberto à discussão pública. *ObservaSP*. São Paulo: 29/06/2016. Disponível em: <https://observasp.wordpress.com/2016/06/29/plano-municipal-de-habitacao-passara-por-discussao-publica/>. Acesso em 05/08/18.
- SILVA, Helena Menna Barreto; SIGOLO, Leticia Moreira. *Oportunidades e limites para a produção de habitação social no centro de São Paulo*. São Paulo: Lincoln Institute of Land Policy, 2007.
- SOMBINI, Eduardo Augusto Wellendorf. Grandes projetos urbanos, parcerias público-privadas e usos corporativos do território da área central de São Paulo. XXXIV International Congress of the Latin American Studies Association (Anais). New York: Latin American Studies Association, 2016.
- TASCHNER, Suzana Pasternak. A cidade que virou favela. *Espaço e debates*, v. 4, n. 12, p. 37-65, 1984.
- VÉRAS, Maura Pardini Bicudo. Segregação e alteridade na metrópole: novas e velhas questões sobre os cortiços em São Paulo. In. KOWARICK, L.; FRÚGOLI JR. H. *Pluralidade urbana em São Paulo: vulnerabilidade, marginalidade, ativismos*. São Paulo: Ed. 34, 216, p. 111-140.
- VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel/Fapesp, 1998.
- VILLELA, Felipe. Refugiados urbanos: as vítimas do desastre habitacional paulistano. Disponível em <https://www.observatorioderemocoas.fau.usp.br/>. Acesso em 09/06/2018.

---

DÉBORA SANCHES é doutora em Arquitetura e Urbanismo, Professora do Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Design do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e graduação da FAU na Universidade Presbiteriana Mackenzie. | [deborasanches@uol.com.br](mailto:deborasanches@uol.com.br)

MARCOS VIRGÍLIO DA SILVA é doutor em Arquitetura e Urbanismo, Professor do Mestrado Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Design do Centro Universitário Belas Artes de São Paulo e graduação do FIAMFAAM Centro Universitário | [mvirgilio@gmail.com](mailto:mvirgilio@gmail.com)

# O FENÔMENO DOS COLETIVOS URBANOS: UM DESAFIO À LÓGICA PRODUTIVISTA?

*Priscila Gonçalves Santos*

## Resumo

Este trabalho insere-se em uma pesquisa de mestrado iniciada em 2016, acerca das disputas pelo espaço público, através das intervenções de micro e pequena escala promovidas por grupos sociais de classe média do Rio de Janeiro, no início da década de 2010. O objetivo neste trabalho é discutir e problematizar as iniciativas de autogestão do espaço público promovidas por coletivos urbanos, a fim de contribuir para o debate sobre as mesmas e refletir sobre novos modelos de participação cívica a partir de três estudos de caso analisados na pesquisa. Por meio da compreensão dessas ações coletivas como parte de um movimento complexo e dinâmico onde é possível identificar fases em sua trajetória, buscou-se, também, fugir de análises dicotômicas e alinhadas à lógica produtivista, de modo a obter uma maior compreensão deste, sua complexidade, potencialidades e limitações. A pesquisa e as análises evidenciam uma crise do urbanismo e do planejamento urbano, assim como uma nova onda de disputas pelo espaço público.

**Palavras-Chave:** Coletivo Urbano; Microintervenção urbana; Espaço Público; Produção do Espaço.

## Abstract

This paper is part of a master's research begun in 2016 about disputes over public space through micro and small-scale interventions promoted by middle-class social groups in Rio de Janeiro in the beginning of the decade of 2010. The paper objective is to discuss and to problematize the self-management initiatives of public space promoted by urban groups, in order to contribute to the debate about them and to reflect on new models of civic participation from three case studies analysed in the research. Through the understanding of these collective actions as part of a complex and dynamic movement where it is possible to identify phases in its trajectory, we also sought to escape from dichotomous analyses aligned with a productivist logic, in order to obtain a better understanding of this, its complexity, potentialities and limitations. The research and analysis show a crisis of urban planning and urban planning, as well as a new wave of disputes over public space.

**Keywords:** Urban Collectives; Micro scale intervention; Public Space; Space Production.

## Resumen

Este trabajo se inserta en una investigación de master iniciada en 2016, acerca de las disputas por el espacio público, a través de las intervenciones de micro y pequeña escala promovidas por grupos sociales de clase media de Río de Janeiro, a principios de la década de 2010. El objetivo en este trabajo es discutir y problematizar las iniciativas de autogestión del espacio público promovidas por los colectivos urbanos, a fin de

contribuir al debate sobre las mismas y reflexionar sobre nuevos modelos de participación cívica a partir de tres estudios de caso analizados en la investigación. Por medio de la comprensión de esas acciones colectivas como parte de un movimiento complejo y dinámico donde es posible identificar fases en su trayectoria, se buscó también huir de análisis dicotómicos y alineados a la lógica productivista, para obtener una mayor comprensión de éste, complejidad, potencialidades y limitaciones. La investigación y los análisis evidencian una crisis del urbanismo y de la planificación urbana, así como un nuevo momento de disputas por el espacio público.

**Palabras-Clave:** Colectivo Urbano; Microintervención urbana; Espacio Público; Producción del espacio.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho insere-se em uma pesquisa de mestrado iniciada em 2016, acerca das disputas pelo espaço público, através das intervenções de micro e pequena escala promovidas por grupos sociais de classe média do Rio de Janeiro, no início da década de 2010. Trata-se de uma pesquisa qualitativa cuja metodologia inclui: levantamento bibliográfico; coleta de dados, a partir da observação de dados primários e secundários; e sistematização das informações, por meio de gráficos, esquemas e categorias. O recorte dado à pesquisa buscou explorar um marco expressivo do retorno desta classe nas disputas pelo espaço público e compreender o que motivou a ruptura do esvaziamento do espaço público, como ela ocorre e o que ela significa nas discussões acerca deste espaço.

O objetivo neste trabalho é discutir e problematizar as iniciativas de autogestão do espaço público promovidas por coletivos urbanos, a fim de contribuir para o debate sobre as mesmas e refletir sobre o urbanismo contemporâneo. A expressão “coletivos urbanos” se refere, aqui, a grupos territorializados, articulados majoritariamente pelas redes sociais digitais e criados pela sociedade civil, que buscaram fortalecer o sentido político, social e civil do espaço público. Baseados em princípios como a horizontalidade construíram um movimento heterogêneo, não unificado e mobilizado “de baixo para cima”, a partir de uma base participativa, prática e autônoma de reestru-

turação urbana que se constrói à luz de um discurso antiplanejamento. Visam promover a coesão social e surgem a partir da mobilização contínua, maleável e aberta de pessoas para enfrentar questões que as afetem diretamente.

Esse movimento dos coletivos urbanos surgiu na década de 2010, influenciado pela conjuntura histórica, pela exaltação, na década de 1990, de termos como democracia e cidadania, pela popularização da discussão em torno da cidade e do direito à cidade, intensificada na década de 2000, com a aprovação do Estatuto da Cidade, e pelo despertar de novos desejos e imaginários relacionados ao espaço público. Tornou-se expressivo a partir das manifestações e repressões políticas das Jornadas de Junho de 2013 quando, no contexto de uma crise política marcada pela descredibilidade na organização política tradicional para atender as demandas da sociedade, esta motivou-se a buscar formas alternativas de política. A partir de 2014 o número de atores e a maior popularidade dos mesmos foi gradativamente chamando a atenção do meio acadêmico, dos veículos de comunicação e do mercado. Multiplicaram-se as publicações, premiações e editais de financiamento em torno dos mesmos. A partir de 2016, a intensificação da crise econômica, política e social no país marcaram a desestabilização e desarticulação, mesmo que temporária, de muitos coletivos. Seja pela redução do tempo disponível dos participantes, pelo desânimo generalizado na sociedade, pelo retorno do medo do espaço público,

pelo cansaço do esforço em manter a articulação conquistada ou pela decepção entre o esperado e o realizado.

As reflexões são um desdobramento da análise de três estudos de caso da pesquisa: o coletivo Horta da General Glicério (criado em 2014), o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima (criado em 2015) e o coletivo Viaduto Laranjeiras (criado em 2016). O coletivo Horta da General Glicério se autodefine como “um grupo de amigos e moradores do bairro que gostaria de realizar, em caráter temporário de utilização, uma Horta Urbana Comunitária [...] através da discussão pública e gestão participativa dos moradores” (HORTA DA GENERAL GLICÉRIO, 2014). Eles têm duas frentes de ação: uma cotidiana (manutenção da horta e reuniões semanais) e outra voltada para a realização de intervenções temporárias sem muita regularidade ou frequência, tais como pequenos eventos de escala local, que funcionam como pretextos para reunir a comunidade e discutir questões do coletivo e da horta (em sua maioria em formato de piqueniques) e mutirões voltados para a realização de atividades que exigem maior número de pessoas (reforma e limpeza do terreno, entre outros).

A horta foi construída nos limites de um terreno privado abandonado<sup>1</sup>, localizado numa área predominantemente residencial, no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. Este assume o caráter de espaço público, na medida em que a apropriação do coletivo expande-o para o domínio público ao permitir

que o espaço seja produzido coletivamente, acessado sem restrições físicas e estabeleça o encontro e a troca entre estranhos, o exercício da civilidade e a criação de vínculos entre os moradores e deles com o espaço, ressignificando-o.

O Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (CCBFV) se autodefine como “um encontro de moradores, trabalhadores e frequentadores do Bairro de Fátima e suas vizinhanças para conversar, debater e agir sobre questões relativas a esse território e à vida coletiva na cidade” (MAYERHOFFER, 2016). Ele está inserido num movimento fortemente influenciado pelas Assembleias Populares<sup>2</sup>, o dos Círculos de Cidadania<sup>3</sup>. Propõem “movimentar lutas cidadãs e propiciar um espaço inclusivo a quem não se sente representado pelas instituições existentes, partidos, empresas ou sindicatos” (CÍRCULO RIO, 2015).

Os encontros do CCBFV foram sediados na Praça Presidente Aguirre Cerda<sup>4</sup>, localizada em uma área predominantemente residencial no bairro do Centro no Rio de Janeiro. O grupo desenvolveu três frentes de ação na dimensão física do espaço público: uma cotidiana (encontros semanais presenciais e de cunho deliberativo), outra voltada para a gestão participativa do território (identificação e resolução de questões referentes ao território – conflitos e demandas<sup>5</sup>) e, por fim, aquela voltada para a realização de intervenções temporárias acordadas e construídas coletivamente. Adotaram o formato de pequenos ou médios eventos de temática variada como

<sup>1</sup> Esse terreno encontrava-se desocupado em decorrência do deslizamento de grande massa de terra, rocha e vegetação, que ocorreu durante um grande temporal na região, em 1967, e que culminou com o desabamento de três edifícios, inclusive o que estava construído no terreno.

<sup>2</sup> As Assembleias Populares surgiram em 2014, após as Jornadas de Junho de 2013, como um desdobramento da repressão violenta que sofreram os ativistas do Ocupa Rio na remoção forçada promovida pela Polícia Militar do Rio de Janeiro, em 2013. É fruto da rearticulação e resistência desses ativistas em dar continuidade às reuniões que já realizavam durante a ocupação, na praça da Cinelândia, mas sob o formato de assembleia popular.

<sup>3</sup> A experiência dos Círculos de Cidadania se disseminou para Salvador, São Paulo e Porto Alegre, com iminente organização também em São Gonçalo e Belo Horizonte (CÍRCULO RIO, 2015). Eles não funcionam com instância central e se orientam de forma autônoma formando tipos distintos de atuação.

<sup>4</sup> Esta praça funciona como uma rotatória, é um ponto de referência no sub-bairro e, embora pequena, é bem equipada e muito frequentada, principalmente, por idosos e crianças. Segundo relato dos moradores, diversas atividades são realizadas nessa praça, dentre estas estão: as Batalhas de Rap, aulas de Tai Chi Chuan e apresentações musicais, por exemplo.

<sup>5</sup> Dentre as questões destacam-se: o aumento de assaltos no local e as partidas de futebol que ocorrem na praça e tem causado acidentes naqueles que a frequentam para outros usos.

a Feira de Doações (em abril de 2015 e maio de 2016), o Cine Círculo (em junho de 2015), o jogo “Imagine sua Praça” na tradicional festa agostina do sub-bairro (2015), o Sarau do Saci (em outubro de 2015) e a Primavera dos Livros (em setembro de 2016) e construção da rede de bibliotecas populares livres “Dê-dica livro”.

O Coletivo Viaduto Laranjeiras atua em uma área residual sob o viaduto Engenheiro Noronha, no bairro de Laranjeiras, na Zona Sul do Rio de Janeiro. O coletivo, composto por jovens, em sua maioria, ligados à área de produção cultural, surge inspirado em outras intervenções temporárias realizadas no espaço público no país. Tem como intenção desconstruir a imagem de insegurança (construída devido aos constantes assaltos e a presença de sem-teto) e aridez atribuída ao lugar (o espaço é cortado por ruas, estacionamento e não possui mobiliário). O coletivo busca também estimular a convivência entre estranhos no espaço público e consolidar esta área residual sob o viaduto como uma área de convívio. Propõem uma ocupação experimental e continuada que busca exercitar a micro mudança, a partir da troca entre diferentes e de “um diálogo mais cuidadoso e amistoso com o espaço público, trazendo propostas de intervenção que venham a ser proveitosas para quem já usa aquele espaço e para os que futuramente vão passar por ali” (VIADUTO LARANJEIRAS, 2016).

O coletivo já realizou diversos tipos de intervenções temporárias, sendo as

mais frequentes a manutenção do Varal Gentileza (doação de roupas) e pequenos eventos com apresentações musicais e comercialização de comidas e bebidas. No entanto, já promoveram também rodas de conversas sobre temas diversos, Sarau, exposições de fotografias, oficinas, cinema, e instalaram no local uma mini rampa de skate. No entanto, gradativamente ele tem se especializado na realização de eventos, como pequenos shows de bandas do circuito alternativo, visto que essa é a área que o núcleo central apresenta maior experiência e conhecimento, assim como uma boa rede de colaboradores (artistas, pequenos produtores de alimentos, coletivos e amigos). As intervenções são realizadas de forma independente e colaborativa.

O descompasso entre a expectativa criada em torno dos coletivos, na academia, na grande mídia ou na sociedade, que os elevou ao patamar de “eureca dos problemas urbanos”, e a realidade de seus princípios e ações, pela adoção de análises alinhadas à lógica produtivista induziu à conclusão de que os atores e suas intervenções não conquistam nada de concreto, principalmente do ponto de vista estrutural. Ao analisá-los sob o imperativo da produtividade, supervaloriza-se o produto, negligenciando o processo e exigindo que os coletivos não apenas tracem objetivos claros, mas os conquistem. Inviabilizam-se, portanto, a percepção e a admissão de uma série de potencialidades dos mesmos, como: popularização da discussão em torno da cidade, construção de novos imaginários

urbanos e de um sujeito social, civil e político. Desse modo, pretende-se, aqui, fugir de amarras maniqueístas e produtivistas a fim de melhor compreender a complexidade, potencialidade e limitações desse movimento.

### Os coletivos urbanos enquanto fenômeno

Na década de 2010, os coletivos urbanos, à medida que foram se multiplicando e se articulando em rede, foram, também, criando uma espécie de padrão e construindo um movimento de articulação social e política e de atuação direta tanto na dimensão material quanto imaterial do espaço público de muitas cidades brasileiras, como o Rio de Janeiro, objeto desta reflexão. Este movimento, no entanto, caracteriza-se por ser heterogêneo, não unificado e mobilizado “de baixo para cima”, a partir da instituição de uma base participativa, prática e autônoma de reestruturação urbana (“faça você mesmo”).

Segundo Neil Brenner (2016 [2014]), o movimento dos coletivos urbanos constrói-se à luz de uma retórica anti planejamento, como alternativa aos paradigmas neoliberais de intervenção urbana. Do mesmo modo, é fundamentado na democracia participativa, visa promover a coesão social e surge a partir da mobilização contínua, maleável e aberta de pessoas que estão “fora do controle de qualquer ideologia específica de especialistas ou qualquer instituição específica, classe social ou coligação política” (BRENNER, 2016, p.9) para enfrentar uma questão

que as afeta diretamente. Eles propuseram novos modelos de participação cívica e constituíram-se como um acontecimento urbano capaz de desencadear reflexões acerca das práticas tradicionais de planejamento e intervenção urbana.

Além de responder ao contexto político e econômico, essas ações parecem se debruçar sobre a problemática do esvaziamento do espaço público (na dimensão material e imaterial) buscando formas de reverter esse processo. Estas ações coletivas propõem-se, ainda, a resgatar o espaço público como espaço de aventura, de diversidade, democracia e conflito, assim como propõem intensificar o sentido social do espaço público e propiciar o desenvolvimento e aprendizado das difíceis habilidades da civilidade (BAUMAN, 2001), por meio do incentivo aos encontros, às trocas e à sociabilidade entre estranhos.

Assim, esse movimento é fortemente influenciado pela popularização das discussões em torno do espaço público e da problemática dos elos entre indivíduo e sociedade, e o despertar de novos desejos e imaginários relacionados ao mesmo, desencadeados a partir da década de 2000, em maior ou menor intensidade, pelos avanços econômicos e sociais desta década.

Afinal, o crescimento do país, as perspectivas de um futuro melhor e o otimismo que afetaram a população neste período permitiram que esta se articulasse de maneira a reivindicar não apenas a satisfação de necessidades, mas principalmente o direito inalienável de criar uma

<sup>6</sup> A pesquisa restringiu-se a essas três cidades (RJ, SP e SSA) e estabeleceu como critério atores que, no intuito de se aproximar do horizonte da obra, realizam ações coletivas de micro e pequena escala no espaço público. Os atores foram localizados por meio de uma pesquisa de reportagens publicadas em mídias digitais e através das redes nas quais se inserem no Facebook. Cada ator é brevemente apresentado no Apêndice A.

cidade em conformidade com seus mais verdadeiros desejos. Nesse sentido, aflora uma busca por melhor qualidade de vida através, inclusive, da vivência urbana. Essa busca passa a disputar, ainda que timidamente, as pautas mais tradicionais de lutas, como habitação, saúde, saneamento básico, educação e a luta contra a fome. Isso reflete as conquistas, mesmo que limitadas, dos programas sociais de um governo federal menos neoliberal.

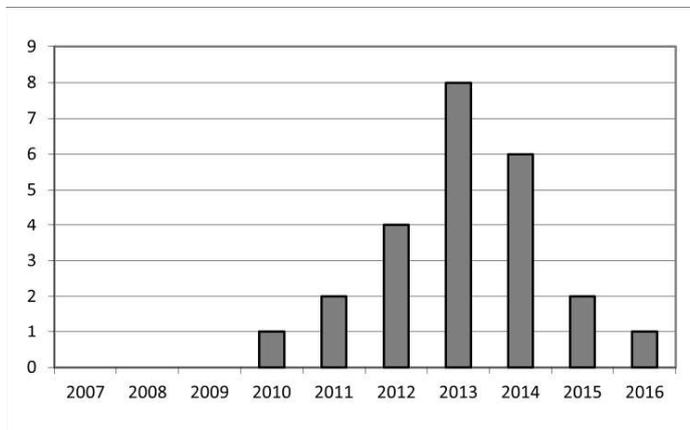
Do mesmo modo, o tempo histórico e as particularidades do contexto brasileiro na década de 2010, marcado pela irrupção de uma crise política, econômica, social e urbana foram fundamentais para que o movimento ganhasse força e se consolidasse como um fenômeno. Afinal, os descaminhos relacionados ao Estatuto da Cidade, a incredibilidade dos processos participativos, os ataques cada vez mais duros aos direitos adquiridos, a discrepância entre as promessas, o imaginário evocado e a realidade do espaço público e da cidade, de maneira geral, aliados ao início de uma crise econômica e a escândalos cada vez maiores de corrupção vão intensificar a percepção que a organização política tradicional não é capaz de atender as demandas da sociedade e aumenta-se a insatisfação da população com a administração pública. Evidencia-se, portanto, “uma crise de governança mais ampla nas cidades contemporâneas, em que tanto os Estados como os mercados falharam sistematicamente na entrega de bens públicos básicos (como habitação, transporte e espaço público) às populações urbanas

em rápida expansão” (BRENNER, 2016 [2014], p.9).

No entanto, na medida em que o primeiro grande recurso adotado pela sociedade para manifestar-se contrária aos descaminhos do país, as Jornadas de Junho de 2013, sofre forte repressão política e policial, intensifica-se a incredibilidade na organização política tradicional para atender as demandas da sociedade, motivando-a a buscar formas alternativas de luta política. As manifestações de maior escala e visibilidade dão lugar a ações coletivas no espaço público com escalas e perfis diferenciados, alinhadas com os princípios da micropolítica. É o caso, por exemplo, das ações dos coletivos urbanos aqui estudados, grupos de pessoas que engajaram-se em:

[...] superar o isolamento e reconfigurar a cidade de modo que ela passe a apresentar uma imagem social diferente daquela que lhe foi dada pelos poderes dos empreiteiros apoiados pelas finanças, pelo capital empresarial e por um aparato estatal que só parece conceber o mundo em termos de negócios e empreendimentos (HARVEY, 2014a, p.49).

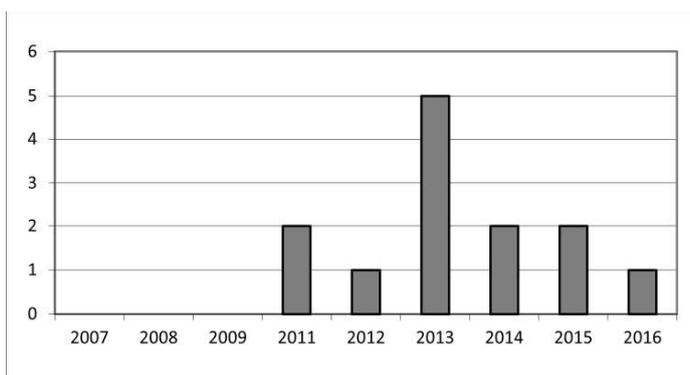
Em uma amostragem restrita, de 24 grupos distribuídos entre as cidades do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador<sup>6</sup>, é possível perceber o aumento significativo no número desses atores entre os anos de 2013 e 2014, conforme ilustra a Figura 1 e a Tabela 1. Esse cenário mantém-se quando nos restringimos apenas àqueles grupos que atuam na



**Figura 1:** Gráfico ilustrando a quantidade de atores que surgiu em cada ano, na última década, nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador. Fonte: Elaborada pela autora.

Ano de Início	Qtd	Lista de Coletivos
2010	1	Shoot the shit (RS)
2011	2	Coletivo Bravos (RJ), Norte Comum (RJ)
2012	4	Canteiros Coletivos (BA), Muda_coletivo (SP), SerHurbano (RJ), Acupuntura urbana (SP)
2013	8	Quermesse (RJ), Bela Rua (SP), Preguiça re[exist] (BA), Satrápia (RJ), Projetação (RJ), Sarau do escritório (RJ), Coletivo Ocupe e Abrace (SP), Praça do Futuro (RJ)
2014	6	Horta da General Glicério (RJ), A batata precisa de você (SP), Cidade Ativa (SP), Cidade humana (SP), Trama (RJ), Cidade para Pessoas (SP)
2015	2	Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (RJ), Urb-I - Urban Ideas (SP)
2016	1	Viaduto Laranjeiras (RJ)

**Tabela 1:** Detalhamento da Figura 1. Fonte: Elaborada pela autora.



**Figura 2:** Gráfico ilustrando a quantidade de atores que surgiu em cada ano, na última década, na cidade do Rio de Janeiro. Fonte: Elaborada pela autora.

Ano de Início	Qtd	Lista de Coletivos
2011	2	Coletivo Bravos (RJ), Norte Comum (RJ)
2012	1	SerHurbano (RJ)
2013	5	Quermesse (RJ), Satrápia (RJ), Projetação (RJ), Sarau do escritório (RJ), Praça do Futuro (RJ)
2014	2	Horta da General Glicério (RJ), Trama (RJ)
2015	2	Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças (RJ), Praça do Futuro (RJ)
2016	1	Viaduto Laranjeiras (RJ)

**Tabela 2:** Detalhamento da Figura 2. Fonte: Elaborada pela autora.

cidade do Rio de Janeiro, como ilustram a Figura 2 e a Tabela 2.

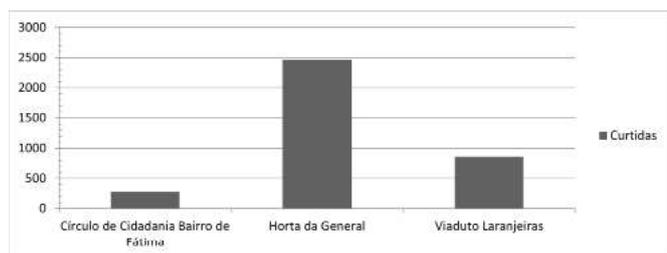
A popularidade e expressividade que esse movimento ganha com o aumento significativo no número de atores e na diversidade de suas ações vai gradativamente chamando a atenção do meio acadêmico, dos veículos de comunicação e do mercado, intensificando ainda mais a visibilidade e a publicidade em torno dos mesmos. Nesse sentido, multiplicaram-se as publicações, premiações e editais de financiamento relacionados aos coletivos. Essa projeção em muito facilitou sua popularização e a maior visibilidade, permitindo, em alguns casos, a sua projeção nacional e internacional, e criação de redes com o objetivo de conectar diferentes atores. A divulgação das intervenções urbanas e seus respectivos atores incentivou, também, o surgimento de novos atores (caso do coletivo Viaduto Laranjeiras, um dos atores estudados) e formas de ocupação do espaço público, contribuindo para sua resignificação e para que pessoas que haviam se retirado do mesmo em decorrência da cultura do medo, voltassem a frequentá-lo.

Contudo, esse momento, caracterizado por muitos processos de capturas e desafios internos, desencadeou a hibridização de muitos atores pré-existentes como, por exemplo, o coletivo Horta da General Glicério e o CCBFV. Algumas das suas formas de atuação tiveram que ser revistas e reinventadas sob a égide de modelos mais flexíveis e híbridos, principalmente no que se refere à forma de financiamento, à ruptura com mo-

delos mais horizontais de gestão e à concretização da autonomia dos grupos. A incorporação de mecanismos mais alinhados com a lógica neoliberal, no entanto, ocorre de maneira comedida e adaptada, de modo a impactar o mínimo possível nos princípios fundantes dos atores. E reflete uma forma que encontraram para solucionar problemas criados pela própria lógica neoliberal, tal como o engajamento da sociedade nessas causas.

Dentre os principais pontos que influenciaram esse processo de hibridização estão a dificuldade em manter algum nível de mobilização política para além do evento, em se obter um número maior de pessoas disponíveis e engajadas com a realização das intervenções e reuniões, assim como a escassez de recursos financeiros e materiais e o assédio do mercado. Isso porque grande parte desses grupos optou por estabelecer como base de sua atividade um trabalho voluntário que, em sua maioria, ocorre em paralelo às atividades e obrigações pessoais de seus membros e depende da disponibilidade do tempo livre dos mesmos tornando o núcleo suscetível às demandas pessoais. Esse não engajamento reflete o tempo histórico onde a vida privada é priorizada e as relações sociais estão cada vez mais frágeis, o que dificulta que os indivíduos assumam responsabilidades e estabeleçam vínculos mais duradouros e estáveis entre si.

Outro ponto que vai contribuir para as transformações e adaptações é o condicionamento dos indivíduos à cultura da representação totalizante da figura caricata do eleitor que delega ao outro, um



**Figura 3:** Gráfico contendo o número de curtidas das páginas dos atores no Facebook. Fonte: Elaborada pela autora.

representante abissalmente longe, uma responsabilidade coletiva. Afinal, um dos grandes desafios da gestão popular de um território é justamente desconstruir esse comportamento de delegar ao outro uma responsabilidade coletiva e comum e/ou propor ideias na intenção de terceirizá-las. No âmago do processo está o árduo esforço de adotar uma fala engajada na ação e reproduzir na micropolítica a passagem de uma posição de queixa para um fazer político, assim como a necessidade de praticar a vigilância coletiva inerente a todo processo de desconstrução de paradigmas muito enraizados. Desse modo, apesar de muitas pessoas simpatizarem e apoiarem as causas e ações propostas pelos atores pesquisados, poucas de fato participam e contribuem.

Esse quadro pode ser ilustrado quando comparamos o número de pessoas que curtem a página do Facebook desses atores, conforme a Figura 3, e aquelas que de fato participam das mesmas. Afinal, o primeiro supera, em muito, o número de pessoas que de fato contribuem e/ou participam dessas atividades. Embora os atores mantenham-se abertos à participação voluntária, sem estabelecer restrições a quantidade de pessoas que acaba de fato compondo, o núcleo gira

em torno de 4 a 10 pessoas. Mesmo se considerarmos os grupos com os quais estabelecem algum tipo de parceria, o número de pessoas chega apenas a um valor duas ou no máximo três vezes maior que o seu núcleo.

Essa resistência da maioria da sociedade civil em assumir responsabilidade em muito vai desconstruir, gradativamente, um dos pilares que sustentou grande parte dos grupos: a horizontalidade, transformando a conduta de muitos dos atores estudados no sentido de se assumirem como poucos e se tornarem mais autônomos e deliberativos. Isso porque a horizontalidade se manifestava como um “desejo por inclusão ilimitada que conduz ao adiamento de toda tomada de decisão, já que nenhum espaço é jamais tido como suficientemente legítimo para deliberar” (NUNES, 2016), visto que se considera que sempre há mais pessoas que deveriam estar incluídas.

Nesse sentido, a maioria dos atores optou por adotar um modelo de liderança distribuída, no qual assumem o núcleo formado, distribuem as responsabilidades e o poder deliberativo entre si, embora se mantenham abertos. Trata-se de admitir, portanto, que a liderança é um fenômeno imprescindível, mas que

precisa ser controlado ativamente “pela imposição de limites que podem ser procedimentais ou extra procedimentais” (NUNES, 2016), assim como compreender que o oposto da liderança concentrada, à qual a maioria dos grupos se opõe, não significa a ausência de liderança, mas uma condição na qual a função da liderança esteja menos limitada a estruturas formais e mais apta a circular livremente (NUNES, 2016).

Esse cenário vai implicar ainda no ajuste das metas e ações desses atores à quantidade de pessoas disponível a executá-las. O coletivo Horta da General Glicério, por exemplo, têm optado por flexibilizar e reduzir suas metas, adequando-as ao desejo e ao número de pessoas disponíveis, assim como adotar uma postura mais paciente e compreensiva em relação às suas limitações. O Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças não conseguiu manter a regularidade de suas intervenções apesar do repertório variado de atividades. A redução significativa no número de assíduos e presença sempre das mesmas pessoas transformou-os em grupo e os distanciou da proposta de gestão participativa do território. Permiteu, contudo, que possam funcionar por pautas diversas, não mais diretamente relacionadas ao território. Essa mudança veio acompanhada da transformação dos encontros em momentos de fazer mais do que momentos de debater ações, a fim de tomar partido do engajamento espontâneo, fruto de uma curiosidade que gera aproximação e participação. O coletivo

Viaduto laranjeiras foi se especializando em realizar eventos artísticos no espaço público e têm restringindo-se cada vez mais a processos de concepção menos participativos.

A partir de 2016, as mudanças no contexto do país, desencadeadas pela intensificação da crise econômica, política e social em curso, a adoção de uma pauta conservadora na parte social e neoliberal na parte econômica, a redução de uma série de direitos arduamente conquistados num processo onde a participação popular e a opinião pública foram marginalizadas e os protestos e manifestações políticas criminalizadas, vão culminar na desarticulação e na redução da atividade de muitos coletivos urbanos. Afinal, muitos deles, ao menos inicialmente, tiveram um viés ativista, de articulação territorial e de exercício de formas alternativas de práticas políticas.

Ao mesmo tempo em que esse contexto histórico vai desencadear uma falta de perspectivas de curto prazo e, consequentemente, um abatimento, retração e enclausuramento generalizado na sociedade; o senso de urgência difundido por várias crises sobrepostas faz com que a importância das frentes de ação dos coletivos seja atenuada por preocupações mais urgentes, como a retomada à dimensão nacional, estadual e municipal de lutas com alvos mais bem definidos, como a questão da moradia.

É válido ressaltar também o cansaço coletivo proveniente da exaustiva mobilização para manter sua atuação intensa e regular. A onda de demissões, a busca

por novas fontes de renda, o aumento no custo de vida das pessoas, a necessidade de uma maior dedicação ao trabalho acarretaram uma diminuição significativa do tempo disponível, inclusive daqueles mais engajados na articulação dos grupos. Do mesmo modo, muitos dos coletivos urbanos passaram, em 2016, por uma decepção entre o que foi desejado e vislumbrado e o conquistado, e houve uma dificuldade em aceitar os percalços no caminho. E isso é facilmente perceptível no recorte de grupos sociais da pesquisa, tendo em vista sua rasa tradição de lutas políticas e resistência.

Percebe-se, ainda, que o aumento da violência urbana diante de uma crise econômica, política e social acentuadas, repercutiu, principalmente em 2017, no retorno dos discursos que enfatizam o espectro aterrorizante das ruas inseguras, promovendo a volta do medo do espaço público e, ao que parece, uma nova onda de esvaziamento deste pelos grupos sociais de classe média. Sendo assim, o espaço público parece emergir novamente como um espaço voltado, mais enfaticamente, à sobrevivência de grupos tradicionalmente marginalizados e sob forte vigilância policial, comprometendo seu sentido político, social e civil.

O acompanhamento da trajetória de alguns desses coletivos permite, portanto, identificar momentos importantes onde percebe-se, inicialmente, uma multiplicação dessas iniciativas e uma grande atividade destas com intervenções urbanas frequentes; o despertar do interesse de atores mais alinhados com o

sentido econômico do espaço público e o desencadear de processos de captura e hibridização; e o início da desarticulação de muitos coletivos urbanos. Percebe-se também que, com o passar do tempo, as singularidades de cada grupo vão se acentuando, visto que cada um deles vai enfrentar questões específicas que vão condicionar comportamentos diversos e respostas particulares as quais embora individualmente sejam parecidas entre si, em conjunto compõem e mantêm a singularidade de cada ator. Sendo assim, o movimento por eles gerado se consolida cada vez mais como uma grande miscelânea de iniciativas.

### **A atuação dos coletivos urbanos**

Embora inconstante e transitória, a trajetória do movimento dos coletivos urbanos que surgem a partir da década de 2010, principalmente a partir de 2013, apresenta práticas e pontos relevantes a serem analisados. Os coletivos estudados (Horta da General Glicério, Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhança e Viaduto Laranjeiras) permitiram, apesar das diferenças e peculiaridade de cada um, identificar que o movimento transita entre uma resistência ativa ao espaço público espetacularizado e aos tradicionais modelos de participação cívica, contrapondo-se às práticas hegemônicas e ao Estado Neoliberal, e uma reafirmação dos mesmos. É o que indica a análise de suas ações e discursos.

Os coletivos estudados destacam-se por consolidarem ações coletivas

realizadas por um conjunto de pessoas da sociedade civil, de maneira voluntária e espontânea, que surgem, majoritariamente, territorializados, isto é, vinculados a um lugar específico, embora muitas das ações propostas possam ser reproduzidas em outras áreas da cidade. Esses grupos atuam de maneira continuada tanto promovendo uma apropriação constante do local ou dos locais nos quais atuam (por meio de encontros ou eventos semanais, por exemplo), como na criação de intervenções temporárias voltadas para afetar aqueles que circulam pelo espaço público. Destacam-se pela capacidade de inventar espaços capazes de fortalecer o sentido político, social e civil do espaço público e determinar os limites entre a vida pública e a vida privada.

As modestas intervenções temporárias propostas por esses atores são voltadas, por exemplo, para sensibilizar as pessoas para o outro e a cidade ou denunciar a inércia da realidade social e urbana na qual estão inseridos. Outras, no entanto, buscam modificar a espacialidade do espaço público de maneira a dotá-lo de condições mais favoráveis à apropriação e à sociabilidade, seja através da atribuição de novos usos ou da incorporação de equipamentos urbanos. O coletivo Horta da General Glicério, a partir da construção de uma horta comunitária e da realização de pequenos eventos a ela relacionados (mutirão, piqueniques, colheitas, entre outros), assim como o Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhança e o coletivo Viaduto

Laranjeiras, a partir das intervenções propostas em suas reuniões semanais (sarau, feira de doação, biblioteca).

Por meio das intervenções propostas pelos coletivos urbanos estudados é possível compreender, também, que eles apropriam-se do espaço público de modo que este se alinhe aos seus mais verdadeiros desejos, mais do que supra suas necessidades e transcenda sua condição de centro de decisões, local de convergência das comunicações e informações, ou local de acesso a recursos urbanos, e assumam, também, a condição de centro da vida social e política, reino do uso, “espaço-tempo da fruição, do uso e do gozo emancipatório” (OURIQUES, 2001, p.12).

Enquanto movimento autônomo, improvisado e de poucos recursos, os atores criam formas criativas de viver a cidade, apesar do sistema e contribuem para fortalecer o espaço público como uma incubadora de ideias, ideais e movimentos de ruptura. Suas ações vão transformar o cotidiano urbano, seja provocando pequenas e/ou temporárias rupturas, ou criando uma ordem alternativa “menos alienada, mais significativa e divertida, porém, [...] conflitante e dialética, aberta ao futuro, aos embates (tanto temíveis como prazerosos), e à eterna busca de uma novidade incognoscível” (HARVEY, 2014a, p.11).

De modo geral, esses atores colocam a arte a serviço do urbano. Isso não significa enfeitar o espaço urbano, mas ir além da arte enquanto representação, ornamento, decoração. É compreender que no espaço apropriado da festa, a arte

pode preparar as estruturas de encantamento essenciais às rupturas e a trocas, que fundamentam o sentido social, civil e político do espaço público. Por meio dos mais diversos dispositivos, eles conferem ao espaço público o movimento, a aventura, a surpresa e os encontros capazes de afetar e mobilizar os sujeitos, conectá-los e fazer com que interajam entre si.

Os atores atribuem à cidade uma esfera lúdica e espontânea, construída a partir da criação de situações onde é possível jogar, ou seja, “sair deliberadamente das regras e inventar as próprias regras, libertar a atividade criativa das construções socioculturais, projetar ações estéticas e revolucionárias que ajam contra o controle social” (CARERI, 2013, p.97). Nesse sentido, o coletivo Viaduto Laranjeiras destacam-se dentre os atores ao recorrer a eventos musicais e saraus para atribuir ao tempo livre um caráter menos utilitarista e mais lúdico.

As intervenções permitem, também, trocas entre o espaço e o sujeito e é capaz de estabelecer vínculos entre eles e de transformar uma experiência em memória ao evidenciar novas e alternativas formas de apropriação do espaço e criar vínculos. De modo geral, na medida em que as intervenções temporárias realizadas pelos atores contribuem para enriquecer a experiência urbana e prover o espaço público da aventura proveniente de trocas improváveis e de acontecimentos não previstos, elas criam atrativos e contribuem para estimular a vivência desses espaços.

A riqueza das trocas entre os sujeitos depende, no entanto, do grau de

publicidade do espaço público e da sua heterogeneidade de grupos sociais. O perfil de atuação dos grupos, o tipo e a temática de suas intervenções, assim como o perfil do espaço no qual atuam vão interferir diretamente nessa questão. A localização no tecido urbano, sua proximidade a transportes públicos, sua visibilidade, seu porte contribuem para uma maior ou menor publicidade do espaço o que compensa algumas tendências relacionadas ao perfil do núcleo e de sua rede de parceiros e/ou amigos.

Embora a temática do coletivo Horta da General Glicério tenda a atrair mais um público interessado numa alimentação saudável e/ou em interagir com a natureza, ela é capaz de, ao criar um forte laço com a vizinhança, reunir uma diversidade de perfis (relacionados a gênero, faixa etária, opinião política, entre outros), ao mesmo tempo em que permite que o local, pouco conhecido por quem não é da vizinhança, adquira uma maior visibilidade através da rede de hortas urbanas das quais participa.

No caso do CCBFV, o fato de suas intervenções serem bastante ecléticas, e possuírem uma grande diversidade de atividades, assim como sua divulgação ser realizada não apenas por meio digital, mas também por meio de folhetos e cartazes, faz com que seu público seja diverso dentre aqueles que habitam no local, compõem a vizinhança ou a rede de amigos destes.

O coletivo Viaduto Laranjeiras, mesmo que não intencionalmente, apresenta uma grande homogeneidade,

tanto no núcleo, quanto nos parceiros e público. Um exemplo disso é a relação do núcleo com aqueles que habitam o viaduto. Embora haja um diálogo aberto e fraterno entre eles e os sem-teto, esses, apesar de apoiarem o coletivo, não têm se interessado em participar das reuniões ou das intervenções, momento em que se colocam, inclusive, à margem do espaço que ocupam cotidianamente. Da mesma forma, o coletivo cada vez mais se limita à sua rede de contatos e, na medida em que, se compromete em fazer algo que esteja na sua zona de conforto e interesse, acaba atraindo um público que, em grande maioria, compartilha do mesmo perfil.

De maneira geral, suas ações são fundamentadas em demandas que emergem da população local e têm como objetivo resolver questões relacionadas, primordialmente, ao território do qual se apropriam. No entanto, é possível perceber que diferentes atores, gradativa e lentamente, estabeleceram entre si parcerias realizando ações conjuntas, divulgando suas ações e/ou trocando materiais, contatos, conhecimentos e experiências. Essas parcerias permitiram conectar um número cada vez maior e mais diverso de atores, formando uma rede ampla e diversa que tende a transitar por temáticas específicas (produção cultural, horta, projeção, arte mural, música, entre outros).

É possível distinguir algumas formas de interação dos atores com a sociedade no processo de concepção e realização de suas ações. Dentre estas destacam-se o processo colaborativo, quando as pessoas são convidadas a fazer parte da

concepção e/ou execução da intervenção e o processo consultivo, quando as pessoas são consultadas sobre as ações das intervenções temporárias, por meio de enquetes (nome, data e atrações) e/ou comentários (caixinhas de sugestão, Facebook e email). Esse processo é menos recorrente, mas é utilizado principalmente pelo CCBFV através de enquetes realizadas na internet ou na própria praça onde se reúnem (nome das ações, filmes a serem exibidos, entre outros).

O processo colaborativo é o mais utilizado dentre estes atores. Ele se manifesta sob duas perspectivas: a indireta e a direta. Na primeira delas, a perspectiva indireta do processo colaborativo, a participação é fundamental para o sucesso da intervenção, visto que estas são essencialmente interativas, no entanto, não são estabelecidos vínculos mais duradouros e o envolvimento dos sujeitos ocorre de maneira efêmera, restringindo-se ao momento presente. É o caso das intervenções de caráter interativo, que dependem do outro para se materializarem, como é o caso dos painéis a serem preenchidos, jogos e eventos no formato de palco aberto (saraus, apresentações artísticas, entre outros) que são realizados por quem tiver interesse em participar, esteja vinculado ou não aos atores. A estes cabe conceber e oferecer a infraestrutura básica para a realização da intervenção, assim como atrair e mobilizar os sujeitos a colaborarem com o processo de caráter empírico.

Na perspectiva direta do processo colaborativo os diferentes sujeitos participam de todo o processo da concepção e

realização das intervenções, visto que este se realiza por meio de reuniões abertas, nas quais os atores se colocam receptivos aos que tenham interesse em somar às suas iniciativas disponibilizando tempo, materiais e conhecimento. Nesse caso, a permeabilidade dos atores é fundamental para consolidar o processo como mais ou menos interativo.

De modo geral, os diferentes atores tendem a adotar como metodologia de ação a gestão participativa do território. Isto é, estabelecer “um conjunto de princípios e processos que defendem e permitem o envolvimento regular e significativo dos colaboradores [...] na definição de metas e objetivos, na resolução de problemas, no processo de tomada de decisão, no acesso à informação e no controle da execução” (BLOG EAD, [2008]).

Nesse sentido, suas diversas ações são realizadas coletivamente, as tarefas e atribuições são divididas e/ou anunciadas de maneira a permitir que qualquer pessoa interessada possa contribuir. Cada um faz o que pode, como pode, quando pode e as ações vão se adaptando ao corpo de parceiros e recursos que conseguem mobilizar. Da mesma forma, a ação dos grupos é construída coletivamente, nos encontros presenciais, a partir da exposição de desejos individuais, que quando acolhidos pelo grupo, materializam-se em decisão e ação. As intervenções e o perfil do ator assumem um caráter flexível que reflete os desejos daqueles dispostos a contribuir.

Esses atores tentam, portanto, romper com os vícios decorrentes da comodi-

dade de um sistema político fundado na representatividade, defendendo a responsabilidade distribuída, a autogestão, e fortalecendo a ideia de que cabe à sociedade civil construir a cidade que deseja. No entanto, para isso não negam o poder do Estado, ao contrário, exigem-lhe suas responsabilidades no processo, estabelecendo parcerias, desvelando e desnaturalizando negligências e incoerências do Estado, que se pressupõe mediador e defensor do mundo comum.

Embora tenham um número de apoiadores maior do que os que criam algum tipo de resistência, as práticas e perfis dos diferentes coletivos urbanos aqui estudados foram capazes de envolver a maioria deles em algum tipo de conflito, principalmente com a vizinhança. Estes tendem a evidenciar uma disputa por territórios e sentidos do espaço público. O coletivo Horta da General Glicério sofreu com a desconfiança de alguns moradores que temiam que suas atividades perturbassem a ordem local e com as represálias de um pequeno grupo de moradores que residem nos prédios vizinhos ao terreno da horta. Com relação ao CCBFV a metodologia por eles adotada para a gestão do território foi alvo de críticas pelos que se opunham ao mesmo. Da mesma forma, a diversidade de lideranças na região, principalmente, associação de moradores, indivíduos que se autodenominam donos do bairro e milicianos, fez com que o CCBFV rendeu-lhe ameaças.

No entanto, os momentos de confronto, divergência e conflito têm permitido

a realização de trocas entre os diversos sujeitos do território, assim como o exercício da civilidade e o aprendizado dos limites entre a vida pública e a vida privada, acelerando o processo de transformação do sujeito social em sujeito político. Nessa perspectiva, os conflitos têm enriquecido a experiência dos atores e contribuído para o seu amadurecimento enquanto grupo. Contudo, isso só é possível porque os diversos atores compreendem o conflito como algo inevitável e importante e optam pelo diálogo, pela escuta e pelo acordo, assim como se empenham em produzir um mundo comum que abriga, apoia e expressa a comunidade em que participam.

De modo geral, cada um dos atores, à sua maneira, mais consciente ou não, busca e cria formas de uso do tempo e do espaço que escapam às regras do sistema e consegue, mesmo que brevemente, autoconstruir espaços de liberdade onde é possível experimentar comportamentos e realidades alternativas. Ao mesmo tempo em que evocam certo fetiche com relação ao espaço público, sua dimensão imaterial e material, abrem novas possibilidades, imaginários, assim como novos horizontes e caminhos de apropriação.

No entanto, conforme afirma Brenner (2016, p.10), “não se pode simplesmente presumir que, por causa de suas lógicas operacionais ou orientações político-normativas, essas intervenções táticas vão de fato contra-atacar o urbanismo neoliberal”, visto que muitas vezes essas intervenções apenas aliviam temporariamente ou deslocam alguns dos efeitos sociais e

espaciais da lógica neoliberal sem necessariamente romper com os regimes de desenvolvimento urbano a ela associados ou “desafiar a confiança fundacional das instituições governamentais que sustentam o projeto neoliberal” (BRENNER, 2016, p.10). De fato, esse formato de intervenção urbana não parece ter ameaçado o controle sobre o marco regulatório que governa o desenvolvimento urbano.

As iniciativas são apresentadas muitas vezes como “a eureka”, “a grande solução” para os problemas urbanos e contribuem para fortalecer o discurso que transfere para o indivíduo a responsabilidade de questões que são comuns e das quais os mesmos têm uma parcela de contribuição mínima quando comparadas com aquela atribuída à atuação do Estado e do mercado. Assim, a grande mídia, ao simplificar esse movimento das intervenções urbanas que ganha força a partir de 2014, contribui para legitimar o Estado neoliberal.

Se compararmos o tratamento dado pelo Estado aos conflitos com esses atores e aqueles pertencentes a grupos sociais marginalizados e de classe baixa, por exemplo, é possível perceber uma significativa disparidade. Percebe-se que o Estado estabelece, com relação aos atores estudados, uma ação muito mais tolerante, pacífica e colaborativa, o que, aparentemente, indica que o perfil das ações e o recorte social desses atores tende a influenciar na sua postura. Da mesma forma, é possível destacar um interesse deste em conferir certa autonomia a estes grupos sociais fortalecendo, assim,

o discurso que alinha essas iniciativas à neoliberalização do Estado, sua suposta “retração” em relação à suas atribuições e responsabilidades perante a construção, proteção e consolidação de um mundo comum (ARENDRT, 2016).

Apesar dos atores estudados estarem engajados em consolidar, a partir do lugar, uma identidade comum que lhes confira um grande potencial de organizar o território e ofereçam bases para ações políticas, eles se demonstram frágeis no que se refere à organização do espaço, visto que não podem suportar sozinhos a carga de uma mudança histórica radical (HARVEY, 2014b). Do mesmo modo, a forte resistência às formas mais tradicionais de organização civil como, por exemplo, as associações de moradores, dificulta a efetivação de mudanças estruturais mais significativas, visto que os vícios do sistema político atual e suas burocracias exigem as formalidades das quais fogem. E, nesse sentido, a necessidade de se submeter aos recursos tradicionais de política, assim como de retomar manifestações e articulações maiores e transescolares, tornam-se difíceis de conciliar com as demais frentes de atuação dos indivíduos envolvidos nesses grupos, comprometendo, inclusive, sua atuação.

Entendidos com base em uma lógica de esperança, eles têm em suas ações a possibilidade de inspirar as transformações necessárias para a construção de uma sociedade e uma cidade mais justa e integrada socialmente e, conseqüentemente, um espaço público alinhado com o sentido social, civil e político.

O sentido social se manifesta a partir do momento em que as intervenções transcendem a coexistência entre diferentes, permitem a interação destes e o exercício da empatia necessária à consolidação do sujeito social. Percebe-se, ainda, que as intervenções propostas recuperam e fortalecem o espaço público como espaço de aventura, tanto para os atores quanto para os transeuntes. Na medida em que ressignificam o espaço, os atores criam rupturas no cotidiano urbano, surpreendendo e, conseqüentemente, afetando as pessoas que a conceberam.

O sentido civil do espaço público manifesta-se nos exercícios de civilidade a que são expostos os sujeitos nas trocas (dar, receber, retribuir) desencadeadas pelo espaço-tempo compartilhado nas intervenções urbanas, assim como através das divergências internas e dos conflitos entre os grupos, a sociedade civil e/ou o Estado. Estes são fundamentais para desencadear os processos de desconstrução e reconstrução necessários para a transição do sujeito social em sujeito político, assim como para a construção do comum, apesar das diferenças, a partir do diálogo e da afirmação de acordos. O confronto de perspectivas diferentes do e para o território vai ainda possibilitar a compreensão mais fiel da realidade, tal qual defende Arendt (2016), e habilitar os sujeitos a julgar aquilo que é melhor para todos os que habitam e/ou usufruem do território, contribuindo para construção do sentido político do espaço público.

O sentido político, no entanto, é apenas constituído por alguns grupos e mes-

mo assim ocorre de maneira limitada, na medida em que a dificuldade de transpor escalas dificulta a articulação do mundo comum postulado por Arendt (2016), que abrange uma escala maior, capaz de nos conectar mesmo com um espectro maior de diferenças e que transcende, inclusive, os limites da cidade. Apesar da possibilidade de perceber uma articulação entre grupos similares em prol de causas que lhes são comuns, a luta por causas que transcendem a questão local por si só e articulam grupos com realidades mais distintas entre si, é restrita. Mesmo as lutas que são em prol do direito de se efetivar a ideia da cidade enquanto obra (Lefebvre, 2001) é concebida a partir da microescala.

No que se refere, por exemplo, aos dois pontos fundamentais dos sentidos social, civil e político: o acesso irrestrito e generalizado e, conseqüentemente, sua heterogeneidade; todos os atores, num grau maior ou menor, têm dificuldades em cumpri-los. Embora se esforcem para construir um espaço comum poroso, dinâmico capaz de adaptar-se a novos membros e a desejos diversificados, eles sucumbem frente a inevitável existência de uma identidade, de um capital simbólico, de estereótipos e de preconceitos a dificultar a interação entre diferentes e estranhos. Afinal, as intervenções urbanas que propõem estão impregnadas de uma série de signos e sentidos que tendem a se associar a determinados estereótipos de grupos sociais, elas limitam a diversidade e a heterogeneidade dos sujeitos que atraem. Ficam vulneráveis,

portanto, às barreiras subjetivas que estão relacionadas às opções estéticas, à linguagem, às diferentes formas de abordagem e à divulgação adotadas.

Embora suas intervenções sejam pequenas e de alcance limitado, elas demonstram que a realidade é passível de transformação e permitem resgatar a ideia de utopia como algo que, embora inatingível, faz com que a humanidade evolua. Eles criam de maneira não necessariamente consciente um “algo diferente” que as pessoas vão fazendo, sentindo, percebendo e articulando, na medida em que procuram significados para sua vida cotidiana.

### **Os coletivos urbanos e o desafio à lógica produtivista**

Os coletivos urbanos estudados permitiram ilustrar a complexidade da discussão em torno deste movimento e a necessidade de romper a inércia de análises dicotômicas e maniqueístas. Da mesma forma, evidenciaram os perigos e limitações de uma análise alinhada à lógica produtivista. A adoção desta induz à conclusão de que os atores e suas intervenções conquistam nada ou muito pouco de concreto, principalmente do ponto de vista estrutural.

Afinal, ao supervalorizar-se os produtos e não o processo, exige-se que os coletivos não apenas tracem objetivos claros, mas os conquistem com êxito, como também desempenhem suas ações com excelência e perfeição. Deste modo, ignoram-se características estruturantes

desse movimento, tais como sua dinamicidade na medida em que a todo momento adaptam-se a novos contextos e hibridizam-se numa réplica às tentativas de captura, e o descompasso entre o contexto histórico no qual estamos inseridos e o perfil de suas atuações.

Os atores, mesmo que por um curto espaço de tempo, desafiam a aceleração da modernidade, sua racionalidade, sua cientificidade e seu pensamento analítico que se pretende global e homogêneo. Exigem ritmos de vida e empregos do tempo incompatíveis com a lógica hegemônica. Embora estejam inseridos na modernidade líquida, num momento histórico onde nada foi feito para durar, propõem, paradoxalmente, mudanças cujo horizonte permeia o longo prazo, visto que suas ações de resistência à lógica hegemônica exigem um comprometimento e um esforço cotidiano de desconstrução, reconstrução e autorregulação com relação a condicionantes comportamentais muito arraigados na contemporaneidade e alinhados à lógica hegemônica.

No entanto, a ausência de metas rígidas, a transitoriedade, a desarticulação e rearticulação cíclica dos atores não necessariamente indicam fragilidades do movimento por eles desencadeado. Por meio de uma lógica não produtivista, essas características podem ser vistas positivamente. Nessa perspectiva, a imprevisibilidade de seus rumos, fruto de ações guiadas pelo que as pessoas envolvidas fazem, sentem, percebem e articulam à medida que procuram significados para

sua vida, tende a torná-los menos suscetíveis às capturas e conferir-lhes a habilidade de adaptarem-se e reinventarem-se mais facilmente a novos contextos sem, necessariamente, perderem sua essência.

A visão produtivista tende a invisibilizar, também, a percepção e admissão de uma série de potencialidades dos coletivos urbanos como: a popularização da discussão em torno da cidade, a construção de outros imaginários urbanos, as transformações subjetivas relacionadas à quebra de paradigmas e à mudança de comportamentos que contribuem para a consolidação de uma vida pública e de um sujeito social, civil e político. São desconsideradas ainda a articulação social e política que eles são capazes de gerar bem como a experiência em lidar e superar adversidades e capturas.

Vale ressaltar, também, que sob o ponto de vista estrutural, esse movimento dos coletivos urbanos conseguiu, em curto prazo, criar novos modelos de participação cívica e apropriação do espaço público e, conseqüentemente, evidenciar o agravamento de uma crise do urbanismo e do planejamento urbano. Esta destaca-se pela descridibilização dos processos participativos e das grandes intervenções urbanas, sua eficiência e legitimidade. Do mesmo modo, evidenciou, a partir da micro e pequena escala, uma nova onda de fetichização e de disputas pelo espaço público.

Na medida em que as disputas de sentido protagonizadas pelas intervenções urbanas propostas pelos coletivos urbanos aqui estudados se multiplicam

na década de 2010 e colocam em questão o mecanismo de reprodução simbólica da sociedade, elas despertam o interesse do mercado de imagens e desejos. A necessidade de controle social e dominação protagonizada pelo culturalismo de mercado tende a fazer com que iniciativas que movem valores antimercado deixem de ser o outro, o adversário, para integrar o mundo dos negócios, sob novos formatos, esvaziados de significados e práticas, espetacularizados, produzidos.

Sendo assim, o medo do espaço público é atenuado e conceitos de bem-estar, qualidade de vida e status social voltam a estar associados à vivência e à ocupação deste espaço, incentivando que os grupos sociais que haviam se privado de frequentá-los voltassem a desfrutar de antigos hábitos. Para tal, buscam ainda enaltecer o direito desses grupos em se apropriar desse espaço.

A influência e o controle da ideologia dominante sobre a subjetividade, o comportamento e as ações do sujeito contemporâneo desencadearam certo fetiche em torno do espaço público e possibilitaram a proliferação de atores e intervenções urbanas que, mesmo não intencionalmente, vão estabelecer uma lógica oposta àquela apresentada anteriormente. Estes atores tendem a fazer parte da engrenagem de um sistema econômico perverso, possibilitando a produção da monetarização das relações

sociais e da mercantilização do espaço público transformando-o em um espaço de consumo e espaço a ser consumido, impulsionando sua gentrificação e a segregação socioespacial.

A tentativa de captura desses atores pelo sistema político e econômico vigente parece tentar camuflar os dissensos e conflitos intrínsecos ao espaço urbano, como também transformá-los em um movimento acrítico, reduzindo e simplificando suas ações e enfatizando as potencialidades que lhe convém, como a naturalização da transferência para a sociedade civil de responsabilidades tradicionalmente atribuídas ao Estado contribuindo para legitimar o Estado neoliberal. Nesse sentido, são apresentados pela grande mídia muitas vezes como “a eureka”, “a grande solução” para os problemas urbanos.

Se o movimento iniciado pelos coletivos urbanos que buscavam evocar o sentido social civil e político do espaço público pretendia disputar com as práticas hegemônicas o direito de produzir o espaço e apropriá-lo; as novas iniciativas alinhadas ao seu sentido econômico tendem a disputar com estas intervenções de micro e pequena escala o direito de possuir o espaço público. Nesse caso, a disputa por territórios é evidente através das frentes de gentrificação por eles mobilizadas e que tendem a enfatizar a privatização, mesmo que temporária, do espaço público.

## REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. 12 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2016. 403p. [1958]
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001. 278p. [2000]
- BLOG EAD. **O Conceito de gestão participativa**, [2008]. Disponível em: <<http://www.ead.pt/blog/?p=247>>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- BRENNER, Neil. Seria o urbanismo tático uma alternativa ao urbanismo neoliberal? **Revista E-Metropolis**, Rio de Janeiro, n.27, ano.7, p.6-18, 2016
- CARERI, Francesco. **Walkscapes: o caminhar como prática estética**. São Paulo: Editora G. Gili, 2013.
- CÍRCULO RIO. Um panorama dos círculos: 6 meses. **Círculo de Cidadania**, 26 jul. 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/circulocidadania/posts/1472981962999699>>. Acesso em: 7 jul. 2017.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito a cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014a. 294p. [2012].
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. 25 ed. São Paulo: Loyola, 2014b. 348p. [1989]
- HORTA DA GENERAL GLICÉRIO. In: **Página do Facebook Horta da General Glicério**, 9 mai. 2014. Disponível em: <<https://www.facebook.com/hortadageneral/posts/1484596101756996>>. Acesso em: 4 jul. 2017
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5 ed. São Paulo: Centauro, 2001. 144p. [1967].
- MAYERHOFFER, Mariana. In: **Grupo do Facebook Círculo de Cidadania do Bairro de Fátima e Vizinhanças**, 7 set. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1073918382657143&set=gm.1782733685336427&type=3>>. Acesso em: 11 jul. 2017.
- NUNES, Rodrigo. Liderança Distribuída. **Revista PISEAGRAMA**, Belo Horizonte, n. 9, p.10-19, 2016. Disponível em: <<http://piseagrama.org/lideranca-distribuida/>>. Acesso em: 15 out. 2017
- OURIQUES, H. R. O urbano como libertação - uma leitura sobre Lefebvre. In: **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 8, p. 123-130, 2001.
- VIADUTO LARANJEIRAS. In: **Página do Facebook Viaduto Laranjeiras**, 4 abr. 2016. Disponível em: <<https://www.facebook.com/events/1174326179266584/>>. Acesso em: 05 jul. 2017.

# VIDAS QUE IMPORTAM: POR UMA AGENDA DE CIDADANIA E DE NÃO VIOLÊNCIA NAS FAVELAS CARIOCAS

*Rachel Coutinho M. da silva*  
*Thaisa Comelli*

## Resumo

Nos últimos anos, o Brasil e o Rio de Janeiro parecem haver entrado em uma espiral de caos: as crises política e econômica ajudam a alimentar os retrocessos sociais e, principalmente, as diversas formas de violência contra os cidadãos mais estigmatizados e marginalizados do país. As favelas que haviam experimentado um tênue processo de inclusão social, econômica e espacial por conta dos programas de inclusão socio-espacial voltaram a sofrer com as violações de direitos, comprometendo a promessa de construção do direito à cidade formulada nas últimas décadas. Contudo, apesar dos retrocessos e do sentimento de desesperança, acreditamos ser possível refletir sobre as conquistas e retrocessos recentes e pensar nos possíveis caminhos de inclusão e de cidadania. Este trabalho visa, portanto, contribuir para o debate sobre uma agenda urbana baseada na não violência e na consolidação da cidadania, com reflexões sobre a ampliação de poderes gerada por novas formas (possíveis) de democracia e, não obstante, novas alternativas para a (re)construção do direito à cidade no Brasil. Argumentamos aqui que, as favelas se apresentam como locais de resistência, ativismo e transformação, nos quais os moradores clamam por direitos e visibilidade. Nossa reflexão apoia-se nas teorias de democracia radical e nas teorias radicais de planejamento, buscando analisar os novos rumos da cidadania e do direito à cidade em meio a esta transição política e paradigmática contemporânea.

**Palavras-Chave:** cidadania; violência; direitos; democracia radical; favelas

## Abstract

In recent years, political and economic crises in Brazil and in Rio de Janeiro halted several social programs and advances that spurred various forms of violence against the country's most stigmatized and marginalized citizens. Favelas, which experienced a brief moment of social, economic and spatial inclusion, due to important social inclusionary public policies, are suffering again with different forms of rights violations, which undermine the building up of the right to the city formulated in the last decades. However, despite the obstacles and the feeling of no hope, we believe it is possible to reflect upon the recent advances and setbacks in order to think about possible paths to inclusion and citizenship. This paper aims to contribute to the debate about an urban agenda based on the principle of non-violence and in the consolidation of citizenship, with a reflection about the expansion of powers generated by new (possible) forms of democracy and, nevertheless, new alternatives for the (re)construction of the right to the city in Brazil. We argue here that, in this sense, favelas present themselves as places of resistance, activism and transformation, in which inhabitants fight for rights and visibility. Our analysis are based on the radical democracy and planning theories, seeking to reflect upon the new

paths of citizenship and the right to the city amidst this contemporary political and paradigmatic transition.

**Keywords:** citizenship; violence; rights; radical democracy; favelas

### Resumen

En los últimos años, Brasil y Río de Janeiro parecen haber entrado en una espiral de caos: las crisis política y económica ayudan a alimentar los retrocesos sociales y, principalmente, las diversas formas de violencia contra los ciudadanos más estigmatizados y marginados del país. Las favelas, que comenzaban a abrirse al mundo, volvieron a ser lugares prohibidos, y las violaciones de derechos en estos lugares comprometen la promesa de construir el derecho a la ciudad formulada en las últimas décadas. Sin embargo, en medio de un clima generalizado de desesperanza, deseamos buscar las chispas de la transformación. Este trabajo pretende, por lo tanto, contribuir con nuevas reflexiones sobre la ampliación de poderes generada por nuevas formas (posibles) de democracia y, no obstante, nuevas alternativas para la (re)construcción del derecho a la ciudad en Brasil. Defendemos aquí que, en este sentido, las favelas se presentan como canchales experimentales de nuevas formas de resistencia, activismo y transformación, donde los moradores claman por derechos y visibilidad. Apoyemos nuestras reflexiones en las teorías de democracia radical y en las teorías radicales de planificación, en la búsqueda de una reflexión sobre los nuevos rumbos de la ciudadanía y del derecho a la ciudad en medio de esta transición política y paradigmática contemporánea.

**Palabras-Clave:** ciudadanía; violencia; derechos; democracia radical; favelas

## INTRODUÇÃO

Este trabalho pretende refletir sobre os desafios colocados para a reconstrução do direito à cidade nas metrópoles brasileiras, face aos ataques sobre os direitos conquistados pela Constituição Federal (CF) de 1988. O retrocesso que se verifica nas políticas sociais de inclusão e combate à desigualdade tem seus reflexos no espaço urbano com o aumento da desigualdade socioespacial, do desemprego urbano e dos conflitos sociais. Sob o pretexto de combater a violência urbana, impõe-se em várias cidades uma política repressiva de segurança pública baseada na crescente militarização do espaço urbano e na violação dos direitos humanos, principalmente nas favelas. Tomamos como estudo de caso a cidade do Rio de Janeiro, que vem vivenciando nos últimos anos um retrocesso de todas as duras conquistas e lutas democráticas com base na CF de 1988. A cidade assiste um aumento exponencial nas taxas de homicídios e de confrontos armados, tornando-se exemplar para a reflexão de uma nova política de segurança pública cidadã.

Consideramos necessário refletir também sobre o conceito de democracia centrando na soberania popular radical e na defesa de direitos. No contexto atual de crescente globalização e penetração do ideário neoliberal em diversas esferas da vida econômica e política, o urbano sofre igualmente com estratégias de dominação do capital via financeirização, desrespeito às normas legais, e supressão de qualquer expressão contrária aos seus

interesses. É portanto mister discutir formas de resistência e de (re)politização, também no sentido libertário em defesa de uma democracia radical (LA-CLAU&MOUFFE, 1985; HOOKS, 1996). Isto significa um tipo de democracia baseada na liberdade e igualdade, mas que fundamentalmente inclua a diferença e a multiculturalidade. Neste contexto há que se explorar a pluralidade dos movimentos sociais, e suas resistências, insurgências e ação coletiva. A (re)construção do direito à cidade passa necessariamente pelo reconhecimento das questões de raça, de gênero, de classe, de acesso à terra e moradia e de localização espacial, com base na igualdade de direitos. Passa também pelas formas de desobediência civil que contraponha-se à hegemonia do sistema financeiro global e dos aparatos tradicionais do Estado. Nesse sentido, os movimentos sociais ganham papel predominante na ação coletiva com vistas a uma transformação radical no modus operandi das instituições econômicas e políticas.

Conceitualmente o trabalho está embasado principalmente nas teorias da ação coletiva e de democracia radical, no que se refere à (re)construção do direito à cidade. Um dos pilares dos pressupostos da reforma urbana o qual está expresso na nossa constituição é a participação cidadã. Este tema é fundamental para a discussão das democracias contemporâneas, e sua forma operativa varia conforme as arenas de disputa pelo poder e o nível de direitos políticos das diferentes sociedades. No Brasil, desde o período

de redemocratização, a participação tem estado presente nas políticas públicas, embora não necessariamente como uma participação efetiva e deliberativa, muito mais no formato de audiências públicas ou consultas populares. Principalmente no pós-golpe 2016, as formas de participação tem sido cada vez mais reprimidas e surgem cada vez mais formas insurgentes de participação.

Em relação às ações radicais de planejamento, vários autores vem trabalhando diversos conceitos. Destacamos Friedmann (2011) sobre o papel e a práxis dos urbanistas e Mirafteb (2016), Holston (2013), e Rolnik (2015), que irão trabalhar os conceitos de planejamento insurgente. A abordagem sobre a violação dos direitos humanos e sobre as políticas de segurança pública apoiam-se nos conceitos de cidadania desenvolvidos por diferentes autores, desde o conceito de cidadania subalterna (ROY, 2011) cidadania insurgente (HOLSTON, 2013), e de cidadania mutilada (SANTOS, 1996). Santos irá tratar fundamentalmente da questão do racismo que muito nos interessa, dado o conteúdo das políticas públicas e da recente ação militar nas favelas. Sobre a construção de políticas públicas de segurança, destacamos os trabalhos de Muniz (2012), Santos e Barreira (2016) e Sobrinho (2018). Os dois últimos trabalham os conceitos de segurança cidadã, sendo que Muniz alerta para a despolitização do debate sobre segurança pública, o qual se desconecta dos pressupostos que vinham sendo discutidos em fóruns mais progressistas,

i. e., a incorporação e a consolidação da cidadania e da afirmação dos direitos humanos no debate e na agenda de segurança cidadã.

### **DIREITO À CIDADE E DEMOCRACIA RADICAL**

Nas utopias da modernidade, a liberdade individual e a igualdade entre indivíduos deveriam andar de mãos dadas. Tais ideais foram o ponto de partida para o estabelecimento de direitos e garantias sociais e individuais que constituíram o pacto social dos Estados Modernos, onde cidadãos, em tese, possuem liberdades individuais e responsabilidades para com o coletivo. Quanto ao modo de governança, pouco a pouco a democracia passou a ser o modelo mais disseminado, efervescendo pelos Estados ocidentais e sendo destruída, construída e reconstruída ao longo do século XX.

Diferente da democracia direta dos antigos, a democracia liberal moderna prevê uma distribuição de poderes mais disseminada, porém hierarquizada através de modelos representativos, onde alguns indivíduos tomam decisões em nome dos demais. Segundo Bobbio (1986), evidentemente não cabe mais discutir uma suposta transição entre nossas democracias representativas para a democracia direta dos antigos, mas sim uma transição entre “democracia política” para “democracia social” (BOBBIO, 1986, p. 50). Ou seja, já que é fundamental para o funcionamento do Estado

que, ao menos em algumas questões, alguns indivíduos tomem as decisões em nome de um grupo maior, não devemos só focar em quem são os indivíduos que participam e decidem nas altas instâncias de governo; devemos também trabalhar para ampliar a quantidade de arenas sociais onde diferentes cidadãos podem exercer seu direito de participação.

A ideia de democracia participativa, portanto, surge como uma forma de suprir as carências da democracia representativa, ampliando o “cânone democrático”, a partir de uma articulação entre Estado e sociedade civil (SOUZA SANTOS e AVRITZER, 2002), de forma a fortalecer uma participação mais direta dos cidadãos em diversos assuntos da esfera social. Neste sentido, o Brasil é reconhecido internacionalmente por alguns de seus modelos progressistas de democracia participativa. O Orçamento Participativo em Porto Alegre, por exemplo, serviu como base para uma série de experiências consultivas e deliberativas onde buscou-se ampliar a voz e o poder dos cidadãos a nível local (AVRITZER, 2003), servindo de modelo para uma série de municípios em todo o mundo.

Esta transferência de poderes na política possui uma relação direta com o fenômeno urbano, pois é justamente a partir da supremacia da cidade com relação ao campo que o termo “direito à cidade” (LEFEBVRE, 1968) passou a ganhar notoriedade, expandindo-se para o léxico popular ao longo do século XX e chegando com força no século XXI. O termo atualmente possui sentido gené-

rico e é interpretado e apropriado das mais diversas formas por acadêmicos, políticos, organizações e cidadãos do globo. Na Nova Agenda Urbana elaborada durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), por exemplo, o direito à cidade é enunciado como um objetivo a ser alcançado por governos nacionais e locais, os quais devem contribuir para “construir cidades e aglomerados urbanos justos, seguros, saudáveis, acessíveis, resilientes e sustentáveis e fomentar a prosperidade e a qualidade de vida para todos” (ONU, 2016, p. 5).

Curiosamente, a disseminação do “direito à cidade” como direito fundamental concretiza a profecia de Lefebvre (1970), cujo marco construía a utopia de uma sociedade totalmente urbanizada. Ainda que geograficamente o mundo não seja inteiramente urbanizado, é inegável o papel central que o urbano adquiriu na vida contemporânea. Dessa forma, viver bem e com qualidade também significa o direito de acesso a todas os benefícios que o mundo urbanizado pode oferecer. Mais do que isso, se compartilhamos da visão de Harvey (2014) sobre o direito à cidade, devemos enxergá-lo para além do acesso a bens, equipamentos e serviços, mas também como um acesso ao poder de decisão sobre o futuro, à organização e à dinâmica de nossas cidades. Assim,

**“o direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que**

a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo que individual (...)" (HARVEY, 2014, p. 28)

Promover o direito à cidade é, portanto, também promover a descentralização do poder político, social, cultural e econômico até as capilaridades das sociedades. E em um mundo marcado pela predominância do urbano isto significa, inevitavelmente, garantir a expansão da democracia. Além disso, propomos que o direito à cidade também possa ser interpretado como uma utopia. Não no sentido de uma ideia inalcançável, mas no sentido lefebvriano de um futuro virtual possível, cujo caminho seguimos traçando apesar de eventuais percalços e retrocessos (2004 [1970]). Entretanto, enxergar o caminho até este futuro possível também requer atenção para que não caiamos continuamente nas mesmas armadilhas e promessas fracassadas da modernidade, sendo uma delas a tendência de homogeneizar o discurso político e tornar opacas forças não hegemônicas.

Em "A Crítica da Razão Indolente" (2000), por exemplo, Souza Santos defende que o paradigma sociocultural moderno esteve pautado em um equilíbrio delicado entre forças regulatórias e emancipatórias. A regulação seria composta pelas forças do Estado, do mercado e da comunidade, enquanto a emancipação seria composta pela racionalidade estético-expressiva das artes e

da literatura, pela racionalidade cognitivo instrumental da ciência e a racionalidade moral-prática da ética e do direito (SOUZA SANTOS, 2000 p. 50). Com o passar do tempo as forças regulatórias terminaram por tragar as emancipatórias; e na crise final da modernidade na qual nos encontramos, a política terminou por restringir-se a práticas excessivamente setorizadas e reguladas; e a participação, tão aclamada como forma inovadora de governança, passou a legitimar o poder do Estado sobre a sociedade civil, encobrindo processos que na realidade são mais regulatórios que emancipatórios.

Souza Santos também ressalta que o discurso único e totalizante faz parte das armadilhas modernas. Buscamos encontrar direitos e soluções universais e, com eles, terminamos por homogeneizar as vozes que compõem o espectro plural de nossas sociedades. O caminho da pós-modernidade, ainda que não claramente delineado, deve portanto ser o da multiculturalidade e da diferença, que amplia os direitos sem tornar invisíveis as visões de mundo não hegemônicas. Podemos aplicar este raciocínio também à questão do direito à cidade. Ora, em tese, o direito à cidade é um direito de todos e todas. Mas como pensá-lo em termos de políticas públicas sem considerarmos as inevitáveis diferenças étnicas, raciais, de gênero, etárias e regionais presentes em nossas cidades? Mais ainda, como ampliar a participação e a democracia sem cair nos problemas de representatividade que o atual modelo carrega?

No campo da teoria política, Laclau

e Mouffe apresentam como alternativa aos modelos de democracia representativa competitiva (onde seguimos inseridos) a ideia de democracia radical. As teorias radicais da democracia propõem um retorno às raízes do conceito, no qual o poder é de fato expandido e pulverizado entre cidadãos. Tais teorias nos chamam a atenção para a urgente necessidade de legitimar diferentes reivindicações e abraçar o conflito, já que é justamente a tentativa de alcançar um suposto consenso que termina por mascarar as demandas daqueles com menos poder em nossa sociedade (LACLAU e MOUFFE, 2015)

As ideias de democracia radical também foram trazidas para o campo do planejamento urbano (MIRAFTAB, 2009; FRIEDMANN, 2011). Miraftab, por exemplo, critica os efeitos do “planejamento esquizofrênico”, o qual clama trabalhar para o bem público, mas com frequência exclui e segrega em favor do privado (MIRAFTAB, 2016). Segundo a autora, o caminho rumo a um urbanismo (ou a produção do urbano) mais humano requer processos contínuos de ruptura e criação. Ou seja, ao invés de tentar reformar e melhorar os mecanismos já falhos de democracia representativa, que para todos os efeitos também afeta a tomada de decisões em nossas cidades, é no conflito e na contestação da própria democracia onde plantam-se as sementes para novas formas de democracia (e planejamento) participativas e radicais.

As teorias radicais do planejamento também resgatam o conceito de insurgência trazido por Holston (2013),

associando-o a novas formas – menos legitimadas e, portanto, conflitivas – de produzir o urbano. O planejamento insurgente, assim como a cidadania insurgente, são formas de contestar privilégios e buscar visões de mundo alternativas. Assim, os urbanistas (ou cidadãos) “subalternos” – segundo o conceito de Roy (2011) – são aqueles que produzem, criam e recriam a cidade para além dos padrões e visões de mundo hegemônicas.

A atual crise política, econômica e social que aflige o país é um excelente exemplo de como os atuais modelos de democracia e participação cidadã não correspondem à pluralidade social presente em nossa sociedade e nossas cidades. Cada vez mais, observamos um processo de deslegitimação e criminalização de práticas sociais e políticas que contestam e desafiam o *status quo* vigente. Confrontos ideológicos e físicos entre a sociedade civil e o Estado (e entre as próprias camadas da sociedade civil entre si) são muitas vezes vistos como criminosos ou antidemocráticos, como se a contestação *per se* de direitos representasse de alguma forma uma ameaça à democracia. Questionamos então, primeiramente, o que torna algumas contestações legítimas e outras não? É possível pensar em um direito amplo à cidade sem considerar que haverão naturais conflitos territoriais a serem resolvidos?

Se desejamos prolongar estas críticas até um passado não tão distante, podemos observar, por exemplo, que a própria existência de urbanizações não formais (favelas), consideradas muitas vezes como

assentamentos informais ou subnormais pelo Estado, já foi deslegitimada desde os primórdios destas ocupações, simplesmente por não corresponderem ao *modus operandi* tradicional. Seus moradores, conseqüentemente, passam a adquirir o mesmo status de informalidade da forma de urbanização em si, transformando-se em mitos de marginalidade (PERLMAN, 1977). Assim, a relação entre o status de cidadania e o acesso ao solo urbano marcam as sociedades contemporâneas, gerando conflitos e contestações que abalam as promessas modernas de democracia.

Nas cidades do capital, as crises inevitavelmente contribuem para catalisar e acentuar estas tensões, que reverberam de maneira profunda nas favelas e nas periferias. Trataremos na seção a seguir, portanto, das violações de direitos que vem acontecendo cotidianamente nas favelas cariocas, criando feridas em nossa recente democracia e evidenciando as cidadanias diferenciadas que historicamente vem sendo produzidas no país (HOLSTON, 2013; CARVALHO, 2001).

## VIDAS QUE IMPORTAM

Recentemente vem ganhando destaque nos noticiários e nas falas de ativistas de direitos humanos e movimentos identitários o slogan “Vidas que Importam”. Normalmente associado à questão dos homicídios e de mortes violentas resultantes de confrontos armados, o slogan aponta também o descaso das autorida-

des para com os moradores de determinadas áreas de baixa renda das cidades e para com as minorias que são mais atingidas pelos conflitos e riscos instalados nestas áreas. “Vidas que Importam” é ao mesmo tempo uma denúncia, um pedido de socorro e um grito de alerta às constantes violações de direitos que ocorrem cotidianamente nas favelas, vitimando principalmente crianças e jovens negros.

Entretanto, ressaltamos neste trabalho que falar de violência nas favelas é também falar de uma série de violações de direitos fundamentais<sup>1</sup> – humanos, civis, políticos, sociais – e não somente da violência física, que resulta em um número crescente de mortes. A violência que resulta da falta de cidadania e da exclusão social catalisa o aumento da violência física e das mortes diárias, seja na forma de homicídios/feminicídios<sup>2</sup> de confrontos armados, seja na forma da falta de assistência médico-hospitalar adequada, de constantes epidemias e endemias que assolam o espaço favelado, ou ainda na precariedade da moradia e da infraestrutura e nas dificuldades de acessibilidade e mobilidade. Assim, são inúmeras as formas de violência cotidiana, muitas vezes sutis, mas que atingem as famílias e os indivíduos.

Se considerarmos que os direitos fundamentais conformam a cidadania plena, a violação desses direitos são formas de violência. Dessa forma, uma agenda de não-violência nas favelas passa pelo respeito a esses direitos. Os direitos civis são os direitos fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade privada e à igualdade perante a lei. É o direito de liberdade de

<sup>1</sup> Utilizamos aqui a definição clássica de direitos fundamentais, tal como expressa na Declaração Universal dos Direitos Humanos da ONU de 1948, com a inclusão em 1966 de mais dois documentos: o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Assim, considera-se como direitos fundamentais, os direitos civis e políticos mais os econômicos, sociais e culturais. E alinhamo-nos com a concepção de J. M. Carvalho e a de T. H. Marshall que os direitos civis, políticos e sociais são condição básica para a afirmação da cidadania plena.

<sup>2</sup> O relatório Saúde Brasil 2015/2016 do Ministério da Saúde apresenta um capítulo sobre a taxa de mortalidade feminina resultante de violência contra a mulher (morbimortalidade), destacando os elevados números de mortalidade feminina por causas violentas, reconhecendo que exista uma subnotificação de ocorrências. Reconhece também que os atuais sistemas institucionais de atenção e proteção à mulher não estão conseguindo interromper o ciclo de violência, e sugerindo ações de fortalecimento inter-setoriais para o enfrentamento das violências. As naturezas da violência mais comuns, na população feminina, em geral, foram: a violência física (48,1%), seguida da psicológica/moral (23,6%) e sexual, na forma de estupro (8,3%). Destaca-se que entre crianças as violências mais comuns foram a negligência/abandono (26,1%); física

(22,2%) e estupro (20,2%). O número de vítimas de estupro é expressivo, com 17.871 casos notificados em 2015, sendo as crianças, menores de 12 anos de idade, as principais vítimas (6.706), seguidos de adolescentes (6.059), adultas (4.912) e idosas (194). Portanto, os dados revelam que as crianças e adolescentes foram as principais vítimas de estupro, com 71,4% (12.765). Ver: Governo Federal, Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância de Doenças e Agravos Não Transmissíveis e Promoção da Saúde “Saúde Brasil 2015-2016”, Brasília, 2017. In [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude\\_brasil\\_2015\\_2016\\_analise\\_zika.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_brasil_2015_2016_analise_zika.pdf).

<sup>3</sup> Recente debate na Mesa Promoção da Saúde no Território das Favelas no âmbito do 12º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva sobre a promoção da saúde em territórios de favelas destaca o impacto da violência e conflitos armados na saúde dos moradores das favelas. Promoção da saúde em territórios de favelas. Abrasco: Rio de Janeiro; 2018 Agosto 01. [acesso em 15 agosto 2018]. Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/outras-noticias/movimentos-sociais/promocao-da-saude-em-territorios-de-favelas/35769/>.

<sup>4</sup> A FIOCRUZ mantém Programa de Promoção de Territórios Urbanos Saudáveis que objetiva o fortalecimento de organizações de base socio-comunitárias em Mangueiras em algumas favelas, para

expressão e pensamento e o direito de ir e vir. É também o direito de não ter sua habitação e seus bens violados e o de ser julgado e encarcerado apenas pela autoridade civil estabelecida pela lei vigente e após processo legal. Os direitos políticos asseguram a participação dos cidadãos no governo, garantindo o direito de eleger e de ser eleito, de realizar manifestações políticas, de associar-se livremente e de fundar partidos políticos. Os direitos econômicos, sociais e culturais incluem o direito ao trabalho, a um salário justo, à distribuição de renda, à educação, à saúde, à moradia, entre outros.

Ressaltamos também os chamados direitos de terceira geração, os quais ganham notoriedade principalmente a partir das demandas de diversos movimentos sociais e referem-se a um conjunto de direitos relativos à dignidade humana e aos valores de solidariedade e fraternidade das democracias contemporâneas. Tais direitos são focados não só nas necessidades básicas, mas também à qualidade da vida humana, considerando as diferenças sociais e incluindo compensações para grupos historicamente marginalizados e excluídos. São também conhecidos como direitos difusos que, apesar de estarem focados em uma parcela da população, dizem respeito à construção da sociedade como um todo, de forma transindividual. Assim, em um momento de transição paradigmática, onde a pluralidade social é cada vez mais evidenciada, uma agenda de não-violência e de (re)construção do direito à cidade é justamente aquela que inclui as

demandas de negros, mulheres, crianças, população LGBT, entre outros grupos de maior vulnerabilidade social de maneira não homogênea.

Se desejamos retornar à crítica sobre a violação de direitos em grupos sociais e assentamentos urbanos marginalizados, é fácil encontrar exemplos para ilustrar tais denúncias e a urgente necessidade de ação. Recentemente, por exemplo, observa-se que o índice de mortalidade infantil vem novamente aumentando em várias favelas, bem como doenças psíquicas ligadas ao impacto dos conflitos armados nas favelas.<sup>3</sup> Algumas instituições tradicionais de saúde coletiva vem apontando o aumento dos dependentes de álcool, crack e outras drogas, em várias favelas do Rio de Janeiro, tais como a Maré, Jacarezinho e Rocinha e estabelecendo correlações entre o aumento da violência e o aumento da dependência.<sup>4</sup> Há também os estudos que apontam para a probabilidade de que as recentes medidas de austeridade fiscal no Brasil possam estar relacionadas com este novo aumento da mortalidade infantil (RASELLA et al., 2018). Assim, a taxa de mortalidade, principalmente até os 5 anos, poderá ser de até 8,6% maior em 2030, o que corresponde a um incremento de 20 mil óbitos evitáveis entre crianças. Já as interações evitáveis no mesmo grupo etário poderão chegar a 124 mil, impactando principalmente as populações em áreas mais pobres e vulneráveis. Finalmente, além das vulnerabilidades no âmbito da saúde pública, os territórios das favelas e das periferias estão expostos a várias ou-

tras situações de risco e vulnerabilidades socioambientais, diretamente relacionadas com as condições físicas e de infraestrutura do espaço urbano, e com o perfil socioeconômico e demográfico.<sup>5</sup> Estas situações são normalmente associadas a restrições para o pleno acesso aos direitos sociais.

Defendemos que um aspecto importante quando se discute a questão da violência e da violação de direitos, é o tema do reconhecimento da existência da violência em todas as suas formas. Ao não se reconhecer a violação de direitos como uma forma de violência, ou quando não se reconhece que atos de agressão moral ou verbal também são atos de violência, ou mesmo quando se naturaliza a falta de acesso adequado aos serviços públicos, acontece o que denominamos de invisibilidade da violência. Isto é particularmente verdadeiro nos casos de violência contra a mulher ou contra a criança, nos quais muitos atos de agressão não são notificados, justamente por não serem reconhecidos como tal.

Assim, esboçamos o tema da violência para ilustrar o momento crítico em que vivem nossas democracias, o que termina por afetar as parcelas mais vulneráveis de nossas cidades. A seguir, continuaremos a focar nos territórios de favelas para aprofundarmos um pouco mais a reflexão sobre a reformulação da cidadania e dos direitos, principalmente o direito à cidade. Começaremos, entretanto, com a *crítica auto-reflexiva desta própria escolha, refletindo também sobre os perigos da estigmatização* ao ver na favela um “objeto” de estudo.

## FAVELAS CARIOCAS E CIDADANIAS CONTEMPORÂNEAS

O desafio de se construir uma epistemologia sobre favelas e informalidade sem reforçar ou reproduzir o discurso de que estes assentamentos são locais de exceção nas cidade é bastante difícil. O próprio momento da escolha de termos (favela, assentamento precário, assentamento informal, *slum*, etc) para definir estes territórios passa por um campo minado de preconceitos e visões falaciosas. Além disso, trabalhar com o tema favela é estar constantemente preso a um pêndulo que pesa, ora rumo à precariedade urbana e à segregação socioespacial, ora rumo à romantização da pobreza e a um suposto empreendedorismo transformador do favelado. Ambos os retratos, ao final, terminam por pasteurizar a construção virtual “favela” e seus habitantes.

Ainda que possamos encontrar fios condutores que caracterizem e unam estes assentamentos, meras visitas superficiais a favelas brasileiras são suficientes para constatar que morfológicamente, culturalmente, historicamente e inclusive em termos censitários as favelas são mundos plurais por si sós. Os estigmas e os mitos da marginalidade (PEARLMAN, 1977) atrelados às favelas continuam a perpetuar binários que tornam opacas estas diferenças internas: o morro *versus* o asfalto, a cidade formal *versus* a informal, o cidadão entrincheirado *versus* o cidadão insurgente, etc. Alguns destes estigmas, inclusive, são defendidos e perpetuados até pelas parcelas mais progressistas da sociedade.

o enfrentamento às violências, que envolve a articulação com o Programa Institucional de Violências e Saúde e Programa Institucional Álcool, Crack e outras Drogas, da Fiocruz, e a formação de redes extra-territoriais, com a Maré, Jacarezinho, Rocinha, e outras favelas do Rio de Janeiro; Ibid.

<sup>5</sup> Alguns autores propõem alguns indicadores-chaves para compor um índice de vulnerabilidade socioambiental que dê conta das áreas de favelas. Nesse sentido, entram na composição dados como escolaridade dos pais, principalmente das mães chefes de família, número de jovens desocupados entre 15 a 24 anos, renda familiar menos que 1 S.M., percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio S. M. e que gastam mais de uma hora até o trabalho, número de habitantes por domicílios, percentual de domicílios sem bueiro, com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados, sem serviço de coleta de lixo, áreas de risco de inundações e enchentes, dados de mortalidade infantil até um ano de idade, índice de letalidade violenta e até dados sobre arborização de logradouros. Os indicadores utilizados na construção de um Índice de Vulnerabilidade Socioambiental procuram ressaltar diferentes situações de exclusão e vulnerabilidade, que de algum modo criem restrições para o pleno acesso aos direitos sociais. Ver: F. S. Malta; E. M. da Costa; A.

Magrini. “Índice de vulnerabilidade socioambiental: uma proposta metodológica utilizando o caso do Rio de Janeiro, Brasil” In *Ciência e Saúde Coletiva*, 22 (12), 2017, pp. 3933 – 3944, DOI: 10.1590/1413-812320172212.25032017.

O estudo seminal sobre cidadania insurgente de Holston (2013), por exemplo, foi fundamental para se pensar na luta pela cidadania e suas especificidades históricas e culturais no âmbito da democracia liberal no Brasil. O cidadão insurgente é aquele que contesta direitos; direitos que estão intrinsecamente ligados às violações e violências cotidianas, desde os direitos civis, políticos, sociais e mesmo os de terceira geração. Contudo, nem todas as violações e violências são percebidas e vivenciadas da mesma forma pelos moradores das favelas, visto que a pluralidade reside desde em questões identitárias até à questões da própria invisibilidade de sub grupos marginalizados e menos representados dentro das próprias favelas. Afinal, a forma como as mulheres negras ou mulheres transgênero fazem uso dos espaços públicos e acessam a equipamentos urbanos não seria diferente da de um branco morador de favela? E, principalmente no que tange às diversas violências mencionadas na seção acima, seriam elas vividas da mesma forma por todos os moradores de favela de maneira homogênea?

Dessa forma, o debate sobre a pluralidade e a multiculturalidade vem ganhando *momentum* em várias esferas da sociedade. No caso das favelas, pouco a pouco também percebemos o florescer de movimentos e ativismos cujas narrativas sobre uma série de temas subvertem aquelas tradicionalmente hegemônicas. Nas favelas cariocas, por exemplo, é cada vez mais comum o aparecimento de coletivos e organizações que buscam resgatar

a história dos moradores e dos bairros, denunciar atos abusivos do Estado, lutar contra remoções e expulsão branca, debater as minorias internas dentro de minorias, entre outras ações coletivas urbanas.

Ainda assim, apesar das diferenças internas, observamos também como a estereotipagem histórica da favela contribuiu para fortalecer e dar unidade a estas identidades. Com o passar das décadas, muitos dos “favelados” passaram a identificar-se com o termo, mas de maneira irônica: apropriando-se do nome e o reproduzindo com orgulho. Os debates sobre o direito à cidade, portanto, devem expor estas diferenças, tanto no âmbito das políticas públicas urbanas e de moradia (que não podem mais homogeneizar o território da favela e seus moradores) quanto no âmbito da participação.

Destacamos, por exemplo, como as políticas passadas de urbanização de favelas foram superficiais no que tange à participação. Evidentemente, houve avanços; programas como o PAC favelas desenvolveram dispositivos participativos como os canteiros sociais, onde os cidadãos moradores de favela puderam dialogar com os técnicos e representantes do governo. No entanto, esta participação ainda apresenta limitações, sendo basicamente de natureza consultiva. Uma participação transformadora requer, principalmente, transferências de poder de decisão e processos deliberativos. Os cidadãos precisam encarar as responsabilidades sobre aqueles espaços, bem como reivindicar o poder que lhes é de direito.

Recordando as ideias de democracia radical, é somente no debate aberto e transparente onde podem-se expor as nuances sociais que encobrem inerentes problemas de representatividade presentes até hoje em nossas democracias.

Neste sentido, as favelas mostram-se como canteiros experimentais frutíferos para estas reflexões. Não porque sejam espaços homogêneos de exceção, mas justamente porque o discurso homogeneizador da modernidade não permitiu até hoje a ascensão da multiplicidade de vozes presentes nestes assentamentos. Os moradores das favelas, por se confrontarem diariamente com a violação de direitos, são os mais impelidos a lutar pelos mesmos direitos violados e por condições mínimas de qualidade de vida e de dignidade humana. É certo também que os moradores de favelas não devem estar excluídos das diversas arenas de participação plena fora do território da favela. Mas será a partir da construção local de uma agenda de cidadania e não-violência, ou seja, a partir do reconhecimento das violações e da visibilidade da violência, que este debate pode ser levado para outros fóruns e contaminar as demais agendas urbanas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como contribuição à discussão proposta no Simpósio Temático Urbanismo 2030: temas críticos para a construção de uma agenda urbana para as metrópoles sul-americanas, procuramos neste artigo destacar um tema que consideramos

fundamental para se pensar a construção de cidades em consonância com os 17 objetivos da Agenda 2030, e em particular com os objetivos que se relacionam com as desigualdades socio-espaciais urbanas, como os temas da inclusão, segurança urbana e a promoção da justiça social: o tema da cidadania e da violação dos direitos nas favelas. Consideramos que o momento atual do ponto de vista de uma agenda de inclusão e diminuição das desigualdade socio-espaciais nas cidades brasileiras é particularmente crítico. A própria democracia e seus direitos constitutivos vem sendo abalados com os constantes ataques e violações aos direitos básicos dos trabalhadores duramente conquistados ao longo do século passado, e são nos territórios informais, principalmente nas favelas que assistimos ao aumento da violência e da violação dos direitos em todas as suas facetas cotidianamente. Apesar do direito à cidade nunca ter sido plenamente alcançado, a luta do movimento de reforma urbana conseguiu várias conquistas. Arenas de participação cidadã em vários setores (saúde, educação, saúde, etc.), movimentos pelo acesso à terra, programas de habitação popular, incrementos nos programas de urbanização de favelas e de infraestrutura em áreas informais, dentre alguns, propiciaram alguns ganhos e juntamente com diversos programa sociais possibilitaram vislumbrar que seria possível a inclusão social e a diminuição de desigualdades socio-espaciais. Queremos crer que os recentes retrocessos nas políticas públicas de inclusão e as crescentes

violações de direitos sejam momentâneos e circunstanciais, parte das lutas de classe e embates entre os privilegiados e os excluídos. Exatamente por isso é que consideramos importante explicitar o que vem acontecendo, no sentido de alertar para a urgência do tema da cidadania e da não-violência, e por sua inclusão na agenda urbana 2030. Considerando que o tema da não-violência não tem a ver com o tema da segurança pública, mas sim com o tema da violação de direitos e consolidação da cidadania. Entendemos também que este tema está integralmente vinculado com as teorias de democracia e planejamento radical, e seus pressupostos de confrontos ideológicos e de produção e gestão da cidade. Desta forma, como procuramos expor no texto, é necessário explicitar, reconhecer e tornar visível todas as formas de violência e opressão, e fortalecer os movimentos sociais, identitários e suas ações coletivas, criando espaços de participação, denúncia e discussão. Estas mesmas formas de violência vem crescendo muito nas

favelas cariocas desde 2016 principalmente após a intervenção militar no Estado, as taxas de homicídios também vem aumentando. Outras formas de violência e violações de direitos acontecem cotidianamente com mortes violentas e agressões de diferentes tipos, atingindo principalmente os segmentos de jovens, crianças e mulheres e a população negra. Vidas que importam toma emprestado o slogan do movimento Black Lives Matter – Vidas Negras Importam, para incluir no caso brasileiro as outras formas de violência que ocorrem nas favelas, principalmente contra as mulheres e crianças. Direitos civis, políticos, sociais e de terceira geração são constantemente violados, e a naturalização da violência, não permite seu enfrentamento pelas vias legais. Reconhecer todas as formas de violência, discutir sua invisibilidade, deslegitimar a sua naturalização, e trazer para debate que as constantes violações de direitos nas favelas é imoral e inaceitável, deve ser um dos temas básicos na construção da agenda urbana 2030.

**REFERÊNCIAS**

- AVRITZER, Leonardo. O orçamento participativo e a teoria democrática: um balanço crítico. In: **A inovação democrática no Brasil**. São Paulo: Cortez, p. 13-60, 2003.
- AVRITZER, Leonardo; SANTOS, Boaventura de Souza. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARVALHO, J. M. **A Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- COUTINHO M. DA SILVA, Rachel (org.) **A Cidade pelo Avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Viana & Mosley e Editora PROURB, 2006.
- COUTINHO M. DA SILVA, Rachel. “A urbanidade na cidade contemporânea entre fronteiras e trincheiras”, In Rachel Coutinho M. da Silva (org.), **A Cidade pelo Avesso: desafios do urbanismo contemporâneo**, Rio de Janeiro: Viana&Mosley/PROURB, 2006, pp. 23–40.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, P. **Pedagogia da Esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.
- FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 1974.
- FRIEDMANN, John. **Insurgencies: Essays in planning theory**. Routledge, 2011.
- HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- HOLSTON, James. **Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil**. Editora Companhia das Letras, 2013.
- HOOKS, B. “Representation and Democracy: An Interview”. In TREND, D. (ed.) **Radical Democracy: Identity, Citizenship, and the State**. New York: Routledge, 1996, pp. 228-236.
- LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios, 2015.
- LATOUR, B. **Políticas da Natureza: Como fazer ciência na democracia**. Bauru, SP: EDISC, 2004.
- LATOUR, B.. **Reassembling the Social: an introduction to Actor-Network-Theory**. Oxford: Oxford University Press, 2005.
- LEFÈBVRE, Henri. O direito à cidade. [1968]. **São Paulo: Centauro**, 2001.
- LEFÈBVRE, Henri. A Revolução Urbana (Trad. Sérgio Martins). [1970]. **Ed. UFMG, Belo Horizonte**, 2004.
- MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro. Zahar Editores, 1967.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano.

- RBEUR – Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais.** Recife, V.18, N.3, p. 363-377, 2016.
- MIRAFETAB, Faranak. Insurgent planning: Situating radical planning in the global south. **Planning Theory**, v. 8, n. 1, p. 32-50, 2009.
- MUNIZ, J. “Despolitização da segurança pública e seus riscos” In SOUZA, R.; GRACINO JR., Paulo (orgs.). **Sociedade em perspectiva: cultura, conflito e identidade.** Rio de Janeiro: Grama Livraria e Editora, 2012, pp. 199-133.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Nova Agenda Urbana.** Quito, 2016. Disponível em: <<http://habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-Portuguese-Angola.pdf>>. Acesso em: agosto, 2018.
- PERLMAN, Janice E. **O mito da marginalidade.** Paz e Terra, 1977.
- RASELLA, D.; BASU, S.; HONE, T.; PAES-SOUSA, R.; OCKE-REIS, C. O.; MILLET, C. “Child morbidity and mortality associated with alternative policy responses to the economic crisis in Brazil: A nationwide microsimulation study”, In Journal PMED, May 22, 2018, <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1002570>.
- ROLNIK, R. **A guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.** São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROY, Ananya. Slumdog cities: Rethinking subaltern urbanism. **International journal of urban and regional research**, v. 35, n. 2, p. 223-238, 2011.
- SOUZA SANTOS, Boaventura de. Crítica à razão Indolente. **Contra o desperdício da experiência.** Ed Cortez, 2000.

---

RACHEL COUTINHO M. DA SILVA é Ph.D em Planejamento Urbano e Regional e Professora PPGArq/PUC-Rio | [rachelcms@puc-rio.br](mailto:rachelcms@puc-rio.br)  
THAISA COMELLI é doutoranda em urbanismo pelo PROURB/UFRJ | [thaisa.comelli@gmail.com](mailto:thaisa.comelli@gmail.com)

# DINÂMICAS URBANAS RECENTES NO EIXO OESTE DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

*Beatriz Helena Nogueira Diógenes  
José Almir Farias*

## Resumo

A expansão crescente das áreas metropolitanas vem conhecendo mudanças morfo-funcionais acompanhadas por uma intensificação das desigualdades socioeconômicas. A expansão metropolitana que se efetiva induz à produção e consumo do espaço sob a influência da globalização, dando forma à metrópole dual. Entretanto, não se trata mais do conhecido modelo centro-periferia, que se mostra insuficiente para explicar o fenômeno. A nova dualidade que se apresenta é estruturada e experimentada através da atomização, justaposição e isolamento de ambientes construídos, reforçando a fragmentação urbana em múltiplos territórios desiguais e não em dois blocos exclusivos, mas interdependentes. O objetivo do trabalho é analisar esse fenômeno, enfocando como estudo de caso o eixo oeste de crescimento metropolitano de Fortaleza. O artigo aborda as diferentes dinâmicas que concorrem para as transformações socioespaciais na área, assim como levanta questões acerca do desafio da governança metropolitana face às mudanças verificadas.

**Palavras-Chave:** expansão metropolitana; dispersão urbana; governança urbana, Fortaleza-Ce.

## Abstract

The increasing expansion of metropolitan areas has been experiencing morphofunctional changes accompanied by an intensification of socioeconomic inequalities. The metropolitan expansion that is effective induces the production and consumption of space under the influence of globalization giving form to the dual metropolis. But it is no longer the well-known center-periphery model, which is insufficient to explain the phenomenon. The new duality that is presented is structured and experimented through the atomization, juxtaposition and isolation of built environments, reinforcing the urban fragmentation in multiple unequal territories and not in two exclusive but interdependent blocks. The objective of this work is to analyze this phenomenon, focusing as a case study the west axis of metropolitan growth of Fortaleza. The article discusses the different dynamics that contribute to social and spatial transformations, as well as raising questions about the challenge of metropolitan governance in the face of changes.

**Keywords:** metropolitan expansion; urban sprawl; urban governance, Fortaleza-Brazil.

## Resumen

La expansión creciente de las áreas metropolitanas viene conociendo cambios morfo-funcionales acompañados por una intensificación de las desigualdades socioeconómicas. La expansión metropolitana que se efectúa induce la producción y el consumo del espacio bajo la influencia de la globalización dando forma a la metrópoli dual. Pero no

se trata más del conocido modelo centro-periferia, que se muestra insuficiente para explicar el fenómeno. La nueva dualidad que se presenta es estructurada y experimentada a través de la atomización, yuxtaposición y aislamiento de ambientes construidos, reforzando la fragmentación urbana en múltiples territorios desiguales y no en dos bloques exclusivos, sino interdependientes. El objetivo del trabajo es analizar ese fenómeno, enfocando como estudio de caso el eje oeste de crecimiento metropolitano de Fortaleza. El artículo aborda las diferentes dinámicas que concurren a las transformaciones socioespaciales, así como plantea cuestiones acerca del desafío de la gobernanza metropolitana en vista de los cambios verificados.

**Palabras-Clave:** expansión metropolitana; dispersión urbana; gobernanza urbana, Fortaleza-Ce.

## INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, em todo o mundo, a expansão crescente das áreas metropolitanas vem conhecendo mudanças morfofuncionais, acompanhadas por uma intensificação das desigualdades intraurbanas. Diversos estudos enfatizam uma reestruturação em curso da produção e consumo do espaço sob a influência da globalização, dando forma a novas metrópoles duais, onde a especialização funcional leva certos fragmentos de território para integrar-se plenamente na economia global, enquanto outros ficam excluídos ou periféricos, vinculando-se diretamente à economia da pobreza. Dito de outro modo, a expansão metropolitana induz o surgimento de novas maneiras de produzir e se apropriar do espaço, resultando em arranjos urbanos mais complexos e diversificados. Neste sentido, o conhecido modelo baseado na dicotomia centro-periferia, campo-cidade ou rural-urbano já não se mostra suficiente para explicar o fenômeno, já que essa dicotomia parece diluir-se a partir das transformações tecnológicas (novas formas de comunicação, a revolução informacional e a automação) e sociais (econômicas, políticas e culturais) que marcaram as últimas décadas do século XX.

A nova dualidade que se apresenta é estruturada e experimentada através da atomização, justaposição e isolamento de ambientes construídos, reforçando a fragmentação urbana em múltiplos territórios desiguais e não em dois blocos exclusivos, mas mutuamente dependentes. Como

componente da reestruturação política, a expansão metropolitana é vista como parte de um processo de descentralização resultante da crescente segmentação institucional e econômica, com base na separação entre ricos e pobres, integrados e excluídos, uma tendência que ameaça a governabilidade da cidade e intensifica a desigualdade socioterritorial.

O objetivo do trabalho é analisar esse fenômeno, enfocando como estudo de caso o eixo oeste de crescimento metropolitano de Fortaleza, que acompanha a faixa litorânea nesta direção, e onde é possível observar significativas mudanças físico-territoriais. Nas últimas décadas, a metrópole cearense tem passado por um processo de urbanização intensa, com importantes repercussões espaciais. O desenvolvimento deste vetor tem resultado em uma ocupação progressiva, mas descontínua, com áreas de dispersão urbana que incorporam transformações fundiárias significativas, mediante instalações industriais, lançamentos de grandes projetos turísticos, loteamentos residenciais, conjuntos habitacionais de baixa renda, além da alteração de antigos núcleos urbanos.

A expansão urbana verificada no eixo oeste, incrementada pelo turismo e pela atividade industrial, decorre fundamentalmente da combinação de duas dimensões de mudança que operam de forma autônoma, mas que também se alimentam mutuamente. Por um lado, novos tipos de inversões vinculadas aos processos de globalização, associando estímulos estatais e capital privado e, por outro, o

recrudescimento das fraturas socioespaciais devido à decomposição do estado de bem-estar social e à crise econômica prolongada.

Ocorre, assim, a justaposição contraditória de conjuntos habitacionais e loteamentos populares autoconstruídos, condomínios de luxo e resorts, polos industriais e complexos comerciais e turísticos, condomínios residenciais fechados e novas áreas de exclusão, em um ambiente físico caracterizado pela flexibilização dos instrumentos jurídicos e operacionais do Estado. Essa pluralização de formas e conteúdos revela novas práticas socioespaciais, diferenciação e segregação urbana, apontando para uma fragmentação territorial e social. Todas essas frentes de transformação ocorrem em base frágil de planejamento urbano e ambiental, o que dificulta o exercício de funções públicas de interesse comum a mais de um município.

O artigo aborda, portanto, as diferentes dinâmicas que concorrem para a intensificação da urbanização nesse eixo, as transformações socioespaciais resultantes, sobretudo aquelas relacionadas aos processos de dispersão urbana, assim como levanta questões acerca do desafio da governança metropolitana face às mudanças verificadas. A metodologia utilizada no desenvolvimento desta investigação envolve a revisão dos estudos já realizados sobre a metropolização de Fortaleza, a análise de dados agregados em base cartográfica sobre a situação demográfica, as atividades socioeconômicas e as redes técnicas urbanas, além de

plantas cadastrais de uso e ocupação do solo e os dispositivos jurídicos, institucionais e operacionais em vigor.

## 1. SOBRE A EXPANSÃO METROPOLITANA CONTEMPORÂNEA

O desenvolvimento das aglomerações urbanas contemporâneas tem motivado investigações esclarecedoras acerca dos tipos e naturezas das novas espacialidades que surgem. Esses espaços revelam formas de distribuição territorial diferenciadas. Presentemente, áreas urbanas de diferentes tamanhos e diversidade de papéis vêm conhecendo transformações intensas. Efetivamente, trata-se de novas maneiras de produzir e se apropriar do espaço, imbricadas no surgimento de sistemas urbanos com formas mais complexas e no crescimento de áreas metropolitanas, com o aparecimento de periferias bastante diversificadas. Assiste-se a uma redefinição do paradigma centro-periferia (embora ainda se constate a permanência de espaços que obedecem ao modelo tradicional de periferação) e da lógica de distribuição espacial dos usos residenciais, industriais, comerciais e de serviços, que merecem análises mais aprofundadas e tem chamado a atenção de pesquisadores e planejadores.

Diante deste quadro, intensifica-se o debate sobre as recomposições urbanas, surgidas sob o impacto das transformações no capitalismo contemporâneo e das tecnologias de informação. São vários

os autores<sup>1</sup>, em seus diferentes locais de origem e em seus respectivos países, que se dedicam a estudar as mudanças recentes nas aglomerações urbanas. O fenômeno que dá início a esse processo de transformações está ligado às intensas mudanças econômicas ocorridas que, por sua vez, estão relacionadas com a globalização econômico-cultural<sup>2</sup>. Os avanços decorrentes dos processos de reestruturação produtiva e das novas tecnologias de informação e comunicação, aliados às transformações na esfera do consumo e da vida cotidiana, modificam a organização e o funcionamento das principais aglomerações metropolitanas, afetando sua dinâmica e configuração espacial.

Segundo De Mattos (2004, p.177) esses novos arranjos espaciais são, em grande parte, decorrentes dessas mudanças “que incidem de forma decisiva na modificação da estrutura e do funcionamento urbano pré-existente, marcando o surgimento de uma nova paisagem e uma nova forma urbana”. Desse conjunto de mudanças surgem “novas territorialidades” (REIS, 2007), que diversificam os modos de vida na metrópole, sobretudo no que se refere à circulação, entendida como mobilidade e conectividade entre as diversas redes de produção e de consumo (ASCHER, 1995; REIS, 2006).

São relevantes, na América Latina, as pesquisas do arquiteto chileno Carlos de Mattos (1999), que coordena um grupo de estudos denominado “Globalização e expansão metropolitana”, voltado para a investigação dos fenômenos urbanos recentes percebidos nas metrópoles

latino-americanas. No Brasil, também, pesquisadores têm se dedicado a estudar a problemática urbana atual, averiguando as novas formas de crescimento e os novos padrões físico-espaciais, com o que contribuem para a reflexão teórico-conceitual sobre o tema.

O professor Nestor Goulart Reis, conhecedor e estudioso do processo de urbanização brasileira em perspectiva histórica de longa duração, tem analisado as mudanças recentes, verificadas desde as últimas décadas do século XX, tomando como base o sistema urbano do estado de São Paulo e suas áreas metropolitanas. Reis utiliza preferencialmente a expressão “dispersão urbana” para tratar do fenômeno, pois lhe parece mais adequada para denominar os processos resultantes das transformações em curso, uma vez que evidencia

**“...as tendências à distribuição de pontos urbanizados sobre a totalidade dos territórios atingidos pelo processo, em meio a áreas tipicamente rurais, em direção a uma relativa homogeneização desses territórios” (REIS, 2006, p. 51).**

No seu entender, são observadas diversas alterações na estrutura e no tecido urbano das aglomerações brasileiras, associadas às características da dispersão urbana, tais como: a intensificação da mobilidade espacial da população, que permite a organização do cotidiano numa escala metropolitana; a adoção de formas distintas de ação do mercado imobiliário, com o surgimento de

<sup>1</sup> Na Europa, Javier Monclús (1998), Antonio Font (1999), Bernardo Secchi (2004), Thomas Sieverts (2009), François Ascher (1995), Nuno Portas (2001), Francesco Indovina (1990), Giuseppe Dematteis (1998), entre outros. Nos Estados Unidos, Edward Soja (2000), Mike Davis (1990), Saskia Sassen (1991), Mark Gottdiener (1990) e Robert Fishman (1987).

<sup>2</sup> Como ressaltaram os trabalhos de David Harvey (1993), Milton Santos (1996; 2000) e Manuel Castells (2012), entre outros autores.

programas arquitetônicos diferenciados e a implantação de empreendimentos de uso múltiplo; a alteração na relação entre espaços públicos e privados e as novas formas de ocupação e gestão do espaço urbano. Esse modelo de urbanização possui dimensão não apenas física – de extensão do tecido urbano, mas também social, resultado de práticas econômicas, políticas e cultural-ideológicas. Ou seja, é um “processo que se dá no conjunto da sociedade” e que se configura no espaço construído (REIS, 2006).

Para Sposito (2001), essa urbanização consiste num processo socioespacial de larga amplitude histórica, que expressa e reproduz os modos de produção em diferentes épocas. E “esse processo tomou novos rumos com o desenvolvimento do capitalismo e seu padrão correlato de produção e consumo” (SPOSITO, 2001, p.86). Desse ponto de vista, continua a autora com relação às dinâmicas urbanas recentes, “reforça-se a compreensão segundo a qual há relações estreitas entre os processos mais amplos (sejam econômicos, políticos, sociais, culturais ou ideológicos) e a redefinição das formas espaciais” (SPOSITO, 2004, p. 94).

A urbanização contemporânea manifesta, portanto, complexas relações entre processo social e forma espacial, as quais resultam cada vez mais diferentes das que se observava há cerca de quarenta anos. Há que se considerar, entretanto, a relação entre os aspectos gerais da urbanização contemporânea e as especificidades próprias de cada região. Nesse sentido, apesar de se ressaltar que o fenômeno verificado

em Fortaleza se insere num processo mais amplo, que abrange a maioria das áreas metropolitanas contemporâneas, faz-se necessário identificar e analisar, a partir de um recorte empírico, as características das atuais dinâmicas urbanas que ora se verificam no território cearense, de modo a relacioná-las com os processos destacados na investigação teórica.

## 2. O CASO DO EIXO OESTE DE EXPANSÃO METROPOLITANA DE FORTALEZA

Durante as últimas três décadas, a área metropolitana de Fortaleza tem experimentado transformações bastante significativas em sua configuração socioespacial. O crescimento recente da metrópole cearense aponta o surgimento de novas espacialidades e formas urbanas; os espaços já não se constituem como no passado, em mancha contínua, contida nos limites político-administrativos do Município, com zonas bem definidas, mas se compõem de uma aglomeração que extrapola esses limites, conformando um tecido urbano bem mais complexo, descontínuo, que se estende além da cidade consolidada.

Até o final da década de 1970, o crescimento da metrópole cearense ocorria de maneira mais homogênea, conforme o modelo centro-periferia, comum a outras metrópoles brasileiras, ou seja, com uma concentração crescente de população, atividades econômicas e investimentos públicos nas áreas

centrais e mais valorizadas e, em volta, na periferia, o espaço era marcado pela precariedade ambiental e social, onde se localizava parte significativa da população de mais baixa renda. A metropolização de Fortaleza, no primeiro momento, ocorreu em conformidade com esse padrão, associada à localização de indústrias nessa periferia e à construção de conjuntos habitacionais e habitações populares em suas vizinhanças.

A metrópole atual apresenta mudanças visíveis, expressas em suas paisagens, evidentes em suas reconfigurações espaciais, novas morfologias, usos e funções. De 1974, quando foi criada a Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), para 2018, a população aumentou de 1.036.779 para 4.074.730 habitantes<sup>3</sup>, concentrando, respectivamente, 23% e 45% da população do Estado, o que representa acréscimo expressivo. Fortaleza cresce agora sob o influxo de outras dinâmicas e de outras formas de produção do espaço, o que tem acarretado alterações significativas na conformação dos espaços urbano e metropolitano.

Essas transformações se fizeram mais evidentes desde meados da década de 1980, resultado, em grande parte, das mudanças produtivas, tecnológicas e sociais, verificadas desde então. No que se refere à economia, o estado do Ceará tem demonstrado, nos últimos anos, índices positivos de desenvolvimento (superiores aos índices nacionais) e investimentos importantes, sobretudo no campo da indústria, do turismo e na geração de energia renováveis, o que tem se refletido

em mudanças socioespaciais expressivas, particularmente no âmbito da área metropolitana. Verifica-se ali um processo de realocação da população, de diferentes faixas de renda, que passam a ocupar áreas periféricas de baixa densidade ou áreas antes direcionadas para atividades agrícolas.

O processo de crescimento da área metropolitana de Fortaleza não se encontra alheio ao que se passou em outras metrópoles latino-americanas, como consequência de um determinante processo de globalização e reestruturação produtiva, o que provocou “uma forte reestruturação na morfologia das urbes modernas.” (DE MATTOS, 1999). A capital cearense passa por uma adaptação aos novos tempos, perceptível em vários aspectos, como: a descaracterização do centro tradicional e a constituição de novas áreas de centralidade, ensejando uma policentralidade; o surgimento de novos padrões espaciais para diversas atividades produtivas; a formação de espaços fragmentados e desarticulados; a adoção de novas formas de vida pela população, como a maior mobilidade; a segregação socioespacial proveniente da forma diferenciada de uso e apropriação dos espaços públicos e privados; as mudanças no setor terciário, no mercado imobiliário e os reflexos no espaço urbano; a manifestação espacial da atividade turística e as consequências físicas, traduzidas por núcleos dispersos ao longo do litoral, aonde se instalam equipamentos de lazer e turismo de grande porte, muitas vezes em áreas de reservas ambientais.

<sup>3</sup> Estimativa IBGE, 2018.

<sup>4</sup> De acordo com a Síntese Diagnóstica do Município (2003) que, por sua vez, baseou-se num texto elaborado pelo economista Roberto Smith (2001).

A RMF apresenta atualmente características específicas, como a implantação do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), inaugurado no ano de 2002, que tem estimulado o aumento da urbanização para o lado oeste; a criação de um corredor industrial na BR-116, com inúmeras indústrias instaladas ao longo da rodovia; o surgimento de novas áreas de centralidade, o aparecimento progressivo de condomínios residenciais horizontais, sobretudo desde os anos 2000, que configuram uma nova tipologia, gerando espaços mais fragmentados. É evidente também o crescimento acelerado do setor sudeste da metrópole, que tem como principal vetor de expansão a rodovia CE-040, que dá acesso às praias na direção leste e

onde foi implantado, recentemente, um polo industrial.

O eixo oeste constitui um dos chamados vetores de expansão urbana que conformam o modelo<sup>4</sup> de crescimento de Fortaleza, segundo o qual “o processo de expansão da RMF obedece a uma estruturação radial, que reafirma os antigos caminhos e, posteriormente, os eixos viários que se dirigiam para o interior e porções leste e oeste da faixa litorânea, a partir da Capital” (SMITH, 2001, p.06). Este vetor se desenvolve em direção aos municípios da zona norte do Estado e ao longo da faixa litorânea oeste, relacionado primeiramente aos conjuntos habitacionais construídos na área limítrofe à BR-020 em Caucaia, reforçado posteriormente pelas ocupações de segunda residência na



Figura 1 - Estrutura viária básica do Eixo Oeste de expansão da RMF. Fonte: Diógenes, 2019.

praia do Icaraí e, mais recentemente, pelos fluxos turísticos na chamada Costa do Sol Poente e pela implantação do CIPP (DIÓGENES, 2012).

O eixo é representado principalmente pela rodovia BR-222, mas possui bifurcações que correspondem a rodovias estaduais (CE-090, via litorânea; CE-085, Via Estruturante, de acesso a diferentes praias; e CE-422, via de transporte de cargas que dá acesso ao CIPP). Esse sistema de vias (figura 1) compõe o vetor oeste e comanda a expansão metropolitana nessa direção. A CE-085 e a CE-422, construídas recentemente e ligadas, respectivamente, às políticas do turismo e da indústria do Estado, tiveram impacto significativo na configuração metropolitana atual. A presença dessas vias, que vêm historicamente favorecendo os fluxos de pessoas e mercadorias, induz a expansão e a articulação espacial dos aglomerados urbanos, contribuindo para afirmar uma morfologia do tipo tentacular e uma metropolização expandida ou dilatada (DE MATTOS, 2004, p.170).

O eixo oeste apresenta características bastante específicas. Vem se desenvolvendo em etapas, tendo iniciado com a construção de conjuntos habitacionais nas décadas de 1960 e 1970 em área situada às margens da BR-020, entre os Municípios de Fortaleza e Caucaia. Trata-se de área densamente povoada, ocupada por setores de renda baixa e média-baixa, como também por favelas e autoconstrução, além de loteamentos populares e irregulares, conformando grande parte dessa zona como uma imensa

área urbana de infraestrutura deficiente, com fraco dinamismo econômico. Tudo isso contribuiu significativamente para o crescimento populacional que evidencia o padrão periférico de urbanização, marcando de forma expressiva o espaço metropolitano.

A fase seguinte da urbanização dessa área é a ocupação da faixa litorânea de Caucaia, que se iniciou na praia do Icaraí, na década de 1970, com finalidade de segunda moradia, de veraneio e lazer, e que vem se transformando progressivamente em local de moradia principal, determinando uma expansão urbana mais concentrada na zona litorânea compreendida entre as praias do Icaraí e do Cumbuco. A atividade turística, incrementada desde a década de 1990, também tem provocado mudanças substantivas nessa área, sobretudo na praia do Cumbuco.

A etapa mais recente de ocupação desse eixo é a que se refere à implantação do CIPP, instalado entre os municípios de Caucaia e São Gonçalo do Amarante, e fomentou uma mudança significativa no que se refere à ocupação e usos. Uma nova dinâmica habitacional se instala, fazendo com que o eixo oeste deixe de ser um vetor preferencial de avanço da habitação de baixa renda para se tornar um território com capacidade crescente para abrigar grandes empreendimentos também para classes médias e altas. Surgem grandes loteamentos residenciais fechados, além de empreendimentos que articulam meio ambiente e tecnologia. Essas dinâmicas serão analisadas, cada uma delas, nos itens subsequentes.

<sup>5</sup> As indústrias do CIPP, como as termelétricas, a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) têm a sua implantação ligada às instalações portuárias. Há ainda as empresas prestadoras de serviços diretamente ligadas às indústrias e à logística portuária.

**Figura 2** – Localização do CIPP e sua área de influência imediata no eixo oeste da RMF. Fonte: Ceará, 2000.

**Figura 3** – Área de Influência imediata do CIPP. Fonte: Ceará, 2000.

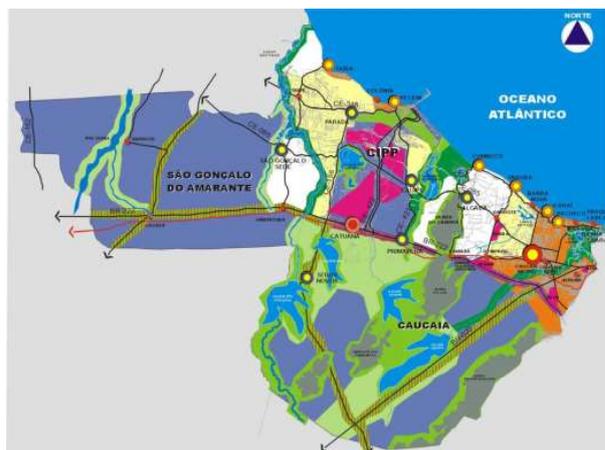
### 3. DINÂMICAS URBANAS RECENTES NO EIXO OESTE

#### 3.1 A Industrialização Ex-Nihilo: o Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP.

A construção do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), inaugurado em 2002, com a abertura de um porto *off-shore* e de um complexo industrial, intensificou e dinamizou a urbanização da porção oeste da RMF, historicamente ocupada pela população de baixa renda. O CIPP vem contingenciando a urbanização deste eixo, com um acréscimo populacional significativo desde então e com a formação de um mercado de trabalho industrial em escala inter-regional (figura 2). A instalação do CIPP<sup>5</sup> fora do município de Fortaleza configura, por si só, um tipo de dispersão urbana, quando são instaladas unidades industriais em áreas afastadas, promovendo o desenvolvimento do setor secundário em outras regiões do estado (REIS, 2006).

Os impactos do CIPP são visíveis na dinâmica de urbanização do eixo oeste metropolitano, dando origem a uma nova centralidade de espaços produtivos, da qual decorre a realocação de classes médias urbanas que produzem novas territorialidades relacionadas a um modo de vida que associa o uso de novas tecnologias em um contexto de visível segregação social e espacial e conflitos socioambientais (figura 3). Para a transformação da área, tem contribuído o grande afluxo de trabalhadores, inclusive de estrangeiros, como coreanos, conforme atestam os diversos estabelecimentos instalados nas imediações, como restaurantes, pousadas e lojas voltados para essa população, além da oferta de inúmeros loteamentos para os futuros habitantes.

O desenvolvimento no sentido oeste de Fortaleza está relacionado, portanto, em grande parte, à expansão da atividade industrial nessa área desde a inauguração do Complexo, da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e da Zona de Processamento de Exportação (ZPE), o



que vem gerando mudanças significativas nas configurações espacial e econômica metropolitanas. O CIPP insere novos conteúdos às dinâmicas locais, consolidando um novo vetor de expansão urbana e produtiva, envolvendo transformações físicas, econômicas, políticas e sociais. Nesse contexto, é válido destacar novos fluxos de mão de obra, alterações em infraestruturas e interações urbanas. O CIPP, de fato, afetou setores diversos da economia (construção de moradias<sup>6</sup>, expansão do comércio e serviços, loteamentos, dentre outros), além de provocar o aumento do preço da terra, a especulação imobiliária e os impactos ambientais.

### 3.2 A arquitetura consumista e segregacionista do turismo no espaço litorâneo

Desde os anos 1990, observa-se um incremento no potencial turístico do litoral oeste, que vem sendo alvo de investimentos do capital público e privado, com um aumento exponencial do

interesse na região, atraindo um número significativo de visitantes e provocando um aumento no fluxo da faixa litorânea. Constata-se, por outro lado, a instalação de diversos complexos hoteleiros em praias da costa oeste, evidenciando um acelerado processo de ocupação do solo, de forte impacto sobre a natureza (figura 4). Assiste-se a uma acirrada competição entre os diversos atores produtores do espaço da orla, envolvendo populações tradicionais representadas pelos pescadores, a classe média urbana que ali constrói sua segunda residência e os investidores nacionais e estrangeiros ligados ao setor de negócios turísticos.

Foram previstas e implementadas também infraestruturas relacionadas ao turismo, como a criação de rotas turísticas e a realização de obras viárias, como a CE-085, importante eixo de ligação entre Fortaleza e o CIPP e também de acesso às diversas praias. Esse conjunto de intervenções urbanas possibilitou uma maior integração viária entre Fortaleza e os núcleos litorâneos, desencadeando

<sup>6</sup> Com a construção do CIPP, o distrito de Pecém, em São Gonçalo do Amarante, e a Praia do Cumbuco, em Caucaia, concentram a maior parte das moradias dos trabalhadores. O Pecém é escolhido pela sua proximidade com o local de trabalho e pela maior oferta de infraestrutura e imóveis para moradia. Já o Cumbuco, possui infraestrutura turística, como restaurantes, hotéis, pousadas e condomínios voltados ao lazer e ao turismo; atrai sobretudo os trabalhadores da CSP, de maior poder aquisitivo e de origem estrangeira, principalmente os coreanos.



**Figura 4** – Ocupação da orla (Praia do Cumbuco) por resorts e condomínios de lazer. Fonte: Google Earth.

uma valorização crescente da orla oeste.

São visíveis os impactos da atividade turística na faixa litorânea dos municípios de Caucaia, São Gonçalo do Amarante, Paracuru, Paraipaba e Trairi, como o crescimento da área urbanizada, a apropriação dos espaços mais bem preservados, a privatização da faixa de praia e a articulação com a dinâmica imobiliária. Todas essas dinâmicas provocam mudanças relevantes no espaço litorâneo, ensejando um tipo de urbanização diferenciado (figura 4). A forma de ocupação possui peculiaridades que resultaram na produção de um espaço marcado pelo alto padrão dos imóveis - resorts, condomínios de lazer e grandes mansões - e pelo caráter de luxo. As construções se destinam, em sua maioria, a um tipo de lazer sofisticado, destinado a uma população de elevado poder aquisitivo e de turistas estrangeiros.

O Cumbuco, no município de Caucaia, se transformou desde as últimas décadas, de uma vila de pescadores a um destacado polo turístico metropolitano no Ceará. Abriga grande quantidade de hotéis, resorts, pousadas, resorts e condomínios de lazer. Outros núcleos litorâneos

seguem o mesmo destino, como a Taíba, Paracuru, Lagoinha e Flexeiras, entre outros. A instalação crescente dos equipamentos turísticos ao longo da orla altera as pré-existências do espaço litorâneo, produzindo novas configurações espaciais.

A implantação dos resorts, por exemplo, demanda extensas áreas para abrigar um programa diversificado de lazer, diretamente relacionado com localizações privilegiadas, como a proximidade do mar, lagoas e rios. Embora instalados distantes de áreas urbanizadas, requerem acessibilidade fácil e excelente infraestrutura de apoio. São vários instalados na região e outros ainda em construção. Situam-se todos junto à orla, ocupando consideráveis áreas de praia.

Há também os condomínios de lazer (figura 5), surgidos recentemente - e em grande número -, que vieram substituir os antigos loteamentos de residências de férias e fim de semana. São empreendimentos com características diferenciadas, compostos de unidades residenciais de alto padrão, relacionados com veraneio marítimo. Os usuários em geral são habitantes da Capital, de nível de renda elevada, ou ainda investidores estrangeiros.

**Figura 5** – Condomínios de lazer. A esquerda, Condomínio Summerville; à direita, Wai Wai Cumbuco Eco Residence. Fonte: Google Earth, 2018.



Como os resorts, os condomínios trazem consigo a noção de confinamento espacial, com seus muros, cercas elétricas e acesso restrito, constituindo verdadeiros “enclaves” urbanos, reforçando os padrões de segregação socioespacial.

Com a instalação desses empreendimentos, verifica-se um espraiamento estritamente linear da mancha urbana, entre a via de acesso e a praia, que se estende de forma dispersa ao longo da orla, ocupando os vazios litorâneos, resultando em novas configurações territoriais. Em suma, a ocupação da faixa litorânea oeste da RMF obedece às tendências da urbanização contemporânea, produzindo um tecido urbano diferenciado e disperso (REIS, 2006). Os grandes equipamentos de lazer e turismo, condomínios fechados e resorts ocupam o espaço de maneira descontínua, evidenciando o fenômeno da dispersão urbana, de que também resultam processos de fragmentação e segregação socioespacial.

### 3.3 A via estruturante do turismo e os novos projetos residenciais

A Via Estruturante CE-085 (figura 6) constitui uma das principais intervenções no território metropolitano

que impulsionaram o crescimento do eixo oeste. Esta rodovia, construída na década de 1990, e conhecida como Via Estruturante do Turismo, foi essencial para garantir o acesso ao litoral oeste e decorre da política de desenvolvimento regional para ocupar e dinamizar os municípios costeiros mediante o marco de um zoneamento turístico diferenciado. A construção da CE-085<sup>7</sup> visa dinamizar não somente a atividade turística, mas também viabilizar os fluxos relacionados à implantação do CIPP, atestando a coexistência de dinâmicas distintas no mesmo eixo de crescimento metropolitano.

Ao longo da CE-085 observa-se a intensificação de ocupação urbana mais dispersa e descontínua. Esta faixa vem passando por transformações importantes, tanto no que refere ao parcelamento das terras marginais à rodovia, com loteamentos residenciais fechados e autoconstrução precária. A via se consolida como o principal meio de deslocamento rodoviário na área, permitindo um adensamento populacional que se estende até o CIPP. É evidente a multiplicação, nas imediações desta rodovia, de loteamentos e condomínios residenciais

<sup>7</sup> Esta via foi construída com recursos do PRODETUR NE I na direção da Costa do Sol Poente a fim de facilitar o acesso às praias localizadas no litoral oeste do Ceará.

**Figura 6** - Via Estruturante. Fonte: <https://www.google.com.br/search?q=via+estruturante+cear%C3%A1&>.

**Figura 7** - Via Estruturante com grandes loteamentos residenciais situados às suas margens. FONTE: Google Earth, 2018.



(figura 7), alterando a relação entre áreas rurais e urbanas, com visível aumento da urbanização.

É intensa a atuação do mercado imobiliário na área, visível na grande quantidade de stands e outdoors ao longo da rodovia, anunciando os diversos empreendimentos lançados nas imediações, tendo como apelo principal a proximidade do CIPP e das praias, na faixa litorânea. Esse fenômeno aponta, por um lado, a valorização da área, em consequência da abertura da via, e, por outro, uma tendência de futura ocupação, em virtude da facilidade de acesso e também da proximidade do CIPP, o qual deverá atrair grande contingente de trabalhadores.

Esses empreendimentos são implantados de forma dispersa em toda a área, resultado de um intenso processo de parcelamento do solo pela transformação de propriedades rurais em loteamentos, fenômeno que contribui para o espraiamento da área urbanizada metropolitana (DIOGENES, 2012, p. 214).

As mais recentes estratégias de mercado do capital imobiliário se sustentam em conceitos como a qualidade de vida com suporte dos novos aparatos tecnológicos. Daí surgem, primeiramente, grandes loteamentos residenciais fechados tradicionais (Garrote Village, Village das Palmeiras) e, em seguida, empreendimentos que articulam meio ambiente e tecnologia, como o Smart City Laguna (2014), a Cidade Cauype (2015) e o Ecopark Boneville (2013).

#### 4. O DESAFIO DA GOVERNANÇA METROPOLITANA FACE ÀS NOVAS DINÂMICAS URBANAS

A administração do espaço metropolitano, de maneira geral, é fundamental na organização do território. As grandes aglomerações demográficas e suas respectivas atividades exercem forte influência nas áreas do entorno, exigindo, por sua vez, um aparelho administrativo capaz de extrapolar os limites políticos do Município. Para Reis (2006, p.10),

[...] as áreas de maior concentração populacional e industrial devem ser objeto de formas especiais de planejamento, cuja execução deve caber a órgãos também especiais, mais amplos que os municípios e mais restritos que o estado, cujo âmbito pode ser definido como a região ou área metropolitana, mas sua estrutura e competência podem assumir aspectos variados.

As diversas questões que se sobrepõem, relacionadas aos espaços metropolitanos, representam desafios constantes às políticas públicas, uma vez que já não podem ser tratadas de forma setorial. O enfrentamento dos problemas urbanos exige novos arranjos institucionais, no sentido de conjugar os diversos órgãos governamentais e os diferentes níveis de governo e da sociedade (AZEVEDO e GUIA, 2004).

Para que obtenha eficácia, a gestão metropolitana deve se basear em diretrizes gerais, abrangentes e integradas ao processo de metropolização, o que só pode ocorrer por meio do planejamento. Acerca da problemática, o pesquisador Luiz

Cesar Queiroz Ribeiro, coordenador do Observatório das Metrôpoles, argumenta:

A despeito da multiplicação de instituições metropolitanas, observamos a inexistência de efetivas políticas públicas voltadas especificamente para o desenvolvimento dessas áreas. As políticas urbanas são hoje fortemente intraurbanas, setoriais ou locais. Os organismos metropolitanos, onde existem, têm à sua disposição frágeis mecanismos para empreender ações cooperativas de planejamento e gestão (RIBEIRO, 2004, p.11).

De fato, desde a década de 1970, a institucionalização de regiões metropolitanas no Brasil obedece a interesses territorializados, embora tenha a atribuição de conduzir o processo de planejamento e execução de funções públicas de interesse comum. Essas unidades espaciais, com finalidades definidas em lei, expressam o anacronismo de uma escala fixa que se sobrepõe a outras instâncias escalares em movimento (MOURA, 2005). Historicamente, a integração metropolitana no quadro urbano-regional nunca foi completa, pois, por ser esvaziada de poder para isso, mantém um vácuo de ação, sem condições efetivas de articular processos de um fenômeno urbano de grandes proporções, como esse verificado no eixo oeste da RMF.

Além dos conflitos decorrentes de um sistema de gestão fragmentada, não existe coesão de propósitos e esforços de governança para definir e cobrar parâmetros mínimos de atendimento social na construção do território. O arranjo

funcional de municípios limítrofes guarda diferenças econômicas e grande assimetria na distribuição dos sistemas de infraestrutura, acentuando um desenvolvimento desigual do território. O desequilíbrio de representatividade institucional e a ausência de participação social ampla têm contribuído para não se alcançar a legitimidade e o reconhecimento dos problemas decorrentes dos novos processos de dispersão urbana.

Por outro lado, a dinâmica dos fluxos de pessoas, informações e mercadorias transformam, constantemente, a organização do território, com reflexo no planejamento e implementação de políticas públicas. Isso significa dizer que ações de governança são variáveis conforme o caso e, sendo assim, torna-se necessário abdicar dos arranjos político-institucionais estáticos, de modo a antever diferentes recortes para cada abordagem considerada. Nesta conjectura, é fundamental expandir a visão setorial para uma visão mais abrangente, que envolva os sistemas de planejamento e de meio ambiente.

O resultado é a constituição de estruturas urbanas complexas e conflitantes, que guardam diferenças econômicas e grande assimetria na distribuição de infraestrutura, acentuando um desenvolvimento desigual do território. O fato agravante é que ainda são frágeis as bases para um Sistema Integrado de Planejamento Metropolitano. O quadro 1 mostra uma matriz relacionando instrumentos, o tipo de registro territorial e a escala com que é normalmente representado. E, o que se observa, é que nenhum

	competência (pública)	registro territorial (mapeamento)	escala (intervalo)
Divisões Político-Administrativas	União - Estado - Municípios	Divisão político-administrativa, aspectos físico-territoriais	1:50.000 / 1:100.000
Planos Metropolitanos	Estado	Físico-territoriais, demográficos, indicadores socioeconômicos	1:10.000 / 1:50.000
Rodovias / Ferrovias	União - Estado - Municípios	Plantas técnicas	1:2.000 / 1:50.000
Gerenciamento Costeiro Zoneamento Ecológico Econômico	União - Estado	Delimitação territorial, condições geoambientais	1:10.000 / 1:50.000
Áreas de Proteção Ambiental	União - Estado - Municípios	Delimitação territorial, condições geoambientais	1:10.000 / 1:50.000
Complexo/Polo Industrial	União - Estado - Municípios	Plantas técnicas, vias de acessos	1:1.000 / 1:5.000
Plano Diretor Urbano	Municípios	Uso e Ocupação do Solo Áreas Específicas	1:5.000 / 1:10.000
Planos e Projetos Setoriais (habitação; vias/transportes; saneamento; equipamentos públicos...)	União - Estado - Municípios	Plantas técnicas, plantas de rede	1:1.000 / 1:10.000
Projeto Urbanístico	Estado - Municípios	Plantas técnicas, plantas de rede	1:500 / 1:10.000
Projeto de Edificação	União - Estado - Municípios	Plantas de edificação	1:10 / 1:500
Planta Cadastral de Imóveis	Municípios	Aerofotogramétrico	1:1.000 / 1:2.000

**Quadro 1.** Projeções da relação entre instrumentos, competências, registros e escalas. Fonte: Farias (2012).

deles, individualmente, oferece uma compreensão/interpretação satisfatória do território metropolitano.

No contexto atual da RMF, percebe-se um quadro de intenso crescimento e transformações diferenciadas, a par de uma grande dificuldade no enfrentamento dessas questões. A realidade se mostra complexa e é visível a defasagem verificada entre a intensidade do fenômeno e as ações decisivas por parte das instituições, no sentido de oferecer respostas satisfatórias. A falta de instrumentos adequados de controle, associada a interesses políticos localizados, dificulta a condução do processo. A dinâmica urbana recente da RMF evidencia, por um lado, a necessidade de propostas inovadoras de políticas públicas em condições de enfrentar o

desafio do planejamento e da gestão metropolitanos, mas também a necessidade de formulações teórico-metodológicas que possam identificar novos modelos explicativos do campo da economia urbana e operacionalizar novas escalas de análise.

Para Reux (2014), o interesse renovado da economia urbana pelas formas morfológicas descontínuas de crescimento traz, primeiramente, uma ruptura profunda com os modelos clássicos (ALONSO, 1964; MILLS, 1967; MUTH, 1969). Abandona-se, agora, a hipótese da homogeneidade para considerar a heterogeneidade do espaço. A figura da dispersão territorial torna-se, portanto, a figura da continuidade em relação ao espaço econômico; o espaço na economia é contínuo porque é a

escolha dos agentes que determina os atributos dos lugares. Em segundo lugar, esse interesse conduz a uma alteração da escala de análise. Os pesquisadores operam uma mudança semântica para entender a expansão descontínua. A expansão metropolitana remete, agora, ao desenvolvimento da forma fragmentada (descontínua) e ao padrão disperso (não-compacto), através de categorias como território, paisagem, ecossistemas e bacias hidrográficas, cuja semântica sugere um inovado dimensionamento capaz de trazer uma nova luz para a compreensão de formas urbanas contemporâneas.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise apresentada aqui aponta para um novo protagonismo do eixo oeste com relação à urbanização da Região Metropolitana de Fortaleza, que vem apresentando, na última década, grande dinamismo e conexões com o desenvolvimento industrial, com a atividade turística e com os novos padrões de moradia ali verificados. Nesse processo, percebe-se que existe uma relação direta entre a expansão verificada e as mudanças ocorridas na economia e nos investimentos em infraestrutura. A atividade econômica tem acarretado transformações significativas do espaço, alterando a relação entre áreas rurais e urbanizadas.

A expansão ali verificada apresenta formas espaciais inéditas ligadas aos processos de urbanização contemporâneos, desencadeados por dinâmicas globais,

apresentando estruturas sociais e espaciais mais complexas e novas formas de uso e ocupação territorial. O eixo oeste da RMF manifesta, portanto, mudanças tanto na natureza dos processos de expansão como nas lógicas de produção do espaço, com uma densificação que se faz de modo descontínuo e “aos saltos”. Observa-se neste vetor:

- A sobreposição dos interesses fundiários e imobiliários sobre as demandas dos setores de produção industrial, comercial e de serviços, no que se refere às escolhas locais;
- O aparecimento de novas formas de habitat urbano, gerando tecidos urbanos mais dispersos e fragmentados;
- A constatação de conflitos decorrentes de um sistema de gestão fragmentada e sem plano urbanístico integrador;
- A inexistência de coesão de propósitos e esforços de governança para definir e cobrar parâmetros mínimos de atendimento social na construção do território.

Os novos conteúdos urbanos e suas formas espaciais revelam, pois novos desafios. Essas dinâmicas passaram a exigir novos procedimentos analíticos e diferentes modelos aplicativos, a fim de um melhor enfrentamento com relação aos problemas urbanos que se evidenciam.

## REFERÊNCIAS

- ASCHER, F. **Métapolis ou l'avenir des villes**. Paris, Odile Jacob, 1995.
- AZEVEDO, S.; GUIA, V.R.M. "Os dilemas institucionais da gestão metropolitana no Brasil". In Ribeiro, L.C.Q. (org.). **Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo, FPA / Rio de Janeiro, FASE, 97-110, 2004.
- CEARÁ, Governo do Estado. **Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – PDDU São Gonçalo do Amarante**. Fortaleza: SEINFRA-PROURB, 2000.
- DE MATTOS, Carlos A. "Santiago de Chile: globalizacion y expansion metropolitana: lo que existia siegue existindo". In: **Revista Eure - Revista latinoamericana de estudios urbano regionales**. Santiago do Chile, dez. 1999, nº 76, p. 29-56.
- DE MATTOS, Carlos. "Redes, nodos e cidades: transformação da metrópole latino-americana". In: RIBEIRO, L. C. Q. (Org.). **Metrópoles: entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. da Fundação Perseu Abramo; Rio de Janeiro: Fase, 2004.
- DIÓGENES, Beatriz H.N. **Dinâmicas urbanas recentes na área metropolitana de Fortaleza**. Tese. Doutorado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, FAUUSP, 2012.
- FARIAS, José Almir. "Decalques do labirinto: sobre a legibilidade morfológica dos espaços perimetropolitanos no Brasil". In: **Morfologia Urbana nos Países Lusófonos – PNUM 2012**, Lisboa-PT. Actas da Conferência Internacional PNUM 2012. Lisboa: ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, 2012. v. 1. p. 1106-112.
- MONCLUS, F.J. **La ciudad dispersa: sub-urbanización y nuevas periferias**. Barcelona, Centro de Cultura Contemporánea, 1998.
- MOURA, Rosa. "Morfologias de Concentração no Brasil: O que se configura além da metropolização?" **Anais do XI ANPUR**, Salvador, 2005.
- REIS, Nestor Goulart. **Notas sobre urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano**. São Paulo, Vias das Artes, 2006.
- REIS, Nestor Goulart; TANAKA, Marta. **Brasil: estudos sobre dispersão urbana**. São Paulo, FAUUSP, 2007.
- REUX, Sara. Facteurs de l'urbanisation discontinue: proposition d'une grille de lecture. In **BSGLg**, 63, 2014, pp.67-83.
- RIBEIRO, L.C.Q. e LAGO, L.C. 1994. "Reestruturação nas grandes cidades brasileiras: o modelo centro-periferia em questão". Ver [http://www.observatoriodasmetrosoles.ufjf.br/download/reestruturacao\\_cidades.pdf](http://www.observatoriodasmetrosoles.ufjf.br/download/reestruturacao_cidades.pdf). Acesso em 12/10/2017.
- RIBEIRO, L.C.Q. **Metrópoles. Entre a coesão e a fragmentação, a cooperação e o conflito**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo / Rio de Janeiro, FASE4, 2004.
- SMITH, Roberto. **A dinâmica da RMF e os vetores da expansão territorial**. Mimeo. Fortaleza, 2001.

- SPOSITO, Maria E. B. "A urbanização da sociedade: reflexões para um debate". In: CARLOS, A. F. **O espaço no fim de século: a nova raridade**. São Paulo: Contexto, 2001.
- SPOSITO, M.E.B. Novos conteúdos nas periferias urbanas das cidades médias do Estado de São Paulo, Brasil. In **Investigaciones Geográficas**, Cidade do México, nº54, 2004, pp. 114-139.

---

BEATRIZ HELENA NOGUEIRA DIÓGENES é doutora em Arquitetura e Urbanismo e professora do PPGAU+D/UFC | [bhdiogenes@yahoo.com.br](mailto:bhdiogenes@yahoo.com.br)  
JOSÉ ALMIR FARIAS é doutor em Arquitetura e Urbanismo e professor do PPGAU+D/UFC | [josealmirfarias@gmail.com](mailto:josealmirfarias@gmail.com)

# APLICATIVO DE UM GUIA VIRTUAL DE ACESSIBILIDADE: UMA PONTE ENTRE A ACADEMIA E A SOCIEDADE

*Cristiane Rose de S. Duarte*

*Regina Cohen*

## Resumo

Este trabalho comenta a produtiva interação entre um projeto de extensão constituído por um Guia Virtual de Acessibilidade e sua repercussão no ensino de acessibilidade na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFRJ. O Guia Virtual de Acessibilidade foi concebido em forma de aplicativo disponível para smartphones, tablets e computadores pessoais. O objetivo do Guia é o de informar os locais acessíveis da cidade, a partir de um banco de dados inicialmente alimentado por bolsistas de iniciação científica. Com a inserção de alunos de graduação na elaboração das informações contidas no Guia, por meio do trabalho prático sugerido na disciplina eletiva sobre acessibilidade e arquitetura inclusiva, notou-se uma forte motivação por parte dos estudantes, que favoreceu tanto o desenvolvimento do projeto quanto o próprio conteúdo da matéria.

**Palavras-Chave:** acessibilidade; ensino; aplicativo; arquitetura inclusiva.

## Abstract

This paper addresses the fruitful interaction between an extension project consisting of a Virtual Accessibility Guide and its repercussion on accessibility teaching at the Faculty of Architecture and Urbanism of the Federal University of Rio de Janeiro -UFRJ. The Virtual Accessibility Guide is an application designed and made available for smartphones, tablets and personal computers, which provides information about accessible places in the city. Such information is provided by a database initially fed by scientific initiation scholarship holders. When the activities of the Guide were inserted within the scope of an undergraduate course, the students showed strong motivation for the assignment, fact that favored both the development of the project and the very content of the discipline on inclusive architecture. These students joined the group responsible for the information available in the Guide, which was gathered through the practical work assigned during the elective course on accessibility.

**Keywords:** accessibility; undergraduate education; app; inclusive architecture.

## Resumen

En el presente trabajo explicaremos la productiva relación entre un proyecto de extensión, constituído por una Guia Virtual de Acessibilidade, y su repercusión en la educación de la accesibilidad en la Facultad de Arquitectura y Urbanismo de la Universidad Federal de Río de Janeiro -UFRJ.. El Guia fue concebido en forma de aplicativo disponible para smartphones, tablets y computadoras personales. Y, su objetivo es el de informar sobre los locales accesibles en la ciudad, a partir de un banco de datos inicialmente alimentado por becarios de iniciación científica. Con la inserción

de alumnos de pregrado en la elaboración de las informaciones contenidas en la Guía, por medio del trabajo práctico sugerido en la disciplina electiva sobre accesibilidad, se evidenció una fuerte motivación por parte de los estudiantes que favoreció tanto al desarrollo del proyecto como el propio contenido de la materia.

**Palabras-Clave:** accesibilidad; educación; aplicación; arquitectura inclusiva.

## INTRODUÇÃO

A acessibilidade nas cidades tem sido discutida e repensada. Antes, era comum que os estudos sobre acessibilidade se restringissem às pessoas com deficiência e, mais especificamente, àquelas que se locomoviam em cadeira de rodas. Hoje, vemos que a compreensão do conceito de acessibilidade se abre em um leque de significados, abandonando uma visão cartesiana, unilateral e específica do termo. Passou-se a pensar nas atribuições do espaço que favorecem os processos de identificação das pessoas com o Lugar. Postula-se que, muito mais do que construir rampas, as ambiências devem permitir o entrecruzamento dos percursos, serem atrativas, agradáveis, convidativas e compreensíveis, facilitando o encontro e a troca com o Outro.

Pode-se dizer que essas premissas abrem as portas para a identificação da pessoa com deficiência com a Cidade, diluindo e transformando as dificuldades na sua inserção no espaço. Acreditamos que este deva ser o contexto da acessibilidade na compreensão da função social do espaço público, onde ruas, calçadas e espaços de lazer possam ser percorridos pelas pessoas no seu cotidiano físico, sensorial e intelectual.

No entanto, apesar do aumento de pesquisas no campo da acessibilidade, ainda não é possível dizer que existe um rebatimento prático desse pensamento produzido na vida de nossas cidades.

Em pleno século XXI muitas pessoas com deficiência ainda não vivem

uma vida ativa nem compartilham dos espaços públicos com a maioria dos habitantes das cidades brasileiras. Além da deficiência do espaço em oferecer acessibilidade e segurança há, muitas vezes, uma grande falta de informação. Assim, mesmo quando há possibilidades de acesso, a desinformação faz com que pessoas com deficiência deixem de frequentar os espaços da cidade por considerarem-se excluídos de antemão. Essa descrença acelera o desencantamento com a cidade e cria um ciclo vicioso que as afasta do convívio nos espaços urbanos.

Ao longo dos últimos vinte anos, o Núcleo Pró-acesso/PROARQ/UFRJ tem desenvolvido diversos trabalhos e pesquisas na área da acessibilidade. Dentre esses projetos em prol de um mundo mais inclusivo, este trabalho apresenta o Guia Virtual de Acessibilidade. Tal produto não apenas está sendo colocado a serviço da sociedade como tem uma proposta de participação efetiva no ensino de arquitetura, por meio de uma disciplina de graduação, como será comentado adiante.

O Guia Virtual de Acessibilidade é uma plataforma de informação sobre acessibilidade que não faz juízo de valor: é apenas tecnicamente informativo. A ideia é permitir que as pessoas com mobilidade reduzida, o idoso, a pessoa com deficiência visual, auditiva ou física, dentre tantos outros, julguem por conta própria, se o local lhe é acessível ou não, com base nas informações e sugestões que constam no Guia.

O Guia é disponibilizado em forma de aplicativo compatível com smartphones e tablets e fornece informações sobre as condições de acesso de locais notáveis da cidade, como edifícios históricos, locais de interesse cultural e espaços de lazer.

Muito mais que um guia informativo, o produto pretende ser um veículo de difusão de valores de civilidade e cidadania, através de seu potencial em promover encontros, trocas e contato entre pessoas física ou sensorialmente diferentes.

## O APLICATIVO

Inicialmente voltada para a compreensão das formas de convívio e percepção dos espaços urbanos, as pesquisas desenvolvidas pelo Núcleo Pró-acesso foram acumulando uma grande base de dados, sempre em atualização, que são constantemente confrontadas às normas e leis vigentes. Espaços museais, monumentos, praças e percursos foram analisados e catalogados ao longo dos últimos 20 anos, constituindo um grande acervo de mapas, fotos, filmagens e muitos relatórios, checklists e fichas arquivados. Desse trabalho de análise e catalogação surgiu a ideia de disponibilizar tais informações de forma a prestar serviço à sociedade, notadamente às pessoas cujas dificuldades de mobilidade ou deficiências sensoriais impedem um real usufruto dos espaços da Cidade.

De fato, como dito mais acima, nossas pesquisas têm comprovado que muitas

pessoas com deficiência e idosos preferem não sair de suas casas por receio de serem “barrados” por obstáculos que podem tornar os locais inacessíveis. Portanto, em muitos casos, é a falta de informação sobre as reais condições desses locais que as impedem de sair do isolamento e usar os espaços urbanos. Colocando as informações corretas sobre as condições de acessibilidade à disposição dessas pessoas, certamente teremos um maior incentivo à participação delas no meio urbano. Foi assim que surgiu a ideia do aplicativo “Guia Virtual de Acessibilidade”, que contém informações confiáveis elaboradas por nossos pesquisadores, mas não emite juízo de valor, com o intuito de que a própria pessoa, ciente de suas dificuldades particulares, avalie os dados fornecidos e decida se o local lhe é acessível ou não.

No aplicativo, por meio das descrições, das imagens do site e ícones de fácil entendimento para todos, os ambientes são apresentados em função de sua acessibilidade. Por exemplo, o aplicativo permite à pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida verificar se é possível ter acesso a praças e parques; ao deficiente visual saber se há audiodescrição em exposições; à pessoa surda consultar se há funcionários treinados em LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais) em um museu etc. Ainda exemplificando, vemos que um usuário com mobilidade reduzida pode encontrar os locais próximos que oferecem acessibilidade para cadeirantes, como elevadores e rampas de acesso.

Figura 1 – Imagens ilustrativas sobre o funcionamento do Guia. Fonte: Núcleo Pró-accesso PRO-ARQ UFRJ



Além disso, buscamos construir um aplicativo de fácil manipulação por qualquer pessoa, com ou sem deficiência, que conta com recursos assistivos compatíveis com softwares de leitura de tela de modo a facilitar a navegação e compreensão da página. As informações do Guia são também acessíveis a pessoas com deficiência visual, uma vez que sua plataforma é amigável a sintetizadores de voz. As ilustrações seguem as indicações para a audiodescrição de imagens. Também há recursos para aumentar e diminuir as fontes das páginas e um bom nível de contraste de cores.

Com a criação do aplicativo<sup>1</sup> para dispositivos móveis este Guia identifica a posição do usuário através da interação com sistemas de GPS - Global Positioning System e, a partir dessa posição, indica aos usuários as localidades próximas onde existem pontos de interesse (PIs) que condizem com as necessidades espaciais do usuário com deficiência. A figura 1 traz um esquema resumido de funcionamento do Guia.

Os usuários podem, também, além da busca por proximidade, encontrar opções de pontos de interesses baseados num bairro específico ou em uma categoria de acordo com o tipo de uso, como museu, parque, edifício histórico, evento cultural, dentre outros.

O desenvolvimento do software contou com a parceria do Grupo de Teleinformática e Automação da CO-PPE UFRJ. Para o desenvolvimento do aplicativo mobile do guia de acessibilidade, foi adotada a metodologia ágil, um

padrão de mercado empreendido atualmente no desenvolvimento de aplicações modernas. A metodologia ágil é baseada em ciclos rápidos de desenvolvimento interativo.

O primeiro modelo-piloto do Guia foi realizado na Cidade do Rio de Janeiro e posteriormente o trabalho será aberto a parcerias em outros estados da federação. No atual momento, o Guia conta com dezenas de locais catalogados abrangendo a maioria dos locais notáveis da cidade.

## O GUIA COMO INSTRUMENTO DIDÁTICO

Após a etapa de testes, a produção do aplicativo e sua disponibilização online, o Guia pode então ser alimentado com informações de outros pontos de interesse, além de também necessitar a atualização constante dos locais já cadastrados.

Essa alimentação tem se mostrado um incentivo para o curso de graduação. No âmbito da disciplina “Arquitetura Acessível e Desenho Universal”, cadastrada no Departamento de Projeto de Arquitetura da FAU/UFRJ, surgiu a possibilidade de abrir essa alimentação aos alunos que passam a ver, na prática, a aplicação dos ensinamentos sobre acessibilidade.

Trata-se de uma disciplina eletiva aprovada desde outubro de 2008<sup>2</sup>, cujo objetivo é o de sensibilizar o graduando em arquitetura para a temática da acessibilidade. No âmbito dessa disciplina, são

<sup>1</sup> O desenvolvimento do aplicativo foi possível por meio de uma parceria entre o Núcleo Pró-acesso e o Grupo de Teleinformática e Automação da Coppe/ UFRJ.

<sup>2</sup> Atualmente, o oferecimento de tal disciplina encontra-se suspenso por motivo de aposentadoria da professora responsável. Está em avançada negociação a oferta desse conteúdo no âmbito de uma disciplina do PROARQ que será aberta também à graduação (disciplina "arquitetura inclusiva" oferecida no curso de mestrado profissional).

previstas discussões por meio de textos que trazem conceitos e teorias sobre acessibilidade, desenho universal, segregação espacial, rota acessível, arquitetura inclusiva, deficiência e desvantagem. São igualmente propostas reflexões sobre a diversidade humana, as diferenças, as habilidades motoras e sensoriais e a ergonomia. A ementa da disciplina também prevê o estudo e conhecimento das normas e leis promotoras de espaços acessíveis que norteiam os projetos arquitetônicos e urbanos além de workshops de vivência espacial. Apenas no final do semestre eram previstos trabalhos práticos, geralmente voltado para dotar de acessibilidade aqueles projetos em curso nas disciplinas de projeto.

Apesar da experiência positiva no que concerne ao aprendizado do corpo discente, a dinâmica dessa disciplina não nos parecia suficiente para manter os alunos entusiasmados até a chegada da etapa final, quando seus projetos eram, então, trabalhados na prancheta. Assim, afastando o conteúdo estritamente técnico que poderia tornar as aulas maçantes, foi proposta a opção do aluno trocar o projeto do final do semestre pela possibilidade de contribuir com o banco de dados do aplicativo do Guia. Os conceitos, teorias e legislação foram diluídos dentro do período de campo. Com isso, os alunos demonstraram maior entusiasmo ao verificarem que sua contribuição está disponível no aplicativo, sendo consultada por centenas de pessoas. Essa mudança de estratégia didática teve resultados que superaram as expectativas

e, além disso, trouxe uma real integração entre as atividades de ensino e o projeto de extensão.

A metodologia da alimentação da base de dados no âmbito da disciplina segue um roteiro pré-estabelecido que será comentado a seguir.

### Metodologia de trabalho

Os conceitos básicos são fornecidos desde as primeiras aulas e são reforçados na prática, ao longo do processo. Em seguida, os alunos, em dupla, selecionam os pontos de interesse (espaços de lazer, edifícios históricos ou culturais, lugares turísticos). Após a identificação do local a ser analisado, devido ao seu valor histórico, turístico ou afetivo da cidade, os alunos devem traçar um perfil técnico e uma ficha com dados históricos e informativos.

Em seguida são eleitos os percursos do entorno do ponto de interesse. Para a verificação da acessibilidade desses pontos de interesse a escolha de rotas e percursos do entorno é fundamental, uma vez que, geralmente, não é possível analisar a totalidade de ruas, avenidas e vielas. Assim, torna-se necessário não apenas deixar claros os critérios de seleção dos trajetos como, também, imaginar as tendências de desvio do fluxo de pedestres em casos de alteração de rota ou em função de alguns fatores. A escolha dessas rotas contempla uma diversidade de pontos estratégicos, comportando pontos de baldeação de transportes públicos, edifícios de uso público, locais



economicamente importantes e pontos nevrálgicos da cidade. Com a identificação desses locais, traçam-se rotas na quais o percurso de pessoas pareça ser o mais frequente.

Com essas rotas são feitos mapas de percursos que não apenas identifica as condições de acesso mas, também, as observações de caráter subjetivo, almejando sensibilizar o olhar do graduando. A figura 2 apresenta um esquema de mapeamento no qual são assinaladas as dificuldades encontradas pelos investigadores.

Ao longo de todo o trabalho de análise é feito um levantamento fotográfico, que se mostra muito útil para posterior análise. Muitas das fotos são também selecionadas para ilustrar o item no aplicativo. A documentação visual, através de fotos e vídeos, além de croquis e esboços, constitui-se em registro fundamental para o entendimento das condições de acessibilidade encontradas por usuários com deficiência nos atrativos de uma cidade.

A avaliação da acessibilidade do ponto de interesse propriamente dito é feita por

meio da aplicação de tabelas e checklists. Os checklists possuem numerosos itens a serem verificados, com base nas leis e normas de acessibilidade vigentes tais como: Norma Brasileira de Acessibilidade NBR 9050; Decreto Federal N°. 5296 de 2004, Planos Diretores Municipais e Planos Diretores de Transporte e Trânsito, Código de Obras, Código de Postura, a Lei de Uso e Ocupação do Solo e a Lei do Sistema Viário, dentre outras.

A avaliação da segue, então, o roteiro pré-estabelecido que leva em conta, entre outros itens: facilidades de estacionamento - para pessoas com deficiência que dirigem ou que são passageiros (normalmente é necessário que vagas especiais estejam localizadas próximas à entrada das edificações, parques ou demais locais públicos que tenham dimensões adequadas e de acordo com as normas técnicas e que sejam devidamente sinalizadas e respeitadas); transporte adaptado - são verificadas as condições de acesso aos meios de transporte coletivo; meio-fio (normalmente meio-fio não rebaixado impede

**Figura 2** – Exemplo de mapeamento das rotas. Fonte: Duarte, Cohen, Brasileiro e Silva, 2014

o acesso de uma pessoa em cadeira de rodas). A existência de rampas ou rebaixamentos é averiguada, assim como a existência de sinalização tátil direcional ou de alerta nas calçadas indicando para as pessoas com deficiência visual a proximidade de cruzamentos; degraus ou escadas. É assinalada a existência de degraus ou escadas nos acessos principais das edificações, acabamentos antiderrapantes e sinalizações para deficientes visuais; entradas, larguras de portas, etc. Questões como largura, peso e localização da porta também são pesquisadas; corrimãos, barras ou sinalizações – (úteis para a orientação de pessoas com deficiência ambulatorial e de pessoas com deficiência visual). Os banheiros adaptados são analisados dentro da correspondência às normas, são assinaladas condições de acesso aos banheiros. As fichas de avaliação contêm também anotações sobre elevadores (dimensões, altura de painéis de controle e pisos dos elevadores, assim como painéis de controle em Braille e aviso sonoro). No caso de museus, auditórios ou salas de exposição é verificada a existência de pessoas que guiam visitas comentadas; a sinalização e a comunicação. Em bares e lanchonetes é verificada a existência de cardápios em Braille para deficientes visuais ou intérpretes da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) para se comunicarem com pessoas com deficiência auditiva.

Sempre que necessário é usada também a tabela de rotas, que consiste na checagem de caminhos com rotas acessíveis entre os diversos pontos do edifício

e entre os principais acessos externos e os pontos de interesse propriamente ditos. Na análise dos aspectos de mobilidade são levados em consideração os elementos que garantem: o ACESSO, o DESLOCAMENTO, a UTILIZAÇÃO, a PERMANÊNCIA, o MANUSEIO e a INFORMAÇÃO com SEGURANÇA, INDEPENDÊNCIA e AUTONOMIA, conforme previsto na Norma Brasileira de Acessibilidade – NBR 9050 da ABNT.

Algumas vezes são feitas entrevistas com pessoas com deficiência, envolvendo as seguintes questões: possibilidade de distinguir os lugares percorridos em função de ambientes, acontecimentos mais marcantes por ocasião do caminho, avaliação da experiência, informações pessoais. As entrevistas informais auxiliam o aluno a descobrir o que as pessoas pensam, sentem, fazem, sabem, acreditam e esperam, favorecendo a empatia do investigador.

Cada ponto de interesse é, então, descrito em um relatório dentro do formato que oferece praticidade para a inclusão no banco de dados. Finalmente os dados são inseridos na plataforma e passam a figurar no aplicativo.

O trabalho, em seu resultado geral, foi capaz de criar massa crítica e formar recursos humanos mais sensíveis à questão da diversidade humana. Temos certeza de que os alunos que passaram por essa disciplina serão planejadores voltados para a questão da inclusão por meio de uma arquitetura que acolhe a todos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil, apesar da crescente conscientização da necessidade de espaços que atendam a todas as pessoas, ainda há muito a ser feito. Nesse sentido, acreditamos que o Guia Virtual de Acessibilidade traga sua contribuição, buscando incluir mais pessoas nas redes urbanas, nos transportes, nas atividades culturais e de lazer. Temos certeza do poder multiplicador desse projeto: ao não serem incluídos na lista de locais acessíveis, os teatros, museus e locais de visitação pública acabam sendo incluídos na lista de prioridades de requalificação urbana com vistas à melhoria de acesso.

Ao abarcar a acessibilidade mediante o Desenho Universal, o Guia pretende que as pessoas com deficiência sejam cada vez mais atuantes na sociedade e que aquelas pessoas que não possuem deficiência possam conviver com a diversidade, enriquecendo sobremaneira o convívio com o Outro. Com isso, os habitantes da cidade sentir-se-ão aptos ao engajamento na vida urbana participativa. Isto significa um contingente

maior de cidadãos ativos, trabalhadores, turistas, participantes da urbe. Uma vez que os ambientes urbanos e arquitetônicos possuem uma função social ao acolher a diversidade humana, sendo capaz de mudar mentalidades e superar as desigualdades físicas e sociais entre as pessoas, pode-se dizer que o maior dos impactos esperados para o Guia não é apenas físico, pois a eliminação das barreiras de acessibilidade resulta na redução de barreiras sociais, culturais, políticas, econômicas e burocráticas. Barreiras estas que foram solidificadas com a falta de informação sobre como conviver com a diversidade e cuja eliminação representará uma verdadeira base para a construção dos novos paradigmas necessários para colocar o país numa posição mais avançada socialmente.

Com a junção do trabalho prático do Guia e o ensino de graduação buscamos dar um passo a mais no sentido de construir uma ponte entre a academia e a sociedade. Com a participação de alunos de graduação nessa tarefa procuramos cumprir o papel social da Universidade.

## REFERÊNCIAS

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS – NBR 9050 (ABNT). **Acessibilidade de Pessoas com Mobilidade Reduzida às Edificações, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro: 2015.
- COHEN, Regina. **Acessibilidade, Identidade e Vida Cotidiana Urbana de Pessoas com Dificuldade de Locomoção**: o caso do Projeto Rio-Cidade. Dissertação (Mestrado em Urbanismo) – PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, 1999.
- DUARTE, Cristiane Rose de S.; COHEN, Regina; BRASILEIRO, Alice de B.H.; SILVA, Osvaldo L.S. **Metodologia para diagnóstico de acessibilidade em centros urbanos**: análise da área central da cidade do Rio de Janeiro. São Paulo: ASSIS, Editora e Gráfica Triunfal, 2014

---

CRISTIANE ROSE DE S. DUARTE é Arquiteta e Urbanista (UFRJ), Doutora em Planejamento Urbano (Paris-I Panthéon-Sorbonne); Pós-doutorado (UC Berkeley); Docente do PROARQ FAU UFRJ; coordenadora do Núcleo Pró-acesso | crduarte@ufjf.br  
REGINA COHEN é Arquiteta e Urbanista (UFRJ), Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS/IP/UFRJ); Pós-doutorado (Syracuse University); coordenadora do Núcleo Pró-acesso | arquitetareginacohen@gmail.com

# PROJETOS ACESSÍVEIS: UM PROCESSO CENTRADO NO USUÁRIO

*Vanessa Goulart Dorneles  
Isabela Fernandes Andrade*

## Resumo

Para projetar de forma acessível é necessário, antes de tudo, conhecer as pessoas para quem se projeta, reconhecendo suas possíveis limitações. Para isso, deve ser adotada a proposta de elaboração de projeto considerando que todo o processo seja centrado no usuário. A filosofia do desenho universal se adequa bem a esta intenção, pois traz uma reflexão de como considerar as diferentes pessoas e suas necessidades espaciais ao longo do processo de projeto. Neste trabalho são abordados aspectos teóricos acerca do desenho universal e do processo de projeto acessível, bem como uma série de métodos que tem um objetivo em comum: conhecer as diferentes capacidades e limitações das pessoas, a fim de considerá-las na concepção de ambientes acessíveis a todos. O objetivo deste artigo é apresentar meios para que o projetista possa se aproximar do provável usuário do espaço. Para isto, há uma explicação de alguns métodos de inquirição de usuários e exemplos de aplicação destes no processo de projeto. Os métodos aqui tratados podem ser utilizados como estratégias de ensino dentro das disciplinas projetivas dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design.

**Palavras-Chave:** arquitetura, processo de projeto, desenho universal, acessibilidade, relação pessoa e ambiente.

## Abstract

In order to design in an accessible way it is necessary, first of all, to get to know the people to whom it is being projected, recognizing their possible limitations. To this end, it must be adopted the proposal of elaboration of project considering that the entire process is centered in the user. The philosophy of universal design fits well to this intention, because it brings a reflection on how to considerate the different people and their spatial needs throughout the process of designing. In this paper, theoretical aspects are approached about the universal design and the project of accessible project, as well as a series of methods, which have one objective in common: get to know the different capacities and limitations of people, in order to consider them in the conception of environments accessible to everybody. This paper aims at presenting means so that the designer can approach the probable user of space. To this end, there is an explanation of some methods of inquiring of users and examples of application of these ones in the process of designing. The methods here discussed can be utilized as strategies of teaching within the college subjects of design in the Courses of Architecture and Urbanism and Design.

**Keywords:** architecture, process of designing, universal design, accessibility, relation person-environment.

### Resumen

Para proyectar de forma accesible es necesario, antes de todo, conocer a las personas para quien se proyecta, reconociendo sus posibles limitaciones. Para ello, debe ser adoptada la propuesta de elaboración de proyecto considerando que todo el proceso sea centrado en el usuario. La filosofía del diseño universal se adecua bien a esta intención, pues trae una reflexión de como considerar las diferentes personas y sus necesidades espaciales a lo largo del proceso de proyecto. En este trabajo son abordados aspectos teóricos acerca del diseño universal y del proceso de proyecto accesible, bien como una serie de métodos que tiene un objetivo en común: conocer las diferentes capacidades y limitaciones de las personas, a fin de considerarlas en la concepción de ambientes accesibles a todos. El objetivo de este artículo es presentar medios para que el diseñador pueda aproximarse del probable usuario del espacio. Para ello, hay una explicación de algunos métodos de inquisición de usuarios y ejemplos de aplicación de estos en el proceso de proyecto. Los métodos aquí tratados pueden ser utilizados como estrategias de enseñanza dentro de las disciplinas de diseño de los Cursos de Arquitectura y Urbanismo y Diseño.

**Palabras-Clave:** Arquitectura, proceso de proyecto, diseño universal, accesibilidad, relación persona y ambiente.

## INTRODUÇÃO

Projetar de forma acessível não é uma tarefa fácil, pois é preciso ter conhecimento sobre as necessidades dos possíveis usuários e saber conciliá-las. O termo acessibilidade espacial significa prover um ambiente de condições mínimas de informação, que possibilitem a orientação no espaço, bem como permitir a interação entre usuários, o deslocamento e uso dos equipamentos e mobiliários, com segurança, conforto e autonomia (DISCHINGER *et al.*, 2013). A filosofia do desenho universal contribui para o desenvolvimento de projetos acessíveis, pois visa conceber produtos, edificações e espaços abertos para o maior espectro possível de usuários (MACE *et al.*, 1996), considerando suas diferenças, necessidades espaciais e possíveis limitações no uso do espaço. Entender os usuários é uma etapa importante dentro do processo de projeto, pois todos têm necessidades sociais, físicas, psicológicas.

Primeiramente, é importante destacar que as pessoas são diferentes entre si, ou seja, a crença em um “homem padrão”, que possa servir de exemplo para a elaboração de projetos, não é verdadeira. As diferenças entre as pessoas variam conforme o local onde vivem, a idade e, até mesmo, seu gênero, conferindo características singulares a cada um. Por exemplo, a estatura média dos homens pigmeus da África Central chega a se diferenciar em até 40 centímetros dos homens da região sul do Sudão (IIDA, 2005). A população masculina,

de forma geral, tende a ser maior que a feminina em cada uma das diferentes etnias (IIDA, 2005; PANERO; ZELNIK, 2002). Além disso, as dimensões e proporções corporais mudam com a idade, pois as partes do corpo crescem em diferentes velocidades (CARVALHO FILHO, 1996; IIDA, 2005).

Além disso, é preciso atentar às possíveis alterações nas dimensões e posições corporais ocasionadas por patologias ou por deficiências. Uma pessoa com artrose pode ter dificuldades em movimentar seus braços, diminuindo seu alcance. Outra pessoa pode ter perdido os movimentos das pernas em um acidente, por exemplo, e precisar se locomover em cadeira de rodas.

Entende-se que as pessoas são diferentes entre si e, portanto, é importante compreender suas necessidades ao criar qualquer tipo de artefato, seja um produto, um equipamento ou um ambiente, de forma a considerar tais diferenças. No caso da área de atuação da Arquitetura e Urbanismo, que visa intervir e criar espaços, principalmente, entender as relações entre as pessoas e seus ambientes é fundamental para que se projete de forma adequada e de acordo com as reais demandas da população.

Algumas áreas de conhecimento como ergonomia e psicologia ambiental, têm procurado sistematizar o conhecimento e as metodologias de pesquisa para o entendimento das relações entre as pessoas e os ambientes. Estes estudos visam auxiliar o projeto de novos artefatos, seja com o objetivo de compreender a natureza humana

<sup>1</sup> Tradução de: “Universal design and inclusive design are terms often used interchangeably in the United States to label a design approach that implies equity and social justice by design”.

<sup>2</sup> A Declaração dos Direitos Humanos da ONU foi realizada em 1948.

propriamente dita, bem como desenvolver sentimento de identidade e pertencimento e criar significados espaciais. Neste sentido, destaca-se o desenho universal, pois trata-se de um conceito que explora as intenções de projetos centradas nos usuários, ou seja, é uma filosofia de projeto que pretende criar artefatos ou espaços para o máximo de pessoas possíveis e de forma concomitante.

Isto exposto, cabe destacar que este artigo tem como objetivo apresentar meios para que o projetista possa se aproximar do provável usuário do espaço. Para isto, os autores expõem brevemente alguns métodos de inquirição que possibilitam alcançar essa aproximação, além de exemplos de aplicação destes no processo de projeto. Além disso, os métodos aqui tratados podem ser utilizados como estratégias de ensino dentro das disciplinas projetivas dos Cursos de Arquitetura e Urbanismo e Design.

### DESENHO UNIVERSAL: O CAMINHO PARA PROJETOS ACESSÍVEIS

O termo “desenho universal” foi utilizado, pela primeira vez, pelo arquiteto Ronald Mace, em 1985, nos Estados Unidos, e consiste numa filosofia de projeto que visa criar espaços que não segreguem nenhuma pessoa, independentemente de suas características físicas ou habilidades (MACE, 1985 .454).

Desenho universal e desenho inclusivo são termos usados frequentemente

e indistintamente, nos Estados Unidos, para descrever uma abordagem de *design* que implica em equidade e justiça social através do projeto. (OSTROFF, 2001, p. 15)<sup>1</sup>.

Apesar de esse termo ter sido publicado, primeiramente, em 1985, sua origem remonta o período pós-guerras nos países europeus e nos Estados Unidos (OSTROFF, 2001) e é decorrente da industrialização do mercado de trabalho, em que acidentes ocorriam com os trabalhadores em função de distrações ou problemas com maquinários (HERSENS, 2011).

Para contextualizar o surgimento do desenho universal com outras áreas de estudo, vale lembrar que, no final da década de 40, houve o surgimento do termo “ergonomia”, na Inglaterra, que vinha substituir os termos “fisiologia do trabalho” e “psicologia do trabalho”, adotados anteriormente, e o conceito “fatores humanos” (*human factors*) adotado nos Estados Unidos (IIDA, 2005). Na Arquitetura, Le Corbusier vinha realizando estudos para uma melhor adequação da habitação às proporções humanas (CORBUSIER, 2006), com a publicação do primeiro Modulor (1,75m de altura), em 1950, e do Modulor 2 (1,83m de altura), em 1955.

Nesse período, também em função da discussão em prol dos direitos humanos<sup>2</sup>, a questão da deficiência deixa de ser tratada a partir de um modelo médico e passa a ser considerada do ponto de vista social (DEVLIEGER et al., 2003). Essa

mudança de paradigma é influenciada pelo surgimento e desenvolvimento das ciências sociais, como Antropologia, Psicologia e Sociologia, que passam a inspirar a área de Arquitetura e Urbanismo (HERSSENS, 2011).

Na década de 60, inicia-se um questionamento, em Arquitetura e Urbanismo, com relação às consequências dos preceitos do modernismo e a críticas em relação à perda da escala humana nas cidades e à própria qualidade das ambiências criadas durante o movimento moderno. Alguns dos críticos que valem ser lembrados são: Jane Jacobs, Kevin Lynch, Christopher Alexander, Amos Rapoport, Steen Eiler Rasmussen, Christian Norberg-Schulz e Edward Twitchell Hall, entre outros.

Assim, somando-se as questões históricas de pós-guerra e a industrialização às questões sociais e de crescimento nas áreas de conhecimentos sociais enquanto ciência, surge, também, a preocupação em tornar os espaços adaptados às pessoas com deficiência, definido, na época, como “*design* para necessidades especiais” (*DFSN – Design for Special Needs*) (HERSSENS, 2011).

Como, nos Estados Unidos, havia uma preocupação muito grande na reintegração de antigos combatentes na sociedade, desenvolveu-se, na década de 50, o desenho livre de barreiras, ou *barrier free design*, cuja intenção era eliminar as barreiras físicas e atitudinais, adaptar o ambiente construído ao acesso das pessoas com deficiência e etc. (OSTROFF, 2001).

Assim, primeiramente, lidou-se com o conceito do “*barrier free design*”, que, aos poucos, foi se tornando um conceito mais social e humano e foi chamado de “*social design*” e, por último, transformou-se no conceito, utilizado até hoje, de “desenho universal” (*universal design*) (CAMBIAGHI, 2007), que, além de estar direcionado para a concepção de projeto, procura estabelecer condições de igualdade entre as pessoas e não ser um desenho para necessidades especiais, mas, verdadeiramente, inclusivo.

A intenção do desenvolvimento desse termo foi suprimir a ideia de adaptação de espaços por causa das pessoas com deficiência e proporcionar um conceito mais amplo de projeto, que não segregue nenhuma parcela da população e que possa passar despercebido aos olhos dos usuários em geral (STEINFELD; MAISEL, 2012).

Como o desenho universal é considerado uma filosofia de projeto, deve-se entender as relações humanas com o ambiente físico, ou seja, as necessidades espaciais. Assim, para que haja tal entendimento, as áreas de conhecimento da ergonomia (análise da atividade/tarefa) e da Psicologia Ambiental (análise do comportamento humano) contribuem para a compreensão dos aspectos sensoriais, cognitivos e físicos que influenciam a interação entre o homem e o ambiente físico (DORNELES, 2013).

As necessidades relativas ao uso dos espaços variam conforme as características físicas dos usuários e de suas habilidades em função das características dos

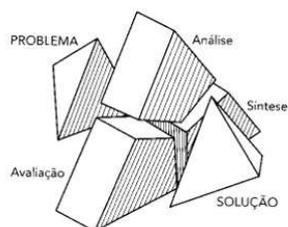
ambientes. Sabe-se que uma pessoa com deficiência visual precisa de outras informações sobre o espaço do que as pessoas com boa acuidade visual ou de informações que possam ser apreendidas por outros sistemas sensoriais, como o uso de informação tátil em pisos e mapas. Uma criança ou pessoa de baixa estatura em um píer não consegue enxergar a paisagem se houver um guarda-corpo alto e fechado com alvenaria. Congregar as necessidades de todas as pessoas para criar espaços inclusivos é o objetivo da filosofia do desenho universal. Para que essa filosofia de projeto possa ser efetiva, arquitetos devem tê-la em mente desde o início do projeto e, para colocá-la realmente em prática, é necessário um conhecimento aprofundado das necessidades das pessoas (HEYLIGHEN; BIANCHIN, 2010). Para Herzsens (2011), essa prática pode se tornar real quando arquitetos ouvirem as necessidades e experiências dos usuários, ou seja, dos *experts*, pois, só assim, é possível desenvolver espaços mais responsivos para e esses usuários. Portanto, é importante compreender que o conhecimento sobre as necessidades dos usuários deve ser buscado constantemente, pois saber tudo o que as pessoas querem e desejam leva tempo, por isso, é essencial que se continue tentando (FROYEN, 2012).

resolução de situações inusitadas e complexas, em que não há, necessariamente, controle dos resultados ou dos métodos a serem incorporados, pois os problemas com que os projetistas se confrontam podem ser solucionados de diversas maneiras, dependendo da situação e do contexto.

O projeto pode ser entendido como a tradução de diversas restrições e condicionantes. De forma geral, o objetivo do processo de projeto é transformar um determinado problema em solução a partir de um conjunto de procedimentos e estágios de diferentes complexidades, começando-se pela exploração e pelo reconhecimento do problema, indo até a definição da alternativa que lhe pareça mais adequada como solução (LAWSON, 2011).

Assim, para Lawson (2011) “[...] é preciso haver um resumo do problema, o projetista tem de estudar e entender as exigências, produzir uma ou mais soluções, testá-las em relação a critérios explícitos e implícitos e transmitir o projeto a clientes e construtores”, mesmo que essas atividades não ocorram necessariamente nessa ordem ou que representem eventos isolados e identificáveis. Para o autor, o processo de projeto pode ser visto como uma negociação entre problema e solução, em que um é reflexo do outro a partir das atividades de análise, síntese e avaliação, como ilustra a figura 1.

Conhecer os usuários é essencial no levantamento do problema a ser solucionado e na definição do programa de necessidades. Portanto, é necessário pensar diferentes formas de abordar as



**Figura 1** – Esquema representando o processo de projeto em que a solução é reflexo da solução.  
Fonte: Lawson (2011).

### PROCESSO DE PROJETO ACESSÍVEL

Para Schön (1983), a criação de projetos de Arquitetura corresponde à reflexão e

peças em relação a sua interação com o ambiente para que se compreendam as suas verdadeiras necessidades e expectativas em relação ao espaço projetado. A abordagem ocorre a partir de métodos utilizados, em geral, para avaliar ambientes ou produtos após a sua ocupação. Exemplo disso é o *walkthrough*, que originalmente permite que o pesquisador avalie um determinado ambiente à luz da opinião de um determinado usuário e, concomitantemente, possibilita entender que elementos deste espaço são interessantes em seu ponto de vista.

Vale ressaltar que as necessidades dos usuários podem ter valores físicos, simbólicos ou emocionais, ou seja, há necessidades que impedem ou dificultam as pessoas de interagir com o espaço, mas tem aquelas, também, que tornam os espaços ou produtos mais agradáveis e desejáveis (DORNELES, 2013).

A seguir são expostos métodos e técnicas empregados a fim de conhecer as necessidades dos diferentes indivíduos e como eles se relacionam com o meio. Cabe destacar que todo método estabelece uma série de etapas, pois dita procedimentos. Já as técnicas consistem nos procedimentos a serem aplicados.

## MÉTODOS E TÉCNICAS

Partindo-se da premissa que, para conceber um projeto centrado no indivíduo é necessário ouvir seus anseios, é necessária a abordagem de técnicas de inquirição, principalmente. As técnicas de inquirição

são aquelas que buscam informações sobre o que pensa o indivíduo. As respostas, em geral, são transmitidas nas formas escrita, oral e por meio de desenhos. Nesse contexto, optou-se por expor métodos/técnicas como Entrevista Focal, Passeio Acompanhado, Poema dos Desejos e *Walkthrough*, que normalmente são utilizados no início do processo de projeto, mas que podem ser realizadas ao longo de toda a criação.

A *entrevista focal* possibilita a abordagem direta do problema estudado e envolve grupos de pessoas (de quatro a doze participantes) com características semelhantes ou que possuam alguma expectativa em comum. Diferentes formas de abordagem podem ser empregadas para estimular os participantes ao longo do diálogo, como a técnica que envolve jogo de imagens e palavras (REHAL; BIRGERSSON, 2005).

Já o *poema dos desejos* (SANOFF, 1990) consiste em um formulário contendo a frase “Eu gostaria que o ambiente (fosse ou tivesse)...”. O respondente pode escolher como se expressar, seja através de palavras ou, até mesmo, de ilustrações.

O *passeio acompanhado* (DISCHINGER, 2000) consiste em visitas acompanhadas aos locais que se pretende avaliar, junto a pessoas que possuam alguma característica relevante para a pesquisa. Nele, são expostas ao entrevistado uma série de atividades a serem desenvolvidas. Ao longo do percurso, o pesquisador deve observar o comportamento do indivíduo e realizar questionamentos a

respeito de suas tomadas de decisões. Por outro lado, o entrevistado deve verbalizar as facilidades e dificuldades identificadas.

O *Walkthrough*, método amplamente utilizado em pesquisas que envolvem a avaliação pós-ocupação (APO), teve origem a partir dos trabalhos desenvolvidos por Lynch e de Bechtel (RHEINGANTZ *et al.*, 2008) e consiste numa visita do pesquisador ao local de estudo, acompanhado de um ou mais usuários. Ao longo do trajeto, os mesmos são instigados a avaliar o ambiente.

A seguir é exemplificada a aplicação de cada um destes métodos em diferentes projetos acessíveis já realizados em projetos de extensão ou pesquisas científicas. Estes métodos já foram aplicados em diferentes contextos de projeto, mas para fins de registro e explicação, será exposta apenas uma aplicação de cada um dele.

#### **A entrevista focal**

Segundo Rheingantz *et al.* (2008), Entrevista Focalizada (ou *focus group*) é um tipo de entrevista semi-estruturada, onde os entrevistadores podem preparar apenas um roteiro ou esquema básico para realizar o procedimento. Dessa maneira, essas entrevistas caracterizam-se como conversas informais para fomentar a discussão entre um determinado grupo. Neste método o pesquisador deve apresentar as questões a serem discutidas pelo grupo e de acordo com Rheingantz *et al.* (2008), o modo de abordagem e o tempo de duração das questões são deixados a critério do pesquisador, que tem a liberdade de explorar os motivos e conduzir

para direções que não estavam anteriormente programadas. Ainda, conforme este autor, o objetivo das entrevistas focalizadas é investigar quais os aspectos que uma experiência específica traz para as mudanças nas atitudes e valores daqueles que dela participam.

Esse método foi utilizado, entre outros, para o desenvolvimento de uma escola acessível no Haiti, realizada pelo grupo PET ARQ da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) (LUIZ *et al.*, 2013). Este foi um projeto solicitado por uma ONG Haitiana em função da queda de uma escola existente com um terremoto. Como os autores não puderam visitar o país atingido, realizaram a entrevista com haitianos residentes em Florianópolis a fim de compreender suas necessidades espaciais em relação à arquitetura escolar. Para isso, foram abordados aspectos desde uma macro escala até uma micro, isto é, da inserção das escolas nos bairros, até suas configurações formais, estruturais e suas respectivas ambiências internas.

Em relação à aplicação do método, este foi realizado em uma sala de aula na UFSC, a partir de um roteiro previamente estabelecido, mas sem o compromisso de seguir a ordem pré-estabelecida obrigatoriamente. A entrevista foi realizada com 4 estudantes do Haiti, que viveram na cidade de Carrefour, onde o projeto foi realizado. Todos eram intercambistas há mais de 6 meses na Universidade Federal de Santa Catarina e, em função disso, sem dificuldades de se expressar na língua portuguesa. Eram três alunos e

uma aluna, sendo dois destes estudantes do curso de Arquitetura e Urbanismo e dois do curso de Engenharia Civil (LUIZ *et al.*, 2013).

As perguntas pré-estabelecidas foram (LUIZ *et al.*, 2013):

1. Quantas escolas vocês estudaram?
2. Escolha o que você mais lembra e diga como era a escola que vocês estudaram.
3. Como vocês iam para a escola?
4. Como era o acesso?
5. Como ela era dentro?
6. Quais eram os materiais e cores?
7. O que vocês faziam na escola?
8. Quais eram as brincadeiras?
9. O que mais gostavam na escola?
10. O que poderia ter a mais nessa escola?

Além deste roteiro inicial, questões acerca do funcionamento interno e ambiência das salas de aula e aspectos da cultura haitiana também foram abordadas. Ao final da entrevista realizada, se obteve um panorama geral das experiências pessoais escolares desses haitianos. Todos os entrevistados estudaram em mais de uma escola durante suas formações em ensino fundamental e médio. Um dos entrevistados chegou a estudar em 5 instituições de ensino diferentes e a maioria deles chegava a sua instituição por meio de carro (LUIZ *et al.*, 2013).

A maior parte das instituições frequentadas eram mistas (para meninos e

meninas), possuíam 2 pavimentos e eram feitas de blocos de concreto. Segundo os estudantes, apesar de quase nenhuma possuir biblioteca, a maioria apresentava espaço para a prática de esportes. As atividades mais recorrentes, segundo os entrevistados, eram futebol, vôlei e pula corda. Além disso, foi relatado que a presença de algum espaço para orações também é bastante presente nas escolas, assim como a presença de plantas e/ou espaços verdes. Em relação às salas de aula, os estudantes relataram que na maior parte das vezes estas possuem bancos e mesas coletivos e que normalmente possuem bastantes alunos por salas, mas que este número varia conforme o grau escolar. Quando questionados sobre as cores e palavras que representariam seu país, os estudantes disseram que o Bege e o Marrom seriam as cores que os representariam e que a palavra Alegria os definiria (LUIZ *et al.*, 2013).

Com este método foi possível aproximar-se dos usuários e conhecer um pouco da cultura e das necessidades locais. A partir destas descobertas, foi possível, por exemplo, definir que no projeto da escola deveria se prever espaços para orações, espaço para prática de esporte, prever um espaço para leitura e biblioteca, ou seja, foi possível iniciar uma prévia do programa de necessidades dentro do processo de projeto. Além disso, as conversas sobre as dinâmicas nas salas de aula contribuíram dimensionar e organizar os espaços das salas com flexibilidade, prevendo aulas com carteiras individuais e também coletivas.



**Figura 2** - Mapeamento Visual realizado durante uma entrevista com grupo focal. Fonte: Martinagno (2014).

Este método tem uma grande variabilidade de opções de aplicação, pois além das arguições e conversas espontâneas que ocorrem, podem ser utilizados artefatos ou elementos de auxílio a discussão, como mapas ilustrativos do local ou plantas baixas dos espaços (caso seja um projeto de adequação ou reforma, por exemplo). Neste caso os participantes podem ir apontando aspectos positivos e negativos nos espaços e ir indicando onde se localizam nos elementos gráficos utilizados, como mostra a figura 2 que ilustra um Mapeamento Visual realizado durante uma entrevista de grupo focal.

Outra opção é a realização concomitante de outros métodos. Um exemplo interessante é o método de seleção visual, onde a equipe organizadora seleciona imagens e projetos semelhantes ou imagens referenciais para serem analisadas pelos participantes. Neste caso os participantes podem selecionar imagens boas ou ruins, hierarquizar as que mais gostam até as que menos gostam, ou mesmo discutir as vantagens e desvantagens de cada um dos exemplos.

Outro método interessante de ser incorporado a uma entrevista focal com objetivo de realizar projetos acessíveis é o poema dos desejos, que pode ser aplicado ao final da entrevista com os participantes individualmente ou em grupo. A seguir será melhor explicado este método.

### O poema dos desejos

O *wish poems*, ou poema dos desejos, é uma ferramenta de pesquisa desenvolvida

por Sanoff (1991), utilizada em processos participativos de criação. De acordo com Reinghantz et al (2008), trata-se de um instrumento não estruturado e de livre expressão, que incentiva e se baseia na espontaneidade das respostas.

O objetivo do poema dos desejos consiste no registro das declarações, por meio de sentenças escritas ou de desenhos, das necessidades, sentimentos e desejos dos usuários sobre determinado ambiente. Para Sanoff (1991) este método encoraja os usuários a refletir e registrar em uma folha de papel a descrição do “ambiente de seus sonhos”. De acordo com Reinghantz et al (2008), as declarações espontâneas compõem um conjunto de informações ilustrativas e possibilitam que se obtenha um perfil representativo dos desejos e demandas do conjunto de usuários de um determinado ambiente.

Um exemplo da aplicação deste método ocorreu no trabalho realizado pelo grupo PET ARQ da UFSC, que visava reformar uma creche no Município de Florianópolis (RAMOS *et al.*, 2012)2012. O procedimento foi utilizado para compreender a percepção do espaço físico sob a ótica dos alunos e de seus pais. A aplicação com as crianças foram realizadas em sala de aula juntamente com seus professores, que propuseram a atividade para seus alunos, solicitando a todos que respondessem a pergunta “o que você mais gosta na sua creche?” através de desenhos, em folhas A4. Já a aplicação com os pais das crianças foi feita diretamente pelos pesquisadores, que realizaram o mesmo questionamento



**Figura 3** – Desenhos da turma G6 – 5-6 anos. Fonte: Ramos et al. (2012).

e forneceram as folhas A4 para realização das respostas que foram realizadas da forma mais conveniente aos participantes (textual ou gráfica) (RAMOS *et al.*, 2012).

Aplicou-se este método com duas turmas da instituição: uma composta por 25 alunos de 4 a 5 anos e outra com 25 alunos de 5 a 6 anos. Quando solicitadas para desenhar sobre o que mais gostavam na instituição, a maioria das crianças desenhou os elementos do Parquinho (41,17%). Notou-se que os mais novos (4-5 anos) tiveram mais dificuldade de compreender o propósito da atividade e foram mais influenciados pelos professores e colegas. Os maiores (5-6 anos) conseguiram se expressar melhor, utilizaram mais cores e desenharam com mais clareza, no entanto, todas as crianças demonstraram uma significativa percepção e interação com o espaço escolar. A grande quantidade de desenhos de espaços externos aponta como positiva a vivência e experiência nos parquinhos, tão presentes na instituição. Há ainda casos em que foram desenhados colegas de turma, o que evidencia a importância de espaços que estimulem as relações entre as crianças (Ver figura 3) (RAMOS *et al.*, 2012).

Acredita-se também, que a pouca lembrança dos espaços internos aponta certa deficiência de atrativos nestes locais, que somente foram representados em 11,6% dos desenhos. Em relação aos pais, em sua maioria, responderam através de sentenças escritas bastante positivas, o que apresenta uma boa relação

com a instituição e evidencia a confiança e credibilidade que esta possui para os mesmos (RAMOS *et al.*, 2012).

Ao final da aplicação deste método foi possível verificar a importância dos espaços abertos da creche e de alguns espaços internos de convivência, na qual no projeto de reforma foram objeto de bastante dedicação do grupo de pesquisa.

### O passeio acompanhado

O método passeio acompanhado (DISCHINGER, 2000) consiste em acompanhar pessoas com deficiências ou algum tipo de limitação no uso dos espaços durante a realização de uma série de atividades pré-estabelecidas. Durante o percurso, o usuário deve verbalizar a respeito de sua percepção do local, demonstrando facilidades e dificuldades ao longo do caminho, principalmente em pontos de tomada de decisão. Ao mesmo tempo, o pesquisador deve registrar, através de fotos, gravações e anotações para que, posteriormente, desenvolva um mapeamento dos principais pontos a serem considerados na pesquisa. É importante salientar que o pesquisador não deve ajudar o usuário que está realizando o passeio, exceto, em situações de risco.

Este método é bastante utilizado em avaliações de ambientes construídos, a fim de identificar as principais dificuldades a partir da percepção de diferentes pessoas no uso do ambiente construído. O exemplo de aplicação trazido neste trabalho diz respeito à avaliação de terminal aeroportuário localizado em cidade



**Figura 4** – Aplicação do método passeio acompanhado com diferentes indivíduos em terminal aeroportuário. Fonte: Andrade et al. (2015).

interiorana no estado do Rio Grande do Sul (ANDRADE *et al.*, 2015). A pesquisa foi desenvolvida por integrantes do Núcleo de Ensino, Pesquisa e Extensão em Acessibilidade (NEPEA/UFPEL). O método foi aplicado com cinco pessoas que apresentam diferentes limitações no uso dos espaços: idoso, pessoa com deficiência visual, indivíduo em cadeira de rodas, estrangeiro e surdo (figura 4).

Para a aplicação desse método, primeiramente foi analisada a planta baixa do terminal aeroportuário em estudo para, então, definir atividades a serem desenvolvidas pelos colaboradores. O roteiro foi escolhido de forma a simular as principais atividades efetuadas pelo público que utiliza o terminal. Tais atividades incluem realizar o *check-in* e localizar os banheiros, a área de embarque e o portão de embarque. Com o auxílio de um gravador e de uma câmera fotográfica, foram registrados comentários e reações dos entrevistados (ANDRADE *et al.*, 2015).

Os resultados demonstraram que muitos indivíduos apresentaram dificuldades para se deslocar e orientar-se espacialmente no edifício, independente de sua deficiência e/ou limitação. Um problema identificado foi a falta da sinalização indicativa de “saída” do edifício em outras línguas além da nativa local (português) (ANDRADE *et al.*, 2015).

Por fim, pode-se destacar que este método permite a aproximação do profissional responsável pelo projeto com os usuários dos espaços, compreendendo suas necessidades e dificuldades mesmo

quando as edificações são concebidas em conformidade com normas técnicas. É um método excelente para utilização em futuras adequações e reformas de ambientes, pois permite a verificação *in loco* dos problemas do ambiente sob o ponto de vista de diferentes usuários. No caso exemplificado contribuiu, associado a outros métodos, na definição de diretrizes de melhorias das condições de acessibilidade no espaço aeroportuário avaliado.

### O *walkthrough*

O *walkthrough* consiste em um percurso dialogado que combina simultaneamente observações e entrevistas e, normalmente, ocorre em espaços onde irá ocorrer alguma reforma (por isso também é bastante realizado em pesquisas de APO – Avaliação Pós Ocupação). Este método pode ser realizado após o método de Visita Exploratória (cujo objetivo é apenas conhecer o espaço a ser projetado ou onde possa haver uma intervenção), uma vez que também é uma visita acompanhada por algum representante do local. Segundo Reinghantz *et al.* (2008), este método possibilita a identificação descritiva dos aspectos negativos e positivos dos ambientes analisados, ou mesmo a hierarquização de elementos mais problemáticos de uma edificação ou espaço. O interessante de sua aplicação é observar as reações dos participantes durante o percurso dialogado, pois suas percepções e opiniões se tornam mais enfáticas e aguçadas a medida que vão se colocando em um papel de análise e crítica. Neste

método, o registro dos aspectos relevantes identificados deve ser realizado em fichas de avaliação que verificam aspectos construtivos, de conforto e configuração espacial, podendo ter ênfase em aspectos de acessibilidade. Nas fichas deve haver espaço para se realizar desenhos do espaço observado (croquis) ou já haver desenhos prévios com planta baixa do local, o que já permite o registro da relação dos problemas com os ambientes.

Vale ressaltar que este método diferencia-se do passeio acompanhado, pois neste caso, a pessoa que acompanha o pesquisador e realiza a avaliação dos aspectos positivos e negativos costuma ser um *expert*, ou seja, uma pessoa que tem grande experiência com o local, um usuário frequente ou alguém que trabalha e tem bastante conhecimento sobre as dinâmicas nos espaços.

Um exemplo de aplicação deste método foi realizado para a proposta de Revitalização do Centro de Desportos da UFSC (CDS), realizada pelo grupo PET ARQ da mesma instituição (MARTIGNAGO *et al.*, 2014), com um professor do Centro que se disponibilizou a percorrer todos os espaços e apontar as principais problemáticas do local (ver figura 5).

O passeio abrangeu praticamente toda a área do CDS. Ao passar em frente ao Ginásio 1, por uma rampa com alta inclinação, o professor convidado enfatizou a relevância e a essencialidade de trazer maior acessibilidade para o Centro, o que obviamente não só inclui os espaços externos, mas também os

internos. O Ginásio 1, por exemplo foi caracterizado como degradado e pequeno (MARTIGNAGO *et al.*, 2014).

Entre os problemas encontrados destacam-se: no banheiro, havia falta de privacidade que foi levemente reparada pela construção recente de paredes na entrada e de uma proposta de acessibilidade. No local, também é comum ocorrer furtos e quebra de aparelhos, principalmente pelo uso irresponsável do espaço. No Ginásio 2 há tacos estufados e podres, problemas com conforto térmico, ventilação, umidade e luminosidade. Estes problemas evitam o bom desempenho dos atletas e ameaçam sua saúde. O problema com a acústica dos ginásios atrapalha na prática de alguns esportes, já que o barulho é bem forte. Outro problema indicado foi a dificuldade em guardar materiais de aula e objetos pessoais no Centro.

Os diversos materiais são armazenados em um almoxarifado no Ginásio 1 e as cadeiras de rodas são armazenadas em um almoxarifado no Ginásio 2, causando deslocamentos desnecessários. Na área externa do Centro há falta de acessibilidade, em função da inadequação do piso das calçadas, do desnivelamento das quadras e caminhos, e presença de grandes buracos e mobiliário degradado. A área da piscina tem problemas referentes à degradação da estrutura (principalmente pelo tratamento das piscinas com cloro), no telhado com problemas de construção e na necessidade da instalação de rampas e elevadores. Um fator que necessita de atenção também é a falta de um banheiro para que os pais acompanhem os



Figura 5 – Mapa de localização dos equipamentos do CDS. Fonte: MARTIGNAGO *et al.* (2014).

filhos (pais de gêneros diferentes de seus filhos), para evitar constrangimento e experiências desagradáveis. Em relação a pista de atletismo, foi comentado que esta será remodelada, ganhando um piso sintético e uma pista alternativa ao redor desta para caminhada. O explicou que o uso nos finais de semana é restrito para evitar a degradação da mesma. Além disso, há falta de espaço para algumas modalidades como ginástica artística e judô, apesar de terem obras encaminhadas para os mesmos (MARTIGNAGO *et al.*, 2014).

Tendo em vista todas estas problemáticas verificadas, realizou-se diversas diretrizes de melhorias para os ambientes existentes, bem como propostas de novos espaços a serem incorporados na revitalização proposta. Este método foi fundamental para o entendimento de diversas características do local, identificação de espaços para o programa de necessidades, bem como para a definição, até mesmo, de materiais mais adequados para revestimento dos ambientes.

### Sintetizando descobertas

Vale ressaltar que em cada um dos exemplos de projetos e pesquisas realizadas citadas acima, mais de um método de inquirição foram aplicados a fim de levantar diversas necessidades dos usuários. Cada método tem sua peculiaridade e proporciona descobertas diferentes conforme seus objetivos e forma de aplicação. A complementariedade de métodos de aproximação com os usuários

é muito relevante, pois quanto mais contato com as pessoas, atuais ou futuros usuários, mais necessidades e anseios são levantados e com isso os futuros projetos tornam-se mais coerentes.

Por outro lado, a aplicação de diferentes métodos, traz diferentes resultados, e muitas vezes é preciso sintetizar e até mesmo hierarquizar. A organização dos dados pode ser feita de forma textual, em forma de tabela ou mesmo de forma gráfica. O importante do processo de projeto é compreender cada situação, cada local e verificar como os usuários interagem com o ambiente, para propor melhorias para a relação pessoa x ambiente.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com o usuário em qualquer momento do processo de projeto proporciona ao projetista uma maior segurança para criar espaços e produtos adequados. Além disso, permite o levantamento de questões e soluções inovadoras, pois durante a interação com as pessoas podem surgir elementos até então desconhecidos para quem está projetando.

Os métodos citados neste artigo são algumas possibilidades dessa interação com o usuário que contribui em projetos centrados nos usuários, pois permite ao projetista se colocar no lugar do Outro e desenvolver empatia pelas necessidades das pessoas. O uso destes métodos (ou de outros) não precisam ocorrer apenas no início do processo de projeto ou para levantamento de

condicionantes, pode ocorrer a qualquer momento, permitindo um *feedback* contínuo do processo de criação.

Vale ressaltar ainda que, a utilização destes métodos durante o processo de

projeto deve ser incentivada desde a formação dos profissionais de arquitetura, urbanismo e design, consistindo em estratégias de ensino para uma arquitetura acessível e um desenho universal.

## REFERÊNCIAS

- ANDRADE, Isabela Fernandes; ; ZANCHIN, Mayara; ANDRÉIA, Milene Sottoriva. **Avaliação das condições e proposta de diretrizes de acessibilidade para o Aeroporto Internacional de Pelotas.** . Pelotas, p. 78. 2015. (Relatório de Pesquisa)
- CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho universal: métodos e técnicas para arquitetos e urbanistas.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2007.
- CARVALHO Filho, Eurico Thomaz de, 1996. . **Fisiologia do Envelhecimento.** In: Matheus Papaléo Netto (Ed.). Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada. São Paulo: Atheneu, 1996. p.p. 26-43.
- CORBUSIER, LE. **Por uma arquitetura.** São Paulo: Perspectiva 2006.
- DEVLIEGER, Patrick; FRANK, Rusch PFEIFFER, David **Rethinking Disability.** Antwerpen - Apeldoorn: Garant, 2003.
- DISCHINGER, Marta. **Designing for all senses: accessible spaces for visually impaired citizens. Thesis (for the degree of Doctor of Philosophy)** Göteborg, Sweden: Department of Space and Process School of Architecture, Chalmers University of Technology, 2000.
- DISCHINGER, Marta; BINS ELY, Vera Helena MoroPIARDI, Sonia Maria Demeda Groisman. **Promovendo a acessibilidade nos edifícios públicos: Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público.** Florianópolis: Ministério Público de Santa Catarina, 2013.
- DORNELES, Vanessa Goulart. **Estratégias de ensino de desenho universal para cursos de graduação em arquitetura e urbanismo.** 2013. 351 p. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 2013. Disponível em: <<http://tede.ufsc.br/teses/PARQ0192-T.pdf>>
- FROYEN, Hubert. **Universal Design, a Methodological Approach.** Boston: The Institute for Human Centered Design, 2012.

- HERSSENS, Jasmien **Designing Architecture for More. A Framework of Haptic Design Parameters with the Experience of People Born Blind**. 2011. p. Doctoral thesis (Doctor) - PHL University College-University Hasselt: Association Faculty Universiteiten and Hogescholen Limburg, Department of Arts and Architecture, Hasselt, 2011. Disponível em:
- HEYLIGHEN, Ann; BIANCHIN, M. Can crap design be inclusive? **In: Proceedings of the 5th Cambridge Workshop on Universal Access and Assistive Technology**, , March 22-25, p.55-62, 2010.
- IIDA, Itiro. **Ergonomia: projeto e produção**. São Paulo: Edgard Blücher, 2005.
- LAWSON, Bryan. **Como arquitetos e designers pensam**. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
- LUIZ, Mariana Moraes; JUNIOR, Amarildo Soares; DORNELES, Vanessa G.BINS ELY, Vera H. M. **Ambiente x educação: um projeto de arquitetura escolar para o Haiti**. Florianópolis: UFSC/REITORIA, 2013.
- MACE, Ron. **Universal Design, Barrier Free Environments for Everyone**. Los Angeles: Designers West, 1985.
- MACE, Ronald L.; HARDIE, Graeme J. PLACE, Jaine P. . **Accessible Environments: Toward Universal Design** Raleigh, NC: Center for Universal Design, 1996.
- MARTIGNAGO, Yasmin Mariani ; JUNIOR, Amarildo Marcos Soares ; CHRISTENSEN, Thayssa ; KLEIN, Marina Freitas DORNELES, Vanessa Goulart **PROCESSO DE PROJETO ERGONÔMICO PARA CENTROS ESPORTIVOS**: Univille. 14º Congresso Internacional de Ergonomia e Usabilidade de Interfaces humano-tecnologia: produto, informações, ambiente construído e transporte. Joinville, 2014.
- OSTROFF, Elaine. **Chapter 1. Universal Design: The new paradigm**. In: Wolfgang F.E. Preiser e Elaine Ostroff (Ed.). **Universal Design Handbook**. New York: McGraw-Hill, 2001.
- PANERO, Julius; ZELNIK, Martin. **Dimensionamento humano para espaços interiores. Um livro de consulta e referência de projetos**. Barcelona: Editorial Gustavo Gili, 2002.
- RAMOS, Flávia Martini ; LUIZ, Mariana Moraes; DORNELES, Vanessa GoulartBINS ELY, Vera Helena Moro. **Análise da Relação entre Ambiente e Usuário & Propostas de Adequações Espaciais para a Creche Municipal Waldemar da Silva Filho**. Florianópolis: UFSC/REITORIA, 2012.
- REHAL, S.; BIRGERSSON, L. What' happens when imagery is used to complement speech in dialogues involving changing the built environment? . In: INTERNATIONAL CONFERENCE FOR INTEGRATING URBAN KNOWLEDGE & PRATICE, 2005. **Anais**. Gothenburg, 2005.v.p.
- RHEINGANTZ, Paulo Afonso; BRASILEIRO, Alice ; ALCANTARA, Denise de ; AZEVEDO, Giselle Arteiro QUEIROZ, Mônica **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2008.

- SANOFF, Henry. **Participatory Design – Theory and techniques**. North Carolina: North Carolina State University, 1990.
- SANOFF, Henry . **Visual Research Methods in Design**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1991.
- SCHÖN, Donald A. **The reflective practitioner: how professionals think in action**. Cambridge, Mass: Basic Books, 1983.
- STEINFELD, Edward; MAISEL, Jordana L. **Universal Design Creating Inclusive Environments**. Hoboken, New Jersey: John Wiley & Sons, Inc., 2012.

---

VANESSA GOULART DORNELES é doutora em Arquitetura e Urbanismo e Professora da UFSM | [arq.vanessadorneles@gmail.com](mailto:arq.vanessadorneles@gmail.com)

ISABELA FERNANDES ANDRADE é doutora em Arquitetura e Urbanismo e Professora da UFPel | [acessiarq@gmail.com](mailto:acessiarq@gmail.com)

# MORFOLOGIA URBANA E REGULAÇÃO URBANÍSTICA: O CASO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ICOARACI EM BELÉM, PA

*Alberto Patrick Cassiano Lima*

*José Júlio Ferreira Lima*

*Roberta Menezes Rodrigues*

## Resumo

A elaboração de legislações urbanísticas específicas é delegada ao Poder Público Municipal. A existência de municípios que concebem legislações urbanísticas genéricas, que não refletem as características da estrutura urbana existente prejudicam a eficiência e justiça no planejamento e gestão urbana. O presente trabalho discute como a forma urbana do Núcleo Histórico de Icoaraci, em Belém-PA, está sujeita ao Plano Diretor do Município de Belém, e como este instrumento orienta o modo de ocupação do lote. Adota-se como área de estudo os bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa em Icoaraci, denominados como Núcleo Histórico de Icoaraci. Nele é feita uma proposta de um zoneamento de caráter morfológico desenvolvido a partir do exame das características do plano e tecido urbanos, bem como do padrão de uso e ocupação do solo. A finalidade da proposta é confrontar as diretrizes de uso e ocupação e os índices urbanísticos definidos pela legislação urbanística vigente e as características morfológicas existentes. Os resultados da aplicação dos índices urbanísticos em vigor aos lotes caracterizados pelas suas composições morfológicas demonstram a insuficiência do atual modelo de regulação urbanística em regular de maneira adequada a ocupação de quadras com qualidades históricas e urbanísticas específicas a serem preservadas.

**Palavras-Chave:** morfologia urbana; regulação urbanística, lote urbano; Distrito de Icoaraci; Belém.

## Abstract

The elaboration of specific urban legislation is delegated to the Municipal Public Power. The existence of municipalities that conceive generic urban planning legislation, which does not reflect the characteristics of the existing urban structure, impairs efficiency and justice in urban planning and management. The present work discusses how the urban form of the Icoaraci Historical Core, in Belém-PA, is subject to the Plano Diretor do Município de Belém, and how this instrument guides the way of occupation in the lot. The neighbourhoods of Cruzeiro and Ponta Grossa in Icoaraci, entitled as Icoaraci Historical Core, are adopted as study area. It is proposed a morphological zoning developed from the examination of the characteristics of the urban plan and fabric, as well as land use and occupation pattern. The intent of the proposal is to confront the use and occupation guidelines and the urban building parameters defined by the current urban legislation and the existing morphological characteristics. The results of applying the urban building parameters in force to the plots characterized by their morphological compositions show the insufficiency of the current model of urbanistic regulation to regulate in an adequate way the occupation of blocks with specific historical and urban qualities to be preserved.

**Keywords:** urban morphology; urban lot; simulation; Icoaraci District; Belém.

## Resumen

La elaboración de legislaciones urbanísticas específicas es delegada al Poder Público Municipal. La existencia de municipios que conciben legislaciones urbanísticas genéricas, que no reflejan las características de la estructura urbana existente, perjudican la eficiencia y la justicia en la planificación y gestión urbana. El presente trabajo discute cómo la forma urbana del núcleo histórico de Icoaraci, en Belém-PA, está sujeta al Plano Diretor do Município de Belém, y como este instrumento orienta el modo de ocupación a nivel de la parcela. Se adopta como área de estudio los barrios del Cruzeiro y Ponta Grossa en Icoaraci, denominados como Núcleo Histórico de Icoaraci. En él se hace una propuesta de una zonificación de carácter morfológico desarrollado a partir del examen de las características del plano y tejido urbanos, así como del patrón de uso y ocupación del suelo. La finalidad de la propuesta es confrontar las directrices de uso y ocupación y los índices urbanísticos definidos por la legislación urbanística vigente y las características morfológicas existentes. Los resultados de la aplicación de los índices urbanísticos en vigor de las parcelas caracterizadas por sus composiciones morfológicas demuestran la insuficiencia del actual modelo de regulación urbanística en regular de manera adecuada la ocupación de cuadras con cualidades históricas y urbanísticas específicas a ser preservadas.

**Palabras-Clave:** morfología urbana, lote, simulación, Icoaraci, Belém.

## INTRODUÇÃO

Por volta de 2003, após o Plano de Belém instituído em 1993 ter vigorado por 10 anos, iniciaram-se os trabalhos de revisão da lei do plano, concluído em 2008, quando foi promulgada uma nova lei de ordenamento territorial municipal (Lei 8.655, de 30/07/2008). O Plano Diretor Urbano de Belém de 2008 (doravante PDB) trouxe índices urbanísticos que passaram a vigorar em conjunto com dispositivos da Lei Complementar de Controle Urbanístico (LCCU) de 1999 (BELÉM, 1999). O plano possuía a tendência a não integrar políticas públicas setoriais com diretrizes de ordenamento territorial, ficando clara a partir do aumento de índices de aproveitamento, bem como das áreas abrangidas pelos maiores índices, atender aos interesses do mercado imobiliário.

No caso de porções do território belenense distantes do Centro Metropolitano, as modificações na ocupação do solo estão associadas a capacidade de a morfologia original abrigar as novas taxas de densidade construtiva em um tecido urbano tradicional. O exame da morfologia do Distrito de Icoaraci, localizado a 20 km do centro de Belém é tratado neste artigo como forma de proceder a uma análise dos índices urbanísticos contidos no Plano Diretor de 2008 para aquela área. O objetivo é subsidiar possíveis ações de revisão do plano com ensaios voltados a aplicação dos índices urbanísticos tendo como base uma investigação morfológica do desenho de

quadras, dimensões e disposições de lotes e análises dos arranjos resultantes.

Os estudos de morfologia urbana morfológicos que servem de base a este trabalho estão ligados a composição sistemática e hierarquizada da forma da paisagem urbana conforme desenvolvido pela Escola de Morfologia Urbana Inglesa iniciada por Conzen e depois desenvolvida por diversos autores conforme organizada por Pereira Costa e Netto (2017). Conzen identifica três categorias sistêmicas da forma: o plano urbano formado pelo sistema viário e o padrão de parcelamento do solo associado, o tecido urbano formado pelas quadras e lotes com os tipos edifícios semelhantes e o padrão de uso e ocupação do solo e das edificações. Neste trabalho associou-se o plano urbano a origem do Distrito de Icoaraci fortemente ligado ao período de *boom* da economia gomífera na Região Amazônica, momento decisivo para a entrada do capitalismo na região e discutido a partir de ideias voltadas ao desenvolvimentismo envolto no embelezamento urbano e na modernização da sociedade (SARGES, 2000; CASTRO, 2011).

Partindo de uma exposição da legislação urbanística atual em paralelo ao estudo do plano urbano em termos de composição de um período específico no tempo de formação do distrito de Icoaraci, o presente artigo está dividido em duas três sessões. Na seguinte sessão aborda-se o Núcleo Histórico de Icoaraci, o qual é objeto de análise e proposição de metodologia um zoneamento morfo-

lógico nas duas sessões que complementam o artigo. Por último é contraposto o zoneamento morfológico com a aplicação de parâmetros urbanísticos em vigor para considerações sobre as limitações do PDB e LCCU a partir da abordagem da morfologia urbana.

#### **A LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA ATUAL E O PLANO URBANO DE ICOARACI**

Por meio da legislação urbanística, o Estado se propõe a planejar e controlar a forma do espaço urbano e suas respectivas dinâmicas, resguardando os interesses coletivos em detrimento das forças econômicas as quais o espaço urbano está submetido. O planejamento e controle da ocupação do espaço urbano são guiados por políticas urbanas que permitem o estabelecimento de diretrizes e parâmetros urbanísticos, sendo estes os mecanismos específicos e fundamentais utilizados pelo Estado para definir e alcançar padrões mínimos relacionados à saúde e vida social em cada assentamento urbano. A fim de resguardar os interesses públicos e estabelecer controle sobre o território, atualmente no Brasil, o Estado rege a organização administrativa sobre as políticas urbanas por meio de legislações correlatas: a própria Constituição Federal de 1988: a Lei nº 6.766/1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano; e a Lei Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade). No município de Belém, o Plano Diretor (PDB) vigente foi sancionado por meio

da Lei Nº 8.655, de 30 de julho de 2008 (BELÉM, 2008), e se apresenta conceitualmente de acordo com os princípios fundamentais do Estatuto da Cidade. Discorre sobre as diretrizes gerais e instrui sobre as políticas setoriais de gestão urbana (desenvolvimento econômico, educação, saúde, patrimônio cultural, esporte e lazer, habitação) e de infraestrutura e meio ambiente (saneamento, abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem urbana, resíduos sólidos, drenagem urbana, acessibilidade e meio ambiente) a serem desenvolvidas na municipalidade. Ressalta-se que a política de ordenamento territorial contida no PDB, surge como um dispositivo legal fundamental para o controle do uso e a ocupação do solo urbano em Belém. São enunciados os objetivos e diretrizes urbanísticas válidas para todo o território municipal com o reconhecimento da estrutura espacial e das diretrizes de divisão territorial do município em macrozonas de ambiente urbano (MZAU) e macrozonas de ambiente natural (MZAN). Identificam-se então as características espaciais rurais e urbanas existentes, dispondo sobre usos, formas e intensidade de apropriação do espaço, tendo como base unidades de paisagem, conceitualmente se assemelhando com dados referentes à morfologia urbana. As Zonas de Ambiente Urbano (ZAU), inseridas na MZAU, são unidades de planejamento urbano com semelhanças em características morfológicas, sociais, econômicas e ambientais. A partir dessa unidade de planejamento são estabeleci-

dos modelos e parâmetros urbanísticos aplicáveis ao zoneamento ordinário (assim denominado o conjunto de zonas definidas segundo a predominância ou mistura de usos) para cada tipologia de uso do solo (habitação, comércio e serviço), os quais, teoricamente, devem estar de acordo com os objetivos e diretrizes fundamentais de cada ZAU. Existe ainda o zoneamento especial, sobreposto ao zoneamento ordinário, que trata de áreas específicas no território municipal, devido a particularidades relacionadas a fatores sociais, econômicos ou ambientais.

A Lei Complementar de Controle Urbanístico Nº 02, de 19 de julho de 1999 (LCCU) (BELÉM, 1999) é uma legislação complementar ao PDB, pois nela estão contidas normas específicas para a regulamentação sobre, entre outros temas, as formas de parcelamento, ocupação e uso do solo. A escala de regulação utilizada na LCCU privilegia o lote. Os modelos e parâmetros urbanísticos ordinários estão listados em um quadro de acordo com as respectivas zonas em um anexo do PDB de 2008, sendo que esse quadro retirado da LCCU foi adaptado e inserido no PDB. Foram realizados somente alguns ajustes pontuais, destacando modificações em parâmetros urbanísticos, sem que fosse definido o coeficiente de aproveitamento básico para cada zona, o que inviabiliza a aplicação de instrumentos como a Outorga Onerosa do Direito de Construir e a Transferência de Potencial Construtivo, por exemplo.

As deficiências relacionadas ao tempo de validade da LCCU (sancionada em 1999 e ainda parcialmente em vigor no município) e as leis complementares que não existem para auxiliar o cumprimento dos objetivos e diretrizes descritas no PDB originam problemas de ordem socioeconômica, ambiental e espacial, e que levam ao descrédito do próprio Plano Diretor (Jornal O Liberal, 2011a). As problemáticas relacionadas ao PDB e o esvaziamento legal da LCCU como um instrumento de controle de ocupação e uso do solo no município ocasionam uma desarticulação entre os instrumentos fundamentais da regulação urbanística. Além dessas inconsistências no texto do PDB, existem objetivos e diretrizes que não condizem com os parâmetros urbanísticos definidos, problema esse que será demonstrado posteriormente, ponderando somente o zoneamento em que a área de estudo está localizada.

Apesar da atual legislação urbanística municipal ter suas limitações devido fatores políticos e técnicos, a metodologia de regulamentação do espaço urbano é similar ao restante do país. Existem diferenças regionais e locais, porém, a regulação urbanística por meio do zoneamento tradicional é baseada fortemente na regulamentação do uso do solo, herdada de correntes ideológicas no urbanismo modernista – nas quais o uso do solo era o que determinava quais partes das cidades exerceriam específicas funções (FELDMAN, 1997 apud CYMBALISTA, 1999).

A ideia do zoneamento tradicional base-

ado principalmente no uso do solo tem o lote como elemento fundamental de regulação, reduzindo seu papel como elemento morfológico, por um lado por dissociá-lo da quadra e da rua e por outro, por não articular o potencial construtivo definido na legislação às suas repercussões morfológicas no tecido urbano. A partir do momento em que o lote, o único elemento estritamente privado, é priorizado pela legislação, os elementos restantes podem ter qualidades urbanísticas alteradas negativamente devido a formas morfológicamente inapropriadas de parcelamento, uso e ocupação (LAMAS, 2011). Isso pode refletir ainda na desarticulação dos lotes com os outros elementos morfológicos causando efeitos negativos entre público e privado (lote *versus* espaço público), como distorções no tecido urbano e alterações nas qualidades morfológicas existentes.

### O NÚCLEO HISTÓRICO DE ICOARACI (NHI): FORMA URBANA E LEGISLAÇÃO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

O Distrito de Icoaraci possuía em 2010 uma população de 166.652 habitantes (IBGE, 2010) e tem acesso por meio rodoviário e fluvial a serviços e comércio situados na área central do município de Belém. Devido a questões socioeconômicas e históricas relacionadas ao modo de ocupação do território amazônico, o Núcleo Histórico de Icoaraci – formado pelos bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa

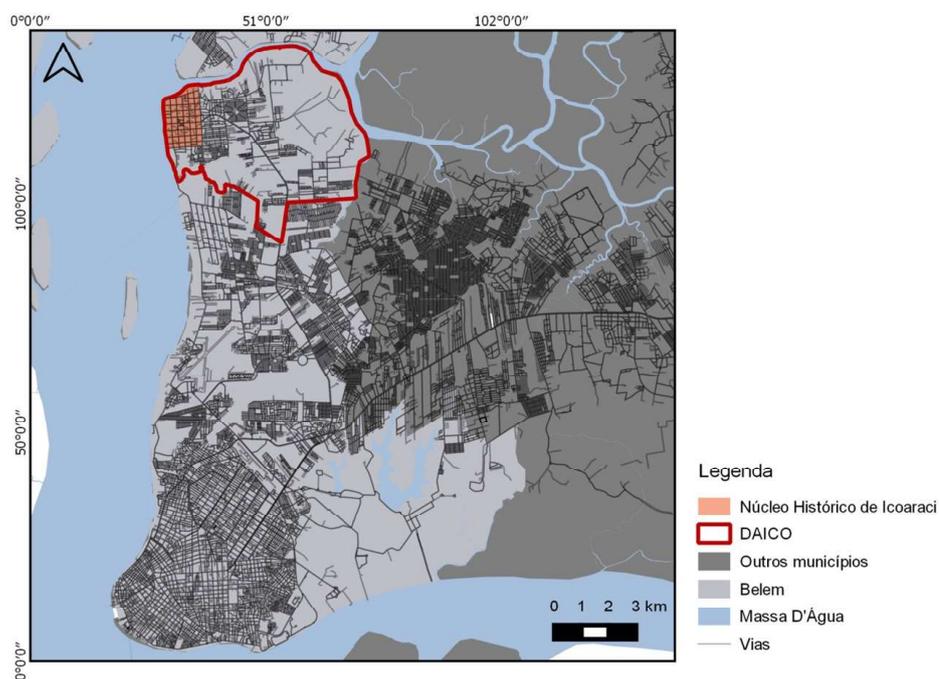
– se destacam como o marco zero do distrito e tem relevante importância para o crescimento e desenvolvimento do que hoje se considera como o Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO).

O distrito como uma unidade administrativa municipal foi instituído pelo Poder Público Municipal, por meio da Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994 (BELÉM, 1994). Estabeleceu-se limites territoriais e a nomeou Icoaraci como uma unidade administrativa no município (mapa 1), com o objetivo de responder às necessidades de relações de integração funcional de natureza socioeconômica entre os bairros componentes do distrito e para com o restante do município.

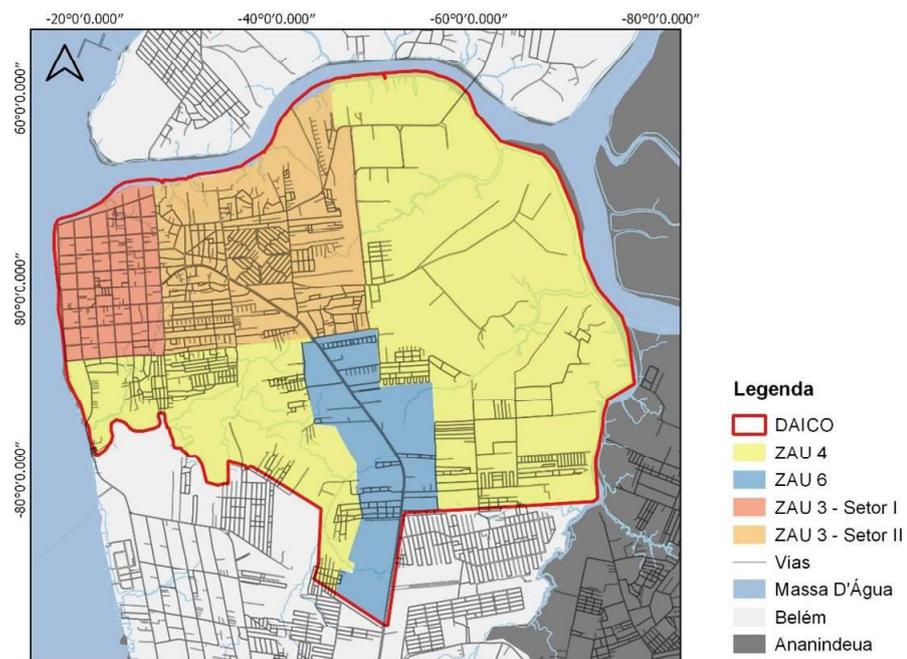
De acordo com a lei que trata sobre a criação do DAICO (BELÉM, 1994), os critérios para o estabelecimento de Icoaraci como distrito foram (1) a tendência a uma urbanização contínua e (2) relações de integração funcional de natureza socioeconômica. Atualmente existe uma dinâmica socioeconômica e certa centralidade de comércio e serviços no distrito, a maioria se concentra nos bairros pioneiros – Cruzeiro e Ponta Grossa, denominados neste artigo como Núcleo Histórico de Icoaraci (NHI) (mapa 1).

A delimitação das ZAUs (conforme denominação do PDB) (mapa 2) na área de expansão de Belém (ao longo da Av. Augusto Montenegro, até Icoaraci) é definida como ZAU 4, com exceção dos lotes lindeiros à Av. Augusto Montenegro que formam a ZAU 6, setor IV. A ZAU 6 (azul claro) são as áreas com maior potencial construtivo no distrito e

**Mapa 1** – Localização do DAICO e da área de estudo (Núcleo Histórico de Icoaraci) situados na Belém continental. Fonte: CTM/BELÉM (2001).



**Mapa 2** – Zoneamento Ordinário no DAICO conforme o Plano Diretor de Belém. Fonte: Belém, 2008. Elaboração: os autores.



estão basicamente localizadas ao longo das principais vias. As áreas definidas como ZAU 4 (em amarelo) são extensas e apresentam características que deveriam ser mais bem especificadas de forma a orientar a definição dos parâmetros urbanísticos a serem aplicados, ou mesmo distinguir as áreas mais precárias e que precisam de qualificação urbana com diferentes graus de investimento.

Especificamente no território do Distrito Administrativo de Icoaraci (DAICO), o atual zoneamento ordinário se subdivide em três zonas, sendo uma dividida em dois setores: Zona de Ambiente Urbano III (Setores I e II) e Zona de Ambiente Urbano IV e Zona de Ambiente Urbano VI (Setor IV) (mapa 2).

Apesar do pouco detalhamento do zoneamento ordinário em outras áreas da cidade, a ZAU 3 – setor I é delimitada a partir da forma das quadras e com certo nível de especificação, englobando todo o núcleo histórico de Icoaraci. A regulação incidente sobre o ZAU 3 – setor I tem como objetivo a regulamentação da verticalização, apresenta coeficientes de aproveitamento máximo de 2.5 e 3 para habitação multifamiliar e serviços respectivamente, que, na ausência de um coeficiente de aproveitamento básico, propiciam um alto potencial construtivo e livre de cobranças de contrapartida, como a Outorga Onerosa do Direito de Construir, nunca regulamentada no município de Belém.

Considerando a existência de grandes lotes vazios em quadras próximas à orla e ao principal eixo comercial da zona, a

possibilidade de verticalização nesta área pode impactar negativamente com aumento de demanda para a infraestrutura instalada e a morfologia urbana ali existente, o que entra em desacordo com os objetivos ligados a conservação do tecido urbano conforme definidos no Artigo 90 do PD para esta zona (BELÉM, 2008, p. 49, grifo nosso), como exposto a seguir:

§1°. A ZAU 3 – Setor I caracteriza-se pelo traçado regular, com vias largas, grandes lotes, pouca verticalização, eixo comercial e de serviços desenvolvidos ao longo da via principal, potencial turístico e cultural, orla parcialmente urbanizada com atividades portuárias, de lazer e turismo, ocupações irregulares, habitações precárias, tendência para o fracionamento do lote, presença de patrimônio imaterial e material marcante.

§2°. A ZAU 3 – Setor I tem como objetivos:

- I - Reabilitar e conservar as edificações históricas;
- II - Manter a ambiência e legibilidade da área;
- III - Incentivar a diversidade de usos em harmonia com as características históricas e culturais da área;
- IV - Estimular e consolidar o uso habitacional;
- V - Fortalecer as atividades de cultura, esporte e lazer, comércio e serviço, visando o incremento do turismo;
- VI - Implantar equipamentos públicos, espaços verdes e de lazer;
- VII - Desestimular o desmembramento de lotes, respeitando as características do parcelamento original;
- VIII - Limitar a verticalização.

**Figura 3 e 4** – Panfleto publicitário do empreendimento multifamiliar e o empreendimento multifamiliar finalizado, respectivamente, localizado no bairro do Cruzeiro, em Icoaraci. Fonte: <http://migre.me/v6Q6Y>. Acesso em 25 set. 2016. Fonte: Acervo Pessoal (2017). Colaboração: Leilane Dias.

248



**Figura 5 e 6** – Tipologias de edifícios localizados na Rua Siqueira Mendes e Avenida Lopo de Castro, respectivamente, no bairro do Cruzeiro. Fonte: Acervo Pessoal (2017). Colaboração: Leilane Dias.



§3°. São diretrizes da ZAU 3 - Setor I:

- I - Estimular as atividades de comércio e serviço;
- II - Incentivar a recuperação e conservação dos imóveis de valor histórico e cultural;
- III - Incentivar atividades de turismo, cultura, esporte e lazer;
- IV - Melhorar a infra-estrutura urbana e a paisagem ambiental;
- V - Requalificar a orla degradada;
- VI - Reconhecer, valorizar e divulgar o patrimônio cultural imaterial.

Em relação ao objetivo que consta nos incisos sétimo e oitavo do Artigo 90 do PDB (BELÉM, 2008), que aborda o desestímulo ao desmembramento de lotes, apesar de ter o intuito de preservar as características históricas do desenho urbano, é uma medida incompatível com o uso racional do solo urbano. O desestímulo ao fracionamento dos lotes e a probabilidade de verticalização excessiva, principalmente nas quadras próximas à orla (figura 3 e 4), se torna algo nocivo às qualidades urbanísticas existentes no

NHI. A modificação no padrão construtivo e o afastamento da população da rua desencadeiam em vários problemas como insegurança, perda da urbanidade local e a própria identidade morfológica do NHI (figuras 5 e 6).

Os bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa fizeram parte de processos históricos e sociais com relativa importância para o município de Belém, visto que se localizavam relativamente distante, tendo se tornado atrativo para a instalação de segundas residências da elite municipal. O plano urbano, formado pelo conjunto do sistema viário com os padrões de parcelamento solo associados, bem como o tecido urbano, formado pelas quadras e lotes se destacam pela regularidade e valor histórico intrínseco, idealizado no primeiro quartil do século XIX (DIAS, 2007). Devido a esta característica histórica e morfológica, a malha ortogonal que contém os dois bairros será nomeada como Núcleo Histórico de Icoaraci (NHI) (mapa 3).

A expansão do tecido histórico regular e ortogonal, para além dos bairros localizados na porção mais central do distrito, nas proximidades da orla, não foi aplicada ao restante do distrito. O desenvolvimento urbano desejado ocorreu apenas nos bairros pioneiros, a proximidade com a orla e o porto ribeirinho aliado a fatores socioeconômicos favoreceu o desenvolvimento de uma centralidade de cunho morfológico nos bairros da área de estudo.



**Mapa 3** – Massa Edificada na área de estudo. Fonte: COHAB-PA (2003); MMA/ANA, (2015). Elaboração: os autores.

Os bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa foram as primeiras porções de terra a serem ocupadas e urbanizadas no distrito (DIAS, 2007). As áreas de orla – às margens da Baía de Guajará e o Rio Maguari – foram ocupadas e obedeciam ao padrão de urbanização dendrítica amazônica, estabelecendo o acesso e conexão com outros aglomerados por meio fluvial. Na metade do século XIX iniciou-se um processo de urbanização a partir de um desenho urbano ortogonal com vias paralelas e perpendiculares uma as outras e alinhadas aos principais cursos d'água. A configuração dos lotes ocorreu de forma regular nas quatro faces de quadra nos terrenos não alagáveis. As áreas com cotas altimétricas baixas e sujeitas a inundações possuíam ocupação e dimensões de quadra e lote diferencia-

das devido ao alto custo técnico para a urbanização de áreas alagadas.

A grande maioria das quadras nos dois bairros detém dimensões generosas de 200 por 200 metros, caracterizando uma proporção de 1:1. Segundo Mascará (2003), esta proporção de quadra é altamente antieconômica devido ao maior gasto em infraestrutura urbana e o menor rateamento desses custos, já que a forma abarca proporcionalmente uma menor quantidade de lotes por quadra. Estas quadras foram divididas em lotes com dimensões mínimas de 18 metros de testada e 50 metros de profundidade (DIAS, 2007), configurando uma proporção aproximada de 1:2 e área mínima de 900 metros quadrados. Tais características corroboram que o parcelamento tinha a finalidade de atender a

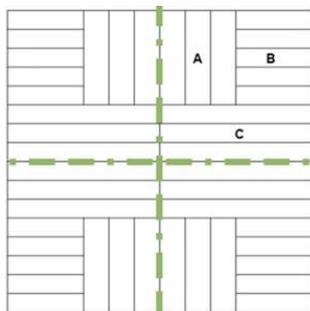
um uso voltado para o lazer e recreação dos moradores, caracterizando os lotes como chácaras. A existência de miolos de quadra livres, como pode ser aferido no Mapa 2, demonstra que essa característica ainda não se extinguiu por completo. Ressalta-se que as quadras com seus miolos de quadra mais livres são as próximas a orla. A malha de lotes com extensas dimensões, que não se modificou muito nas quadras próximas à orla, desfavorece a ocupação mais adensada.

### ANÁLISE MORFOLÓGICA E PROPOSIÇÃO DE ZONEAMENTO

Os dados históricos acerca do plano urbano e seu tecido em Icoaraci foram pesquisados nos relatórios anuais sobre o município de Belém na gestão da então Intendência Municipal do início do século XX de Antônio José de Lemos (1906). Dos relatórios, utilizou-se a Planta de Urbanização da Vila Pinheiro (atuais bairros do Cruzeiro e Ponta Grossa no Distrito de Icoaraci), na qual observa-se um desenho ortogonal regular, até hoje não totalmente consolidado, porém, há um padrão de parcelamento mantido até hoje, o que demonstra que foi, em grande medida assimilado pelo arranjo fundiário do NHI. Seguindo tal padrão, o desenho de lotes é repetido nas quadras mantendo-se homogêneo enquanto ordenação de faces de quadra, necessitando de instalação de infraestrutura urbana nas quatro faces. (Figura 7). Foram identificados três tipos de lote,

denominados como A, B e C (figura 7) que seguem uma modulação de forma espelhada pelos quadrantes de cada quadra. Os lotes A e B têm forma e proporção equivalentes, com testadas médias de 12 metros e 60 metros de profundidade. Apesar de terem as mesmas dimensões, a orientação em que se encontram na quadra influencia no modo de utilização e ocupação dos referidos lotes. O tipo C também possui testada média de 12 metros, porém, a profundidade média é de 100 metros, se diferenciando bastante dos outros dois tipos com uma proporção de quadra elevada.

O exame da morfologia urbana de Icoaraci foi feita a partir dos bairros (conjunto de quadras), quadras, lotes e os espaços públicos da área de estudo. As esquinas e as vias no sentido leste-oeste possuem lotes menores (tipos A e B), concentrando os usos de comércio e serviço. As características relacionadas às vias leste-oeste foram ratificadas com a expansão da malha em direção a leste, a partir da conexão viária com o antigo ramal da estrada de ferro, atual Avenida Augusto Montenegro. Os lotes maiores (tipo C) tendem a receber o uso residencial, devido as dimensões e proporção desses lotes, porém, essas dimensões, em média de 1.200 metros quadrados, acabam sendo parcialmente ocupadas. Por um lado, possibilitam a existência de extensas áreas permeáveis e vegetadas, o que é uma vantagem em relação a questões ambientais, porém, significam baixas densidades populacional e construtiva, o que resulta em um padrão de custo e



**Figura 7** – Fac-símile do arranjo fundiário. Fonte: Lemos, 1906.



Figura 8 – Proposta de zoneamento morfológico do NHI.  
Fonte: COHAB-PA (2003). Elaboração: os autores.

manutenção urbano oneroso.

O padrão de quadras e lotes mencionados acima levou a proposição de zonas delimitadas (Figura 8) a partir das caracterizações analisadas no NHI. Como contribuição para o debate acerca da necessidade de uma nova abordagem para o PDB, parte-se para uma simulação de aplicação de parâmetros existentes em lotes localizados em uma das zonas propostas como alternativas para o zoneamento de cunho funcionalista existente tanto da LCCU como do PDB.

Tendo sido identificado o padrão morfológico das quadras e lotes, as simulações de potencial construtivo foram conduzidas em três tipologias de lotes dispostos no arranjo fundiário do NHI da Zona Mista constante na figura 8. Estas simulações ensejam a visualização de possíveis massas edificadas

tridimensionalmente, obtidas a partir dos parâmetros edílios dispostos no atual Plano Diretor em vigor (BELÉM, 2008), com a finalidade de observar os possíveis impactos nos estabelecidos padrões urbanísticos e de ocupação sugeridos a partir do zoneamento morfológico proposto. As simulações foram realizadas em um lote de cada tipo, como especificado anteriormente como os tipos A, B e C (figura 7). Os parâmetros edílios (quadro 1) utilizados nas simulações se referem ao Modelo Urbanístico M4 (pertencente a categoria de uso de habitação multifamiliar), sendo permitida a sua reprodução no NHI, por ser correspondente a ZAU 3 – Setor I, como explicitado anteriormente.

No quadro abaixo, são explicitados os dados de área e testada dos lotes e os parâmetros edílios utilizados no ensaio

**Quadro 1** – Parâmetros edílios correspondentes ao Modelo Urbanístico “M4” do Plano Diretor de Belém. Fonte: Belém (2008).

Categoria de Uso	Área do lote (em m <sup>2</sup> )	Testada do lote em metros (mínima)	Afastamentos (em metros)			Coeficiente de Aproveitamento (máximo)	Taxas		
			Frontal	Lateral	Fundos		Ocupação para seção transversal	Ocupação	Permeabilização
Habitação	450 ou mais	12	5	2,5 para H<13.00m; 3,0 para H<22.00m; 3,5 para H>22.00m	3	2,5	0,7	0,5	0,2

(reitera-se que as taxas referidas no quadro 3 foram também consideradas nas simulações), com lotes localizados em uma quadra correspondente à Zona Mista (ZM). Os lotes analisados foram selecionados por apresentarem dimensões e proporções similares ao arranjo fundiário observado nos escritos de Lemos (1906) (figura 7). Tal seleção possibilita uma

correlação essencialmente visual entre o plano de arruamento datado no início do século XX e como, atualmente, o PDB incide sobre a forma urbana resultante deste plano, ainda que o arranjo fundiário tenha sido modificado.

Nas simulações abaixo (figuras 10 e 11) foi considerada a tipologia habitação multifamiliar, sendo cada edificação com

Categoria de Uso	Lote	Área do lote (em m <sup>2</sup> )	Testada do lote (em metros)	Nº de pavimentos	Afastamentos (em metros)			Coeficiente de Aproveitamento Utilizado
					Frontal	Lateral	Fundos	
Habitação Multifamiliar com dois apartamentos por andar, de 80 m <sup>2</sup> cada	A	1.042	15,80	10	5	3,5	3	2,5
	B	958	14,65	12				
	C	1257	12,30	16				

**Quadro 2** – Informações dos lotes e parâmetros edilícios utilizados nas simulações conforme a zona do PDU. Fonte: (BELÉM, 2008)

dois apartamentos de 80 metros quadrados por andar e a conseguinte utilização máxima do potencial construtivo permitido. Observa-se que as edificações em altura fogem do modo de ocupação tradicional do lote no NHI (figura 9).

Observando a espacialização dos resultados da simulação (figuras 10 e 11), é possível inferir que, de maneira geral, a zona em que foi realizada a simulação se caracteriza como uma centralidade comercial, com fluxo intenso de pessoas e serviços, devido principalmente à orla. Aliado a isso, a concentração da população com maior renda no entorno pressupõe uma maior probabilidade de especulação imobiliária: (1) por resguardar potencial construtivo significativo, justificado pelas grandes dimensões dos lotes e o atual coeficiente de aproveitamento indicado no PDB; (2) a possibilidade de remembramento dos lotes para o aumento do potencial construtivo; (3) existência da orla como uma qualidade paisagística privilegiada e o (4) próprio desenho urbano regular e ortogonal, agregado às amenidades urbanas existentes, podendo ser considerado também como uma qualidade restrita ao se considerar os limites do Distrito de Icoaraci (DAICO) (mapa 1).

Considerando a necessidade de preservar a morfologia urbana do NHI, os dispositivos constantes do PDB e da LCCU não convergem para tal. Embora o PDB defenda o desestímulo à verticalização em seus princípios, isso é contraditório quando da aplicação dos parâmetros edilícios pró-verticalização conforme a simulação feita. Além disso, estaria também em divergência com este objetivo, a proibição de subdivisão de lotes e consequentemente a criação de vias de penetração, prática comum dos ocupantes, a despeito de tal regra. O resultado é que o modo de adensamento construtivo das quadras ocorre por meio da perda das características morfológicas herdadas do NHI.

Em suma, além das disposições inapropriadas do ponto de vista morfológico constantes do PDB e as questões ligadas a demanda por maiores potenciais construtivos, as modificações no arranjo fundiário, que apesar do elemento quadra se manter formalmente intacto, o espaço público pode ser atingido diretamente. O aumento das testadas e os afastamentos frontais exigidos pelo PDB exacerbam a linha tênue entre público e privado, podendo alterar a relação indivíduo-espço público. Por outro lado, a preservação do



**Figura 9** – Situação atual da quadra onde foi realizada a simulação - Zona Mista.

**Figuras 10 e 11** – Simulações de potencial construtivo para lotes do tipo A, B e C - Zona Mista.

padrão morfológico e os atrativos ligados a paisagem da orla se referem ao espaço público e ao tecido urbano como um todo, são agregadores de valor simbólico e financeiro ao lote, reiterando a subserviência desse elemento privado sobre o coletivo.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O estudo feito acerca parâmetros urbanísticos a serem aplicados ao NHI resulta da apreensão sobre a condição especial àquele conjunto morfológico composto pelos dois bairros é marcado pela presença de uma extensa orla ribeirinha e de elementos urbanísticos de interesse à preservação histórica. O Zoneamento Morfológico proposto parte das características morfológicas da área de estudo, bem como das dinâmicas socioespaciais compreendidas pelos usos do solo atuais, densidades construtivas “e como as características socioeconômicas da população residente”.

“A prática brasileira tem demonstrado que o fazer cidade é em grande medida o resultado de um descolamento entre a norma e o concreto, (...)”, entre o desejável e o possível, mas talvez por isso esse fazer se mostre também diverso, variado e inventivo, dada às condições para a maior parte da população em nossas cidades. No caso de Belém, a legislação urbanística em vigor, principalmente o Plano Diretor de Belém (BELÉM, 2008) e a LCCU (BELÉM, 1999), apresentam limitações importantes em seus

conteúdos e na capacidade de abarcar de modo mais específico a diversidade de arranjos morfológicos existentes na cidade, como foi demonstrado no presente artigo.

A preservação da paisagem urbana do NHI é defendida conforme visto nas diretrizes urbanísticas do PDB (BELÉM, 2008), “(...) entretanto a definição de altos coeficientes de aproveitamento para os usos residencial multifamiliar (...)” e comercial associada aos lotes de grandes dimensões favoreceriam a edificação de torres de por volta de 20 pavimentos não corrobora para que este objetivo seja efetivamente alcançado. Outro aspecto é o desestímulo ao fracionamento de lotes que não condiz com a contemporânea realidade de ocupação das quadras por meio de vias de penetração. Isso conduz a uma insuficiência do atual modelo de parametrização urbanística em regular de maneira adequada a ocupação de quadras com qualidades históricas e urbanísticas específicas a serem preservadas.

Rotas ciclísticas, calçadas com possíveis dimensões adequadas, o aproveitamento do potencial turístico que o NHI possui, são fatores relevantes relacionados à forma urbana e a possibilidade de acesso da população ao bem coletivo que é a cidade. Constatou-se que a configuração do parcelamento atual é marcada pela baixa ocupação edílica das quadras próximas à orla de Icoaraci, a rede viária e lotes possuem dimensões generosas. Reconhece-se assim, a possibilidade de um maior adensamento construtivo e populacional na área de estudo. Existem diferentes for-

mas urbanas e edificações que respeitam as qualidades urbanísticas do NHI. A ocupação horizontal de média e alta densidade populacional e o incentivo a criação de vilas pode ser considerada uma alternativa às torres multipavimentos.

O descolamento entre as diretrizes e objetivos do PDB e os parâmetros urbanísticos, parte encontrados no próprio PDB, parte na LCCU, além da própria desorganização na distribuição de parâmetros urbanísticos e edifícios em cada

uma das leis são lacunas que prejudicam o salvaguarda das qualidades urbanísticas existentes no NHI. O controle de verticalização ao não se considerar a forma do lote (propositalmente ou não) permite a edificação de torres multipavimentos, não condizentes com a morfologia da área de estudo, entretanto, esta tipologia está de acordo com o desenvolvimento do mercado imobiliário na região.

## REFERÊNCIAS

- BELÉM (Município). Lei nº 7.682, de 05 de janeiro de 1994. **Dispõe sobre a regionalização administrativa do município de Belém, delimitando os respectivos espaços territoriais dos distritos administrativos e dá outras providências.** Belém: 1994.
- \_\_\_\_\_. Lei complementar nº 02, de 19 de julho de 1999. **Dispõe sobre o parcelamento, ocupação e uso do solo urbano do Município de Belém e dá outras providências.** Belém: 1999.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.655, de 30 de julho de 2008. **Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém, e dá Outras Providências.** Belém: Diário Oficial do Município, 2008.
- \_\_\_\_\_. Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CTM/BELÉM). **Cadastro Técnico Multifinalitário.** Belém: 2001.
- CASTRO, F. F. **Entre o Mito e A Fronteira, estudo sobre a figuração da Amazônia na produção artística contemporânea de Belém.** Belém: Labor editorial, 2011.
- CYMBALISTA, R. Regulação urbanística e morfologia urbana. In: ROLNIK, R. (coord.). **Regulação urbanística e exclusão territorial.** São Paulo. Instituto Pólis, 1999. (Publicações Pólis 32).
- DIAS, M. **Urbanização e Ambiente Urbano no Distrito Administrativo de Icoaraci, Belém-PA.** 2013. 314 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-graduação em Geografia

- Humana, Universidade de São Paulo. São Paulo: 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Disponível em: < <http://migre.me/v74u1> >. Acesso em: 22 ago. de 2016. Censo Demográfico: 2010
- LAMAS, J. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- LEMOS, Antônio José de. **1905: o município de Belém**. 4. ed. Belém: Arquivo da Intendência Municipal de Belém, 1906. 275 p. Disponível em: <<http://migre.me/v6llQ>>. Acesso em: 05 set. 2016.
- O LIBERAL. **Plano Diretor de Belém é letra morta: Descontrole. Três anos após sua sanção, lei não teve efeitos práticos para planejar a cidade**. Belém: 25 mar. 2011. Atualidades, p. 2-3. Disponível em: <<http://migre.me/wgk2X>>. Acesso em: 16 mar. 2017
- PEREIRA COSTA, S. e NETTO, M. **Fundamentos de morfologia urbana**. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.
- SARGES, M. **Belém: riquezas produzindo a Belle-Époque (1870-1912)**. Belém: Paka-tatu, 2000.

---

ALBERTO PATRICK CASSIANO LIMA é mestrando em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPa | [albertopclima@gmail.com](mailto:albertopclima@gmail.com)

JOSÉ JÚLIO FERREIRA LIMA é Doutor em Arquitetura e Urbanismo e Professor da FAU-UFPa e do Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPa | [jjlimaufpa@gmail.com](mailto:jjlimaufpa@gmail.com)

ROBERTA MENEZES RODRIGUES é doutora em Arquitetura e Urbanismo e Professora da FAU-UFPa | [roberta.menezes@uol.com.br](mailto:roberta.menezes@uol.com.br)

# A PARTICIPAÇÃO PÚBLICA EM PORTUGAL – REFLEXÕES SOBRE O DIREITO À CIDADE

*Lucinda Oliveira Caetano*

*José Luís Crespo*

*Rodrigo Cury Paráizo*

## Resumo

Num contexto de crise económica e ambiental a nível global a sustentabilidade urbana está na ordem do dia, mantendo-se a premissa do direito de todos à cidade. Trata o presente artigo da disseminação dos resultados de subinvestigações referentes à participação pública, nos canais da democracia representativa, incluindo alguns mecanismos participativos, usando como casos de estudo determinadas cidades, ou toda a região do Algarve, consoante o tema em presença. Os métodos utilizados foram o tratamento de dados obtidos nos sites das organizações, ou fornecidos pelos serviços técnicos, bem como, em entrevistas semi-estruturadas e inquéritos a atores chave. Os resultados apontam para uma baixa participação pública em Portugal e revelam a importância de reforçar a cidadania, provavelmente através de agentes intermédios de governança, tais como, universidades e associações da sociedade civil.

**Palavras-Chave:** direito à cidade; democracia representativa; participação pública; Algarve; Portugal.

## Abstract

In a context of economic and environmental crisis at a global level, urban sustainability is the order of the day, maintaining the premise of everyone's right to the city. This article deals with the dissemination of the results of public participation research, in the channels of representative democracy, including some participatory mechanisms, using as case studies certain cities, or the entire Algarve region, depending on the theme in question. The methods used were the treatment of data obtained from organizations' websites, or provided by technical services, as well as semi-structured interviews and surveys of key actors. The results point to a very low public participation in Portugal and reveal the importance of strengthening citizenship, probably through intermediary agents of governance, such as universities and civil society associations.

**Keywords:** the right to the city; the representative democracy; the public participation; Algarve; Portugal.

## Resumen

En un contexto de crisis económica y ambiental global, la sustentabilidad urbana está en la agenda, manteniendo la premisa del derecho de todos a la ciudad. Este artículo trata de la divulgación de los resultados de sub-investigaciones referentes a la participación pública, en los canales de democracia representativa, incluyendo algunos mecanismos participativos, utilizando como estudios de caso algunas ciudades, a toda la región del Algarve, de acuerdo con el tema en cuestión. Los métodos utilizados fueron el tratamiento de los datos obtenidos en los sitios de las organizaciones, proporcionados por los servicios técnicos, así como en entrevistas semiestructuradas y

cuestionarios a actores clave. Los resultados apuntan a una participación pública muy baja en Portugal y ponen de relieve la importancia de fortalecer la ciudadanía através de agentes intermediarios no gubernamentales, tales como universidades y asociaciones de la sociedad civil.

**Palabras-Clave:** derecho a la ciudad; democracia representativa; participación pública; Algarve; Portugal.

## INTRODUÇÃO

Podemos observar que as premissas/manifesto do direito à habitação e ao usufruto da cidade de Lefebvre (publicado em 1968) referentes à cidade industrializada mantêm-se e agravam-se na cidade do conhecimento, como demonstrado por David Harvey (2008), quando afirma que “Lefebvre estava certo ao insistir em que a revolução tem de ser urbana, no sentido mais amplo do termo; caso contrário, não será nada” (T.A.) (p. 40) e que “tem de ser uma luta global, predominantemente contra o capital financeiro, pois essa é a escala em que ocorrem atualmente os processos de urbanização” (T.A.) (p.39) e continuam a ser a uma aspiração de futuro conforme expresso na Agenda Mundial 2030.

Neste contexto global onde a Nova agenda urbana da Conferência das Nações Unidas refere especificamente que as “cidades e assentamentos humanos” devem por um lado cumprir “a sua função social, incluindo a função social e ecológica da terra” e por outro

**Incentivar a participação, promover a colaboração cívica, gerar um sentimento de pertença e propriedade entre todos os seus habitantes, dar prioridade a criação de instalações públicas seguras, inclusivas, acessíveis, verdes e de qualidade, que criem as condições adequadas para as famílias, contribuam para melhorar a interação social e intergeracional, as expressões culturais e a participação política, conforme apropriado, e fomentar a coesão social, inclusão**

e segurança em sociedades pacíficas e pluralistas. (HABITAT III, 2016, p.5) (T.A.)

Nessa ótica o uso de abordagens participativas na qualificação de territórios complexos tende a ser cada vez mais recorrente. Contudo e apesar das alterações legislativas mais atuais exigirem uma participação pública mais ativa na matéria urbanística, em Portugal continua-se a ter resultados residuais e sem um verdadeiro impacto na conceção das políticas públicas territoriais e na elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

No entanto, como refere Ferrer (2012), os direitos dos cidadãos em matéria urbanística que deveriam estar vinculados ao próprio conceito de cidadão (independentes do título da propriedade), fundamentam-se na transparência na atuação administrativa, na informação e participação dos cidadãos (referendo nacional ou a nível local) e na publicidade ativa da Administração Pública.

Essa situação foi corroborada através de sub-investigações sobre participação pública nos vários canais democráticos formais e informais, tanto da democracia representativa quanto da democracia participativa, tais como, Reuniões de Câmara, Sessões de Assembleia Municipal, Participação no âmbito dos Instrumentos de Gestão Territorial e processos de Orçamento Participativo, em especial no território algarvio, conforme abaixo referenciado.

## DEFINIÇÃO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

De acordo com a literatura sobre o tema existem diferentes tipos e definições sobre participação ativa e passiva. Conforme refere a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a participação é considerada ativa quando os

cidadãos se envolvem ativamente na tomada de decisão e na formulação de políticas. Participação ativa significa que os próprios cidadãos assumem um papel na formulação de políticas como, por exemplo, quando propõem opções políticas. Ao mesmo tempo, a responsabilidade pela formulação de políticas e a decisão final, recaem sobre o governo. Envolver os cidadãos na formulação de políticas é uma relação bidirecional avançada entre o governo e os cidadãos, baseada no princípio de parceria. (OCDE, 2002, p. 22).

No entanto, de acordo com outros autores a verdadeira participação ativa implica o empoderamento da sociedade civil, ou seja,

supõe uma interação dinâmica entre todos os participantes externos e internos, ou técnicos e comunidade, em todas as fases do processo, desde as primeiras fases de definição das estratégias até a tomada de decisões. Neste tipo de participação, promove-se a comunicação e o diálogo entre os envolvidos, sob a forma de conversas, reuniões de grupos abertos ou pequenos, bem como, sessões coletivas de trabalho, facilitando um resultado mais conforme com os objetivos locais

e com o empoderamento das comunidades. (VASCONCELOS, 2007, apud RAPOSO et al., 2017, p.11).

Neste âmbito o que a OCDE denomina “participação ativa” julga-se mais adequado defini-la como “participação semi-ativa”, ou seja, reporta-se aos processos de participação onde a opinião pública poderá vir a ser adotada, se for considerado pertinente pela Administração Pública, aquando da ponderação. Por outro lado, será passiva se estiver

associada a ações como a informação e consulta às populações, e geralmente corresponde à fase final dos processos, após as decisões determinantes terem sido tomadas por técnicos e políticos. Os casos em questão são audiências públicas onde os presentes podem ser ouvidos, podem obter informações e dúvidas claras sobre o processo em discussão, mas não tomam parte em decisões. (RAPOSO et al., 2017, pp 10-11) (T.A.).

## METODOLOGIA

A metodologia de investigação utilizou a análise comparativa quantitativa e qualitativa das participações cívicas nos vários canais de participação, com recurso a dados obtidos nos sites das organizações, nos dados fornecidos pelos serviços técnicos (quando solicitados), em entrevistas semi-estruturadas e inquéritos a atores chave. Nos itens abaixo serão elencados os vários temas em análise e consequentes resultados.

**FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA A NÍVEL LOCAL NA DEMOCRACIA REPRESENTATIVA**

**Eleições Autárquicas (Caso de Estudo: Algarve – 1979 a 2017)**

Como se pode verificar no Gráfico abaixo (Figura 1), no Algarve desde 1976 ocorreram quatro momentos diferenciadores nas eleições autárquicas. Em 1989 quando ocorreu uma grande mudança de cor política em oito Câmaras, ficando o Partido Socialista (PS) a governar praticamente todas as Autarquias Algarvias.

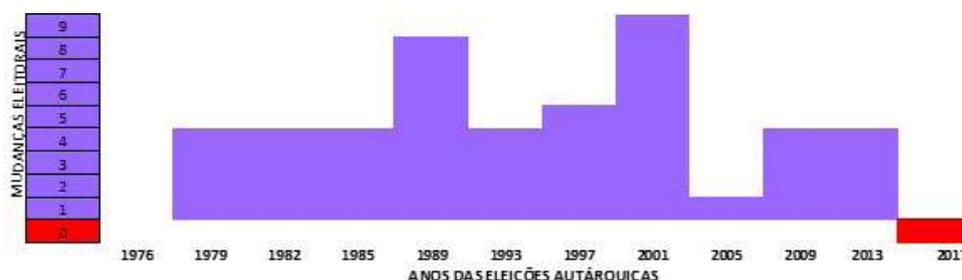
Importa relembrar que de todos os governos pós-25 de Abril, apenas cinco cumpriram o tempo normal de uma legislatura de quatro anos. O primeiro foi o XI Governo Constitucional, liderado por Cavaco Silva, quando conseguiu a primeira maioria absoluta de um só partido (1987-1991), após o anterior ter sido derrubado pelo Partido Renovador Democrático, liderado por Ramalho Eanes, através de uma moção de censura<sup>1</sup>. No entanto, dois anos volvidos, em 1989, o vencedor das eleições foi o Partido Socialista que, conquistou trinta e sete (37) câmaras municipais em relação a 1985, ficando com cento e dezasseis

(116) câmaras municipais, tornando-se o maior partido autárquico.

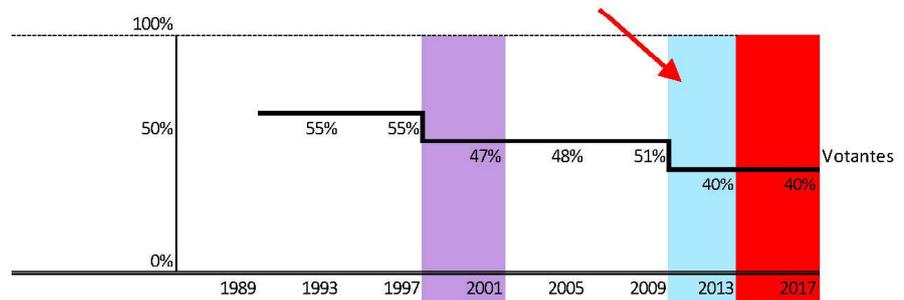
O segundo momento de mudança foi em 2001, quando o descontentamento geral da população com o Partido Socialista é evidente. No Algarve nas eleições autárquicas dos dezasseis (16) Câmaras Municipais, nove (9) mudaram a cor política para o Partido Social Democrata (PSD). A maior intensidade de alternância desde sempre.

Nas eleições de 2005, o país atravessava um período de algum equilíbrio económico, “tendo a inflação diminuído devido à estagnação económica em si mesmo, à compressão das margens de lucro de uma parte das empresas e à descida dos preços internacionais, com excepção do petróleo,”<sup>2</sup> e no Algarve temos um momento político sui generis com a manutenção geral da cor política, havendo apenas uma única mudança, no Município com maior rotatividade política – Faro.

A questão que aqui se coloca reporta-se ao comportamento dos eleitores algarvios nas eleições de 2013, quando o país vivia o auge da crise política, com as mudanças de governo recentes, o Programa de Estabilidade e Crescimento, os cortes salariais, a TROIKA, as suspeitas



**Figura 1** – Mudanças partidárias nas Autarquias algarvias. Fonte: Elaborado pelos autores



<sup>1</sup> [https://www.rtp.pt/noticias/politica/governos-de-portugal\\_i852231](https://www.rtp.pt/noticias/politica/governos-de-portugal_i852231)  
 Consultado em 10 de junho de 2018

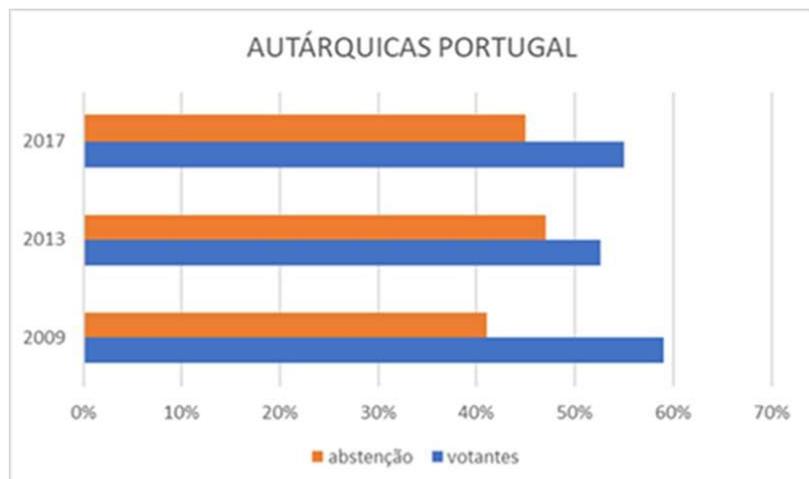
<sup>2</sup> <http://www.cgtp.pt/cgtp-in/444>  
 Consultado em 10 de junho de 2018.



**Figura 2** – Percentagem de votantes no Algarve. Fonte: elaborado pelos autores

**Figura 3** – Incidência e intensidade de OP's por ano, no Algarve. Fonte: elaborado pelos autores

**Figura 4** – Comportamento dos eleitores portugueses nas eleições autárquicas, nos três últimos sufrágios eleitorais. Fonte: elaborado pelos autores



de corrupção e a falência dos Municípios. Quando analisamos o perfil das mudanças (Figura 1) verificamos que as cinco mudanças que ocorreram estão dentro da média algarvia

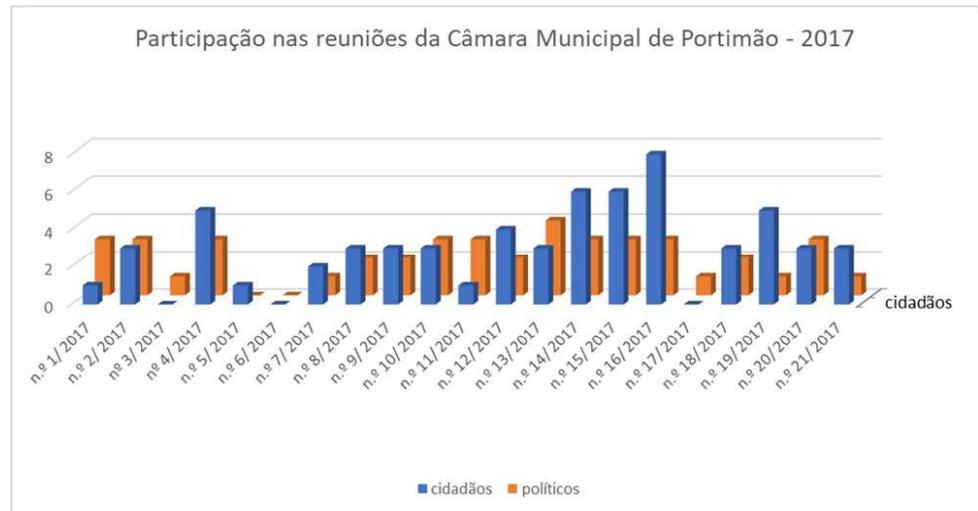
No entanto, há aqui um dado novo – uma abstenção de quase 60 % - (Figura 2) o que parece revelar uma desconfiança geral com a classe política, razão que poderá explicar o surto de Orçamentos Participativos (OP's) no Algarve, no ciclo governativo 2013 – 2017 (Figura 3). Em 2017, apesar da abstenção em Portugal ter reduzido ligeiramente, mantendo-se nos 50% (Figura 4), no Algarve verificou-se que não há qualquer alternância partidária, mantendo-se todos os municípios com o mesmo partido político (Figura 1).

### **Reuniões de Câmara (Casos de Estudo: Portimão e Loulé – 2017)**

No que concerne à participação ativa nas reuniões de Câmara durante o ano de 2017 (nos dois mandatos 2013-2017 e 2017-2021, uma vez que não houve alternância partidária) usaram-se vários critérios de análise de índole quantitativa e qualitativa, ou seja, a participação da oposição, a participação do cidadão comum e a tipologia de participação – genérico (opiniões diversas, aleatórias); interesse pessoal (direto, como por exemplo um processo de obras particulares ou um contador de água); assunto nacional (normalmente relativo a moções apresentadas pela oposição referente a temas de âmbito nacional); assunto regional (normalmente relativo

a moções apresentadas pela oposição referente a temas de âmbito regional - Algarve); participação pública/cidadania (assunto de interesse comum, do bem geral local); reclamação sobre um assunto de um grupo (vendedores ambulantes, associação ou problemas de uma determinada zona da cidade) e assunto genérico da comunidade (relativo a interesse pessoal indireto, como por exemplo, «lixo na minha rua» ou «um buraco na estrada próxima do meu local de trabalho»).

Das informações recolhidas nos sites dos Municípios em estudo verificou-se que no caso de Portimão (Figura 5) de cento e sete (107) participantes que falaram nas vinte e uma (21) reuniões ocorridas em 2017, reporta-se a uma média de cinco (5) pessoas por reunião e o número de representantes políticos é quase similar ao de cidadãos. Noutras palavras, estamos face a cerca de dois e meio (2,5) cidadãos por reunião. Por sua vez, no caso de Loulé (Figura 6) dos sessenta (60) participantes que falaram nas vinte e três (23) reuniões ocorridas em 2017, reporta-se a uma média de dois vírgula seis (2,6) pessoas por reunião, sendo raras as manifestações dos políticos da oposição. Estes resultados apontam para uma participação popular muito baixa e simultaneamente bastante similar em termos quantitativos nos dois casos de estudo. Contudo, a observação direta revelou uma diferença substancial quanto ao formato, muito mais formal e distante em Portimão e mais informal e próximo do cidadão no caso de Loulé.



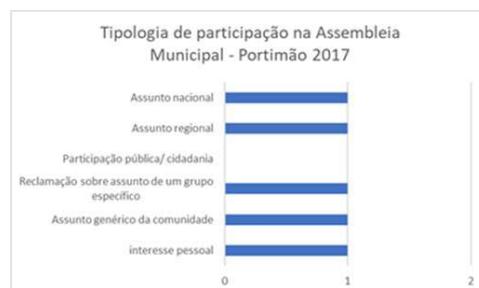
**Figura 5** – Gráfico quantitativo das participações em Portimão, distribuídas por cidadão ou representante político. Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos sites das Autarquias



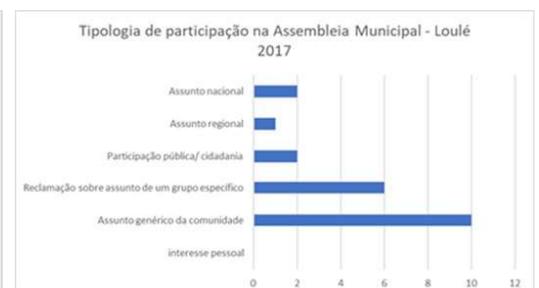
**Figura 6** – Gráfico quantitativo das participações em Loulé, distribuídas por cidadão ou representante político. Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos sites das Autarquias



**Figura 7** – Tipologia de participação nas reuniões de Câmara em 2017, em Portimão e Loulé. Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos sites das Autarquias



**Figura 8** – Tipologias de participação nas assembleias Municipais em 2017, em Portimão e Loulé. Fonte: elaborado pelos autores, com base nos dados recolhidos nos sites das Autarquias



Relativamente aos resultados apresentados nos gráficos abaixo (Figura 7) verifica-se que em ambos os casos predominam os assuntos de interesse pessoal indiretos (assuntos genéricos da comunidade), mas em Portimão a cidadania tem algum peso, enquanto em Loulé não aparece sequer como tema nas reuniões. Esta situação foi corroborada nos primeiros Workshops realizados nos casos de estudo onde foram elencados dois problemas, dois recursos e duas ideias/ soluções para a regeneração dos centros antigos, onde a cidadania não apareceu como problema nas mesas de discussão em Loulé (CAETANO et al., NO PRELO). Por sua vez as reclamações inerentes a assuntos de um grupo são mais frequentes em Loulé o que parece indiciar uma maior capacidade de associação civil para a resolução de problemas.

### Sessões da Assembleia Pública (Casos de Estudo: Portimão e Loulé – 2017)

Inicialmente julga-se pertinente salientar que tendo a Câmara Municipal competências executivas e as Assembleias legislativa e de fiscalização, por princípio as questões da participação terão conteúdo diferenciado, ou seja, as questões a levar para discussão em Assembleia serão decorrentes de queixas sobre a atuação da Câmara (uma vez que compete à Assembleia Municipal fiscalizar a Câmara Municipal) ou relativas a queixas inerentes a propostas de Planos Urbanísticos ou Regulamentos municipais, já que a competência para aprovação pertence

à Assembleia “sob proposta da Câmara Municipal”, o que por si só implica algum conhecimento técnico e político e algum grau de capacidade associativa.

No que concerne às participações ativas nas sessões da Assembleia Municipal durante o ano de 2017 (nos dois mandatos 2013–2017 e 2017–2021, uma vez que não houve alternância partidária) verificamos que em Portimão foram realizadas cinco (5) sessões ordinárias, que tiveram a participação ativa de cinco (5) cidadãos, perfazendo a média de uma pessoa por sessão. Por sua vez em Loulé nas seis (6) sessões realizadas, participaram vinte e um (21) cidadãos, cerca de três pessoas e meia (3,5) por sessão, percebendo-se, portanto, um acréscimo de participação considerável em Loulé relativamente a Portimão, ainda que em termos quantitativos genéricos sejam ambas bastante residuais.

As tipologias de participação em análise foram similares às das reuniões de Câmara – genérico, interesse pessoal, assunto nacional, assunto regional, participação pública/ cidadania, reclamação sobre assunto de um grupo e assunto genérico da comunidade. No caso das Assembleias Municipais em Portimão o formato das Sessões é ainda mais formal do que as reuniões de Câmara. Entretanto, em Loulé as Sessões são transmitidas pela Internet. Cabe aqui uma ressalva informativa relativa à aprovação no mandato anterior de Portimão onde foi aprovado no plenário da Assembleia Municipal a transmissão das Sessões pela Internet, assim que a Autarquia tivesse condições

financeiras. Contudo, no presente mandato tal deliberação foi revogada.

Relativamente à tipologia de participação, como se observa nos gráficos abaixo (Figura 8), há uma inversão relativamente a questões referentes à cidadania, que se torna inexistente em Portimão e surge em Loulé. Outra questão que nos parece relevante é que em Portimão todos os participantes são homens, enquanto em Loulé estão distribuídos pelos dois gêneros.

#### **Participação preventiva e Discussão Pública no âmbito dos IGT's (Casos de Estudo: Portimão, Loulé e Faro – 2017)**

A metodologia baseou-se na análise quantitativa e qualitativa das participações, no âmbito da discussão pública em curso, inerente aos seguintes Instrumentos de Gestão Territorial (IGT's): revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e da audiência pública relativa à definição de Operações de Reabilitação Urbana (ORU's), no âmbito da delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's).

Numa primeira fase foi feito um levantamento numérico aos três estudos de caso (recolhidos através de contato pessoal com os responsáveis técnicos) e posteriormente análise documental e sistematização do conteúdo das participações entradas numa das Autarquias em estudo (através da posse física dos documentos em causa), entrecruzando com o montante populacional em presença.

Os casos de estudo são três municípios algarvios – Portimão, Loulé e Faro –

abrindo praticamente todo o território, um no Barlavento, outro no Sotavento e um na zona central (Figura 9), estando todos em processo de revisão do PDM, bem como Áreas de Reabilitação Urbana delimitadas nas suas zonas urbanas antigas. Em termos populacionais e de superfície tratam-se de cidades médias na escala portuguesa, variando o montante populacional dos Municípios entre cinquenta e cinco (55) a setenta (70) mil pessoas.

A seleção dos casos de estudo teve por base vários critérios, mas procurou-se acima de tudo a diversidade. No que se relaciona com o tema aqui tratado – participação pública – identificam-se os seguintes:

- A situação política é distinta. Faro – capital do Distrito – é o Município mais cosmopolita e tem promovido a alternância política com bastante incidência – mudou oito (8) vezes nos doze (12) ciclos eleitorais desde a queda da ditadura; ao passo que Portimão tem mantido o mesmo partido político desde o início do processo democrático. Por sua vez Loulé apresenta um comportamento eleitoral bastante equilibrado, com cinco (5) mudanças assinaladas, mas em regra mantém três (3) ciclos governativos antes de promover a mudança.
- Outro critério em apreço foi a existência de orçamento participativo



**Figura 9** – Localização geográfica dos casos de estudo. Fonte: elaborado pelos autores

(OP). Loulé está entrando no quarto ano sequencial de OP, Portimão teve um processo de OP em 2012 que deveria ter produzido efeitos no Orçamento Municipal em 2013, mas tal não aconteceu porque a Autarquia entrou em colapso financeiro e Faro não tem, nem nunca teve, qualquer processo de OP.

- A localização geográfica também foi um fator relevante não apenas pela localização Este/ Oeste, mas acima de tudo porque os núcleos antigos se situam de maneira distinta - no interior ou no litoral. No caso de Faro e Portimão

encontram-se no litoral com muita pressão turística, enquanto Loulé mais interior, situa-se mais próximo do barrocal.

Os resultados reportam-se ao início de 2017 (Tabela 1), tendo demonstrado a baixa ou quase inexistente participação em termos quantitativos, onde o valor mais elevado reporta-se a Loulé, na audiência pública do PDM, com uma percentagem de cerca de 1,4 % da população do Município e a taxa mais baixa surge em Faro, no âmbito da Operação de Reabilitação Urbana da zona intramuralhas, onde não houve qualquer participação.

Município	População Município	PDM (Participantes)		População Freguesia (Censos 2011)		ORU/ ARU (Participantes)	
	(Censos 2011)	N.º	%		(Censos 2011)	N.º	%
PORTIMÃO	55.614 hab.	245	0,4	Portimão	45.431 hab.	3	0,007
LOULÉ	70.622 hab.	1.002	1,42	S. Sebastião	17.358 hab.	2	0,012
FARO	64.500 hab.	3	0,005	Sé	29.542 hab.	0	0

**Tabela 1** – Participação Pública, no âmbito da audiência prévia dos IGT's. Fonte: Dados cedidos pelos serviços técnicos (Loulé e Portimão) e retirado do site do Município de Faro

Relativamente às participações nas ARU's, por serem tão reduzidas, não nos parecem dignas de nota. No entanto, aquelas que se referem ao PDM, apesar de

serem reduzidas em termos de montante percentual, variando de 0,005% a 1,4%, tem um número suficiente para elaborar-se um estudo em termos estatísticos.

Aquando das entrevistas para obtenção destes dados, foi-nos referido pelos técnicos que a esmagadora maioria das participações dizia respeito a interesses próprios dos indivíduos, pois reportavam-se ao pedido de esclarecimento ou à sugestão para que o seu terreno, usualmente em espaço rural, fosse requalificado para espaço urbanizável.

Cabe aqui uma ressalva relativamente às alterações legislativas introduzidas na nova lei dos solos (Lei n.º 31/2014, de 30 de maio) que deixa de fazer a distinção entre solo rural e solo urbano e passa a referir a “aquisição das faculdades urbanísticas que integram o conteúdo do aproveitamento do solo urbano é efetuada de forma sucessiva e gradual e está sujeita ao cumprimento dos ónus e deveres urbanísticos estabelecidos na lei e nos planos territoriais de âmbito intermunicipal ou municipais aplicáveis”, nomeadamente planos de pormenor com execução programada, desconhecida ainda da larga maioria da população, incluindo técnicos que trabalham fora do âmbito da Administração Pública.

Apesar de não questionarmos a veracidade das informações prestadas pelos entrevistados foi-nos permitido aceder aos documentos entregues pela população. Por economia de tempo (e sem prejuízo de ainda vir a ser feito nos outros municípios, caso se justifique) detivemo-nos no estudo das participações do Município de Portimão.

Relativamente ao conteúdo de duzentas e quarenta e cinco (245) participações promoveu-se uma análise crítica e a sua sistematização, com base em dois (2) critérios, abaixo relacionados:

- qualidade do participante – cidadão (em nome individual ou em conjunto com outros), promotor, associação da sociedade civil ou instituição pública;
- conteúdo da participação - reclassificação para solo urbano, projeto específico, solicitação de informações ou contributo para o bem público.

Conforme se verifica (Tabela 2) apenas duas (2) participações, das duzentas

Requalificação para solo urbano	Projeto Específico	Solicitação de Esclarecimentos	Contributos
166	37	5	1
24	11	0	1
190	48	5	2
<b>245</b>			
Cidadão	Promotor	associação da sociedade civil	instituição pública
178	64	2	1
<b>245</b>			

**Tabela 2** – Conteúdo da Participação Pública no PDM Portimão – 2017. Fonte: Retirado de Caetano (2017, p. 63)

e quarenta e cinco (245), são verdadeiramente contributos para a construção coletiva da estratégia territorial, ou seja 0,8% das participações realizadas nos termos da lei.

A análise dos resultados quantitativos levou à necessidade de procurar compreender as razões que justificassem esses resultados. Para tal procedeu-se a entrevistas semiestruturadas a dirigentes políticos e técnicos, a técnicos da Administração Pública e a elementos da sociedade civil mais esclarecidos, residentes nos Municípios em estudo.

### FÓRUNS DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA A NÍVEL LOCAL INERENTES À DEMOCRACIA PARTICIPATIVA

#### Orçamento Participativo (Casos de Estudo: Algarve – 2005 a 2018)

O orçamento participativo, mecanismo da democracia participativa, surge pela primeira vez no Município de Porto

Alegre/ Brasil em 1989, na sequência da redemocratização da Constituição Brasileira de 1988.

A transladação deste mecanismo para a Europa ocorre em 2001, vinculada a aspetos estruturais ou macrosociais que conduzem a Europa a mudanças (SINTOMER e GANUZA, 2011) mais especificamente, modernização administrativa, afirmação de lógicas neoliberais, crise da legitimidade do sistema político e reforma dos governos locais.

No caso português aparece pela primeira vez em Palmela em 2002 e a partir daí vão surgindo focos por todo o país. No Algarve surge em 2005 no Município de Vila Real de Santo António e a “contaminação” dá-se de maneira tímida até ao último ciclo eleitoral (Figura 10), provavelmente fruto da crise da legitimidade política. Relembre-se que o índice de abstenção nas eleições autárquicas de 2013 no Algarve foi o mais elevado de sempre, perfazendo praticamente 60% da população (Tabela 3). Neste momento dos dezesseis (16) Municípios algarvios, ape-

Municípios do Algarve	Ciclo Governativo																N.º de incidências por Município
	2005/2006	2006/2007	2007/2008	2008/2009	2009/2010	2010/2011	2011/2012	2012/2013	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018	2018/2019			
Vila do Bispo																4	
Aljezur																2	
Lagos																4	
Monchique																0	
Portimão																1	
Lagoa																5	
Silves																2	
Albufeira																5	
Loisã																4	
Faro																1	
São Brás de Alportel																10	
S. Brás de Alp. Jovem																3	
Olhão																1	
Tavira																1	
Tavira Jovem																1	
Alcochim																1	
Vila Real Sto António																4	
Castro Marim																0	
%	6%	25%	25%	19%	6%	13%	6%	19%	6%	38%	44%	38%	44%	19%			

Tabela 3 – Incidência do Orçamento Participativo por ano e por Município Algarvio. Fonte: elaborado pelos autores

nas dois (2) - Monchique e Castro Marim - nunca experimentaram estes processos.

Em termos de caracterização dos Orçamentos Participativos (OP's) na Europa, Sintomer e Ganuza (2011) definem seis (6) tipologias de modelos de procedimento na Europa - Porto Alegre adaptado na Europa, Participação de proximidade (mais usual em Portugal), Consulta sobre as finanças públicas, Mesa de negociação público-privada, Desenvolvimento comunitário à escala local e municipal e Participação de interesses organizados - através dos critérios de origem; organização das reuniões; deliberação; sociedade civil e lugar.

A tipologia mais utilizada em Portugal - Participação de proximidade - apresenta as características elencadas abaixo (Tabela 4).

Analisando o ciclo dos OP's no Algarve (Figura 3) com base na incidência, ausência e permanência tem-se um espectro que nos permite verificar que existem três (3) picos, um primeiro com algum vigor em 2006/ 2007 (propagação

das experiências testadas em Portugal), um mais pontual em 2010 (véspera de eleições autárquicas) e um mais acentuado em 2015.

Outra característica interessante é que nos anos eleitorais 2009 e 2013 houve apenas um (1) processo de OP no Algarve. A novidade ocorre em 2017, pois apesar de ser ano eleitoral está a ser continuado em alguns municípios algarvios.

Apesar das ausências em 2009 e 2013 percebe-se que a Câmara Municipal de São Brás de Alportel é a única que manteve o ciclo de OP até 2017, tarefa talvez propiciada pela manutenção do mesmo partido político desde que se iniciou o processo de OP.

Outra nota que nos parece positiva é o facto de que dos dezasseis (16) Municípios algarvios somente quatro (4) iniciaram este processo em ano próximo de eleições (Portimão e Tavira em 2012), em 2016 Olhão e em 2017 Aljezur. As Câmaras de Portimão, Tavira, Olhão e Aljezur não voltaram a utilizar este instrumento.

**Tabela 4** – Características da tipologia Participação de proximidade de Orçamento Participativo.  
 Fonte: Adaptação do Quadro de Sintomer e Ganuza (2011, pp. 50-51)

Origem	Organização das reuniões	Deliberação	Sociedade civil	Lugar
Conselhos de bairros, fundos de bairros, gestão de proximidade, extensão à escala do município	Reuniões abertas à escala de bairro e do município	Discussão centrada nos investimentos públicos micro-locais ou nas grandes linhas do município	Sobretudo os cidadãos ativos (ou organizados)	Principal influência em França (Bobigny, Saint-Denis, em parte Pontde-Claix), em Portugal (Palmela), em Bélgica (Mons). Influência em Itália (Veneza, Roma)
Procedimento pouco estandardizado	Ciclo participativo	Sem hierarquização dos investimentos ou das ações; regras informais	Pouca autonomia de procedimento da sociedade civil	
		Qualidade deliberativa modesta ou média	Papel consultivo	

No ciclo de governação (2013-2017) verifica-se (Tabela 3) alguma permanência processual (para além de São Brás de Alportel), mais especificamente Albufeira, Loulé, Lagos e Lagoa.

No que concerne ao formato/ conteúdo todos os processos se inserem na tipologia de participação de proximidade, havendo apenas duas nuances (excetuando São Brás de Alportel que põe em discussão cerca de 5% da componente de Investimento do Orçamento da Câmara) alguns OP's privilegiam a captação de ideias/ expectativas de projetos por parte da população, outros deixam à votação projetos previamente selecionados pela Câmara.

Da consulta realizada através dos *sites* das Autarquias ou dos *Sites* próprios dos dez (10) processos de OP em 2016, verificamos que apenas quatro (4) não disponibilizam documentos de enquadramento/ funcionamento que os definam como procedimentos formalizados, mas todos têm como lugar de discussão dos projetos reuniões públicas à

escala da freguesia ou do Município, com a participação de técnicos municipais e eventualmente membros do Executivo.

Relativamente à verba disponibilizada para os OP's geralmente tende a ser residual, representando cerca de 0,5% a 1% do Orçamento dos Municípios.

No que concerne à participação pública (Tabela 5) dos Municípios que têm mantido um percurso contínuo no período de governação 2013-2017 e que publicitam quantitativamente o número de votos demonstraram alguma coerência no aumento ou diminuição no percentual de votos, que normalmente está associado ao cumprimento dos compromissos assumidos, que via de regra é a cabimentação no orçamento do ano seguinte dos projetos escolhidos pela população e consequente execução.

Relativamente a esta questão julga-se pertinente referir que são raros os *sites* de OP que prestam contas relativamente aos resultados - passos sequenciais, nível de concretização - após a aprovação dos projetos por parte da população.

MUNICÍPIO	CICLO DO OP	% DE VOTANTES
Lagos	2015/ 2016	3 %
	2016/ 2017	1,6 %
Lagoa		-
Albufeira	2014/ 2015	5,6 %
	2015/ 2016	2,53 %
	2016/ 2017	-
Loulé	2014/ 2015	0,66 %
	2015/ 2016	7 %
	2016/ 2017	8,5 %
S. Brás de Alportel		-

**Tabela 5** – Evolução da participação pública nos ciclos de Orçamento Participativo. Fonte: Elaboração dos autores, com dados recolhidos os sites dos Municípios em 2017

Saliente-se que Loulé - um dos casos de estudo na avaliação da participação pública nos IGT's - que apresentava uma participação de 1,42 % na audiência prévia para a revisão do PDM, no caso do OP iniciou a participação no 1.º ano com 0,66 % de participação e no 3.º ano já perfazia 8,5 % da população concelha, ao contrário dos outros processos que têm vindo a perder votantes, em cerca de 50 % de ano para ano (Tabela 5).

### ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados obtidos determinaram a necessidade de se procurar compreender as razões que justificassem esses resultados. Para tal procedeu-se a entrevistas semiestruturadas a dirigentes políticos e técnicos, a técnicos da Administração Pública e a elementos da sociedade civil mais esclarecidos, residentes nos Municípios em estudo.

O conteúdo das entrevistas variou consoante o grupo social a que pertenciam, mas em linhas gerais os dirigentes políticos e técnicos justificaram a pouca participação devido à falta de tradição e ao individualismo preponderante nas nossas sociedades atuais, enquanto as camadas mais “comuns” do espectro social – técnicos da Administração Pública e integrantes da sociedade civil – consideraram que as razões devem-se à sensação de que a opinião do cidadão não é tida em conta, ao medo de retaliação por parte dos dirigentes políticos e técnicos (saliente-se que os nossos casos de estudos

são cidades médias na escala portuguesa, ou seja, os Municípios são o maior empregador, o que acaba por interferir com a cidadania ativa), à linguagem técnica hermética para os não-técnicos ou até para técnicos que não trabalhem diretamente com planeamento urbanístico e também à desconfiança relativamente aos representantes políticos, o que determina um afastamento cada vez maior dos cidadãos. Em síntese, as razões apontadas foram basicamente os seguintes:

- falta de tradição participativa;
- individualismo, ou seja, falta de responsabilização com os destinos políticos do território;
- sensação de que a opinião do cidadão não é tida em conta;
- medo de retaliação por parte dos dirigentes políticos e técnicos;
- linguagem técnica e hermética;
- desconfiança relativamente aos representantes políticos.

Para corroborar e/ ou refutar essas hipóteses levantadas nas entrevistas semiestruturadas no âmbito das ações realizadas no território de Portimão e Loulé, em parceria com Associações da sociedade civil (CAETANO et al., NO PRELO), realizaram-se questionários onde essas hipóteses eram colocadas.

Os resultados obtidos, conforme gráficos abaixo, revelaram que tanto em Portimão (quarenta e um inquéritos) quanto em Loulé (treze inquéritos) a maioria



considera a A FALTA DE TRADIÇÃO PARTICIPATIVA como a razão para a baixa participação cívica (Figura 10).

## CONCLUSÕES

À guisa de conclusões recorremos por um lado a Boaventura Sousa Santos (2008) quando afirma que as democracias liberais capitalistas sofrem de duas patologias - de representação e de participação - e que a saída para este impasse, reduzindo a abstenção, passa pela junção da democracia representativa com a democracia participativa.

Por outro, a Nadia Urbinati (2006) ao analisar a evolução histórica do sistema representativo, desde o surgimento do processo eleitoral na Inglaterra do século XVIII até aos nossos dias, demonstra-nos que o processo foi atravessando várias fases - começando pela perspectiva jurídica (onde as pessoas alienam-se de cidadania ao delegar a incumbência de governar aos representantes eleitos), passando pela perspectiva institucional (onde a identidade jurídica do eleitor é vazia, ao nomear políticos profissionais aos quais se submetem voluntariamente), até chegar à representação política, que se

constancia como uma ruptura com os sistemas anteriores sendo uma forma de existência política criada pelos próprios atores (o eleitorado e os representantes), ou como refere a autora, “requer robustas autonomia local e liberdade de expressão e associação, bem como certa igualdade básica de condições materiais”. (URBINATI, 2006, p. 224).

Na nossa ótica, a “referida falta de tradição participativa” estará vinculada ao “congelamento” evolutivo do sistema democrático representativo, ou seja, Portugal ainda está na fase da delegação de funções a políticos profissionais, faltando-nos dar o passo seguinte - a cocriação das políticas urbanas - o que a nosso ver só acontecerá com ajuda de entidades intermediárias de governança, nomeadamente, as universidades e as associações da sociedade civil.

Em suma, para termos uma verdadeira revolução urbana (HARVEY, 2008) que promova o direito à cidade, enquanto habitantes mas também como cocriadores do “artefato urbano”, como aspirava Lefebvre (2008), será primordial que a participação ativa se transforme numa realidade. Uma participação ativa que promova os discensos, na ótica da discussão alargada, e que responsabilize

Figura 10 – Gráficos representativos das razões apontadas por grupos selecionados das comunidades de Portimão e Loulé para a pouca participação cívica. Fonte: elaborado pelos autores

todos os parceiros sociais na cocriação das políticas urbanas.

Nessa cocriação/ participação ativa será potenciada a identidade urbana e interpessoal que gera o sentimento de

pertença das comunidades e garante a apropriação da cidade por todos e para todos, tornando-a mais humana e inclusiva, como preconiza a Agenda Mundial 2030.

## AGRADECIMENTOS

Os autores gostariam de agradecer ao CIAUD, à FA da ULisboa e ao PROURB da UFRJ o apoio na investigação; e à FCT o financiamento dos trabalhos conducentes ao Doutoramento.

## REFERÊNCIAS

- CAETANO, Lucinda Oliveira. “Public Participation in Territorial Management. A Construction of Citizenship.” In **Proceedings of the Incubators conference at the KU Leuven – Urban Living Labs for Public Space. A New Generation of Planning?** Brussels: Faculty of Architecture KU Leuven, 2017. E-BOOK | ISBN 9789082510898. <https://arch.kuleuven.be/english/research/publications/publications>
- CAETANO, Lucinda Oliveira, CRESPO, José Luís e PARAÍZO, Rodrigo Cury. “Pensar coletivamente a regeneração dos centros urbanos antigos. Casos de Estudo: Portimão e Loulé – Portugal”. NO PRELO
- FERRER, Marta Llorens. **Los derechos de información y de participación ciudadanas em matéria urbanística**. Tese de Doutoramento, Universidad de Girona, Girona, 2012
- HABITAT III. **Nueva Agenda Urbana** – Español. Secretaría de Habitat III de las Naciones Unidas, 2017. ISBN: 978-92-1-132736-6
- HARVEY, David (2008), “The Right to the City”, **New Left Review** 53, 2008, pp. 23 – 40
- LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**, Tradução Rubens Eduardo Frias, São Paulo: Centauro Editora, 2008.
- OCDE. **O Cidadão como Parceiro**, Manual da OCDE sobre Informação, Consulta e Participação na formulação de políticas públicas. Brasília: MP SEGES, 2002. 124 p. CDU 332.145+316.43
- RAPOSO, Isabel, CRESPO, José Luís e LAGE, Joana Pestana. “Participatory approaches in the qualification of semi-urbanised peri-urban areas: The case of the Odivelas Vertente

Sul Area”. In Mendes, M. et al. (Eds.) **Architecture and the Social Sciences. Inter-and Multidisciplinary Approaches between Society and Space**. Springer, 2017. pp. 151-176.

SANTOS, Boaventura Sousa. “Síntese Final” in Dias, N. (org) **Actas do 1.º Encontro Nacional sobre Orçamento Participativo**. São Brás de Alportel: Associação In Loco e Câmara Municipal de São Brás de Alportel, 2008.

SINTOMER, Yves e GANUZA, Ernesto. **Democracia Participativa y Modernización de los Servicios Públicos: Investigación sobre las Experiencias de Presupuesto Participativo en Europa** (ebook). Transnational Institute, 2011. ISBN: 978-90-70563-11-0.

---

LUCINDA OLIVEIRA CAETANO é doutoranda FCT e Investigador-colaborador CIAUD, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal | lucinda.caetano63@gmail.com

JOSÉ LUÍS CRESPO é professor Doutor, Faculdade de Arquitetura, Universidade de Lisboa, Portugal | jcrespo@fa.ulisboa.pt

RODRIGO CURY PARAÍZO é professor Doutor, PROURB, FAU, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil | rparaizo@gmail.com

# NÃO SOMOS ARQUITETAS FÁCEIS

*Ana Gabriela Godinho Lima*

*Ruth Verde Zein*

## Resumo

Ao propor, de um ponto de vista contemporâneo, a necessidade imprescindível de incluir, de maneira explícita e consciente, a contribuição das arquitetas na construção de uma história da arquitetura moderna, mais justa e abrangente, não se pretende produzir um discurso histórico ao inverso. A complexidade e enormidade da tarefa de se reescrever uma história inclusiva e diversa não admite soluções simplistas ou fórmulas prontas. Por isso, aqui nos interessa apenas apontar algumas possibilidades, a partir do foco, não exclusivo, mas igualmente prioritário, do reconhecimento do trabalho das arquitetas, no âmbito e como contribuição à proposta da REDE Chile-Brasil, voltada para o reconhecimento cultural dos exemplares arquitetônicos, urbanos e paisagísticos da arquitetura moderna em ambos países.

**Palavras-chave:** arquitetura moderna; patrimônio moderno; historiografia; feminismo.

## Abstract

From a contemporary point of view it is essential and only fair to try and include the contribution of women architects in the construction of a more comprehensive history of modern architecture. The complexity and enormity of the task of rewriting an inclusive and diverse history does not admit simplistic solutions or ready-made. For this reason, we are interested here only to point out some possibilities, from the non-exclusive, but priority focus of the recognition of the work of the women architects, as a contribution to the research project “Chile-Brazil NETWORK”, aimed at the cultural recognition of the architectural, urban and landscape examples of modern architecture in both countries.

**Keywords:** modern architecture; modern heritage; historiography; feminism.

## Resumen

Desde un punto de vista contemporáneo, es esencial y justo intentar e incluir la contribución de las mujeres arquitectas en la construcción de una historia más completa de la arquitectura moderna. La complejidad y la enormidad de la tarea de reescribir una historia inclusiva y diversa no admite soluciones simplistas ni prefabricadas. Por este motivo, nos interesa aquí solo señalar algunas posibilidades, desde el enfoque no exclusivo, pero prioritario, del reconocimiento del trabajo de las mujeres arquitectas, como una contribución al proyecto de investigación “RED Chile-Brasil”, dirigido en el reconocimiento cultural de los ejemplos arquitectónicos, urbanos y paisajísticos de la arquitectura moderna en ambos países.

**Palabras-clave:** arquitectura moderna; patrimonio moderno; historiografía; feminismo.

No recente filme francês “Je ne suis pas un homme facile” (2018) dirigido por Éléonore Pourriat, uma comédia de argumento divertido se torna uma situação desconfortável. O personagem Damien,, construído sobre clichés machistas, cabeceia um poste e acorda em um mundo ao contrário, onde mulheres dão cantadas maliciosas, homens se depilam e sua contribuição profissional é desprezada. É constrangedor, propositalmente: perde o tom de “comédia” ao produzir um estranhamento completo e revelar as pequenas e grandes humilhações cotidianas das mulheres, ficticiamente transportadas ao mundo reverso. É repugnante: não desejamos que a situações se invertam, não é vingança que queremos...O filme termina de maneira paradoxal: vale conferir. E nos ajuda a estabelecer o tom deste preâmbulo.

Ao propor, de um ponto de vista contemporâneo, a necessidade imprescindível de incluir, de maneira explícita e consciente, a contribuição das arquitetas na construção de uma história da arquitetura moderna, mais justa e abrangente, não se pretende produzir um discurso histórico ao inverso. Muito menos se pretende apagar sistematicamente a contribuição dos homens, esquecer, esconder ou diminuir seus nomes atrás do de suas companheiras, sócias e colaboradoras. Tampouco se deseja incluir apenas aquelas atividades profissionais e projetuais consideradas “tipicamente femininas”. O objetivo não é construir um mundo invertido; tampouco se deseja entrar de favor pela porta dos fundos. Deseja-se

contribuir para a paulatina construção de uma outra história mais abrangente e atualizada, tendo plena consciência de que, por mais que nos esforcemos, o trabalho nunca estará definitivamente completo. Entende-se que hoje essa atitude de revisão inclusiva parece ser possível graças ao conhecimento já acumulado pela produção acadêmica recente, que tem mapeado protagonistas esquecidas, reconhecido contribuições desvalorizadas, recuperado e trazido à luz valores antes não apreciados. Este crescente esforço pode ajudar a construir novas perspectivas, novos olhares sobre os legados do passado. E pode, igualmente, fundamentar as bases para uma atuação mais equilibrada e justa em face dos problemas contemporâneos.

A complexidade e enormidade da tarefa de se reescrever uma história inclusiva e diversa não admite soluções simplistas ou fórmulas prontas, mas lucidez e rigor. Por isso, aqui nos interessa apenas apontar algumas possibilidades, a partir do foco, não exclusivo, mas igualmente prioritário, do reconhecimento do trabalho das arquitetas. Ademais, nos interessa especialmente o caso da arquitetura moderna do século 20, tema de trabalho da proposta da REDE Chile-Brasil<sup>1</sup>, voltada para o reconhecimento cultural dos exemplares arquitetônicos, urbanos e paisagísticos da arquitetura moderna. A iniciativa visa a produção de critérios objetivos para sua valorização e preservação, entendendo-os como parte de uma dimensão ativa da construção do patrimônio e identidade cultural das diversas

<sup>1</sup> Projeto de pesquisa “Theoretical Debate and Historical Construction. The architectural heritage of modernity in Chile and Brazil”, CONICYT/Chile código REDES170046, vigência 2018-9, coordenado pelo Prof.Dr. Hugo Mondragón (UPC-Santiago, Chile), com a participação de professores/as doutres/as do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

culturas e comunidades que compõem um país. Entretanto até pouco tempo, como se sabe, esse reconhecimento vinha baseando-se fundamentalmente em narrativas históricas: consagradas porém parciais, por não conterem considerações satisfatórias e claras sobre a participação e contribuição das mulheres arquitetas. Entende-se portanto a relevância desta reflexão como parte da vontade de não seguir cometendo as mesmas omissões ou os mesmos enganos metodológicos de sempre. Para isso, será fundamental considerar outras fontes, talvez menos consagradas, mas indispensáveis do ponto de vista da produção real da arquitetura e sua cultura, que apontam necessariamente para o reconhecimento do trabalho das arquitetas modernas. Nesse marco, este artigo discutirá algumas questões, propondo alguns rumos metodológicos, buscando contribuir para a necessária revisão das construções historiográficas e das questões sociais nelas implícitas.

A história, a sociologia, as letras, já vêm há décadas estudando a posição feminina na vida social e na produção econômica, cultural e política. Estudos como “Women in Latin American History: Their Lives and Their Views” (Hahner, 1976) e “Latin American Women” (Lavrin, 1978), foram pioneiros na construção de visões gerais acerca das condições de vida, trabalho e os papéis sociais tipicamente desempenhados por mulheres. Entretanto, a contribuição das arquitetas permanece ainda pouco estudada. Francesca Hughes já notou que, comparado com outros territórios

profissionais, a arquitetura é um campo excepcionalmente lento para mudar: “Se considerarmos a arquitetura como uma construção cultural, ao mesmo tempo receptáculo e resíduo, não podemos senão indagar o que esta sintomática ausência sugere sobre nossa cultura e as regras que regem sua produção” (HUGUES, 1996, p.XXX).

Em trabalho pioneiro, Gwendolyn Wright (1977) compreende que a atuação das arquitetas pode ser encontrada em muitas diferentes atividades profissionais, e propõe pelo menos quatro categorias, que também parecem ter validade no caso latino-americano: 1) a arquiteta excepcional, que sacrificando a vida pessoal, casamento, filhos, etc., e trabalhando arduamente, alcançou um grau de reconhecimento incomum para uma mulher de seu tempo, comparável ao de um homem excepcional; 2) a projetista anônima, que trabalhava em escritórios de outros arquitetos, tolerando a discriminação e a falta de reconhecimento do mérito de seu trabalho, conciliando com dificuldades profissão, casamento e serviços domésticos; 3) a profissional adjunta, interessada no aspecto social do ambiente construído, atuando em outros caminhos da arquitetura como historiadora, crítica, escritora, jornalista, etc.; 4) a profissional das reformas sociais, com ou sem formação em arquitetura, que se dedicou a buscar alternativas de habitação e cidadania para excluídos e marginalizados. Estas quatro categorias ajudam a identificar profissionais que sob outras lentes de busca ficariam invisíveis,

reconhecendo o valor de suas contribuições. Ademais, se mostraram úteis na interpretação dos dados obtidos pelo levantamento internacional “Women in Architecture 1975-2015”<sup>2</sup>.

No levantamento realizado no contexto latino-americano por Lima (1999), a insuficiente base de dados publicados sobre impunha o problema metodológico de como considerar o trabalho das projetistas anônimas, das profissionais adjuntas e das reformistas sociais. A varredura daquela pesquisa incluiu a consulta a vários “Índices de Arquitetura”, para detectar arquitetas em quaisquer das categorias apontada, complementada pela consulta física aos periódicos para verificar menções ocultas, pois frequentemente os nomes de arquitetas/os podiam estar indicados apenas por iniciais.

E assim se explica o título: as arquitetas, mesmo buscando-nos com afinco, não somos fáceis de encontrar.

Essa dificuldade ainda existe, mas o panorama vem mudando. O esforço das organizadoras da pesquisa “Um dia uma arquiteta”<sup>3</sup> e de outras ações de visibilização das mulheres arquitetas na Argentina, na América Latina e no mundo têm colaborado para trazer à luz o que estava velado, ou não explícito, sobre o tema. Um número cada vez maior de arquitetas têm aparecido nas páginas dos manuais e compêndios de arquitetura. Uma quantidade crescente de números monográficos de revistas e livros dedicados a arquitetas também pode ser constatada.

Entretanto, cabe fazer algumas observações a respeito dessas recentes

aparições das arquitetas nas páginas especializadas em arquitetura. Como aponta Lima (2004), as referências às arquitetas que trabalharam até as décadas de 1960-70, salvo honrosas exceções, continuam eclipsadas pelo destaque quase exclusivo dado a seus parceiros, e quando aparecem, muitas vezes são nomeadas como “colaboradoras” (quando de fato são coautoras), ou apenas mencionadas na ficha técnica, mas não no corpo principal do texto. Também é comum contornar-se a questão com a inclusão de um capítulo à parte, dedicado “às mulheres na arquitetura”, como se a contribuição das arquitetas mulheres se tratasse de uma de curiosidade episódica em contraponto menor. Quando as arquitetas contemporâneas aparecem, esporadicamente, em publicações monográficas, acontecem com frequência dos artigos serem acompanhados por comentários surpresos, do tipo “cada vez mais mulheres se destacam na arquitetura”; que se bem possa apontar para um problema existente, não dá conta de esclarecer o porquê dessa presença só estar ocorrendo agora, quando de fato a participação de mulheres na arquitetura já está consolidada pelo menos desde finais do século 19. Em outros termos: quando comparece, a presença de mulheres arquitetas não necessariamente altera estruturalmente o discurso arquitetônico, e nem sempre trata suas obras de maneira paritária (com mesmo destaque e importância das demais). Finalmente, a análise das obras e da trajetória profissional das arquitetas é apresentada

<sup>2</sup> O Seminário Internacional *WOMEN IN ARCHITECTURE*. AD 1975 foi organizado em maio de 2015 e, Valencia, Espanha, para comemorar os 40 anos da edição histórica da revista inglesa AD sobre o tema. Os resultados estão sendo publicados no website <https://womeninarchitecture1975.wordpress.com/>, organizado pela Universidade Politécnica de Valencia, Escola Técnica Superior de Arquitetura, aos cuidados dos professores Eva Alvarez e Carlos Gómez e equipe de estudantes.

<sup>3</sup> A iniciativa “UN DÍA UNA ARQUITECTA” tem por objetivo visibilizar a contribuição das arquitetas em diferentes facetas: projetos de arquitetura, urbanismo e paisagismo, tecnologia, curadoria e publicações, produção artística, política, gestão do Habitat social, teoria e ensino. Organizado por Cecilia Kesman, Florencia Marciani, Inés Moisset, Gueni Ojeda (Argentina), Zaida Muxí (España) e Daniela Arias (Uruguay-España), conta com o apoio de dezenas de redatoras/es voluntárias/os.

<https://undiunaarquitectura.wordpress.com/>

adotando-se um modelo antropocêntrico, de exaltação das qualidades consideradas “masculinas” como fórmula para assegurar certo destaque à obra das arquitetas.

De qualquer maneira, já não é mais possível seguir ignorando as “novas” informações disponibilizadas por pesquisas variadas sobre a atuação das arquitetas mulheres, no mundo contemporâneo e no período moderno, acumuladas por um sem número de pesquisas e estudos, cuja quantidade e abrangência tenderá a crescer nos próximos anos. Esse aumento de conhecimentos é bem vindo, e várias possibilidades se apresentam sobre como incorporá-lo nas narrativas historiográficas. Um caminho inicial simples é a “inclusão” nos relatos, vigentes e futuros, de capítulos específicos sobre “a contribuição das mulheres”. Uma possibilidade é a construção e celebração das “heroínas”, em contraponto aos “heróis” da arquitetura moderna (e que já vem ocorrendo). Outra possibilidade complementar, menos frequente porque trabalhosa, embora indubitavelmente necessária, é a inserção dos dados faltantes sobre as mulheres arquitetas coautoras e colaboradoras – o que exigiria a revisão completa de quase cada linha das histórias da arquitetura existentes, inclusive revelando-se os casos em que elas são, de fato, as autoras principais.

Todos esses caminhos são possíveis, necessários, e não excludentes entre si. É evidentemente, mesmo a inserção nas historiografias canônicas por meio de “capítulos à parte” é importante. Entretanto, e sem desmerecer esse esforço, é imperioso observar que, do ponto de

vista dos estudos acadêmicos ligados às recentes teorias feministas, este não é um formato muito eficiente de inclusão do trabalho das mulheres nos sistemas de construção do conhecimento. Primeiro, porque tende a gerar a sensação que apenas se está atendendo a uma exigência “politicamente correta”, reclamada de modo estridente por um grupo de feministas radicais – restringindo o valor dessa iniciativa e fragilizando sua importância e seriedade. Limitar-se a inserir a contribuição das arquitetas nos discursos estereotipados e canônicos sobre a história da arquitetura moderna, mundial e local, que foram construídos sem considerá-las, é um primeiro – mas não pode ser um último passo. Assim, se bem desenvolvida, essa questão tenderá a nos levar, cedo ou tarde, à proposição de uma questão mais transcendente. Como seria a estrutura de um relato historiográfico em que as mulheres não entram pela porta dos fundos, ou como esparsas deusas de um olimpo imaginário, mas compõem em pé de igualdade, desde sempre, como parte indissolúvel dessa trama?

Como observa Guacira Lopes Louro:

Atender a esses desafios epistemológicos é tarefa muito mais complexa do que realizar um “recorte” temático ou acrescentar um capítulo sobre mulheres nos estudos. Pode ser também uma tarefa mais “arriscada”, já que não dispomos de uma indicação metodológica que nos garanta, de modo geral, como alcançar bons resultados. Temos de ser capazes de utilizar criativa e criticamente as teorizações

feministas e de estar disponíveis para o questionamento e para o debate com outros campos de estudo progressistas (LOURO, 1997, p.155).

E naturalmente, a mesma questão poderá ser formulada ao se perguntar sobre como proceder à inclusão de todos/as/os/as demais excluídos, e não são poucos/as<sup>4</sup>.

Outra importante observação a ser levada em conta é o cuidado com a escrita. As construções históricas que incluem o nome de arquitetas nem sempre descrevem ou esclarecem como essas mulheres efetivamente participaram e/ou contribuíram para o desenvolvimento dos projetos, inclusive de importantes obras arquitetônicas, frequentemente relegando-as a um segundo plano, submetendo seu trabalho a uma operação de veladura, ou de “eclipse”. Os modelos linguísticos para descrever uma obra e autoria tendem a ser claros e categóricos para os homens, e ser ambíguos e dúbios para as mulheres. A esse eclipse, frequentemente quase total, ao qual as mulheres arquitetas são submetidas, soma-se uma estrutura de linguagem simbólica que acentua a submissão do feminino pelo masculino, ao se recorrer a imagens e analogias em que os elementos simbolicamente associados ao homem sobrepujam os elementos simbolicamente associados à mulher<sup>5</sup>.

Levando em consideração essas observações de caráter metodológico, e na convicção de que uma longa jornada começa por um primeiro passo, segue sendo importante o esforço positivo em prol da inclusão do trabalho das mulheres

arquitetas em quaisquer oportunidades, inclusive e especialmente, nas atividades de pesquisa e reflexão de construção histórica e teórica sobre a arquitetura.

Sugere-se pois que, em qualquer levantamento que busque definir quais seriam as obras mais relevantes da arquitetura moderna, seja para incluí-las em um relato historiográfico, seja para sugerir sua proteção e patrimonialização, é fundamental tomar como base de referência não apenas os textos canônicos, mas também realizar um esforço, mais complexo, de consulta e consideração de uma ampla gama de estudos monográficos que incluam informações pertinentes sobre o tema; e que, por serem mais recentes, ainda não necessariamente estão consolidados em novas narrativas panorâmicas. Há também que se considerar os ainda poucos trabalhos abrangentes sobre o tema da contribuição das arquitetas latino-americanas ao patrimônio e legado da arquitetura moderna do século 20. Um exemplo é o livro recentemente publicado de LIMA (2013) a partir de sua dissertação de mestrado (1999). Na introdução à nova edição, considerando a distância temporal entre a redação do mestrado e a publicação do livro, a autora afirma:

Nos anos que se passaram entre a conclusão do mestrado e a publicação deste texto algumas coisas mudaram, outras revelaram uma excepcional resistência às mudanças. A ascensão das mulheres a cargos de chefia, coordenação e diretoria vem aumentando, ainda que no topo das empresas o perfil ainda seja predominantemente masculino. Os salários

<sup>4</sup> Como por exemplo, arquitetos/as imigrantes que apesar de terem excelente formação não obtiveram a validação de seus diplomas e atuaram sob o nome de outros/as; arquitetas/os de origem africana e indígena, sob as quais pesa um manto de dupla ou tripla invisibilidade; etc. Esse tema vem sendo tratado com pertinência e profundidade por diversas outras autoras/es.

<sup>5</sup> Por brevidade, o tema não será desenvolvido aqui, mas é possível consultar vários exemplos em Lima (2004).

vêm se tornando menos desiguais, mas ainda privilegiam os homens. Os escritórios de arquitetura na América Latina têm visto crescer o número de mulheres, e é muito comum que elas constituam a maioria de seus quadros. O que não é surpreendente: pelo menos desde a década de 1990 elas vêm sendo frequentemente a maioria no corpo estudantil das Faculdades de Arquitetura. Talvez já se possa dizer que, no âmbito da arquitetura do cotidiano, das residências, dos escritórios e escolas, dos centros comerciais, e especialmente na arquitetura de interiores, a arquitetura seja hoje uma profissão feminina. Isso exclui, é claro, o star system arquitetônico. As obras de prestígio, os marcos arquitetônicos, os orçamentos mais avantajados, ainda parecem ficar a cargo dos arquitetos. Mudanças e permanências da profissão que convidam a mais estudos e pesquisas. (LIMA, 2013, p.5)

O trabalho que originou o livro concentrou a pesquisa de busca de informações sobre as arquitetas latino-americanas em três áreas onde essa presença parece ser quantitativamente mais significativa. 1) críticas, historiadoras e teóricas da arquitetura; 2) arquitetas envolvidas com o tema da habitação; 3) arquitetas envolvidas com a produção de espaços coletivos. O recorte ali adotado de maneira alguma pretendeu desconsiderar outras possibilidades, mas apenas definir, em um universo ainda bastante pouco explorado, algumas linhas de investigação; as quais emergiram do próprio material bibliográfico até então disponível, principalmente em periódicos

universitários, profissionais e mesmo jornalísticos.

Em revisão recente, LIMA (2018) aponta algumas questões e faz algumas sugestões para se iniciar o trabalho de valorização da contribuição das arquitetas latino-americanas. Parte dessa contribuição é a seguir incluída neste texto, de maneira breve e compacta.

Inicialmente, parecer ser da maior importância rever e considerar o trabalho da historiadora e crítica argentina de arquitetura, Marina Waisman, uma das figuras mais marcantes da história, historiografia e crítica da arquitetura latino-americanas. O livro “O interior da história. Historiografia para uso de latino-americanos” (2013) pode ser considerado essencial para o estudo e pesquisa acerca das temáticas ligadas à arquitetura e ao urbanismo na América Latina, por fornecer uma base instrumental efetiva para a abordagem histórica da arquitetura latino-americana.

O livro tem como um de seus focos centrais a ênfase na necessidade de questionamento do conhecimento institucionalizado, especialmente as categorias e princípios de classificação, importados e adotados sem maior reflexão crítica. Nesse sentido, seu objetivo parece ser o de reposicionar a arquitetura, em especial a latino-americana, em um contexto renovado de relações. Waisman enfatiza a necessidade tanto de questionar a seleção dos objetos arquitetônicos, na construção dos repertórios de estudo, quanto a necessidade de estudá-los em seu contexto, situando-os em seus processos históricos específicos.

O livro organiza-se em duas partes. Na primeira Waisman dedica-se a caracterizar a disciplina da historiografia arquitetônica. Para tanto, aborda, além dos conceitos históricos, historiográficos e críticos da arquitetura, também a relação entre reflexão e práxis e as relações entre subjetividade e objetividade – questões que, a nosso ver, exercem um efeito real nos modos como arquitetas e arquitetos engajam-se em suas profissões. Na segunda parte, algumas das noções discutidas dizem respeito às continuidades e descontinuidades temporais e às durações históricas, que diferenciam as linhas do tempo das produções arquitetônicas latino-americanas das linhas de tempo construídas a partir de exemplos predominantemente europeus ou estadunidenses, comumente adotadas na literatura canônica sobre história da arquitetura. Ao invés, Waisman propõe a noção de centro/periferia/região como um instrumento de entendimento dos sistemas de seleção e valoração na produção do conhecimento acerca do tema. Segundo ela, o estudo da arquitetura latino-americana deveria questionar os critérios de seleção das obras de interesse quando escolhem fundamentar-se em cânones estabelecidos para outros contextos geográficos e/ou outros momentos históricos, instando os autores a revisar e reconstruir periodizações e sistemas de valoração adequados a contexto que estudam, evitando esquemas prontos. Os quais, eventualmente, excluem do debate questões muito pertinentes para uma compreensão da historiografia latino-

-americana a ser construída desde uma perspectiva contemporânea. Como por exemplo, o estudo de tipologias como a arquitetura doméstica, a arquitetura espontânea, a arquitetura rural e a arquitetura industrial.

A estrutura do pensamento acerca da cidade e da arquitetura, isto é, a reflexão e a práxis arquitetônicas construídas ao longo de décadas, em nossos países, em toda América Latina, deve ser portanto considerada como um substrato indispensável para pensar o ensino e a pesquisa em arquitetura e urbanismo, e sobretudo, para aprofundar estudos no eixo história/projeto/patrimônio. Como Waisman comenta, a história, a teoria e a crítica são três modos de reflexão sobre a arquitetura em relação com a realidade da produção arquitetônica. E, na arquitetura, o sistema de valores está constituído explicitamente pela elaboração teórica, e de modo menos explícito ou sistemático, pela reflexão histórica ou o comentário crítico.

Por outro lado, embora os objetos da reflexão venham da realidade, a problemática que comportam não se revela neles de modo direto ou evidente; é a reflexão que poderá descobrir ou revelar problemas e questões subjacentes na realidade factual, pois o ato de formular questionamentos ou perguntas se baseia em conceitos, em ideias; e é sobre esses que os descobrimentos são produzidos; e depois, será a práxis que responderá (positiva ou negativamente) às perguntas ou exigências formuladas pela reflexão (WAISMAN, 2013, p.39-40).

<sup>6</sup> Sobre as periodizações e a construção de narrativas canônicas latino-americanas interessa rever criticamente as propostas de BROWNE (1988), SEGRE (1991), ROCA (1995) BOZA (1996), SEGAWA (1997), LIERNUR (2001), BASTOS & ZEIN (2010), ARANGO (2012), LARA & CARRANZA (2015), BERGDOLL et alli (2015), entre outros/as; o projeto REDES Chile/Brasil estará sistematizando e promovendo essas releituras críticas.

Neste processo dialético, os conceitos teóricos são formulados a partir de abstrações de um determinado conjunto de elementos recortados da realidade histórica. Uma vez que se utilizem, para a exploração e reflexão sobre um determinado contexto, conceitos teóricos formulados a partir de realidades históricas distintas daquelas em que a práxis é exercitada, a probabilidade de ocorrência de equívocos e distorções é bem grande. Como Waisman lembra, os instrumentos de análise conceitual forçam o pensamento a elaborar meios de penetrar no que ainda não é conhecido, refinar procedimentos práticos, reformular métodos. Estes instrumentos são elaborados com material extraído da realidade, e claramente não podem ser neutros, mas sim carregados das pautas culturais em que se formaram, o que nos conduz de volta à discussão acerca do impacto da adoção de linhas do tempo baseadas na produção dos países europeus e nos Estados Unidos, em sua maioria de autoria masculina. Ou seja, ao utilizarmos instrumentos surgidos e refinados em relação a uma realidade diferente daquela que pretendemos conhecer - em nosso caso, a contribuição das arquitetas modernas na América Latina - é provável que problemas reais passem despercebidos e problemas fictícios, próprios das culturas originais em que foram forjados tais instrumentos de análise, sejam “descobertos” (WAISMAN, 2013, p: 42-3)<sup>6</sup>.

Além de construir um esforço para inclusão sob outras óticas, a questão da forma escrita, como comentado, também

é importante. E talvez um dos mais peculiares instrumentos metodológicos de que as autoras feministas têm feito uso em seus trabalhos culturais e científicos seja o senso de humor. Correndo o risco de parecermos “menos sérias”, o humor, bem aplicado, pode ajudar a desestabilizar expectativas e favorecer novas interpretações.

A diretora francesa mencionada no início do artigo explorou, em seu filme, a arbitrariedade sem sentido em que consistem os atuais discursos androcêntricos. De modo parecido, a norte-americana Rebecca Solnit e a jornalista sueca Katrine Marçal, dentre tantas outras, expõem com humor algo ácido as incongruências dos discursos que, ao pretenderem ser científicos ou objetivos são, na verdade, falhos em rigor metodológico e pródigos em assimetrias de julgamento a favor do masculino.

Em “Os homens explicam tudo para mim”, Solnit (2017) enfatiza o curioso hábito de alguns homens de falarem com segurança de assuntos de que não entendem, porque não estudaram, não leram, não se interessaram, não vivenciaram. Com efeito, um rápido levantamento sobre as discussões on-line acerca do aborto permitem verificar que os homens são os que mais se pronunciam publicamente sobre a questão.

Katrine Marçal, em “O lado invisível da economia: uma visão feminista” (2017), analisa como a história da economia, em múltiplas e variadas dimensões, é distorcida e equivocada por uma razão simples e monumental: ao considerar

que as trocas econômicas são motivadas unicamente por objetivos racionais, um comportamento que caracterizaria o que ela chama de “homem econômico”, as teorias econômicas ignoraram todas as atividades que não implicam em uma troca de valores: cuidar de crianças, limpar, cozinhar, lavar, passar roupa... Entretanto, sem elas, o mundo econômico simplesmente não se sustentaria. Como a autora enfatiza, se quisermos ter um retrato completo da economia, não temos como ignorar o que a metade a população faz durante metade do tempo. (p.67) Ela prossegue verificando como as condições desiguais de atribuição de papéis e valores são, na prática, uma forma de excluir as mulheres: “Avançar em um modelo criado por homens para homens - em uma realidade que exclui mulheres. E isso cria problemas. Não dá para simplesmente adicionar mulheres e mexer.”(MARÇAL, 2017, p. 68)<sup>7</sup>

Essas considerações, se transladadas para o tema da história e historiografia da arquitetura, nos colocam uma questão: quantos de fato conhecem os critérios, os instrumentos, os métodos, os procedimentos que têm fundamentado as pesquisas sobre a atuação das mulheres na arquitetura? Quantos conhecem os resultados desse montante de trabalho? Provavelmente muitos menos do que aqueles que se sentem confortáveis em dar palpites ou desconsiderar de plano, e a priori, esse assunto.

Por outro lado, como falar de arquitetura moderna de maneira consistente e completa, ignorando o fato de que uma parte considerável das obras - em quantidade e porcentagem bem mais ampla do que se imaginava ou se sabia - foi projetada com a autoria, a coautoria, o apoio e a presença de mulheres arquitetas? É possível. Mas, não é mais desejável.

<sup>7</sup> Como anota Marçal, a expressão é usada por Gillian J. Hewitson, economista feminista australiana, para descrever a estratégia de incorporar as mulheres a uma disciplina, em vez de mudá-la.

## REFERÊNCIAS

- HAHNER, June (ed.). "Women in Latin American History. Their Lives and Their Views". Los Angeles, UCLA Latina American Publications University of California, 1976.
- HUGHES, Francesca (ed.). *The Architect, Reconstructing Her Practice*. Cambridge, Massachusetts / London: the MIT Press, 1996
- LAVRIN, Asunción. "Latin American Women. Historical Perspectives". Westport / London, Greenwood Press, 1978.
- LIMA, Ana Gabriela Godinho. Dissertação de mestrado. COMPLETAR REFERENCIA
- LIMA, Ana Gabriela Godinho. *Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Discurso, Prática Projetual e Gênero*. Material de referência produzido para a disciplina de Pós-Graduação: "Questões de Ensino de Arquitetura e Urbanismo", integrante do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2018 {não publicado}.
- LIMA, Ana Gabriela Godinho. TESE DE DOUTORADO COMPLETAR REFERENCIA
- LOURO, Guacira Lopes, *Gênero, Sexualidade e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista*, Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
- MARÇAL, Katrine. *O Lado invisível da economia*. São Paulo: Alaúde Editorial, 2017.
- SOLNIT, Rebecca. *Os homens explicam tudo para mim*. São Paulo: Cultrix, 2017.
- WAISMAN, Marina. *O interior da história. Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos*. São Paulo: Perspectiva, 2013. [Publicado originalmente como: WAISMAN, Marina. *El Interior de la historia: historiografía arquitectónica para uso de latinoamericanos*. Bogotá: Escala, 1990.]
- WRIGHT, Gwendolyn. "On the Fringe of the Profession: Women in American Architecture". In: Kostof, Spiro. "The Architect - Chapters in the History of the Profession". New York, Oxford University Press, 1977.

---

ANA GABRIELA GODINHO LIMA é doutora em História da Educação e Filosofia do Conhecimento e Professora da FAU-PPGAU-UPM | gabilima4444@gmail.com

RUTH VERDE ZEIN é doutora em Teoria, História e Crítica da Arquitetura e Professora da FAU-PPGAU-UPM | rvzein@gmail.com

